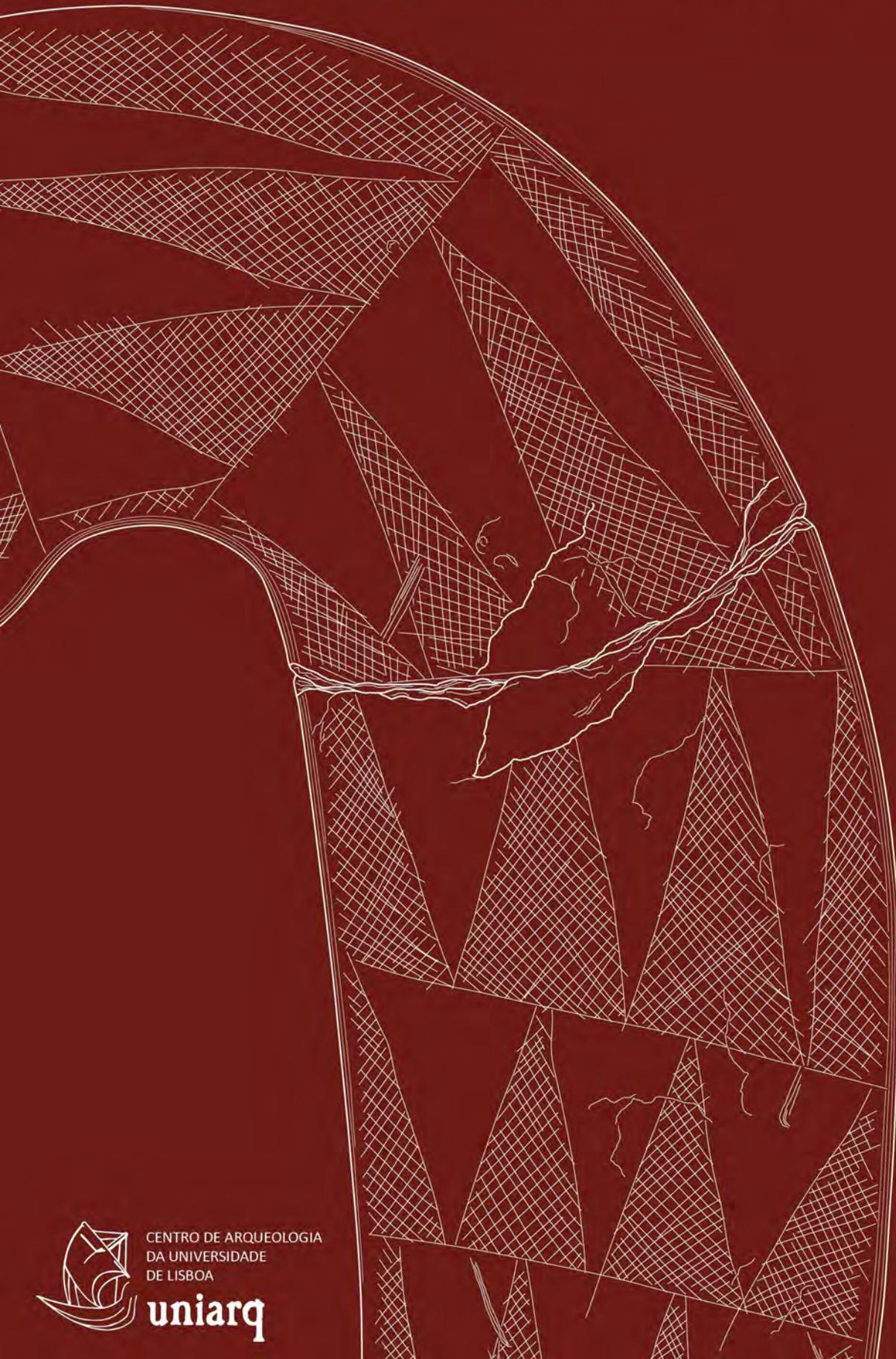


OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

1 - 2017

OPHIUSSA

OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ISSN 1645-653X

Publicação anual

Volume 1 – 2017

Direcção e Coordenação Editorial:

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

Rui Boaventura

Conselho Científico:

André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)

Catarina Viegas (Universidade de Lisboa)

Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)

Grégor Marchand (Centre National de la Recherche Scientifique)

João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)

José Remesal (Universidade de Barcelona)

Leonor Rocha (Universidade de Évora)

Manuela Martins (Universidade do Minho)

Maria Barroso Gonçalves (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)

Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

Xavier Terradas Battle (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Secretariado: André Pereira

Capa: André Pereira sobre Báculo do Sobral do Martim Afonso (desenho de Marco Andrade).

Paginação: Elisa Sousa

Impressão: Europress

Data de impressão: Novembro de 2017

Edição impressa (preto e branco)

200 exemplares

Edição digital (a cores)

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN: 1645-653X

Depósito legal: 190404/03

Copyright © 2017, os autores

Edição:

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras de Lisboa

1600-214 – Lisboa

www.uniarq.net - www.ophiussa.letras.ulisboa.pt - uniarq@letras.ulisboa.pt

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

ÍNDICE

VICTOR S. GONÇALVES - <i>Ophiussa regressa, em digital e, logo de seguida, em papel</i>	5
MARCO ANTÓNIO ANDRADE - <i>O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final / Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo</i>	17
ANA CATARINA SOUSA - JORGE LOPES - <i>O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa</i>	51
PEDRO ALBUQUERQUE - <i>O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação</i>	69
ANA MARGARIDA ARRUDA - ELISA DE SOUSA - JOÃO PIMENTA - RUI SOARES - HENRIQUE MENDES - <i>Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo</i>	79
ELISA DE SOUSA - <i>Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no Ocidente Atlântico</i>	91
CARLOS PEREIRA - <i>Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana</i>	105
JACINTA BUGALHÃO - <i>O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa</i>	123
RUI BOAVENTURA - <i>VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT</i>	131
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS - Estudos Arqueológicos de Oeiras, 22 volumes e a contar... (VICTOR S. GONÇALVES).....	144

OPHIUSSA

OPHIUSSA REGRESSA, EM DIGITAL E, LOGO DE SEGUIDA, EM PAPEL

VICTOR S. GONÇALVES

Die Vögel hocken still in ihren Zweigen.
Die Welt schläft ein!
Es wehet kühl im Schatten meiner Fichten!
Ich stehe hier und harre meines Freundes.
Ich harre sein zum letzten Lebewohl.*

*Gustav Mahler, Das Lied von der Erde (Der Abschied),
segundo Hans Bethge, A flauta chinesa. Cantado por
Jonas Kaufman, Sony Classical, 2017, 88985389832*

Após várias tentativas (sem êxito) para a UNIARQ editar uma Revista própria, após uma colaboração sistemática na CLIO, seguiu-se o número único da CLIO/ARQUEOLOGIA e a OPHIUSSA, número zero, com um nome bem adequado à terra que é a nossa...

Apesar da falta de êxito (e de dinheiro) evidente, desisti de convencer o Rui Boaventura (1971-2016) que às três chega e cedi à sua insistente proposta de disponibilizar online (com uma versão impressa, sobretudo para Arquivo e intercâmbio...) um repositório destinado a reunir aspectos das actividades de investigação do Centro.

Só quem não conheceu o Rui – e alguns dos meus colaboradores mais próximos – poderia pensar que poderia ser de outra maneira. Por alguma razão misteriosa tenho tendência a reunir à minha volta pessoas (extremamente) teimosas e, pior ainda, não lhes conseguir resistir. O Rui fez comigo a licenciatura, o mestrado e o doutoramento. E nunca consegui convencê-lo em escolher alternativas, apesar de ter sempre tentado.

Trabalhador incansável, com um olhar perspicaz, fascinado por todos os novos contributos em Arqueologia, o Rui, que a Grande Ceifeira tão cedo colheu, merecia ter visto a OPHIUSSA regressar. Não foi possível. Resta-nos reconhecer que continua connosco, em tempos de paz e de guerra, como esteve desde cedo. Esta fotografia, que fiz com a máquina do Miguel Kunst, recorda uma das suas últimas intervenções, neste caso no *workshop* sobre o casal Leisner em Portugal.

A história das publicações da UNIARQ confunde-se com a sua própria história (e Pré-História...). Em 1974, na sequência da Revolução de Abril, foi extinto o Instituto para a Alta Cultura e, por arrasto, todos os Centros de Investigação que dele dependiam. Na Faculdade de Letras de Lisboa o Centro de Estudos Históricos também encerrou. De portas abertas, foi saqueado e escapou por pouco às partilhas de território que a Faculdade então presenciou. Com Joaquim Barradas de Carvalho e António Borges Coelho, imaginámos um novo Centro, onde a História e a Arqueologia tivessem lugar (e a História da Arte também). Mas hienas e sardinhas não gostaram e o Centro começou agitado, tal como os tempos que se viviam numa Universidade que

* «Os pássaros abrigam-se, silenciosos, na ramagem/ O mundo adormece/ Uma brisa fresca passa na sombra dos meus pinheiros/ Estou aqui, espero o meu amigo/ Espero-o para um último adeus.».



Rui Boaventura (1971-2016), falando na Faculdade de Letras de Lisboa sobre temas do 3º milénio a.n.e., com o 4º milénio os seus períodos pré-históricos preferidos. E onde o casal Leisner teve um decisivo impacto. Foto VSG.

não se conseguia renovar em bloco e onde as tímidas tentativas de sensatez eram tomadas por cobardia e a criatividade era considerada inimiga e perigosa.

No novo Centro de História, que ambiciosamente se chamava inicialmente «das Universidades de Lisboa», aprendeu-se a primeira lição, quando, por ordem nem sequer justificada (ainda que óbvia), do Instituto Nacional de Investigação Científica, o plural foi substituído pelo singular e o Centro de História da Universidade de Lisboa iniciou o seu atribulado caminho. A competição entre Faculdades anunciava-se já e ainda não tinha chegado o tempo de Vítor Jabouille, António Feijó e Paulo Alberto, por natureza ou convicção, abertos à transformação e mudança, ainda que de formas distintas.

E nesse novo Centro, de cuja direcção participei até à Grande Secessão, a questão das publicações foi-me entregue.

Os quatro primeiros números da Revista que criei, a CLIO, apresentavam já propostas gráficas inovadoras e, não havendo então muitos *designers* em Portugal, um País onde tardaram demasiado a aparecer, passei horas e horas a montar páginas, a recortar linguados (mas com uma tesoura e não com uma faca de filetear da Global ou da Wüsthof, como hoje faço...), colando as colunas à medida do previsto, em folhas A4.

Os volumes da CLIO «mista» tiveram os seguintes índices:

CLIO - REVISTA DO CENTRO DE HISTORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – VOL. 1 – 1979

ÍNDICE

Por uma nova História do pensamento.....7
<i>Joaquim Barradas de Carvalho</i>
Une Voie de Connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe Siècle: Les Micro-Biographies (sources-méthode-étude de cas)21
<i>Andrée Mansuy-Diniz Silva</i>
Questões de administração local nas Inquirições Gerais de Afonso IV.....69
<i>Maria José Lagos Trindade</i>

O Cardeal-Rei numa fonte coeva.....81
<i>Francisco Salles Loureiro</i>
Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do «Ministério Da Regeneração» (1851-1856).....91
<i>António Ravara</i>
<i>A Carta Arqueológica do Algarve.....99</i>
<i>Victor dos Santos Gonçalves</i>
<i>As Ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim.....141</i>
<i>Manuel Maia</i>
Notas de Introdução a uma leitura de Sérgio.....155
<i>Fernando Piteira Santos</i>

Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola – J. A. Garcia De Cortázar.....	161
<i>José Mattoso</i>	
O Ano do Património Arquitectónico Europeu.....	169
<i>Jorge H. Pais Da Silva</i>	

NOTICIÁRIO

Conferências, Colóquios e Seminários Promovidos Pelo Centro de História.....	177
Importantes descobertas arqueológicas no povoado da idade do cobre de Vidais (Marvão).....	178
Escavações em povoados da idade do cobre no Alto Algarve Oriental.....	179
Roteiro de fontes de História Contemporânea de Portugal	179

VÁRIA

Centro de História da Universidade de Lisboa.....	183
In Memoriam.....	185
<i>Pedro Barbosa</i>	
IV Congresso Nacional De Arqueologia.....	188
Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.....	189
Projet de convention entre le Centre d'anthropologie des Sociétés Rurales de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales et le Centre d'Histoire.....	190

CLIO - REVISTA DO CENTRO DE HISTORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – VOL. 2 – 1980

ÍNDICE

ABERTURA

Notas (para um artigo que não chegou a ser feito).....	7
<i>Joaquim Barradas de Carvalho</i>	

ESTUDOS & INTERVENÇÕES

Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos.....	13
<i>Suzanne Daveau</i>	
O Dólmen de S. Pedro Dias (Poiães).....	39
<i>A. Augusto Tavares</i>	
A Necrópole da Idade do Bronze do Monte de Vale de Carvalho (Sítimos).....	59
<i>Ana Margarida Arruda, Victor Gonçalves, F. Bragança Gil e Gaspar Ferreira</i>	
Povos do Sul de Portugal nas Fontes Clássicas - Celtici e Turduli.....	67
<i>Manuel Maia</i>	
O Sítio Romano-Árabe do Vale do Boto. Notícia da Sua Identificação.....	71
<i>Victor Gonçalves, Helena Catarino e Ana Margarida Arruda</i>	
La Presse de La Democratie Chrétienne Au Portugal de 1870 à 1913.....	81
<i>Marie Christine Volovitch</i>	
Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais.....	117
<i>João Medina</i>	

RELATÓRIOS DE ACTIVIDADE

Cerro do Castelo de Corte João Marques. Escavações de 1979. Relatório sumário dos trabalhos de campo.....	131
---	-----

Victor Gonçalves

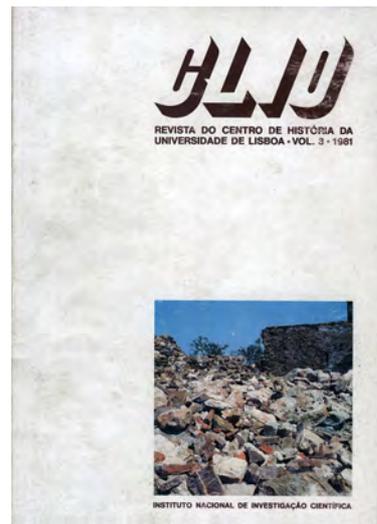
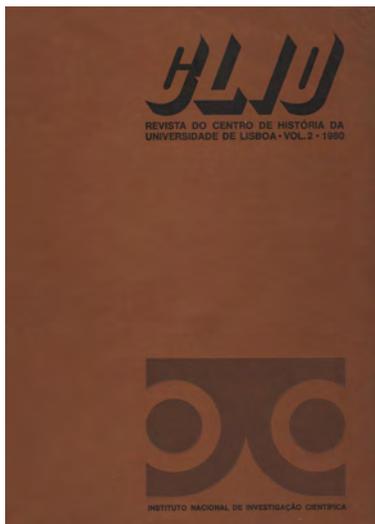
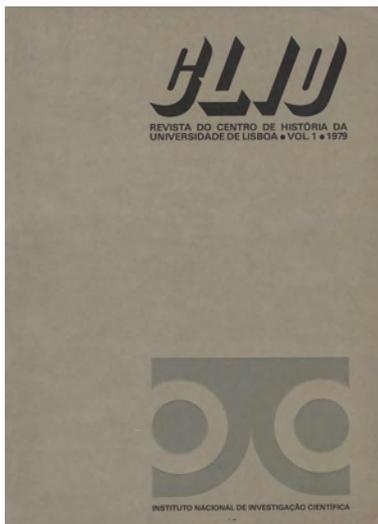
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Escavações de 1979. Extractos do caderno de campo.....	133
<i>Victor Gonçalves</i>	

VÁRIA

Joaquim Barradas de Carvalho: Para a História de um Historiador.....	141
<i>Victor Gonçalves</i>	
Em Memória de Joaquim Barradas de Carvalho, sem falar no Historiador.....	147
<i>José-Augusto França</i>	
Maria José Trindade.....	149

NOTICIÁRIO

Centro de História: resumo de actividades até 1980.....	153
O IV Congresso Nacional de Arqueologia.....	155
<i>Ana Margarida Arruda</i>	
Roteiro das fontes manuscritas da história contemporânea (séculos XVIII-XX).....	157
<i>Miriam Halpern Pereira e M. José Silva Leal</i>	
Comissão Directiva do Centro de História. Linhas de Acção/81.....	158
Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa.....	158
Escavações na Estação Romana de S. Marcos, Cacém (Sintra).....	158
<i>Manuel Maia</i>	
Clio 3.....	159



CLIO - REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - VOL. 3 – 1981

ÍNDICE

ABERTURA.....7

ESTUDOS & INTERVENÇÕES

Vale do Boto: Escavações de 1981 no complexo árabe/medieval.....9

Helena Catarino, Ana Margarida Arruda e Victor Gonçalves
Os Testamentos Régios (Séculos XII A XV), Aspectos Vários.....29

M. Fernanda Maurício
O Processo de António Fernandes, Piloto da Guiné, na Inquisição de Lisboa.....37

Isaías da Rosa Pereira
O Interesse por Samatra (...).49

Luís de Albuquerque
Tratado do cerco de Mazagão e do que nele (se) passou..53

Manuela Mendonça
O Problema do casamento do Cardeal-Rei.....67

Francisco Salles Loureiro
A Ilha da Madeira Setecentista.....83

Maria De Lourdes de Freitas Ferraz
O Zé Povinho Durante A República.....103

João Medina
Acerca das Eleições de 1911.....127

António Pinto Ravara

RELATÓRIOS DE ACTIVIDADE

Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), Campanha 1 (81)....153

Victor Gonçalves, Françoise Treinen-Claustre e Ana Margarida Arruda

Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 2 (80).....165

Victor Gonçalves

Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 3 (81).....171

Victor Gonçalves

VÁRIA

- Arqueologia do Algarve: Sinopse retrospectiva e perspectivas de mudança.....177
Victor Gonçalves
- Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do Complexo Arqueológico dos Vidais (Marvão).....183
Ana Margarida Arruda e Helena Catarino
- A Vigia (Medieval) de Paio Peres Correia.....189
Victor Gonçalves
- Um Soldado Português Fuzilado na Flandres.....193
Aniceto Afonso e Marília Guerreiro
- Lembrança de Barradas de Carvalho.....201
Luís de Albuquerque

LIVROS NOVOS, LEITURAS NOVAS?

- A Dinâmica da Hominização.....205
Victor Gonçalves
- As Origens recuperadas?.....207
Victor Gonçalves
- A Cerâmica Medieval no Mundo Mediterrânico.....210
Helena Catarino e Ana Margarida Arruda
- Para uma Nova História Urbana.....212
A. A. Marques De Almeida

NOTICIÁRIO.....215**CLIO - REVISTA DO CENTRO DE HISTORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – VOL. 4 –1982**

Direcção de Salles Loureiro, João Medina, Victor Gonçalves

ÍNDICE**ESTUDOS & INTERVENÇÕES**

- O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche)...7
Victor S. Gonçalves
- Materiais campaniformes do concelho de Oliveira do Hospital.....19
João Carlos de Senna Martinez
- Cerâmicas da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém...35
Ana Margarida Arruda
- Uma introdução ao Doomsday Book.....41
Fernanda Maurício
- Política norte-africana: rumos na expansão portuguesa...51
Maria Clara Junqueiro
- Uma carta inédita de Afonso de Albuquerque.....61
Maria Clara Junqueiro, António Ribeiro Guerra
- Jesuítas na crista da onda da política seiscentista.....71
Francisco Salles Loureiro
- O crescimento de Lisboa e Porto na segunda metade do século XIX e princípios de XX.....79
António Ravara
- Arquivos históricos de Lisboa: contribuição para um roteiro.....95
Arnaldo António Pereira

ENTREVISTA

- Entrevista com Aurélio Quintanilha.....121
João Medina

VÁRIA

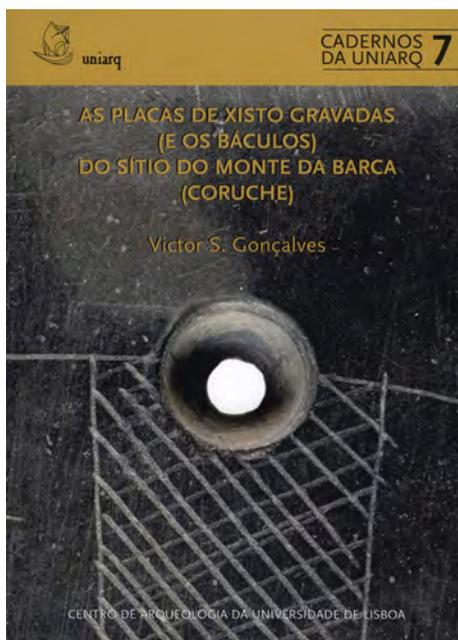
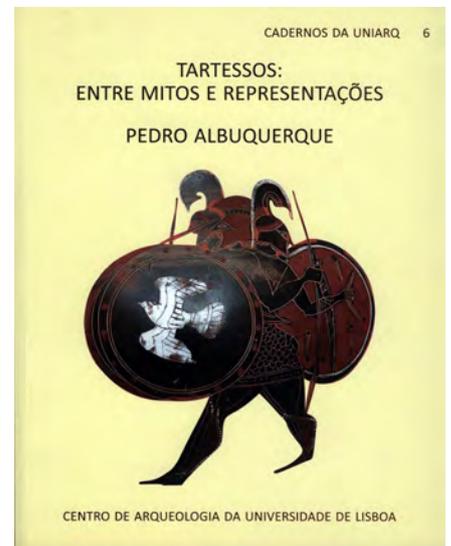
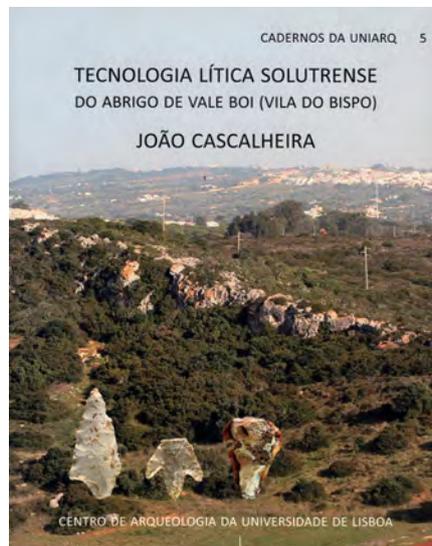
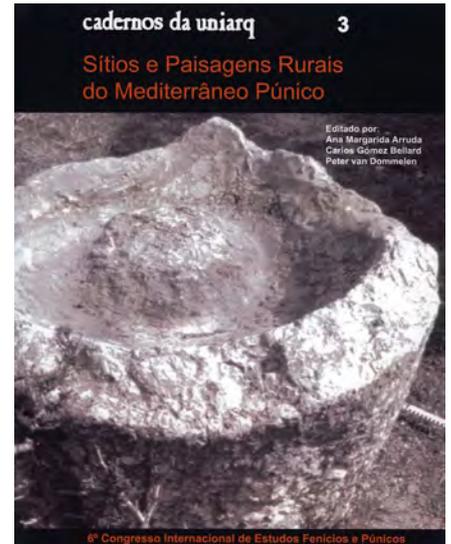
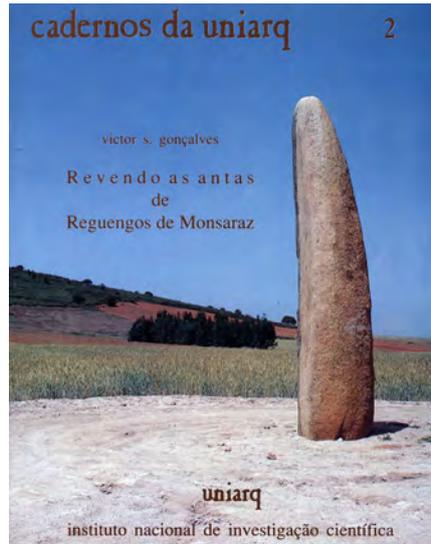
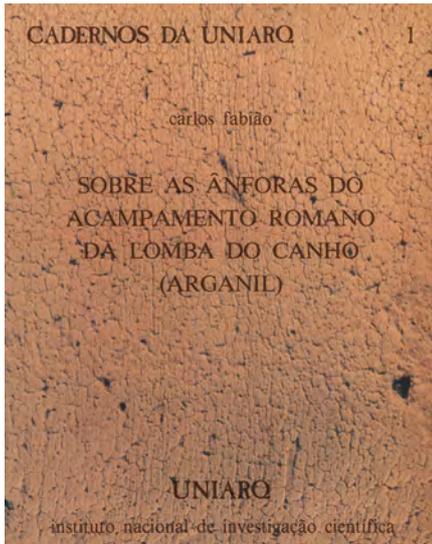
- Datation au C14 du site archéologique de la plage de Magoito.....133
Suzanne Daveau, Ana Ramos Pereira, Georges Zbyszewski
- Povoado pré-histórico do Cabeço do Cubo (Campo Maior).....137
Jorge Oliveira, Ana Carvalho Dias
- Epitáfio de Euprepres.....141
José d'Encarnação
- Um mercúrio em bronze, inédito.....143
Pedro Barbosa
- A propósito de Morón.....147
António Dias Diogo

RELATÓRIOS DE ACTIVIDADE

- Cerro do Castelo de Santa Justa (Campanha 4 (82)).....155
Victor Gonçalves
- Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (3ª campanha).....165
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Antónia Coelho Soares

Após os quatro números da CLIO, veio o único da CLIO/ARQUEOLOGIA, com uma abertura contundente e uma organização bem diferente. Curioso é notar que o *cartoon* de Fred que abria a revista foi mal entendido pelo ego de um arqueólogo de então, que supunha ver-se nele representado, dado o ambiente marinho.

Na verdade, era o director da Revista que queria mostrar a utilidade de ser puxado, ao mesmo tempo, de direcções muito diferentes. O equilíbrio de essas forças garantia que ele continuasse tranquilo, no lugar e caminho que para si escolheu...



ÍNDICE DE CLIO/ARQUEOLOGIA 1**EDITORIAL**

APRESENTAÇÃO, SEGUIDA DE UMA PAVANA POR UMA ARQUEOLOGIA (QUASE) DEFUNTA, COM VOTOS DE PRONTO RESTABELECIMENTO.....9-15
VICTOR GONÇALVES

ESTUDOS E INTERVENÇÕES

UM CORTE ATRAVÉS DA FORTIFICAÇÃO INTERIOR DO CASTRO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE S. PEDRO, SANTARÉM (1959).....19-29
H. N. SAVORY

A CRONOLOGIA ABSOLUTA (DATAÇÕES C14) DE ZAMBUJAL.....31-40
H. SCHUBART e E. SANGMEISTER

O POVOADO CALCOLÍTICO DE LECEIA (OEIRAS), 1.^a E 2.^a CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO (1982, 1983).....41-68
JOÃO L. CARDOSO, JOAQUINA SOARES E CARLOS TAVARES DA SILVA

CABEÇO DO PÉ DA ERRA (CORUCHE), CONTRIBUIÇÃO DA CAMPANHA 1(83) PARA O CONHECIMENTO DO SEU POVOAMENTO CALCOLÍTICO.....69-75
VICTOR GONÇALVES

RESUMOS DE INTERVENÇÕES EM ESCOURAL (MONTEMOR-O-NOVO) E MONTE DA TUMBA (TORRÃO).....77-79
ROSA E MÁRIO VARELA GOMES, M. FARINHA DOS SANTOS, JOAQUINA SOARES E CARLOS TAVARES DA SILVA

DOZE DATAS 14C PARA O POVOAMENTO CALCOLÍTICO DO CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA (ALCOUTIM): COMENTÁRIOS E CONTEXTOS ESPECÍFICOS.....81-92
VICTOR GONÇALVES

PRECISIONES EN TORNO DE LA CRONOLOGIA ANTIGUA DE PAPA UVAS (ALJARAQUE, HUELVA).....93-104
J. C. MARTÍN DE LA CRUZ

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA TIPOLOGIA DA OLARIA DO MEGALITISMO DAS BEIRAS: OLARIA DA IDADE DO BRONZE.....105-138
J. C. SENNA-MARTÍNEZ

EM DISCUSSÃO

POVOADOS CALCOLÍTICOS FORTIFICADOS NO CENTRO/SUL DE PORTUGAL: GÉNESE E DINÂMICA EVOLUTIVA.....141-154
VICTOR GONÇALVES, JOÃO CARDOSO, ROSA E MÁRIO VARELA GOMES, ANA MARGARIDA ARRUDA, JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, CAETANO DE MELLO BEIRÃO, RUI PARREIRA

ARQUEOLOGIA HOJE (CONVERSAS DE ARQUEOLOGIA & ARQUEÓLOGOS)

JEAN GUILAINE RESPONDE A VICTOR GONÇALVES....157-166

MEDIR E CONTAR

CONTRIBUIÇÕES ARQUEOMÉTRICAS PARA UM MODELO SOCIO-CULTURAL: PADRÕES VOLUMÉTRICOS NA IDADE DO

BRONZE DO CENTRO E NW DE PORTUGAL.....169-188
J. C. SENNA-MARTÍNEZ

VARIA ARCHAEOLOGICA

TRÊS INTERVENÇÕES SOBRE ARQUEOLOGIA NO ALGARVE.....191-196
VICTOR GONÇALVES, ANA MARGARIDA ARRUDA, HELENA CATARINO

ARTEFACTO DE PEDRA POLIDA DE GRANDES DIMENSÕES PROVENIENTE DE ALMODÓVAR (BEJA).....197-199
VICTOR GONÇALVES

EM CONSTRUÇÃO. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADE

PROGRAMA PARA O ESTUDO DA ANTROPIZAÇÃO DO BAIXO TEJO E AFLUENTES: PROJECTO PARA O ESTUDO DA ANTROPIZAÇÃO DO VALE DO SORRAIA (ANSOR)....203-206
VICTOR GONÇALVES, SUZANNE DAVEAU

PROGRAMA PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES AGRO-PASTORIS, DAS ORIGENS À METALURGIA PLENA, DOS ESPAÇOS ABERTOS AOS POVOADOS FORTIFICADOS, NO CENTRO DE PORTUGAL (ESAG).....207-211
VICTOR GONÇALVES

O MONUMENTO N.º 3 DA NECRÓPOLE DOS MOINHOS DE VENTO, ARGANIL – A CAMPANHA 1(84).....213-216
J. C. SENNA-MARTÍNEZ

ALCÁÇOVA DE SANTARÉM. RELATÓRIO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE 1984.....217-223
ANA MARGARIDA ARRUDA

ANTA DOS PENEDOS DE S. MIGUEL (CRATO). CAMPANHA 2(82).....225-227
VICTOR GONÇALVES, FRANÇOISE TREINEN-CLAUSTRE, ANA MARGARIDA ARRUDA, JEAN ZAMMIT

ANTA DOS PENEDOS DE S. MIGUEL (CRATO). CAMPANHA 3(83).....229-230
VICTOR GONÇALVES, FRANÇOISE TREINEN-CLAUSTRE, ANA MARGARIDA ARRUDA, JEAN ZAMMIT

CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA (ALCOUTIM). CAMPANHA 5(83). OBJECTIVOS, RESULTADOS, PERSPECTIVAS.....231-236
VICTOR GONÇALVES

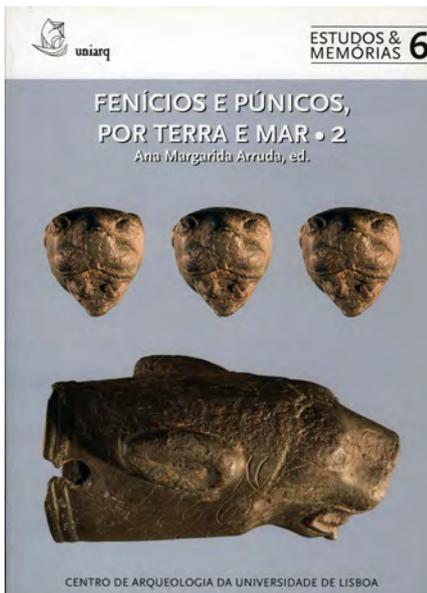
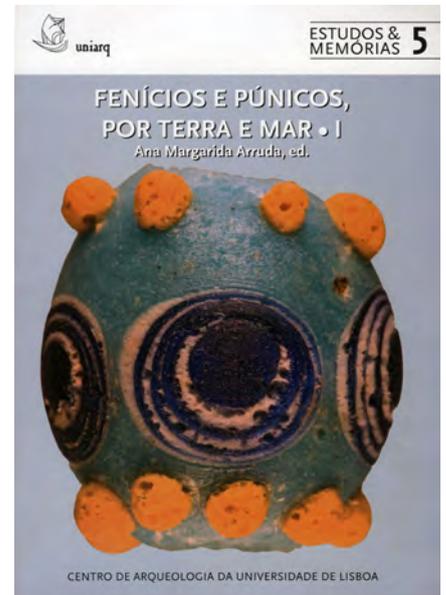
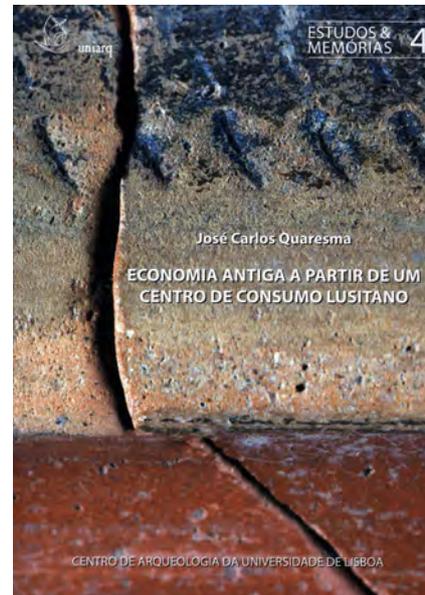
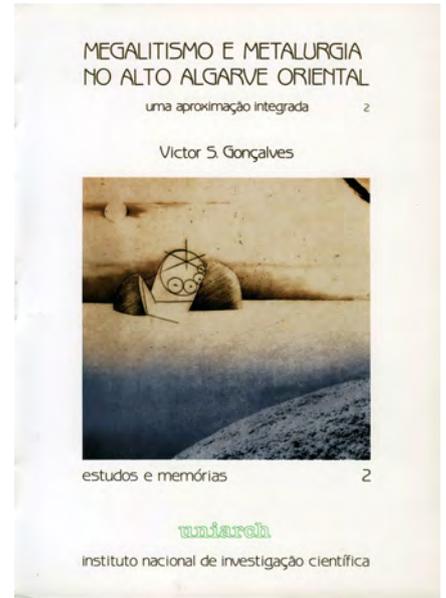
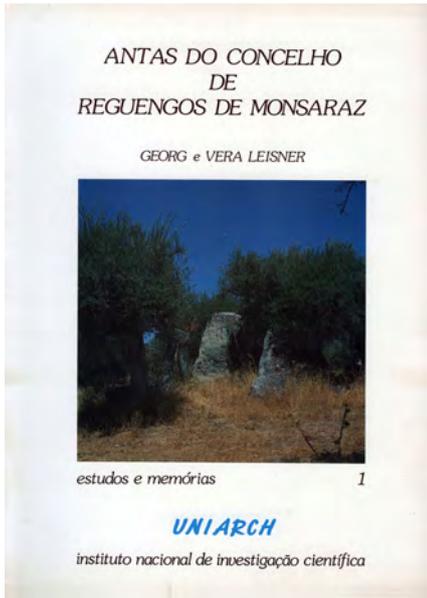
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA (ALCOUTIM). CAMPANHA 6(84). RESUMO DE CONCLUSÕES.....237-243
VICTOR GONÇALVES

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE CASTRO MARIM. RELATÓRIO DOS TRABALHOS DE 1983.....245-248
ANA MARGARIDA ARRUDA

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE CASTRO MARIM. RELATÓRIO DOS TRABALHOS DE 1984.....249-254
ANA MARGARIDA ARRUDA

LIVROS NOVOS, NOVOS LIVROS

PARA UMA ARQUEOLOGIA TOTAL.....257-259
LUÍS GONÇALVES, PAULA FERREIRINHA





PRÉ-HISTÓRIA E DECADÊNCIA.....259-262
 TERESA GOMES DA COSTA, ANTÓNIO BAPTISTA
 PRÉ-HISTÓRIA EUROPEIA, ENTRE O ENSAIO E O MITO.....262-264
 NUNO CARVALHO SANTOS

NOTÍCIAS E RECORTES

AS PRIMEIRAS COMUNIDADES RURAIS NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL.....267-269
 COMISSÃO DIRECTIVA DO CENTRO DE HISTÓRIA.....269
 QUINTA DO LAGO, UMA INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA DA UNIARCH.....270-271
 A UNIARCH E O PROJECTO ANSOR EM CORUCHE....272-273
 ENCONTROS UNIARCH/MAEDS.....273
 NOVAS GRUTAS EM TORRES NOVAS.....273

DOUTORAMENTO EM PRÉ-HISTÓRIA.....274-276
 NOVO DOUTORAMENTO EM ARQUEOLOGIA.....276-277
 VILA NOVA DE S. PEDRO: O RECOMEÇO.....277
 PUBLICAÇÕES DA UNIARCH.....277
 GOVERNADOR CIVIL DE FARO VISITA ESCAVAÇÕES DO CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA.....278
 RECORTES.....279-283

EM ANEXO

TEXTOS DE ARQUEOLOGIA EM CLIO, REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1979-1982).....287-288
 AUTORES DE TEXTOS EM CLIO/ARQUEOLOGIA 1: OBSERVAÇÕES E ENDEREÇOS.....289

Anos depois do número único da CLIO/ARQUEOLOGIA, veio OPHIUSSA ZERO, com outra Abertura áspera, ela própria dedicada a Vila Nova de S. Pedro.

O seu Índice era assim:

VICTOR S. GONÇALVES, algumas histórias exemplares (e outras menos)
 MARIANA DINIZ, A Arqueologia Pós-Processual ou o passado pós-moderno
 JOÃO ZILHÃO e Francisco Almeida, Interpretação Tecnológica e paletnográfica da ocupação proto-solutrense da Lapa do Anecrial (Porto de Mós)
 JOAQUINA SOARES, Para uma reconstrução do processo de neolitização em Portugal
 ANA CATARINA SOUSA, O Megalitismo da Galiza. Notas para uma bibliografia crítica

JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTÍNEZ, Do espaço doméstico ao espaço funerário: ideologia e cultura material na pré-história recente do centro de Portugal
 VICTOR S. GONÇALVES, Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4º e 3º milénios
 MANUEL CALADO, Endovélico e Rocha da Mina – o contexto arqueológico
 Carlos Fabião, Amílcar Guerra, A Cerâmica Campaniense do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)
 AMÍLCAR GUERRA; CARLOS FABIÃO, A ocupação romana

do Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia
VICTOR S. GONÇALVES; ANA MARGARIDA ARRUDA;
MANUEL CALADO, Novos contributos para a arqueologia
do Algarve oriental

CARLOS TAVARES DA SILVA, Os sítios, «horizontes» e
artefactos de Victor S. Gonçalves

Estamos cá todos, ainda e por enquanto, com alguns mais a chegarem e outros a partirem.

Olhando para o índice do número 1 de OPHIUSSA, que ora se apresenta, teremos,

MARCO ANTÓNIO ANDRADE – O sítio pré-histórico do
Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal):
um curioso contexto do Neolítico Final/ Calcolítico na
margem esquerda do Baixo Tejo;
ANA CATARINA SOUSA e JORGE LOPES – O sítio do Moinho
do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e
algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na
Península de Lisboa;
PEDRO ALBUQUERQUE – O Guadiana como fronteira?
Notas para um projecto de investigação;
ANA MARGARIDA ARRUDA, ELISA DE SOUSA, JOÃO
PIMENTA, RUI SOARES, HENRIQUE MENDES – Fenícios e
indígenas em contacto no Estuário do Tejo;

ELISA DE SOUSA – Algumas reflexões sobre a fase tardia da
Idade do Ferro no Ocidente Atlântico;
CARLOS PEREIRA – Produção e comércio de lucernas
durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das
lucernas tardo-antigas de produção Africana;
JACINTA BUGALHÃO – O papel da mulher na Arqueologia
Portuguesa;
RUI BOAVENTURA - *VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT*;
*e, na secção de RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS, – Estudos
Arqueológicos de Oeiras, 22 volumes e a contar...* (VICTOR S.
GONÇALVES).

Quanto às publicações de outra tipologia, temos as séries *Cadernos da uniarq e estudos&memórias*.

Nos primeiros, editaram-se

CADERNOS DA UNIARQ

- 1 – FABIÃO, C. (1989) – Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). ISBN: 972-667-108-6
- 2 – GONCALVES, V. S. (1992) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. ISBN: 972-667-319-4
- 3 – ARRUDA, A. M.; GOMEZ BELLARD, C.; VAN DOMMELEN, P., eds. (2007) – Sítios e paisagens rurais do Mediterrâneo púnico. ISBN: 978-989-95653-0-2
- 4 – SOUSA, E. (2009) – A cerâmica de tipo Kuass no Algarve. ISBN: 978-989-95653-1-9
- 5 – CASCALHEIRA, J. (2010) – Tecnologia lítica solutrense do Abrigo Vale Boi. ISBN: 978-989-95653-3-3
- 6 - ALBUQUERQUE, P. (2010) – Tartessos: entre mitos e representações. ISBN: 978-989-95653-2-6
- 7 - GONÇALVES, V. S. (2011) – As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche). ISBN: 978-989-95653-5-7
- 8 – GOMES, F. B. (2012) – Aspectos do sagrado na colonização fenícia. Contextos de culto de influência oriental na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-III a.n.e.). ISBN: 978-989-95653-6-4

Dos segundos, publicaram-se

ESTUDOS & MEMÓRIAS

- 1 - LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Estudos & memórias, 1. Lisboa: Uniarch/ INIC. 321 p. ISBN:
- 2 - GONÇALVES, V. S. (1989) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada. 2 Volumes. Estudos & memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/ INIC. 566+333 p. ISBN: 972-667-109-4
- 3 - VIEGAS, C. (2011) – A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. Estudos & memórias 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p. ISBN: 972-989-95653-4-0
- 4 - QUARESMA, J. C. (2012) – Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?). Estudos & memórias 4. Lisboa: UNIARQ. 488 p. ISBN: 978-989-9653-7-1
- 5 - ARRUDA, A. M., ed. (2013) – Fenícios e púnicos, por terra e mar, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos & memórias 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p. ISBN: 978-989-9653-8-8

- 6 - ARRUDA, A. M. ed., (2014) – Fenícios e púnicos, por terra e mar, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos & memórias 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p. 978-989-9653-9-5
- 7 - SOUSA, E. (2014) – A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo. Estudos & memórias 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p. ISBN: 978-989-99146-0-5
- 8 - GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas. Estudos & memórias 8. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p. ISBN: 978-989-99146-1-2
- 9 - SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos & memórias 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 624 p. ISBN: 978-989-99146-2-9; 978-989-99146-3-6

Clio e todas as edições da UNIARQ em formato A4, à excepção dos primeiros seis volumes dos Cadernos, em formato 19 x 24,5 cm.

O Sector de publicações da UNIARQ está assim de boa saúde e vários outros títulos estão no prelo e garantem a continuidade, agora sob a coordenação de Ana Catarina Sousa. Como diriam os chineses, que adoram as metáforas floridas, que a Grande Muralha nos proteja as camélias. Ou os japoneses, que são mais concretos, que as cerejeiras continuem a florir e o Gyokuro nunca nos falte (o Gyokuro, o sushi e o sashimi e, já agora, os pastéis de bacalhau e o cozido à portuguesa...).

Victor S. Gonçalves - Verão de 2017

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 17-49

O SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO DO SOBRAL DO MARTIM AFONSO (SALVATERRA DE MAGOS, PORTUGAL): UM CURIOSO CONTEXTO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO NA MARGEM ESQUERDA DO BAIXO TEJO

MARCO ANTÓNIO ANDRADE*

RESUMO

Conhecido desde finais do século XIX e assumido como um lugar de enterramento devido à recolha de alguns artefactos e objectos característicos deste tipo de contextos, o sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso oferece uma série de questões pertinentes ao estudo das comunidades do Neolítico final/Calcolítico do Sudoeste peninsular. Destaca-se: 1) a aparente coincidência entre um lugar habitacional e um lugar de enterramento, reunindo-se num mesmo local espaços dos vivos e espaços dos mortos; 2) o carácter «culturalmente megalítico» do contexto funerário aí identificado, numa área onde não se conhecem antas nem onde, devido à inexistência efectiva de suportes construtivos adequados no substrato geológico local, estas poderiam ter virtualmente existido; 3) a sua posição geográfica, em área de charneira entre o Alentejo e a Península de Lisboa. Este trabalho pretende assim apresentar novas leituras interpretativas; à luz dos dados recentes, sobre este sítio arqueológico, a respeito da sua possível funcionalidade específica e de acordo com os dados actualmente disponíveis.

Palavras-chave: Baixo Tejo; Neolítico final - Calcolítico; Contextos funerários; Contextos habitacionais.

ABSTRACT

Known since the late 19th century and assumed as a burial place due to the finding of some artefacts and objects typical of that kind of contexts, the prehistoric site of Sobral do Martim Afonso offers a series of questions regarding the study of the Late Neolithic/Chalcolithic communities in the Southwestern Iberian Peninsula. One can highlight: 1) the apparent coincidence between a settlement and a burial site, gathering in the same place the spaces for the living and the spaces for the dead; 2) the «culturally megalithic» features of the funerary context thereby identified, in an area in which there are no known megalithic monuments and where they could not have virtually existed, due to the actual absence of capable constructive supports in the local geological substratum; 3) its geographical position, in the transition area between Alentejo and the Lisbon Peninsula. This paper intends to present new interpretative readings about this archaeological site, regarding its possible specific functionality and according to the data currently available.

Keywords: Lower Tagus; Late Neolithic-Chalcolithic; Funerary contexts; Habitational contexts.

*Para o meu Martim,
que não é também Afonso
apenas por relutância da Mãe...*

1. ABRINDO...

O sítio do Sobral do Martim Afonso é essencialmente conhecido como um espaço de aparente carácter funerário desde o último quartel do século XIX, a partir dos textos de A. F. Simões sobre a *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*, onde se refere a «*Sepultura de Martim Affonso, perto Muge*» como o local de proveniência de uma alabarda de sílex, lâminas de sílex e um báculo de xisto gravado então conservados no Museu da Escola Politécnica (Simões 1878: 42, 53-54; cf. também Cardoso 2016), resultado de uma intervenção de F. Pereira da Costa talvez realizada durante os seus trabalhos nos concheiros de Muge em 1863, em colaboração com Carlos Ribeiro.

Existe contudo uma curiosa passagem de C. Ribeiro, durante a descrição do báculo recolhido na anta da Estria, referindo o seguinte (Ribeiro 1878: 9): «*O sr. Filippe Simões, na sua introdução à Archeologia da Península Ibérica, apresenta o desenho de outro objecto muito semelhante a este, que diz existir no Museu da Escola Polytecnica, e denomina-o "baculo", o qual diz ter sido encontrado na sepultura de Martim Affonso, mas de cujo achado não nos recordamos, posto termos sido nós quem primeiro explorámos esta sepultura, quando nos occupavamos de semelhantes investigações na freguezia de Muge*». Contudo, A. F. Simões esclareceu esta questão pessoalmente com F. Pereira da Costa (como se verá adiante), assegurando a proveniência do báculo como da sepultura de Martim Afonso.

Também S. Ph. Estácio da Veiga, fazendo a súpula das placas de xisto gravadas em território português de modo a contextualizar os exemplares por si recolhidos em Aljezur, se refere ao báculo proveniente da «*sepultura de Martim Affonso*» (Veiga 1887: 431, 436-438, 440, 450), ilustrando-a em mapa realizado em 1884 com a distribuição das placas de xisto gravadas conhecidas à altura em Portugal (cf. também Gonçalves 2004). Da mesma maneira, M. E. Cartailhac menciona o báculo de Martim Afonso, como um de três exemplos de artefactos deste tipo conhecidos à altura em território português (Cartailhac 1886: 93-94, 96).

Sobre a presença deste espólio nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, é apenas referido por E. A. Correia Lopes a entrada, em Dezembro de

1912, de uma «*placa de lousa, de forma encurvada, preistórica, encontrada em uma sepultura de Martim Afonso (talvez das escavações de Pereira da Costa)*», transferida do Museu da Escola Politécnica e sem fazer qualquer menção aos restantes componentes do conjunto (Lopes 1913: 165).

Posteriormente, é referido por G. e V. Leisner nos seus *Megalithgräber* (estando mencionados apenas a alabarda e o báculo), sendo descrito da seguinte forma (traduzido por alto do original alemão divulgado em Leisner - Leisner 1959: 275):

Grupo 5

Sepultura de Martins Affonso, Estampa 44, Monumento 12

Localização: em Muge

Esta sepultura, cuja forma é desconhecida, pode ser uma Anta de acordo com o inventário; alguns artefactos notáveis foram recuperados há alguns anos, conservados no Museu Etnológico com os números 7142 e 7154.

Ponta de punhal larga, triangular, de base ligeiramente cónica, polida a meio de ambas faces e retocada nos bordos, sílex castanho-escuro (1); báculo, decorado com bandas transversais de «dentes de lobo» (2).

Apesar de os artefactos aqui recolhidos se tratarem de peças comumente integráveis, a nível crono-cultural, em conjuntos megalíticos ratificados, estranha-se a posição aparentemente absurda deste contexto fora do âmbito geográfico de qualquer grupo megalítico conhecido, tendo apenas como paralelo uma outra curiosa ocorrência, a de Monte da Barca (Coruche) – para além do misterioso caso de Vale de Cavalos (Chamusca).

No âmbito da minha participação, em colaboração com César Neves e Gonçalo Lopes, no encontro *Muge 150th: Conference on the 150th Anniversary of the Discovery of the Mesolithic Shellmiddens at Muge* (realizado em Salvaterra de Magos em Março de 2013) com a contribuição «*Beyond the Mesolithic shell-middens: a chrono-cartographic overview of the ancient peasant communities in Muge*», foi analisado um conjunto de materiais arqueológicos recolhidos em inícios da década de 90 do século passado na área de Muge, entre os quais figuravam alguns provenientes do Sobral do Martim Afonso. Contudo, os elementos referentes a este sítio não se enquadravam naquilo que se poderá definir estritamente como *contexto funerário*, apresentando-se eminentemente como materiais provenientes de um *contexto habitacional*.

Desta maneira, ainda mais curioso se tornou este contexto, que aparentava reunir espaços dos vivos e espaços dos mortos num mesmo local.

Julgando que a referência feita a este sítio no artigo dos *Proceedings* do encontro acima referido seria demasiado curta para a sua importância relativa, relegou-se para outro contexto a sua apresentação individual – sendo os resultados aqui divulgados.

Agradece-se ao Dr. António Carvalho a autorização para estudo do espólio do Sobral do Martim Afonso pertencente ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia (assim como se agradece a presteza de Luísa Guerreiro, Paulo Alves e Luís Antunes, neste e noutros projectos). Agradece-se ainda a Gonçalo Lopes a cedência dos materiais por si recolhidos (e ainda as fotografias de enquadramento do sítio aqui apresentadas, em altura de maior caudal do Paul do Concelho, simulando o paleo-estuário), a Bruno Magalhães pelo apoio na classificação possível do espólio osteológico humano, e à Casa Cadaval (na pessoa do Eng.º António Saldanha) a autorização para o acesso ao sítio.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso localiza-se administrativamente na freguesia de Muge, concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém. Posiciona-se, segundo a folha nº 378 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000), nas seguintes coordenadas UTM (*datum* ED1950):

X (m): 0527250
Y (p): 4327450
N (alt.): 14 m

Ou, em coordenadas geográficas (*datum* WGS84):

Lat. (N): 39°05'37,83"
Long. (W): 08°41'10,65"

Localiza-se sobre os níveis dos terraços inferiores do Plistocénico (T3), encaixados entre a escarpa de calcários miocénicos de fácies lacustre da margem direita do Tejo e os depósitos pliocénicos acima dos limites do Miocénico detrítico da margem esquerda (nível geo-morfológico de Mora-Lamarosa). Inclui-se numa paisagem aberta genérica, caracterizada como uma área de encosta suave que desce desde a Serra de Almeirim até à margem do Tejo, configurando uma vasta área aplanada

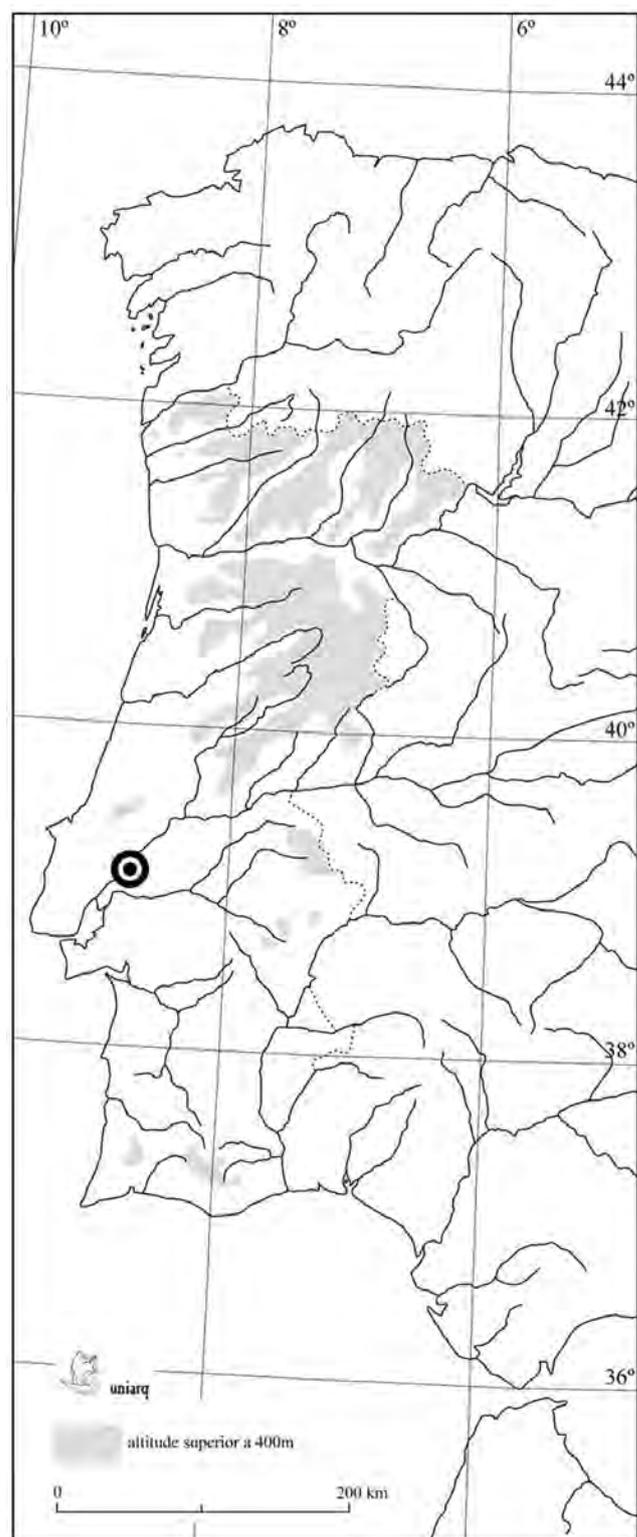


Fig. 1 - Localização do sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso no Ocidente peninsular.

correspondente aos terraços de depósitos fluviais (Daveau 1980; Martins 2004; Azevêdo 2004; Freitas *et al.* 2006).

Este é genericamente um espaço definido

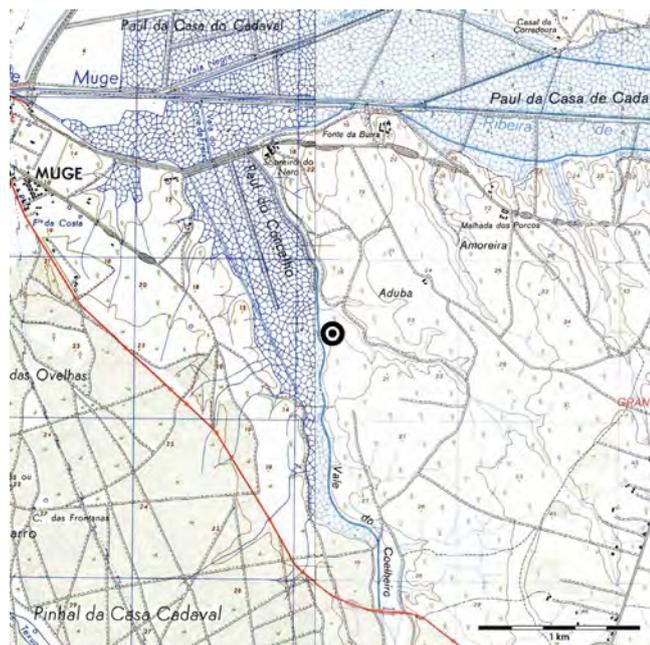


Fig. 2 - Localização do sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso na folha nº 378 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000).



Fig. 3 - Localização do sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso na folha nº 31C da Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50000).

pelos paleo-estuários formados pela transgressão flandriana, preenchendo o entalhe würmiano do Tejo e subsidiários directos, atingindo o seu máximo em ±5000 BP. Assim, em relação ao paleo-ambiente em

que se incluiria, este caracteriza-se, a partir de datas que coincidem sensivelmente com a instalação das primeiras comunidades camponesas do Neolítico antigo, pelo desenvolvimento de planícies mareais e marismas salobres, com a frente deltaica estabelecida em posição fronteira a Muge; por alturas do final do Calcolítico, esta área caracteriza-se já pela presença de barras e canais mareais e várzeas/planícies de inundação fluvial, subsistindo ainda as planícies de maré na zona abaixo de Muge, fronteira à foz da Ribeira de Magos (Vis *et al.* 2008; Vis *et al.* 2010; van der Schriek *et al.* 2007, 2008; Freitas *et al.* 2013).

Um ambiente florestal húmido, dominado por *pinus*, caracteriza esta área durante o Mesolítico final, sendo substituído por paisagens abertas de *quercus* por volta do advento das primeiras comunidades neolíticas, reflectindo uma certa inflexão ambiental (tendência de secagem regional). A partir do Calcolítico, sendo o regime de maré progressivamente substituído pelo regime fluvial de água doce, regista-se uma importante perturbação na vegetação atribuível possivelmente a actividade humana (van der Schriek *et al.* 2008: 148).

O sítio implanta-se, neste contexto, sobre um pequeno esporão sobranceiro à Ribeira do Vale do Coelho (afluente da margem esquerda da Ribeira de Muge), na confluência desta com um curso de água de menores dimensões e em posição fronteira ao Paul do Concelho, a cotas baixas, numa paisagem genericamente aberta que não oferece grandes constricções visuais – não havendo aparentes preocupações de carácter defensivo na escolha da sua implantação.

Encontra-se assim num ambiente ecotónico, entre o interior e a área paleo-estuarina do Tejo. Este paleo-estuário, anterior à sedimentação e formação das planícies aluviais holocénicas (e com as características apontadas acima), providenciaria uma importante disponibilidade de recursos possivelmente complementada com a exploração sazonal do interior. Encontra-se incluído numa mancha de ocupação horizontal que se estende até à Ribeira de Muge, compreendendo igualmente os sítios de Adua 1 e Sobreiro do Neto (ambos distanciando-se cerca de 800 m de Sobral do Martim Afonso, no mesmo plano topográfico).

O sítio encontra-se referenciado na base de dados *Endovélico* (da responsabilidade da DGPC) com o CNS 6681, sendo aqui estranhamente descrito como um «sítio onde foi recolhido um molde de amuleto em xisto, ornamentado com triângulos incisos», conservado no British Museum – sendo que



Fig. 4 - Aspecto do sítio do Sobral do Martim Afonso, visto da margem oposta da Ribeira do Vale do Coelho (actualmente represada); em primeiro plano, o Paul do Concelho em altura de maior caudal, simulando o paleo-estuário. Fotografias de Gonçalo Lopes.

o único espólio referido, entendido como «achado isolado» é o tal «molde de amuleto em xisto»!...

Contudo, este elemento refere-se somente a uma réplica do báculo recolhido no Sobral do Martim Afonso, réplica esta pertencente ao acervo do British Museum e referida por V. Correia aquando da recensão crítica do livro *Progressive Portugal* de Ethel C. Hargrove, publicado em 1914. Traduzindo directamente do original inglês, V. Correia refere: «No Museu Britânico, armario K, da secção de preistória, podem ver-se o molde de um amuleto de xisto, ornado com triângulos riscados, do período neolítico, de Martim Afonso, perto de Muge e Santarém» (Correia 1915: 298). Mais adiante, faz a clara distinção entre «os objectos arqueológicos, verdadeiros ou moldados, que o Museu Britânico possui do nosso país» (Correia 1915: 299), percebendo-se assim que *molde* (no sentido de algo que é *moldado*) se refere apenas a uma réplica de um artefacto (neste caso, do báculo) e não de um artefacto *per se*.

Existe ainda, na mesma base de dados, uma outra entrada para «Sobral do Martim Afonso» (CNS 11567), referindo-se contudo aos vestígios paleolíticos identificados na década de 40 do século passado durante os trabalhos do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e da Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal na área de Muge – que poderá igualmente ser a área de proveniência dos bifaces e machados de mão que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia com a referência «Martim Afonso, Muge» (Varanda - Andrade no prelo).

O espólio aqui estudado reparte-se em dois conjuntos: o primeiro refere-se aos materiais

provenientes do contexto funerário, pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia; o segundo refere-se aos materiais provenientes do contexto habitacional, recolhidos por Gonçalo Lopes em inícios da década de 90 do século passado (durante a execução da sua tese de Licenciatura em História e Património pela Universidade de Évora) e cedidos para estudo no âmbito da investigação sobre a evolução das antigas comunidades camponesas desde o Neolítico antigo até ao Calcolítico final na área de Muge (Andrade *et al.* 2015).

3. O CONTEXTO FUNERÁRIO

Actualmente, não se conhece o carácter estrutural exacto deste contexto funerário, sendo apenas referido que se trataria de um «depósito mortuário denominado sepultura, no sítio de Martim Affonso em Muge, a curta distância do Cabeço da Arruda» (Veiga 1887: 439). Com efeito, o contexto geológico em que este sítio se inclui (depósitos quaternários) permite refutar a hipótese de se tratar de um efectivo monumento megalítico (no sentido estrito do termo). Da mesma maneira, os contextos geológicos limítrofes (nomeadamente, calcários miocénicos), que poderiam ter sido usados como áreas de aquisição, não permitem a obtenção de suportes passíveis de serem utilizados como ortóstatos.

A. F. Simões, recolhendo informação directamente junto do escavador deste contexto, transcreve literalmente a sua descrição, cedida em espístola (Simões 1878: 101): «A sepultura de Martim Affonso não é, como á primeira vista parece, de sujeito



Fig. 5 - O espólio da «sepultura» de Martim Afonso, à esquerda segundo A. F. Simões (1878: 42 - fig. 15, 53 - fig. 33; adaptado) e à direita segundo G. e V. Leisner (1959: Taf. 44; adaptado). De notar, no desenho publicado por A. F. Simões, para além da reprodução espelhada dos artefactos, o erro da representação da primeira banda de triângulos do báculo.

assim chamado, mas um sitio que é conhecido por este nome, na propriedade do duque de Cadaval (residente em Paris). Esta sepultura era de tres lages compridas e duas estreitas nas extremidades, e tinha um capeamento de lages pequenas. Dentro continha ossos de um esqueleto, dos quaes só se aproveitaram alguns fragmentos de ossos longos, e o mais que V. viu no Museu. Esta propriedade do duque é nas margens da ribeira de Muge, e perto do Cabeço da Arruda, que também pertence ao mesmo duque», referindo ainda o báculo, as lâminas de sílex, a alabarda e os recipientes cerâmicos de pequena dimensão.

Como se denota pela descrição, não se trata propriamente de uma anta (e F. Pereira da Costa conhecia-as bem), percebendo-se contudo que se trataria de algo estruturado, talvez de tendência cistóide. Assim, este sítio poderá configurar algo semelhante ao registado em Monte da Barca, correspondendo a inumações realizadas possivelmente em «fossa» em contextos geológicos brandos (cf. Vicente *et al.* 1971; Gonçalves 2011), todavia distinguindo-se por apresentar alguma estruturação ou delimitação do espaço sepulcral.

O espólio daqui proveniente encontra-se representado pelas seguintes categorias: *Recipientes cerâmicos*, *Artefactos de pedra lascada*, *Artefactos relacionados com o Sagrado* e *Espólio osteológico*. Foram utilizados para o seu estudo, adaptados à realidade em análise, os critérios descritivos actualmente em uso pelo Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas da UNIARQ (e expressos, por exemplo, em Andrade 2009; Gonçalves 1989a, 2003, 2004, 2011, 2013; Sousa 2010).

Recipientes cerâmicos

Quatro elementos se contam nesta categoria, estando referenciados com os números de inventário MNA 997.73.1 a 4 – referindo-se a duas pequenas taças em calote aberta, uma taça alta fechada e um fragmento de bojo de recipiente cerâmico. Descrevem-se da seguinte forma:

MNA 997.73.1

Pequena taça em calote aberta, apresentando 5,5 cm de diâmetro externo, 4,7 cm de diâmetro interno e 5,2 cm de diâmetro do bojo. Regista 3 cm de altura e 2,2 cm de profundidade, tendo 0,5 cm de largura do lábio, 0,6 cm de espessura do bojo e 0,8 cm de espessura do fundo. Apresenta cozedura oxidante com arrefecimento redutor, com pasta semi-compacta com abundantes elementos não plásticos de fino calibre (quartzos angulosos e sub-rolados, feldspatos, escassas moscovites), sendo as suas superfícies alisadas.

Número de inventário antigo: MNA 3:851 (número vermelho).

MNA 997.73.2

Taça alta fechada, apresentando 7,8 cm de diâmetro externo, 6,7 cm de diâmetro interno e 8,5 cm de diâmetro do bojo. Regista 5,8 cm de altura e 4,6 cm de profundidade, tendo 0,7 cm de largura do lábio, 0,9 cm de espessura do bojo e 1 cm de espessura do fundo. Apresenta cozedura e arrefecimento redutores, com pasta semi-compacta com escassos elementos não plásticos de fino calibre (quartzos angulosos e sub-rolados, feldspatos), sendo as suas superfícies alisadas.

Números de inventário antigos: MNA 3:950 (número vermelho) e MNA 7151.

MNA 997.73.3

Pequena taça em calote aberta, apresentando 5,7 cm de diâmetro externo, 4,9 cm de diâmetro interno e 5,1 cm de diâmetro do bojo. Regista 2,5 cm de altura e 2 cm de profundidade, tendo 0,4 cm de largura do lábio, 0,7 cm de espessura do bojo e 0,6 cm de espessura do fundo. Apresenta cozedura redutora com arrefecimento parcialmente oxidante, com pasta semi-compacta com abundantes elementos não plásticos de fino calibre (quartzos angulosos e sub-rolados, feldspatos, escassas moscovites), sendo as suas superfícies alisadas.

Número de inventário antigo: MNA 3:949 (número vermelho).

MNA 997.73.4

Fragmento de bojo de recipiente indeterminado, com cerca de 0,7 cm de espessura. Apresenta cozedura redutora com arrefecimento oxidante, com pasta semi-compacta com abundantes

elementos não plásticos de fino calibre (quartzos angulosos e sub-rolados, feldspatos), sendo as suas superfícies alisadas.

Número de inventário antigo: MNA 3:950B (número vermelho).

Ref.	Forma	Tipo	Estado	DIA	DEA	DBJ	Alt.	IA	IP	Esp. Brd.	Esp. Bj.
997.73.1	A	Taça	Inteiro	4,7	5,5	5,2	3	105,76	54,54	0,5	0,6
997.73.2	F	Taça	Inteiro	6,7	7,8	8,5	5,8	91,76	74,36	0,7	0,9
997.73.3	A	Taça	Inteiro	4,9	5,7	5,1	2,5	111,76	43,86	0,4	0,7
997.73.4	Ind.	Ind.	Bojo	?	?	?	?	?	?	?	0,7

Fig. 6 - Recipientes cerâmicos: principais medidas de referência. *DIA*: Diâmetro Interno de Abertura, em cm; *DEA*: Diâmetro Externo de Abertura, em cm; *DBJ*: Diâmetro Bojo, em cm; *Alt.*: Altura Total, em cm; *IA*: Índice de Abertura ($DEA \times 100 / DBJ$); *IP*: Índice de Profundidade ($Alt. \times 100 / DEA$); *Esp. Brd.*: Espessura do Bordo, em cm; *Esp. Bj.*: Espessura do Bojo, em cm.

Ref.	Tipo Bordo	Perfil Bordo	Dir. Bordo	Pasta	Coz.	Arref.	ENP nº	ENP dim.	Trat. Sup.
997.73.1	Não esp.	Arredondado	Recto	Semi-comp.	Ox.	Red.	Abundantes	Finos	Alisada
997.73.2	Não esp.	Arredondado	Recto	Semi-comp.	Red.	Red.	Escassos	Finos	Alisada
997.73.3	Não esp.	Arredondado	Recto	Semi-comp.	Red.	Ox.	Abundantes	Finos	Alisada
997.73.4	?	?	?	Semi-comp.	Red.	Ox.	Abundantes	Finos	Alisada

Fig. 7 - Recipientes cerâmicos: morfologia do bordo, pastas e acabamentos.

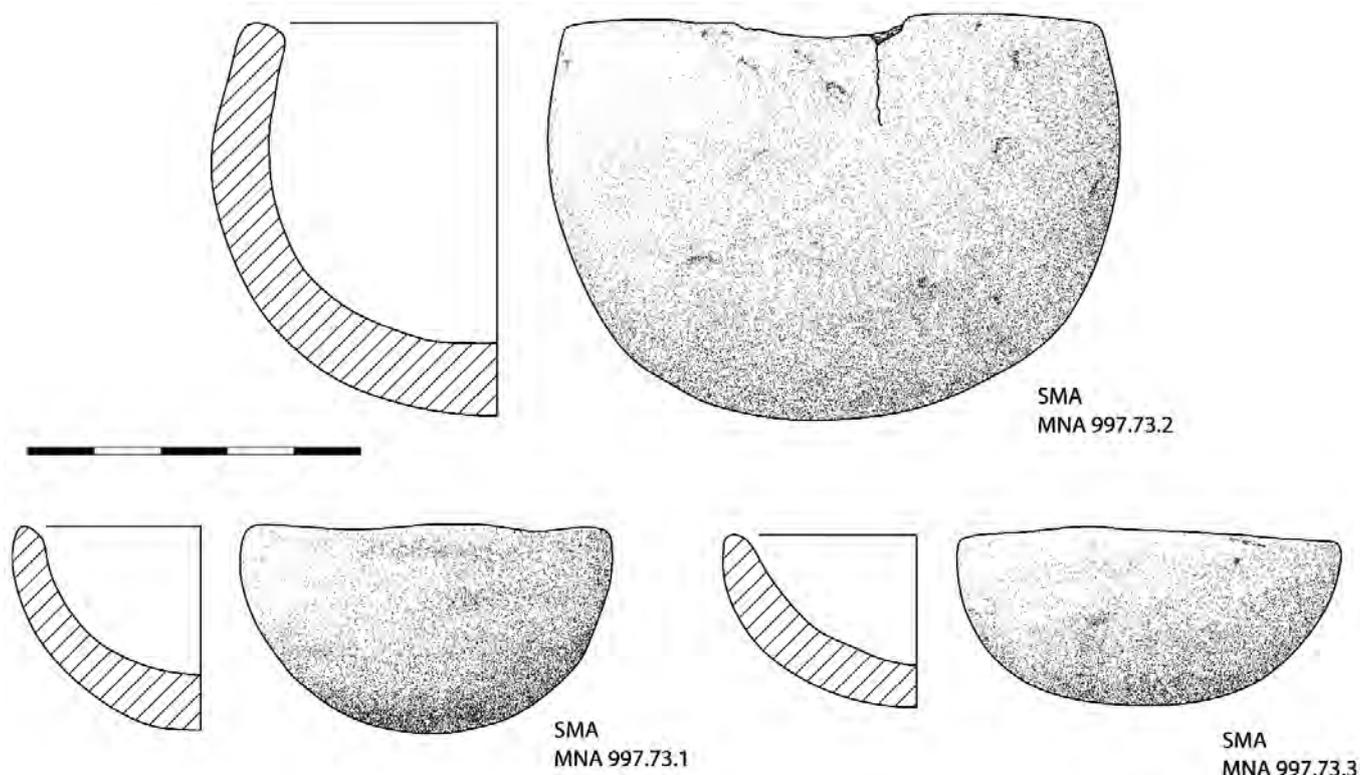


Fig. 8 - Recipientes cerâmicos da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.2, 997.73.1 e 997.73.3.



Fig. 9 - Recipientes cerâmicos da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.2, 997.73.1 e 997.73.3. Diâmetro externo do recipiente maior: 7,8 cm.

Artefactos de pedra lascada

Nesta categoria contam-se nove elementos: uma pequena alabarda (MNA 997.73.6) e oito lâminas (MNA 997.73.7 a 14), qualquer um deles usando sílex como suporte. Descrevem-se da seguinte forma:

MNA 997.73.6

Pequena alabarda (ou grande ponta de dardo) de sílex, de contorno sensivelmente triangular, com base igualmente triangular (esboçando uma espécie de pedúnculo sensível) e perfil rectilíneo. Apresenta 10,9 cm de altura total (10 cm, descontando a área basal pedunculada), 6,7 cm de largura da base, 4,5 cm de largura mesial e 0,2 cm de largura do topo (encontrando-se este intacto). Oferece 0,5 cm de espessura.

Possui retoque bifacial invasor em todo o perímetro da peça (cobridor na extremidade distal), rasante, distribuindo-se entre escamoso a escalariforme; apresenta polimento intenso na área ventral, no anverso e no reverso.

O sílex apresenta tonalidade bege-acastanhada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:883 (número vermelho) e MNA 7142.

MNA 997.73.7

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se

conservada apenas pelas áreas proximal e mesial, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitagem, obtida por pressão. O talão é esmagado/retocado. O bolbo, reduzido, apresenta-se eliminado por retoque. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos paralelos (mais estreitos no talão) e nervuras sensivelmente paralelas (2), com perfil convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos, abrupto e curto, com levantamentos sub-paralelos.

Encontra-se aparentemente fracturada por flexão.

Oferece 10,9 cm de comprimento conservado, com uma largura máxima de 2,5 cm e mínima de 1,2 cm, com uma espessura máxima de 0,9 cm e mínima de 0,6 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro), sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:879 (número vermelho) e MNA 7147.

MNA 997.73.8

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se conservada apenas pelas áreas mesial e distal, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitagem, obtida por pressão. O talão e o bolbo, por fractura da peça, são indetermináveis. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos e nervuras (2) paralelos, com perfil convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos, abrupto e curto, com levantamentos sub-paralelos. Apresenta igualmente retoque na extremidade distal (retoque «em leque»).

Encontra-se aparentemente fracturada por flexão.

Oferece 10,1 cm de comprimento conservado, com uma largura máxima de 1,7 cm e mínima de 1 cm, com uma espessura máxima de 0,7 cm e mínima de 0,5 cm.

O sílex apresenta tonalidade cinzenta-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:881 (número vermelho) e MNA 7148.

MNA 997.73.9

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se

conservada apenas pela área mesial, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, com córtex vestigial, obtida por pressão. O talão e o bolbo, por fractura da peça, são indetermináveis. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos e nervuras (2) paralelos, com perfil convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos, semi-abrupto e curto, com levantamentos paralelos.

Encontra-se aparentemente fracturada por flexão.

Oferece 6,9 cm de comprimento conservado, com uma largura máxima de 2,4 cm e mínima de 1,8 cm, com uma espessura máxima de 0,7 cm e mínima de 0,5 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:880 (número vermelho) e MNA 7150.

MNA 997.73.10

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se inteira, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, obtida por pressão. O talão é esmagado/retocado. O bolbo, reduzido, apresenta-se eliminado por retoque. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos bi-convexos e nervuras divergentes (2), com perfil convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos, abrupto e curto, com levantamentos de sub-paralelos a escamosos (principalmente no bordo direito). Apresenta igualmente retoque na extremidade distal (retoque «em leque»).

Oferece 14,9 cm de comprimento, com uma largura máxima de 2,8 cm e mínima de 1 cm, com uma espessura máxima de 0,9 cm e mínima de 0,4 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:878 (número vermelho) e MNA 7144.

MNA 997.73.11

Lâmina de sílex não retocada. Apresenta-se

conservada apenas pelas áreas proximal e mesial (faltando apenas uma pequena parte da extremidade distal), correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, obtida por percussão indirecta. O talão é diédrico. O bolbo, nítido, apresenta-se esquirolado. A secção é triangular, apresentando os bordos paralelos com talão estreito, com perfil convexo.

Encontra-se aparentemente fracturada acidentalmente.

Oferece 13,3 cm de comprimento conservado, com uma largura máxima de 2,5 cm e mínima de 1,5 cm, com uma espessura máxima de 0,8 cm e mínima de 0,4 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:875 (número vermelho) e MNA 7143.

MNA 997.73.12

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se inteira, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, obtida por pressão. O talão é esmagado/retocado. O bolbo, reduzido, apresenta-se eliminado por retoque. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos paralelos e nervuras convergentes (2), com perfil mesial direito e perfil distal convexo.

Apresenta retoque directo contínuo no bordo esquerdo (terço proximal), semi-abrupto e curto, com levantamentos sub-paralelos. Apresenta igualmente retoque nas extremidades distal (retoque «em leque») e proximal.

Oferece 10,4 cm de comprimento, com uma largura máxima de 1,8 cm e mínima de 0,9 cm, com uma espessura máxima de 0,6 cm e mínima de 0,3 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:882 (número vermelho) e MNA 7149.

MNA 997.73.13

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se inteira, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, obtida por pressão. O talão é esmagado/

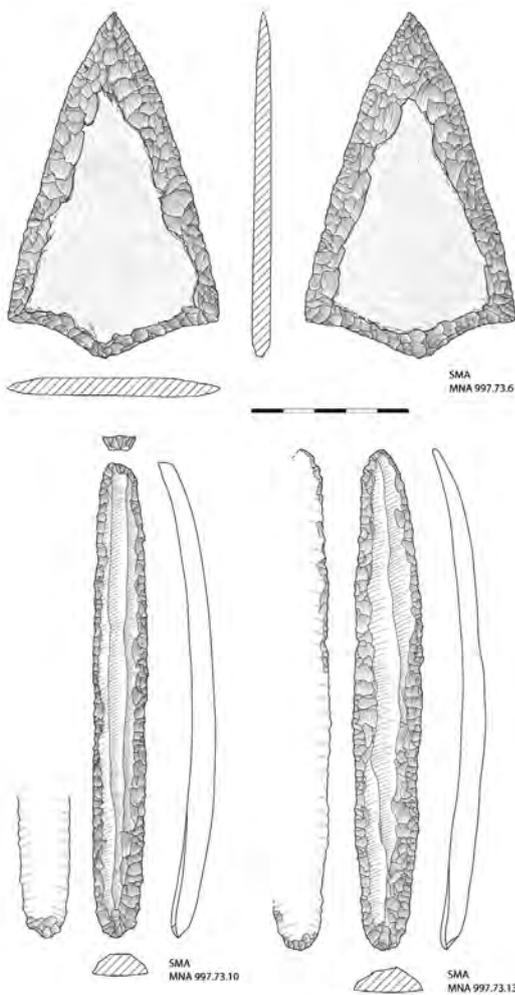


Fig. 10 - Artefactos de pedra lascada da «sepultura» de Sobral do Martim Afonso: alabarda MNA 997.73.6 e lâminas retocadas MNA 997.73.10 e 997.73.13.

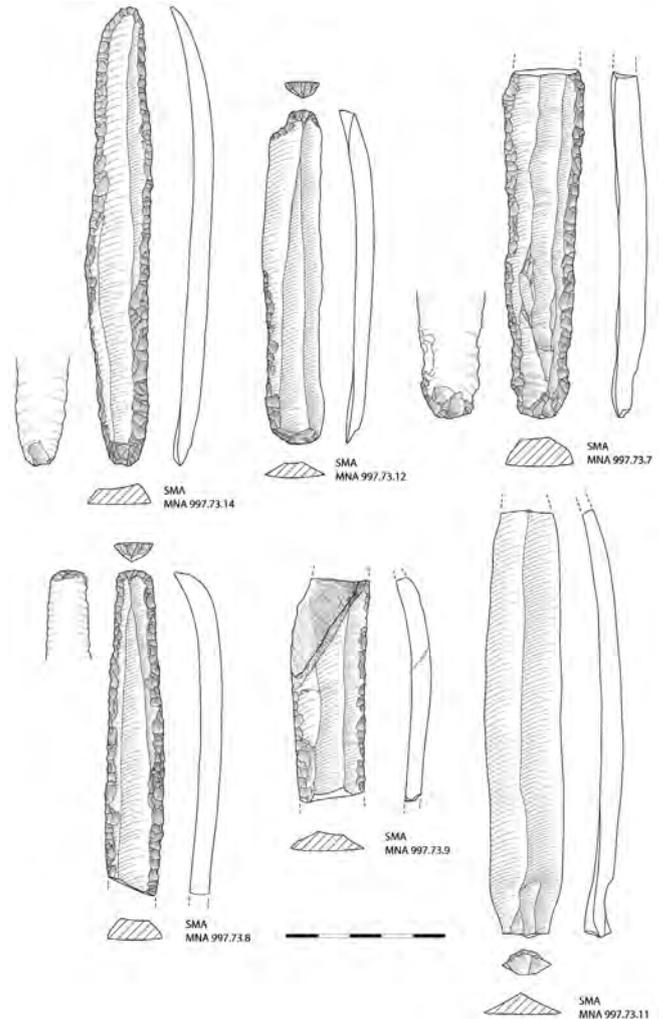


Fig. 11 - Artefactos de pedra lascada da «sepultura» de Sobral do Martim Afonso: lâminas retocadas MNA 997.73.14, 997.73.12, 997.73.7, 997.73.8, 997.73.9 e lâmina bruta MNA 997.73.11.

retocado. O bolbo, reduzido, apresenta-se eliminado por retoque. A secção é trapezoidal, apresentando os bordos bi-convexos e nervuras irregulares (2), com perfil mesial direito e perfil distal convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos (bifacial no terço distal do bordo esquerdo), semi-abrupto, de curto a longo, com levantamentos de sub-paralelos a escamosos. Apresenta igualmente retoque na extremidade distal (retoque «em leque») e proximal.

Oferece 15,8 cm de comprimento, com uma largura máxima de 2,3 cm e mínima de 0,7 cm, com uma espessura máxima de 0,8 cm e mínima de 0,3 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e



Fig. 12 - Alabarda da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.6.

esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:877 (número vermelho) e MNA 7145.

MNA 997.73.14

Lâmina de sílex retocada. Apresenta-se inteira, correspondendo a um exemplar de fase plena de debitage, obtida por pressão. O talão é esmagado/retocado. O bolbo, reduzido, apresenta-se eliminado por retoque. A secção é trapezoidal, apresentando



Fig. 13 - Lâminas da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.10, 997.73.13, 997.73.14, 997.73.12, 997.73.7, 997.73.8, 997.73.9 e 997.73.11.

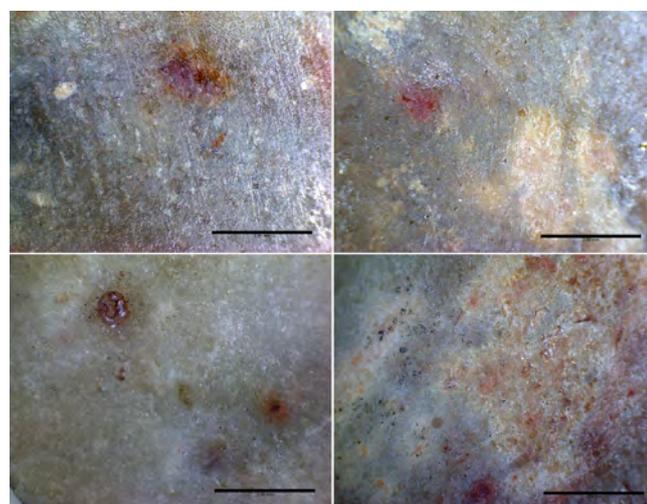


Fig. 14 - Aspecto microscópico (x50) do sílex utilizado nos artefactos de pedra lascada da «sepultura» de Sobral do Martim Afonso. A: alabarda MNA.997.73.6; B-D lâminas MNA 997.73.7, 997.73.11 e 997.73.14. Correspondem qualquer um deles a sílices geologicamente atribuíveis ao Cenomaniano superior, evidenciando-se a presença de micro-quartzos e óxidos de ferro, característico das silicificações cenomanianas da Alta Estremadura portuguesa. A escala corresponde a 2,5 mm.

os bordos paralelos com talão estreito e nervuras sensivelmente paralelas (2), com perfil mesial direito e perfil distal convexo.

Apresenta retoque directo contínuo em ambos bordos, abrupto, curto, com levantamentos sub-paralelos. Apresenta igualmente retoque na extremidade distal (retoque «em leque») e proximal.

Oferece 14,3 cm de comprimento, com uma largura máxima de 2 cm e mínima de 0,7 cm, com uma espessura máxima de 0,6 cm e mínima de 0,3 cm.

O sílex apresenta tonalidade castanha-esverdeada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, sendo de grão fino, com textura *mudstone*.

Números de inventário antigos: MNA 3:876 (número vermelho) e MNA 7146.

Artefactos relacionados com o Sagrado

Um único elemento se regista nesta categoria, referindo-se a um báculo de xisto ardoso, referenciado com o número MNA 997.73.5. Apresenta uma altura no eixo vertical principal de cerca de 27,4 cm, com uma largura de 13,8 cm no topo, 6,4 cm na área mesial e 2,7 cm na base. Possui 0,8 cm de espessura média. O motivo exclusivo que se desenvolve em rotação da Cabeça para o limite gravado do cabo é constituído por sete bandas de triângulos preenchidos – a primeira (sendo estas bandas lidas do topo para a base) está gravada com triângulos preenchidos com o vértice para baixo, as seis restantes estão gravadas com triângulos preenchidos com o vértice para cima, qualquer uma composta por quatro triângulos. Apresenta assim a seguinte composição (lida no sentido da cabeça para a empunhadura):



Os triângulos junto aos bordos encontram-se truncados, exceptuando o da primeira banda junto ao bordo interior. Estas bandas, dispostas simetricamente em relação à curvatura da peça, apresentam espessuras variáveis, sendo mais amplas junto ao bordo exterior e menos amplas junto ao bordo interior. Apresentam as seguintes espessuras médias: 4,5 cm / 4,8 cm / 4,9 cm / 4,1 cm / 2,8 cm / 2,4 cm / 3,5 cm.

O espaço de reserva no cabo («empunhadura»), sem decoração, atinge os 6,9 cm.

Número de inventário antigo: MNA 7154.

Os contornos da decoração encontram-se «reforçados» com grafite, acção realizada em data incerta – e que trabalhos realizados no Laboratório de Conservação e Restauro do MNA, com solventes vários, não conseguiram remover por completo (e que a Grande Mãe fulmine, com os seus Sóis flamejantes e irascível justiça, a mão ímpia do seu indigno autor)...

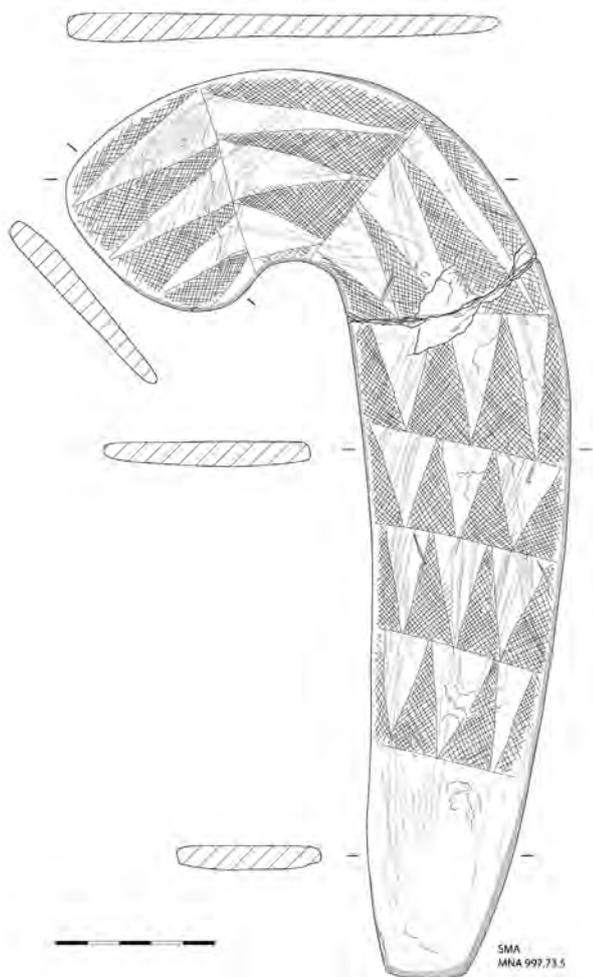


Fig. 15 - Báculo de xisto gravado da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.5.



Fig. 16 - Báculo de xisto gravado da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso: MNA 997.73.5. à esquerda, pormenores da Cabeça, da área de transição Cabeça-Cabo e da empunhadura lisa.

Espólio osteológico

Referenciado com o número MNA 997.73.15, encontra-se um conjunto de fragmentos de ossos humanos provenientes da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso. Referem-se aos seguintes elementos (classificados com o apoio de Bruno Magalhães): um fragmento de diáfise de fémur direito (MNA 997.73.15a), um fragmento de diáfise de fémur esquerdo (MNA 997.73.15b), um terço distal de úmero direito (MNA 997.73.15c), um fragmento de crânio (MNA 997.73.15d), um fragmento de diáfise de tibia direita (MNA 997.73.15e) – para além de outros fragmentos inclassificáveis, mas provavelmente pertencentes aos elementos acima descritos, não tendo sido possível (apesar das fracturas recentes) a sua recolagem.

Aparentemente, pertencem a indivíduo adulto (ou jovem-adulto), de género indeterminado, não havendo certezas absolutas de poderem pertencer ao mesmo indivíduo. No entanto, F. Pereira da Costa refere especificamente a recolha de «ossos de um esqueleto» (sublinhado do signatário), o que, aliado à não repetição de elementos (com as reservas devidas à exiguidade da amostra), permite supor que se trata efectivamente de um único indivíduo.

Estes elementos mantêm ainda aderentes às suas superfícies (assim como preenchendo o seu interior) sedimentos de matriz silto-arenosa com pequenos grãos sub-rolados de quartzo – o que

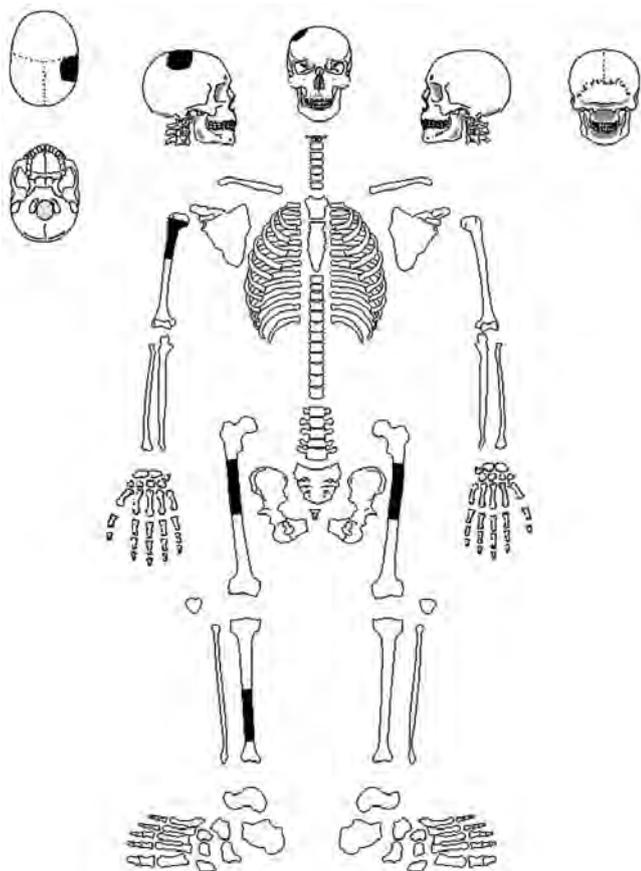


Fig. 17 - Elementos osteológicos conservados da «sepultura» de Sobral do Martim Afonso.

condiz com o contexto geológico aqui reconhecido.
Número de inventário antigo: MNA 7155.

4. O CONTEXTO HABITACIONAL

O espaço entendido como *contexto de habitat* encontra-se definido por uma área de cerca de 650 m², delimitada pela dispersão de espólio arqueológico. Foram recolhidos artefactos integráveis em distintas categorias: *Recipientes cerâmicos*, *Artefactos de pedra lascada*, *Artefactos de pedra polida*, *Artefactos de pedra afeiçãoada*, *Artefactos possivelmente relacionados com o Sagrado*, *Outros artefactos e objectos*.

Foram utilizados para o estudo deste espólio, adaptados à realidade em análise, os critérios descritivos actualmente em uso pelo Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas da UNIARQ (e expressos, por exemplo, em Gonçalves 1989a; Sousa 2010). Tendo em conta o inerente carácter fraccionado da informação recolhida, referindo-se exclusivamente a recolhas de superfície, esta não será tratada estatisticamente – apresentando-se apenas uma leitura global dos



Fig. 18 - Exemplos do espólio osteológico recolhido na «sepultura» de Sobral do Martim Afonso; diáfises de fémur MNA 997.73.15a e 15b, diáfise de tíbia MNA 997.73.15e e terço distal de úmero MNA 997.73.15c.

dados recuperados, baseada nas características genéricas do espólio recolhido.

Recipientes cerâmicos

Segundo informação do colector, a larga maioria do espólio cerâmico identificado à superfície refere-se a bojos simples, sem qualquer elemento distintivo – pelo que não foram recolhidos à altura.

Em relação aos fragmentos com elementos caracterizadores (neste caso, aqueles que conservam porções de bordo ou motivos decorativos), estes referem-se maioritariamente a formas facilmente integráveis em contextos do Neolítico final e do Calcolítico inicial. O catálogo cerâmico do sítio do Sobral do Martim Afonso oferece, assim, uma relativa variedade morfo-tipológica – característica sumária deste âmbito crono-cultural específico.

Foram reconhecidos pratos de bordo espessado (incluindo um exemplar com bordo

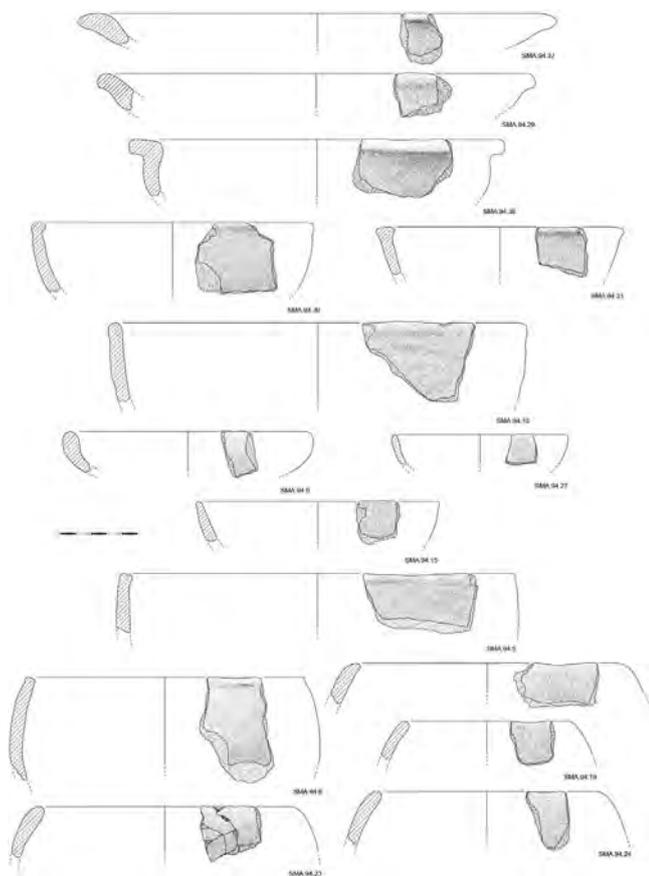


Fig. 19 - Exemplos do espólio cerâmico recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso: pratos (SMA.94. 37 e SMA.94.29); taça de bordo em aba (SMA.94.38); taças de bordo espessado (SMA.94.30 e 21); grande taça aberta (SMA.94.10); taças em calote abertas (SMA.94.9, 27 e 15); esferoidais (SMA.94.5, 6, 19, 23 e 24).

almendrado, SMA.94.37), grandes taças de bordo em aba (SMA.94.38), taças de bordo bi-espessado, taças em calote abertas, esferoidais, taças em calote fechadas, taças de bordo envasado (SMA.94.11), potes de bordo espessado e taças carenadas (SMA.94.16). Recolheu-se ainda um fragmento de um possível fundo de vaso troncocónico (SMA.94.36), elemento que oferece algumas particularidades interessantes, debatidas mais à frente.

A nível de fabrico, o conjunto dos recipientes cerâmicos recolhidos no contexto habitacional do Sobral do Martim Afonso mostra-se muito homogéneo. Apresentam pastas compactas a semi-compactas, homogéneas, com cozeduras e arrefecimentos maioritariamente oxidantes, com abundantes elementos não plásticos, de calibre fino a médio (maioritariamente correspondendo a grãos sub-rolados de quartzo, com valores

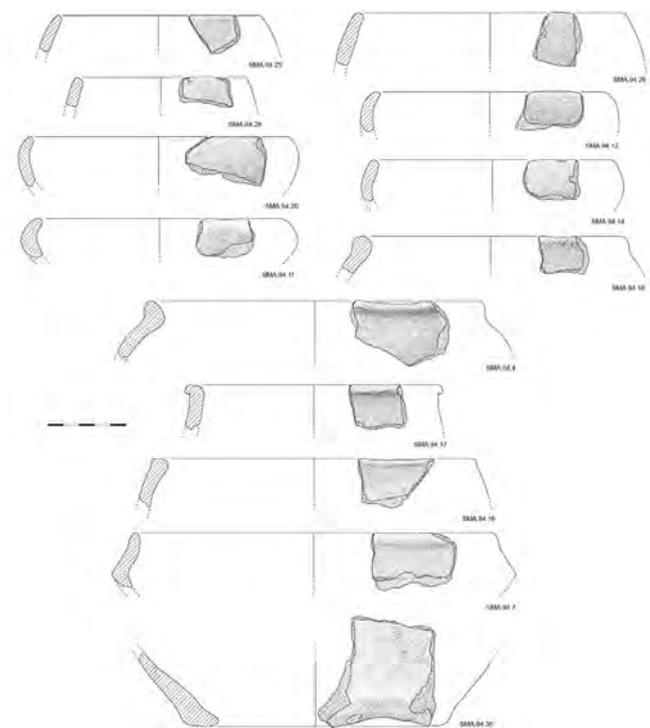


Fig. 20 - Exemplos do espólio cerâmico recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso: esferoidais (SMA.94.25, 26, 28 e 12); taças em calote fechadas (SMA.94.20 e 14); taça de bordo envasado (SMA.94.11); potes de bordo espessado (SMA.94.18, 4, 17 e 16); taça carenada (SMA.94.7); fundo de recipiente de troncocónico (SMA.94.36)

percentualmente inferiores de feldspatos, moscovites e hematites), apresentando superfícies de rugosas a alisadas (registando-se um elemento possivelmente cepilhado).

As argilas usadas na sua produção são aparentemente locais, tendo em conta as características petrográficas dos componentes não plásticos. Um único elemento se destaca neste conjunto, apresentando pasta pouco compacta, com cozedura redutora, registando-se a presença de negativos de elementos calcários deteriorados durante a cozedura.

Em relação aos recipientes decorados, estes encontram-se representados por apenas dois elementos.

O primeiro (SMA.94.13) corresponde a um fragmento de um pequeno recipiente de paredes rectas com cerca de 10 cm de diâmetro externo, de superfícies polidas, com pasta compacta e homogénea, com elementos não plásticos de calibre muito fino, apresentando uma canelura larga e pouco profunda abaixo da linha do bordo. Morfológicamente (a nível

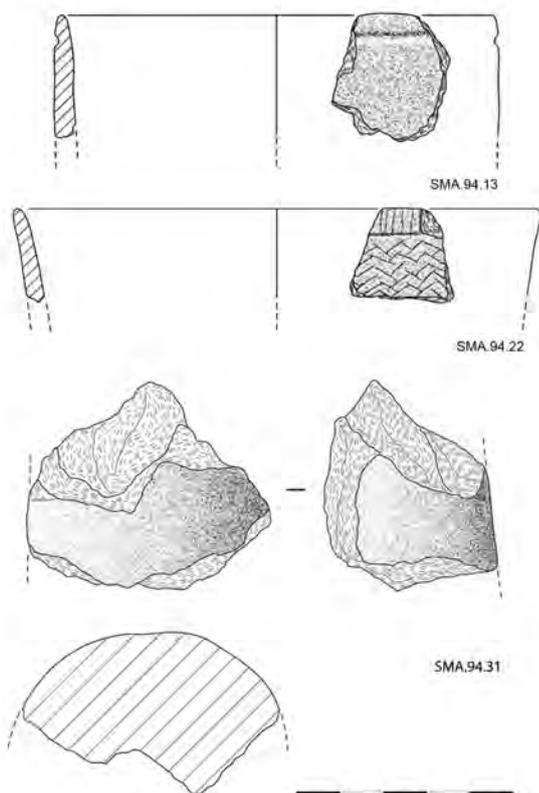


Fig. 21 - Exemplos do espólio cerâmico recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso: recipientes de paredes rectas («copo») com canelura abaixo do bordo (SMA.94.13); vaso campaniforme com decoração incisa (SMA.94.22); fragmento de «ídolo de cornos» (SMA.94.31).



Fig. 22 - Copo canelado (SMA.94.13) e vaso campaniforme (SMA.94.22) recolhidos no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso.

do tratamento de superfícies, das características da pasta e da decoração) poder-se-á fazer equiparar este elemento aos típicos copos canelados do Calcolítico inicial da Península de Lisboa – o que se coaduna, cronologicamente, com o conjunto analisado.



Fig. 23 - Aspecto microscópico (x50) das pastas dos fragmentos de recipientes cerâmicos recolhidos no «contexto habitacional» do Sobral do Martim Afonso. Evidencia-se a presença de elementos não plásticos constituídos maioritariamente por grãos de quartzo subrolados e, em menor número, de feldspatos, moscovites e hematites (imagens A-D). A imagem E mostra a presença de elementos calcários deteriorados durante a cozedura. A imagem F, referente ao fragmento campaniforme, mostra o calibre mais fino dos elementos não plásticos, em relação àqueles atribuíveis ao Neolítico final/Calcolítico (restantes imagens). A escala corresponde a 2,5 mm.

O segundo (SMA.94.22), já cronologicamente mais avançado em relação ao geral do conjunto, refere-se ao fragmento de bordo de um vaso campaniforme com decoração incisa. A orientação do bordo (sendo exvasado) poderá indicar que se trata de um pequeno vaso acampanado, mais do que uma caçoila (tendo em consideração o escasso diâmetro que apresenta, sendo este de cerca de 12 cm externos). A sua decoração compõe-se por incisões oblíquas-horizontais acopladas, formando uma espécie de linhas ziguezagueantes horizontais (ou, dependendo da tendência de leitura, de bandas em espinha verticais). Este motivo decorativo encontra-se encimado por uma banda de métopes incisas disposta abaixo da linha do bordo. Encontra-se, assim e aparentemente, incluído nos conjuntos

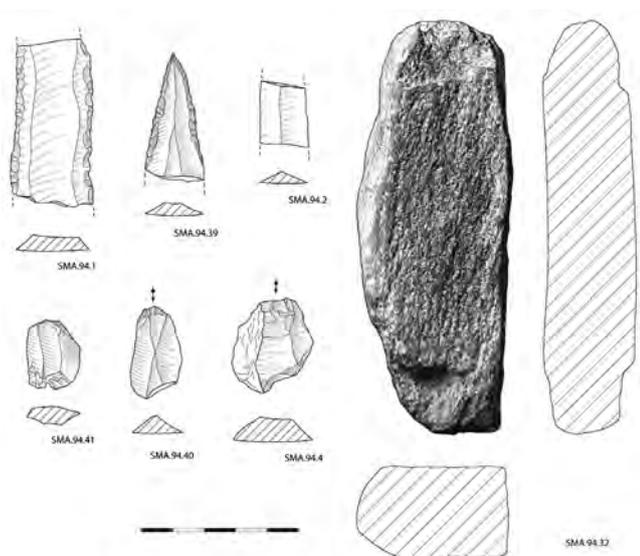


Fig. 24 - Exemplos do espólio lítico (talhado e polido) recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso: grande lâmina de sílex retocada (SMA.94.1); furador sobre lâmina de sílex (SMA.94.39); lâmina de sílex simples (SMA.94.2); núcleo tabular de lamelas (SMA.94.41); «flanco de núcleo» de sílex (SMA.94.40); «flanco de núcleo» com superfícies patinadas (SMA.94.3); possível «bloco-lingote» de rocha anfibólica com superfícies sumariamente polidas (SMA.94.32).

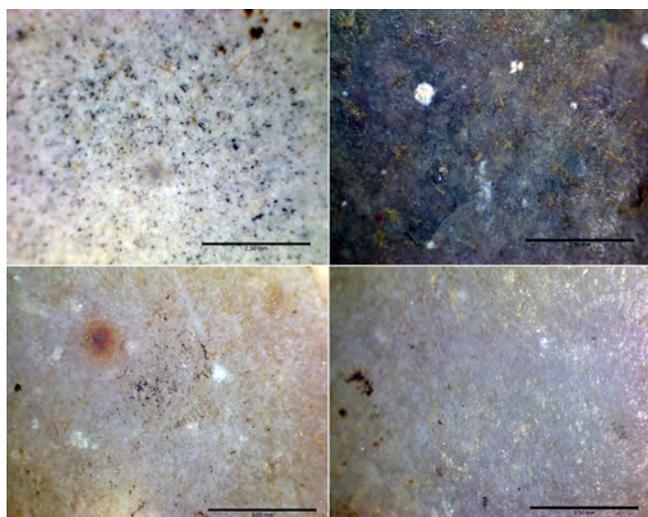


Fig. 25 - Aspecto microscópico (x50) do sílex utilizado nos artefactos de pedra lascada do «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso. A: lâmina SMA.94.1, geologicamente atribuível ao limite Batoniano-Bajociano (sem certezas absolutas), com presença de escassos óxidos de ferro e elementos lenticulares negros de origem indeterminada, B: lâmina SMA.94.2, geologicamente atribuível ao Cenomaniano superior, evidenciando-se a presença de micro-quartzos, fissuras preenchidas por calcedónia e óxidos de ferro, característico das silicificações cenomanianas da Alta Estremadura portuguesa. A escala corresponde a 2,5 mm.

campaniformes tardios, datáveis do último terço do 3º milénio a.n.e.

Encontram-se ainda no conjunto do Sobral do Martim Afonso dois fragmentos de bordos de «panelas» da Idade do Ferro, obviamente já afastados do âmbito cronológico abordado neste trabalho.

Artefactos de pedra lascada

O conjunto de artefactos de pedra lascada é escasso, mas ainda assim característico desta etapa cronológica. O espólio em sílex, para além de alguns poucos restos de talhe, compreende um fragmento de uma grande lâmina retocada (SMA.94.1), um fragmento de lâmina simples (SMA.94.2), um furador sobre lâmina (SMA.94.39), um pequeno núcleo tabular de lamelas de debitação bipolar (SMA.94.41) e um «flanco de núcleo» (SMA.94.40). Recolheu-se ainda um outro «flanco de núcleo» com superfícies bastante patinadas (SMA.94.32) podendo referir-se a períodos cronológicos anteriores à ocupação do Neolítico final/Calcolítico do Sobral do Martim Afonso.

Basicamente, o sílex usado nestes artefactos apresenta tonalidade castanha-amarelada, castanha-esverdeada e castanha avermelhada, com alguns pequenos zonamentos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro) e esbranquiçados, sendo semi-translúcido. Oferece boa qualidade de talhe, de grão fino, com textura *mudstone*. Estas são características típicas da silicificações cenomanianas da Alta Estremadura, patentes por exemplo nas silicificações da área de Amieira-Arruda dos Pisões (cf. Matias 2012).

A lâmina SMA.94.1, contudo, oferece características distintas. Apresenta tonalidade esbranquiçada, com escassos óxidos de ferro e elementos lenticulares negros de origem indeterminada, sendo opaco. Oferece qualidade de talhe relativamente boa, sendo de grão fino, com aparente textura *wakestone-packstone* – podendo corresponder a sílex geologicamente atribuível ao limite Batoniano-Bajociano (embora uma análise mais rigorosa seja necessária, não havendo certezas absolutas nesta classificação).

Foi recolhido ainda um seixo-núcleo de quartzito (SMA.94.33), usando um seixo achatado como suporte (± 3 cm de espessura), com exploração unidireccional por progressão frontal de tipo remontante.

Artefactos de pedra polida

Enquadrável nesta categoria, apenas foi



Fig. 26 - Seixo-núcleo de quartzito recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso (SMA.94.33).

recolhido um único artefacto. Refere-se a um possível «bloco-lingote» de rocha anfibólica, apresentando contorno sub-retangular, com superfícies desbastadas (resultantes da lascagem de conformação) e polimento sumário na extremidade distal (possível ensaio de polimento). Oferece 8,9 cm de comprimento, para uma largura máxima de 3,3 cm e uma espessura média de 2 cm.

Artefactos de pedra afeiçoada

Esta categoria encontra-se representada por dois componentes.

O primeiro refere-se a uma elemento de moagem (SMA.94.34), usando como suporte granito porfiróide, biotítico. Encontra-se fragmentado, possivelmente por acção térmica. A sua superfície operante não se encontra conservada, pelo que não se poderá estabelecer com precisão a sua funcionalidade.

O segundo corresponde a um percutor de quartzito (SMA.94.35), apresentando superfícies



Fig. 27 - Possível «bloco-lingote» de rocha anfibólica recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso (SMA.94.33).

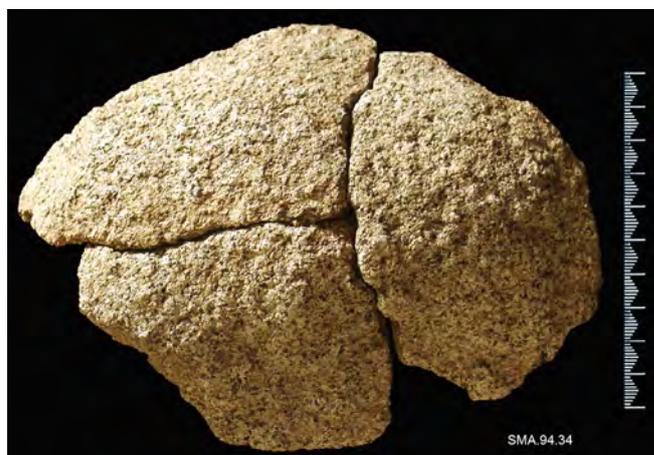


Fig. 28 - Fragmento de elemento de mó de granito recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso (SMA.94.34).

lascadas e arestas maceradas – correspondendo estas às áreas operantes usadas para percussão. À primeira vista, aparenta tratar-se de um seixo-núcleo poliédrico reaproveitado; contudo, os «levantamentos» observados em todo o perímetro da peça poderão corresponder somente, mais do que a efeitos de debitage intencional, a fracturas de impacto resultantes do seu uso enquanto percutor (com lascagem indesejável do objecto durante a



Fig. 29 - Percutor de quartzito, com superfícies lascadas e arestas maceradas, recolhido no «contexto habitacional» do sítio do Sobral do Martim Afonso (SMA.94.35).

percussão). A referida maceração das arestas não permite clarificar com rigor aquela hipótese.

Artefacto possivelmente relacionados com o Sagrado

Um único elemento se poderá enquadrar nesta categoria (se assumirmos esta interpretação para este tipo de artefactos), referindo-se a um fragmento da área mesial de um «ídolo de cornos» (SMA.94.31). A sua morfologia específica é impossível de definir, dado o estado fragmentado da peça.

Apresenta pasta semi-compacta, homogénea, com elementos não plásticos pouco abundantes, de calibre fino e médio, compostos por grãos de quartzo sub-rolados e feldspatos. Apresenta cozedura redutora e arrefecimento oxidante, tendo as superfícies alisadas.

Outros artefactos e objectos

Nesta categoria incluem-se apenas os nódulos de «cerâmica de revestimento» recolhidos, alguns conservando negativos de caules. Apresentam pastas alaranjadas, compactas, com grãos de quartzo sub-rolados, de médio calibre.

5. O SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO DO SOBRAL DO MARTIM AFONSO NO CONTEXTO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO DO BAIXO TEJO

No que concerne especificamente às antigas comunidades camponesas, registam-se na área de Muge ocupações que se estendem do Neolítico antigo ao Calcolítico final – até há bem pouco apenas

reconhecidas precisamente pelo espólio funerário de Martim Afonso e pelos fragmentos cerâmicos (do Neolítico antigo) recolhidos nos níveis superiores dos concheiros de Cabeço da Amoreira, Fonte do Padre Pedro, Cova da Onça e Moita do Sebastião (Ferreira 1974; Arnaud 1989; Gomes - Batista 1991; Bicho *et al.* 2011; Bicho *et al.* 2015; Andrade *et al.* 2015) – ao que se junta a notícia do «acampamento» do Neolítico antigo de ORZ-1 (Gonçalves 1983-84b) e a divulgação recente do sítio de igual cronologia de Cortiçois (Cardoso *et al.* 2013). Será de referir também, um pouco mais afastados mais ainda incluídos na mesma unidade regional, o sítio do Neolítico antigo cardial de Casas Novas (Gonçalves 2009; Gonçalves - Sousa 2015) ou o sítio de Monte da Foz 1 (Neves 2010).

Ocupações relativas ao Neolítico final e Calcolítico eram também conhecidas nesta unidade regional genérica, nomeadamente os sítios de Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves 1982, 1983-84a; Gonçalves - Sousa 2014), Monte da Quinta 2 (Valera *et al.* 2007) e Cabeço da Bruxa (Kalb - Höck 1981-82) – sem que tal fosse representado, para além do contexto funerário de Martim Afonso, na área de Muge.

Com a revisão e sintetização dos materiais arqueológicos recolhidos por Gonçalo Lopes no âmbito da sua dissertação de Licenciatura, constatou-se que efectivamente se reconhecia na área de Muge uma ocupação relativamente consistente por parte das comunidades do Neolítico final e Calcolítico, reforçando-se igualmente o conhecimento referente às ocupações das comunidades do Neolítico antigo e médio (Neves 2010; Neves *et al.* 2008; Neves *et al.* 2015; Andrade *et al.* 2015).

Reconhecem-se assim, numa área relativamente circunscrita e no âmbito cronológico deste trabalho: ocupações relativas ao Neolítico final/Calcolítico, tais como Porto do Sabugueiro (*loci* Alqueve 1 e 2), Forno do Tijolo 2, Olival de Vasques, Sobreiro do Neto, Adua 1, Vale de Lobos 1, Vale de Lobos 4 e Sobral do Martim Afonso; ocupações relativas ao Calcolítico final, tais como Porto do Sabugueiro, Forno do Tijolo 2, Quinta do Dias, Vale de Lobos 4 e Sobral do Martim Afonso.

Neste contexto, o interesse relativo do sítio do Sobral do Martim Afonso deve-se a três factores particulares: 1) à aparente coincidência entre um lugar habitacional e um lugar de enterramento, reunindo-se num mesmo local espaços dos vivos e espaços dos mortos; 2) ao carácter «culturalmente megalítico» do contexto funerário aí identificado, numa área onde não se conhecem antas nem onde, devido à inexistência efectiva de suportes

construtivos adequados no substrato geológico local, estas poderiam ter virtualmente existido; 3) à sua posição geográfica, em área de charneira entre o Alentejo e a Península de Lisboa.

É bem conhecida, no Sudoeste peninsular, a ocorrência de áreas funerárias anexas a povoados (e mesmo no interior destes), referindo-se contudo ao caso de aparentes grandes centros populacionais como Perdigões (Lago *et al.* 1998; Valera *et al.* 2000), La Pijotilla (Hurtado 1987), Porto Torrão (Valera 2010; Valera *et al.* 2014), Alcalar (Morán - Parreira 2007) ou Valencina de la Concepción (Mejías-García *et al.* 2015). Dificilmente poderemos propor que, no estado actual dos conhecimentos, o sítio Sobral do Martim Afonso configure a existência de um grande centro populacional, mesmo tendo em conta a quantidade e variedade do espólio em relação a outros sítios imediatos. Este, com efeito, não é quantitativamente significativo, nem o é a sua área de dispersão, para o propor como um grande povoado estável. Nem mesmo associando os sítios contíguos de Sobreiro do Neto e Adua 1, contabilizando cerca de 4 km² de dispersão (não necessariamente contínua) de espólio arqueológico, esta hipótese poderá ser defensável.

Seja como for, tanto o contexto habitacional como o contexto funerário estão arqueograficamente comprovados, assim como a aparente associação entre ambos. O que há a destacar é precisamente a presença de um contexto sepulcral «culturalmente megalítico», numa área onde não se conhecem monumentos megalíticos nem os suportes geológicos necessários à sua construção – recolhendo, nesta unidade regional, paralelos directos (e com a ressalva devida a algumas notórias divergências entre ambos contextos, como se verá abaixo) no sítio de Monte da Barca (Vicente *et al.* 1971; Gonçalves 2011), para além do misterioso caso de Vale de Cavalos...

No que diz respeito aos artefactos propriamente ditos (fundamento da asserção do «carácter megalítico» deste contexto), várias observações deverão se consideradas.

Os recipientes cerâmicos, tratando-se exemplares de forma simples, de pequena dimensão, são comuns em contextos funerários de finais do 4º e do 3º milénio a.n.e., pelo que não oferecem grandes motivos de comentário – referindo-se apenas a sua potencial produção local (de acordo com as características minerais dos componentes não plásticos).

A alabarda da sepultura do Sobral do Martim Afonso apresenta características particulares que a permitem enquadrar numa categoria específica:

as *alabardas de tipo Casa da Moura*, distinguíveis precisamente por apresentarem base triangular com polimento nas áreas ventrais (segundo o que foi definido em Ferreira 1970).

Paralelos directos poderão ser assim encontrados nas grutas do Furadouro da Amoreira (Ferreira 1970), Casa da Moura (Carreira - Cardoso 2001/2002), Cova da Moura (Spindler 1981), Alcobaça (Ferreira 1970), Senhora da Luz 2 (Cardoso - Ferreira - Carreira 1996) e Cabeço de Turquel (Ferreira 1970).

Outras variantes (sem polimento ventral mas igualmente com base triangular) poderão ser encontradas em Cabeço da Arruda 1 (Leisner 1965: Taf. 5), Aljezur (Leisner 1965: Taf. 131), Rabuje 3 (informação pessoal de Rui Boaventura), Brotas (Leisner - Leisner 1959: Taf. 28), Comenda da Igreja (Leisner - Leisner 1959: Taf. 25), Granja de Céspedes (Almagro Basch 1961-62) ou Cueva de la Mora (Leisner - Leisner 1959: Taf. 53).

Trata-se de um tipo pouco comum de alabardas, sendo de notar que a larga maioria provem de contextos funerários estremos, com semelhanças (tanto a nível de morfologia como das características da matéria-prima) com a alabarda da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso.

O conjunto das lâminas apresenta igualmente algumas particularidades interessantes, correspondendo a produções especializadas obedecendo a especificidades técnicas (Gallet 1998; López de Pablo *et al.* 2006; Morgado - Pelegrin 2012). Aparentemente, poderão provir de um número restrito de blocos: especialmente as lâminas MNA 997.73.10 a 14, apresentando exactamente as mesmas características petrográficas, poderão ter sido extraídas de um mesmo núcleo. Mais do que resultado de talhe imediato local para deposição funerária a partir de um único bloco, tal facto poderá apenas indicar que estes elementos formariam um «pacote» único (tendo sido adquiridos deste modo), produzido e organizado num mesmo momento no contexto de expectativas de intercâmbio.

A produção e deposição ritual de grandes lâminas de sílex em contextos funerários são relativamente comuns durante o 3º milénio a.n.e. no Sudoeste peninsular (Morgado Rodríguez *et al.* 2009). No contexto sepulcral de Pragais, por exemplo, foram recolhidas mais de cinco dezenas de lâminas de sílex depositadas juntas (acompanhadas por alabardas, punhais e uma placa de xisto gravada), de várias fases de debitagem e provenientes possivelmente de um número restrito de blocos (Sousa 2004). Da mesma maneira, no Sepulcro 3 dos Perdigões foram

identificadas mais de duas dezenas de lâminas de sílex também depositadas juntas, representando igualmente várias fases de debitagem (Valera *et al.* 2007: 55, 66 - Fig. 6). E isto para não falar também dos espantosos conjuntos de Alcalar (Veiga 1889) e Olival da Pega 2b (Gonçalves 1999)...

Uma análise macroscópica do sílex usado tanto na alabarda como nas lâminas permite evidenciar, para além de óxidos de ferro, escassos elementos micro e macro-quártzicos, sem serem perceptíveis quaisquer vestígios bioclásticos preservados, sendo a textura mudstone uma característica homogénea do conjunto. Aparentemente, apresenta características típicas das silicificações cenomanianas da área do Maciço Calcário Estremenho (cf. Matias 2012; Aubry *et al.* 2014), sendo obviamente necessária outra escala de análise para confirmar esta hipótese.

O sítio do Sobral do Martim Afonso poderá assim encontrar-se numa área intermédia do eixo de circulação do sílex estremenho para o Alentejo. Tal hipótese poderá encontrar evidência precisamente na comparação entre a matéria-prima usada na alabarda da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso e a usada na alabarda proveniente da anta de Brissos 6, localizada já na área alentejana. Com efeito, apesar das divergências morfológicas entre ambas peças, as características petrográficas da matéria-prima são exactamente as mesmas – podendo ser, mesmo que a nível teórico, proposta a mesma área de aprovisionamento, curiosamente coincidente com conhecidas oficinas de talhe calcólíticas direccionadas à produção de grandes lâminas e pontas bifaciais (Zilhão 1994, 1997; Forenbaher 1999; Andrade *et al.* 2014).

Em relação ao báculo da «sepultura» do Sobral do Martim Afonso, este opõe-se, em termos decorativos, aos seus congéneres mais correntes cuja decoração se compõem basicamente por faixas paralelas (decoração listada) seguindo o eixo da peça, rematadas junto ao bordo externo por uma banda de triângulos preenchidos com o vértice tanto orientado para o interior como para o exterior. Contudo, não se trata de um tipo incomum, com paralelos decorativos directos nos báculos de Alcogulo 3 (Leisner - Leisner 1959: Taf. 3), Marquesa (Leisner - Leisner 1959: Taf. 4), Couto de Enchares (Isidoro 1965-66), Boudanha (Leisner - Leisner 1959: Taf. 8) ou Loba 2 (Gonçalves *et al.* 2005), sendo de referir igualmente as variantes apresentadas pelos exemplares notáveis da Lapa da Galinha (Gonçalves *et al.* 2014), Monte da Barca (Gonçalves 2011) ou Herdade das Antas (Leisner - Leisner 1959: Taf. 29).

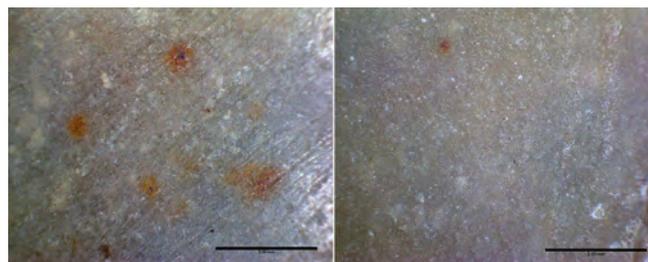


Fig. 30 - Comparação microscópica (x50) dos sílices utilizados na alabarda MNA 997.73.6 recolhida na «sepultura» do Sobral do Martim Afonso e na alabarda MNA 995.45.61 recolhida na anta de Brissos 6. A escala corresponde a 2,5 mm.

Sobre a inumação propriamente dita, caso os restos osteológicos disponíveis pertençam efectivamente a um mesmo indivíduo, o volume relativamente restrito do espólio poderá indicar que se trata de um único enterramento singular. Com efeito, este «pacote votivo», sendo composto por uma alabarda, oito lâminas, três (ou quatro) recipientes e um báculo, facilmente se poderá atribuir a uma inumação individual – tendo em conta outros paralelos datáveis de finais do 4º e do 3º milénio a.n.e.

No entanto, várias questões serão de referir nesta assumpção: apesar de aparentemente poderem pertencer ao mesmo indivíduo, esta leitura está longe de se assegurar com rigor (sendo obviamente necessária outra escala de análise); não há certezas de ser este o único espólio recolhido na «sepultura» de Martim Afonso, podendo outros componentes não terem sido identificados ou recolhidos, ou mesmo terem sido extraviados.

Contudo, a descrição avançada por F. Pereira da Costa (Simões 1878: 101) permite supor que se trataria efectivamente de uma deposição individual, seja tanto pela indicação precisa da identificação de «*ossos de um esqueleto*» (sublinhado do signatário) como pela caracterização do contexto estrutural propriamente dito. Com efeito, é descrito como uma «*sepultura [...] de tres lages compridas e duas estreitas nas extremidades, e tinha um capeamento de lages pequenas*» (Simões 1878: 101). Não se trata propriamente de um monumento megalítico típico, estruturas bem conhecidas por F. Pereira da Costa, principalmente depois dos seus trabalhos na área alentejana (Costa 1868), podendo corresponder a um pequeno sepulcro individual de tendência «cistóide» possivelmente «implantado» em fossa escavada no substrato (tendo em conta o contexto geológico em que se encontra).

Como dito, encontra paralelos, nesta área

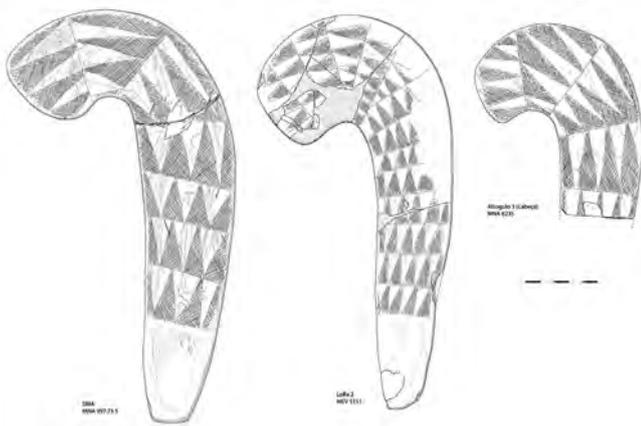


Fig. 31 - Comparação entre o báculo recolhido na «sepultura» do Sobral do Martim Afonso (MNA 997.73.5) e os báculos recolhidos nas antas de Loba 2 (ME 5151) e Alcogulo 3 (MNA 8235).

regional, no sítio de Monte da Barca. No entanto, não foi reconhecido neste sítio qualquer tipo de estruturação do espaço funerário. Da mesma maneira, as cerca de três dezenas de placas de xisto gravadas (e uns quantos báculos) recolhidas em Monte da Barca (Gonçalves 2011) permitem supor um valor idêntico para o número mínimo de indivíduos aí depositados (partindo do princípio que uma placa de xisto gravada acompanharia uma inumação específica, salvaguardando igualmente aquelas que poderiam não ser acompanhadas por estes artefactos ou acompanhadas exclusivamente pelos báculos). Como se denota, trata-se de um contexto sepulcral indiscutivelmente colectivo, ao contrário do que parece suceder no sítio do Sobral do Martim Afonso.

Seja como for, estas ocorrências vêm confirmar a existência de contextos funerário «megalíticos» em área extrínsecas às grandes manchas de dispersão de monumentos megalíticos conhecidas. Serão assim nestas áreas os enterramentos realizados em fossa (ou outro qualquer tipo de estruturas subterráneas)? As prospecções realizadas recentemente no âmbito do projecto ANSOR (dirigido por Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa) não permitiram clarificar esta questão. No entanto, estas serão «estruturas» dificilmente detectáveis à superfície, pelo que a sua não identificação não significa necessariamente a sua inexistência. Na verdade, a presença comprovada de sítios de habitat nestas áreas permite supor a óbvia existência de espaços funerários correlativos.

As características particulares destes lugares de enterramento, principalmente a nível da sua situação

geológica, vêm renovar a questão já levantada por C. D. Oliveira e J. Oliveira (2000) a respeito dos aparentes «vazios megalíticos» na área do Alto Alentejo, nomeadamente nas áreas correspondentes ao enchimento terciário do Tejo. Assim, este aparente vazio poderá ser tendencioso, dado que os sepulcros poderão efectivamente referir-se a outro tipo de manifestações funerárias, dificilmente detectáveis actualmente à superfície. As ocorrências de Monte da Barca e Sobral do Martim Afonso reforçam essa ideia.

É desta maneira possível que a mancha megalítica (no sentido arquitectónico do termo) esteja dependente de condicionantes geológicas, sendo a transição entre os substratos hercínicos e o enchimento terciário do Tejo assumida como limite ocidental dos grupos megalíticos alto e centro-alentejanos.

Em relação ao esquema de povoamento em que o sítio do Sobral do Martim Afonso se incluiria, registam-se a sua envolvimento (e como referido acima) vários sítios crono-culturalmente coevos, esboçando cerca de 20 km² de área ocupada durante o Neolítico final e Calcolítico. Apesar de a ocupação registada no contexto habitacional do sítio do Sobral do Martim Afonso poder recuar até aos últimos séculos do 4º milénio a.n.e. (pela presença de taças carenadas), os restantes sítios – Porto do Sabugueiro (*loci* Alqueve 1 e 2), Forno do Tijolo 2, Olival de Vasques, Sobreiro do Neto, Adua 1, Vale de Lobos 1 e Vale de Lobos 4 – parecem corresponder a ocupações exclusivas do 3º milénio a.n.e. Dever-se-á ter em conta, contudo, que estas hipóteses se encontram baseadas apenas em recolhas de superfície – evidenciando assim a sua falibilidade relativa (podendo outros elementos ser fornecidos por trabalhos de escavação). No entanto, esta assumpção cronológica é ratificada pelos dados fornecidos por sítios coevos já escavados nesta unidade regional, como Monte da Quinta 2 (Valera *et al.* 2007), Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves 1982, 1983-84a; Gonçalves - Sousa 2014) e Cabeço da Bruxa (Kalb - Höck 1981-82; Parreira 1987).

Com efeito, tendo em conta os dados fornecidos por sítios como Olival de Vasques e Adua 1 (aqueles que, para além do Sobral do Martim Afonso, têm maior volume de informação disponível), apenas poderão ser sugeridas para estes sítios ocupações relativas ao 3º milénio a.n.e. A presença de taças de bordo espessado, esféricos de bordo exvertido, «ídolos de cornos», artefactos de pedra polida de secção rectangular e lâminas espessas retocadas indicam ocupações eminentemente calcolíticas. O sílex utilizado nestes sítios para os artefactos de

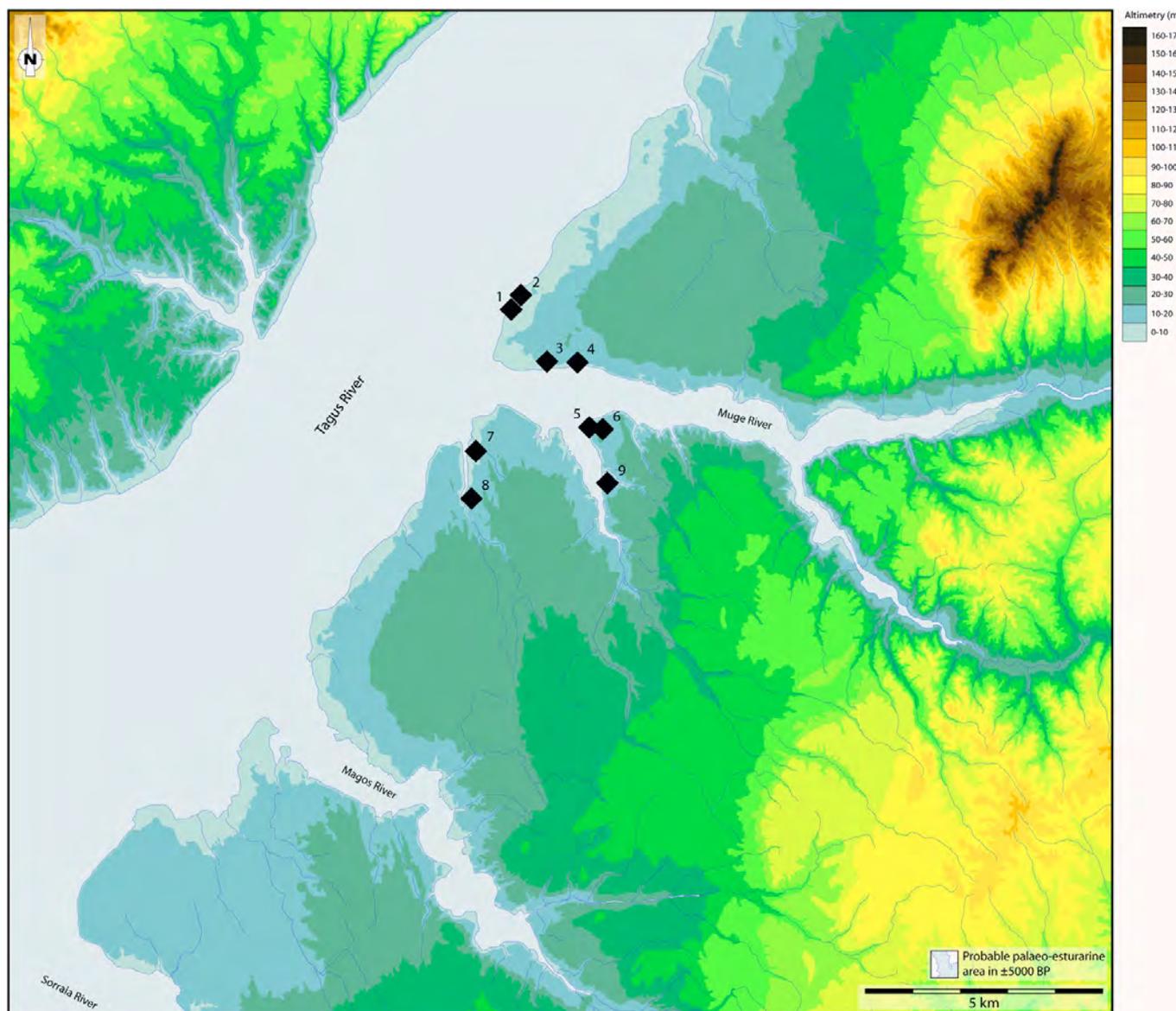


Fig. 32 - Sítios do Neolítico final/Calcolítico da área de Muge. 1: Alqueve 1 (Porto Sabugueiro); 2: Alqueve 2 (Porto Sabugueiro); 3: Forno do Tijolo 2; 4: Olival de Vasques; 5: Sobreiro do Neto; 6: Adua 1; 7: Vale de Lobos 1; 8: Vale de Lobos 4; 9: Sobral do Martim Afonso.

pedra lascada (assim como para aqueles do Sobral do Martim Afonso, exceptuando a lâmina SMA.94.1) apresentam genericamente as mesmas características petrográficas que as apontadas para os elementos líticos do «contexto funerário» do Sobral do Martim Afonso – reflectindo aparentemente as mesmas áreas de aprovisionamento.

O sítio de Porto do Sabugueiro (disperso entre os *loci* Alqueve 1 e 2) revela-se igualmente como um caso curioso. No conjunto do espólio conhecido, para além dos fragmentos cerâmicos (potencialmente incluindo campaniforme) identificados já na área de afectação do curso do Tejo e dos artefactos de pedra

lascada e pedra polida (apresentados em Pimenta *et al.* 2014), destacam-se os fragmentos de placas de xisto gravadas, um «cossoiro» cerâmico e um fragmento de artefacto de xisto com perfuração.

Em relação às placas de xisto gravadas, estas referem-se a dois fragmentos (PS.94.1 e 2) – apresentando um deles bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima e o outro traços verticais incharacterísticos (fragmento de «esboço»?). Tal ocorrência não sugere necessariamente que estejamos perante um contexto funerário (como o registado em Martim Afonso), sendo sobremaneira conhecidas as recolhas de placas

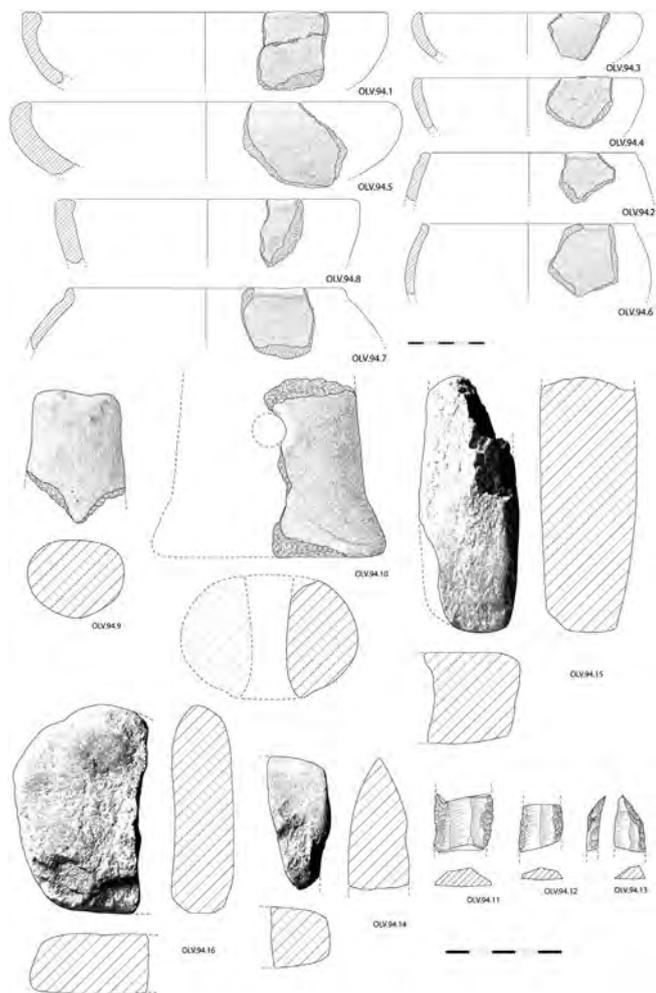


Fig. 33 - Exemplos do espólio recolhido no sítio calcolítico de Olival de Vasques: recipientes cerâmicos, «ídolos de cornos» (OLV.94.9 e OLV.94.10), artefactos de pedra polida (OLV.94.15, OLV.94.16 e OLV.94.14) e artefactos de pedra lascada (OLV.94.11, OLV.94.12 e OLV.94.13). Recipientes cerâmicos à escala 1:3; restante espólio à escala 1:2.

de xisto gravadas (ou seus fragmentos) em contextos habitacionais – sem que tal indique utilizações funerárias do espaço (Andrade *et al.*, 2015, 2016). Refira-se ainda que, no mesmo contexto regional, um possível atelier de placas de xisto gravadas foi já identificado, apesar da ausência de suportes no substrato geológico local, referindo-se ao sítio de Cabeço do Pé da Erra, com uma datação directa para este contexto específico balizada entre 2911-2640 cal. BCE 2 σ (Gonçalves 1989b; ICEN-587: 4220 \pm 45, recalibrada em 2013).

A peça interpretada como «cossoiro» refere-se a um artefacto cerâmico de forma esférica com perfuração cilíndrica (PSAB/08-1781), distinguindo-se dos cossoiros da Idade do Ferro aqui recolhidos

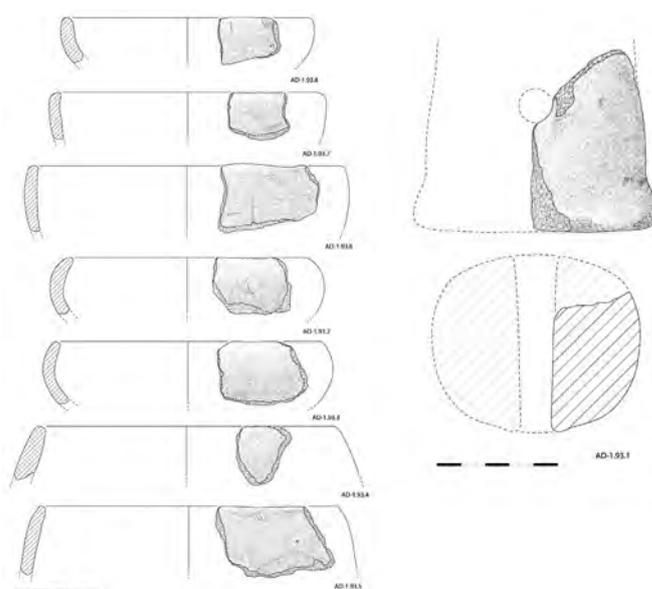


Fig. 34 - Exemplo do espólio recolhido no sítio calcolítico de Adua 1: recipientes cerâmicos e «ídolos de cornos» (AD-1.93.1). Recipientes cerâmicos à escala 1:3; «ídolo de cornos» à escala 1:2.

pela forma e pela pasta (menos compacta e mais heterogénea, com cozedura redutora e elementos não plásticos compostos por quartzos sub-rolados e feldspatos). É semelhante aos artefactos recolhidos em Cabezo Juré, interpretados como instrumentos utilizados na produção têxtil (cf. Nocete Calvo 2004). Contudo, exemplares semelhantes recolhidos no povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede são interpretados como contas de colar cerâmicas (Cardoso - Carreira 2003: 144).

A última peça mencionada refere-se ao fragmento de um artefacto alongado de xisto sumariamente polido, com perfuração (PSAB/08-979). Poderá corresponder a um pendente ou a um pequeno «braçal de arqueiro» – estando fracturado, não é possível definir com rigor a sua morfologia. No entanto, a observação de potenciais cerâmicas campaniformes na área do Porto do Sabugueiro poderá concorrer para a defesa da segunda hipótese.

Seja como for, tratam-se de dados desarticulados que não possibilitam leituras rigorosas. As ocupações da Idade do Ferro e do período romano poderão ter obliterado as ocupações antecedentes – não sendo estas estratigraficamente reconhecidas (informação pessoal de Ana Margarida Arruda).

Em relação a Vale de Lobos 1 e no conjunto do espólio recolhido, merece destaque um polidor decorado em micaxisto. Exemplares deste género (e igualmente decorados) são conhecidos em contextos

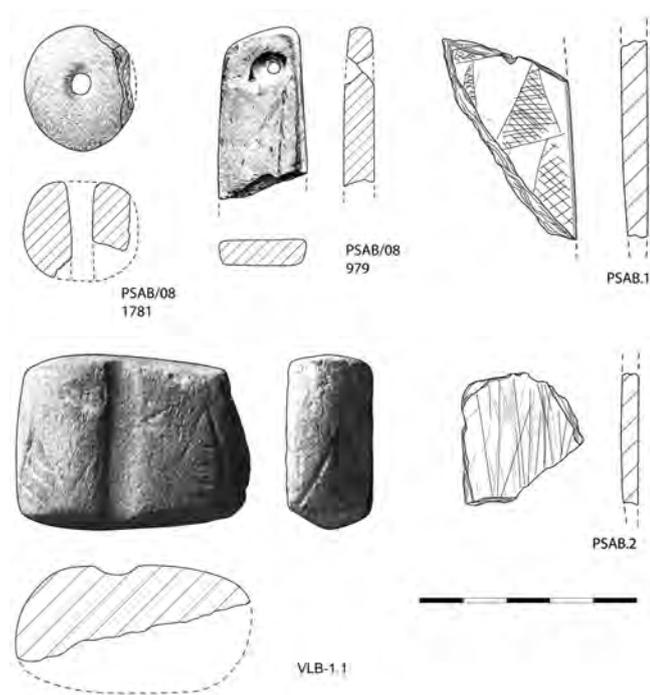


Fig. 35 - Espólio recolhido no sítio de Porto do Sabugueiro e Vale de Lobos 1: «cossoiro» (PSAB/08-1781); «braçal de arqueiro» ou pendente de xisto (PSAB/08-979); fragmento de placa de xisto gravada (PS.94.2); fragmento de placa de xisto com gravação caótica (PSAB.93.1); polidor de micaxisto decorado (VLB-1.94.1).

mais recuados no Sudoeste peninsular, como no sítio do Neolítico antigo de Valada do Mato (Diniz 2007; Diniz - Vieira 2007). No entanto, a larga maioria das peças conhecidas reporta-se a contextos já do Neolítico final e Calcolítico – curiosamente incluindo monumentos megalíticos, como Couto de Biscaia 1, Tapada da Laje das Peles, Penedos de São Miguel, Arneirinhos 1, Xarez 1, San Bartolomé de la Torre ou Zafra 2 (Isidoro 1970, 1971; Gonçalves 2013; Andrade 2009; Cerdán Márquez *et al.* 1952; Bueno Ramírez 1988). Serão de referir igualmente os exemplares decorados, para além de alguns dos monumentos anteriormente referidos, provenientes de La Pijotilla, Serra da Preguiça, Claros Montes, Vale Guardéz 1 e Casa da Moura (Hurtado 1980; Soares - Real 2005; Calado 2001; Boaventura - Mataloto 2011; Carreira - Cardoso 2001-2002).

Esta assumpção cronológica é igualmente ratificada pelo motivo decorativo específico do exemplar de Vale de Lobos 1 (triângulos preenchidos), fazendo-o equiparar-se, pelo menos teoricamente e a nível cultural, às placas de xisto gravadas – não sendo motivo exclusivo destes artefactos, surgindo igualmente em outros artefactos crono-

culturalmente coevos, como as enxós votivas de calcário da Península de Lisboa ou os recipientes cerâmicos com decoração simbólica de todo o Sudoeste peninsular.

Em relação à sua *função*, os exemplares decorados calcolíticos são genericamente assumidos como ídolos (por exemplo, La Pijotilla, Serra da Preguiça ou San Bartolomé de la Torre) – fazendo-os corresponder (no conjunto entre o sulco e a decoração associada) à representação de «una vulva femenina [não se percebendo que outro tipo de vulva poderá haver, sendo dificilmente admissível a existência de uma *vulva masculina*], tema frecuente en los ciclos agrarios en los que la fecundidad de seres y plantas es parte integrante del complejo de ideas mágico-religiosas» (Almagro Basch *et al.* 1975: 190).

Interpretação mais prosaica é avançada por V. S. Gonçalves a respeito dos exemplares (não decorados) de Sala #1 e Xarez 1 (Gonçalves 1987, 2013), sendo aqui assumidos como polidores – potencialmente de contas de colar, segundo a interpretação avançada para o exemplar de Sala #1.

Para exemplos cronológica e geograficamente mais distantes (do Brommiense dinamarquês, do Sauveterrense franco-italiano e do Natufiense ou do Khamense-Mureybetense levantinos), artefactos morfológicamente análogos são interpretados como «arrow shaft straighteners» (Riede 2012; Plisson *et al.* 2008; Christensen - Valla 1999; Bar-Yosef 1998; Dubreuil 2004) – embora quanto aos exemplares decorados do Khamense-Mureybetense, distinguíveis daqueles do Natufiense precisamente pela decoração, se proponha um carácter mais simbólico (Cauvin 1997).

Seja como for, o facto de se tratarem hipoteticamente de objectos funcionais (no sentido exclusivamente material do termo) não é invalidado pela circunstância de possuírem elementos decorativos mágico-simbólicos. Lembremos, neste sentido, os elementos de tear de Vila Nova de São Pedro (Arnaud 2013), entre outros exemplos arqueográficos...

Contudo, admite-se igualmente a sua representação enquanto objectos votivos. À guisa de curiosidade, refira-se que artefactos semelhantes (alguns com decorações idênticas aos do Sudoeste peninsular) são encontrados em contextos funerários da cultura Chumash da «Late Prehistory» californiana, sendo avaliados não como «arrow shaft straighteners» mas como a representação destes – no quadro da reinterpretação que materializa o

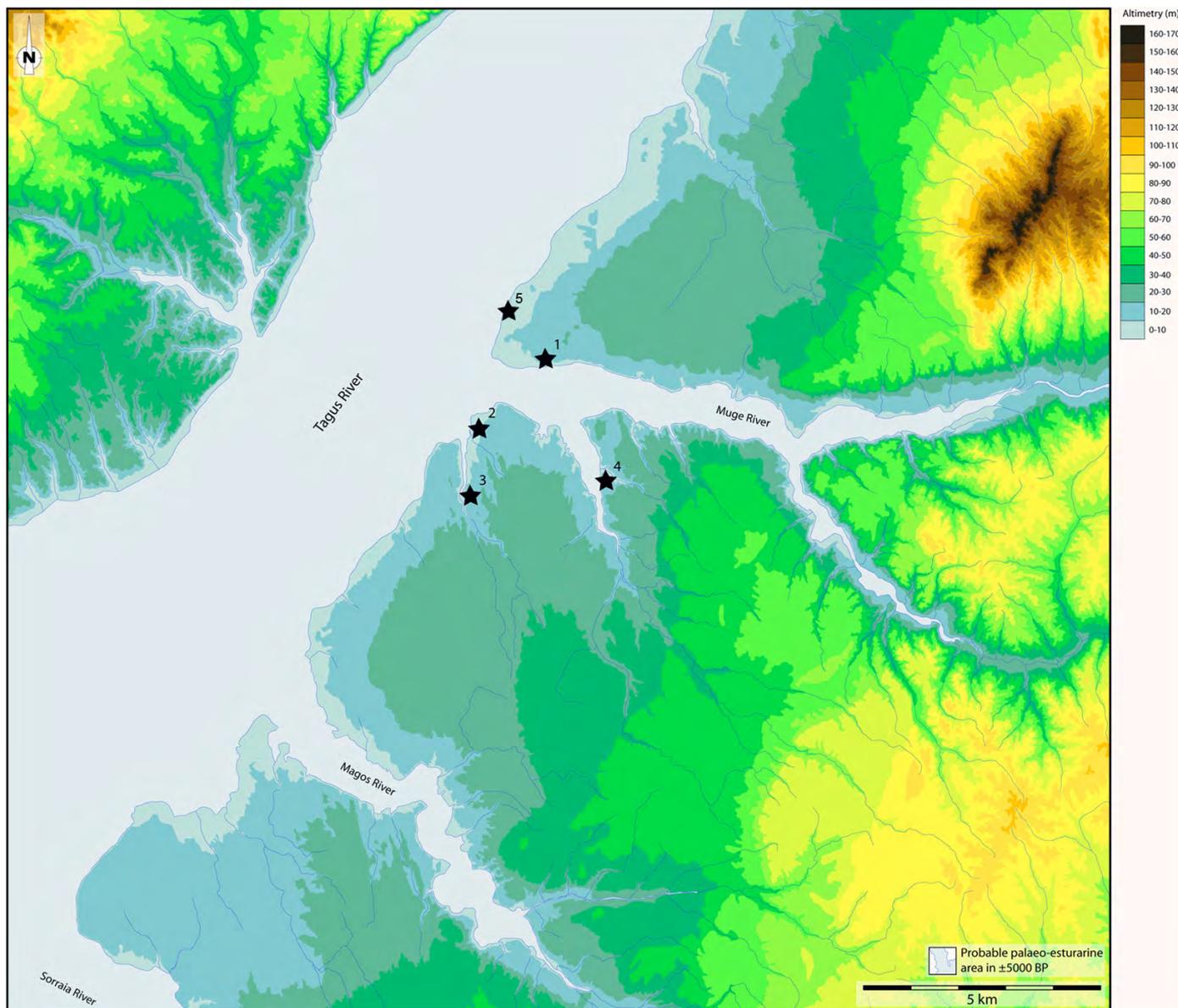


Fig. 36 - Sítios do Calcolítico final da área de Muge. 1: Forno do Tijolo 2; 2: Quinta do Dias; 3: Vale de Lobos 4; 4: Sobral do Martim Afonso; 5: Porto do Sabugueiro.

hipotético processo de sexualização-sacralização de instrumentos quotidianos (Koerper *et al.* 2004).

A ocorrência de elementos campaniformes em alguns destes sítios permite equacionar um *continuum* de utilização desta área durante todo o 3º milénio a.n.e., tendo sido identificadas cerâmicas ou artefactos campaniformes, para além de no Sobral do Martim Afonso, em sítios como Porto do Sabugueiro, Forno do Tijolo 2, Quinta do Dias e Vale de Lobos 4 – referindo-se genericamente a tipos campaniformes tardios, já do último terço do 3º milénio a.n.e. Principal destaque merece o fragmento recolhido em Vale de Lobos 4, correspondendo a uma caçoila muito aberta

de ombro marcado com decoração incisa aplicada no fundo. A sua óbvia «inspiração» nos modelos de Ciempozuelos (cf. Harrison 1977) revela a influência, mais do que estremenha, de grupos campaniformes mais interiores. Também merece referência o «braçal de arqueiro» recolhido na Quinta do Dias (e talvez também em Porto do Sabugueiro), sendo elementos usualmente reservados a contextos funerários (não havendo outros elementos disponíveis para confirmar esta hipótese).

Este pequeno conjunto de sítios campaniformes não surge contudo isolado nesta unidade regional, surgindo possivelmente associado a sítios como

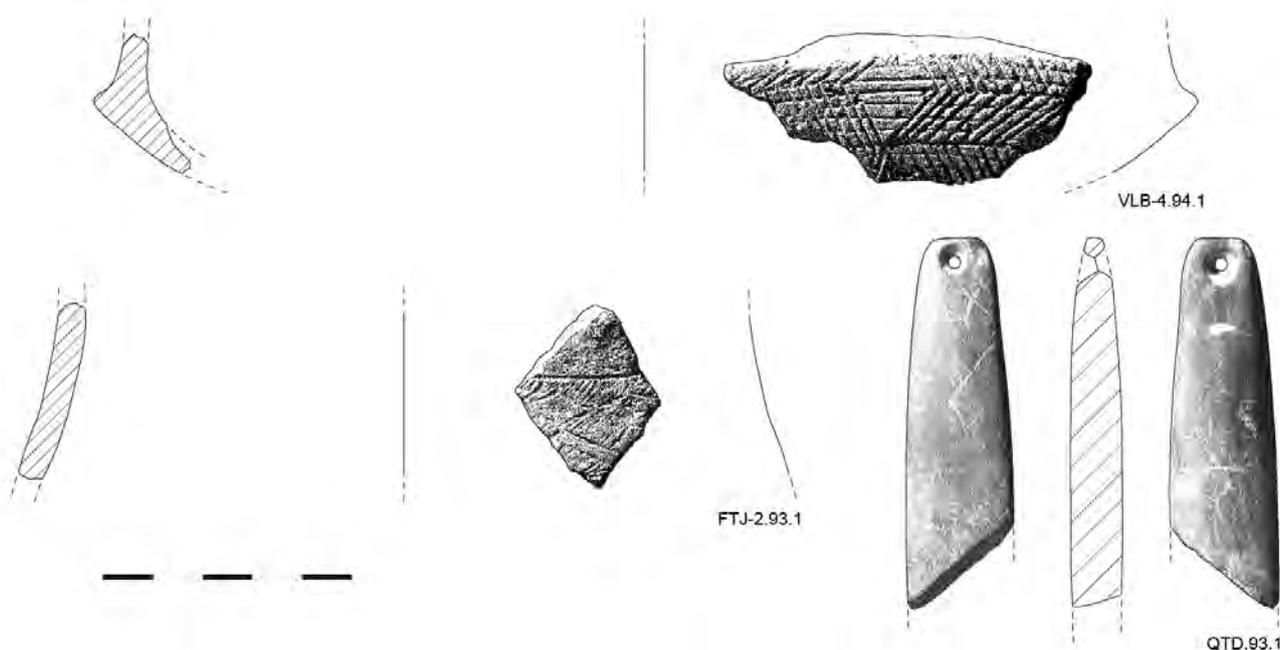


Fig. 37 - Espólio campaniforme recolhido nos sítios de Vale de Lobos 4, Forno do Tijolo 2 e Quinta do Dias: caçoila com decoração incisa (VLB-4.94.1); vaso com decoração incisa (FTJ-2.93.1); «braçal de arqueiro» de xisto (QTD.93.1).

Casas Novas (Gonçalves 2009), Barranco do Farinheiro 2 (Gonçalves - Sousa 2014; Gonçalves *et al.* no prelo), Cabeço da Bruxa (Kalb - Höck 1981-82; Parreira 1987), Alto dos Cacos (Pimenta *et al.* 2012) ou Riba-Rio já na margem oposta do Tejo (Pereira 2005).

A proximidade (espacial e crono-cultural) entre os diversos sítios identificados na área de Muge (durante todas as suas etapas de ocupação) poderia sugerir que os mesmos correspondam a uma única realidade, podendo esta ser interpretada de acordo com duas leituras explicativas: 1) vários núcleos ocupados simultaneamente, configurando uma vasta área assentamento com dispersão horizontal; 2) vários núcleos ocupados intercaladamente num mesmo contexto crono-cultural, em que uma comunidade se instala sazonalmente na mesma área mas não necessariamente no mesmo local.

Nesta leitura estruturalista do espaço, e consequentemente dos padrões de assentamento destas comunidades, não se poderá ignorar as características próprias desta unidade regional. Na verdade, os sítios aqui identificados mostram óbvias divergências com os sítios calcolíticos registados na margem oposta do Tejo (cf. por exemplo Sousa 2010), com especial ênfase para os sítios mais próximos ao paleo-estuário, como Moita da Ladra, Pedra do Ouro, Ota e Vila Nova de São Pedro.

Com efeito, situam-se sensivelmente a meio

caminho entre estes sítios estremenhos e os sítios mais «avançados» do Calcolítico alentejano, como Serra 1 (Pontis 1999), Castelo de Pavia (Rocha 1999) e Cabeço da Velada (recolhas de Gil Miguéis de Andrade, em exposição no Museu de Montemor-o-Novo), sendo evidência de um eixo de circulação ligando ambas áreas e desenvolvido possivelmente ao longo dos cursos de água subsidiários do Tejo, como o Sorraia.

De facto, a ampla planície aluvionar que constitui o vale deste curso de água (e cursos de água paralelos, enquadrada pelos relevos mio-pliocénico que a cingem a Norte, terá funcionado como uma extensa área de circulação, sem qualquer constricção orográfica, entre o Alentejo e a Estremadura – funcionando a Charneca do Ribatejo (onde se enquadra a área de Muge) como plataforma de ligação entre aquelas regiões.

Com efeito, a confluência com o Sorraia das Ribeiras de Sor e Seda por um lado, e das Ribeiras de Tera e Raia por outro, funcionaria como junção (ou disjunção) de dois dos «sub-grupos megalíticos» alentejanos: o do Alto Alentejo (triângulo Crato-Nisa-Cáceres) e o do Alentejo Central (linha Montemor-Évora-Reguengos).

Curiosamente, se entendermos o início do fenómeno megalítico alentejano (enraizado no Neolítico médio) como consequência lógica

do «avanço» para o interior das comunidades estremenhas do Neolítico antigo tardio, deverá notar a singular concentração das «primeiras arquitecturas» megalíticas nas áreas de Coruche/Montemor, Montargil e Mora/Avis, na charneira entre os terrenos hercínicos e o enchimento terciário do Tejo.

Desta maneira, as áreas dos Foros de Salvaterra e de Almeirim poderão ter sido usadas como áreas de *staging posts*, servindo as áreas da Charneca do Ribatejo como espaços de circulação. No entanto, a existência de sítios de enterramento, de carácter individual ou colectivo, permite supor um povoamento mais estável do que aquele que resultaria de um esquema restrito de tipo «acampamento».

Porém, sobre os padrões de subsistência e as estratégias de exploração de recursos disponíveis destas comunidades, nada de concreto se poderá referir devido à carência efectiva de dados. Encontrando-se todavia no mesmo contexto ecológico que outros sítios de referência, como Monte da Quinta 2 e Cabeço do Pé da Erra, as mesmas actividades de subsistência poderiam ser propostas.

Monte da Quinta 2, ocupado durante finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e. corresponde a um sítio especializado destinado à exploração do sal, embora outras actividades sejam de considerar – como a tecelagem, evidente pela recolha de elementos de tear (Valera *et al.* 2007). Já o Cabeço do Pé da Erra, ocupado desde o primeiro terço do 3º milénio a.n.e. adiante, apresenta um carácter eminentemente agrícola, visível na recolha de elementos de mó, elementos de tear e queijeiras (Gonçalves - Sousa 2014).

De acordo com os dados disponíveis actualmente, dificilmente poderemos propor para os sítios da área de Muge a existência de uma componente agrícola relevante (não se considerando suficiente o elemento de mó recolhido no sítio do Sobral do Martim Afonso para confirmar esta hipótese). Por outro lado, uma actividade específica semelhante àquela registada em Monte da Quinta 2 poderá ser sugerida.

O fundo de recipiente troncocónico recolhido no sítio do Sobral do Martim Afonso poderá indicar, como referido, uma actividade particular, nomeadamente a produção de sal. Lembremos, neste sentido, que esta área seria caracterizada como um marisma salobre durante o Neolítico/Calcolítico (Santos 2010), assim como que recipientes com características morfológicas idênticas foram registados em sítios também instalados na área

do paleo-estuário do Tejo e vocacionados para a produção de sal, como o já referido Monte da Quinta 2 (Valera *et al.* 2007) ou Ponta da Passadeira (Soares 2013).

O facto de este vaso não ter fundo (e equacionou-se igualmente a hipótese de poder tratar-se de um bordo, não se reconhecendo forma semelhante nos catálogos cerâmicos calcolíticos), poderá referir-se apenas a uma especificidade técnica: poderia ter um fundo em madeira (ou noutro qualquer material perecível), removível para facilitar a remoção do «pão de sal» sem fracturar o recipiente e vedado com uma qualquer substância isolante, para evitar escorrências durante o fabrico da salmoura – devendo esta actividade ser realizada sem sujeitar o recipiente à acção directa do fogo (em «placas térmicas» compostas por seixos aquecidos, por exemplo).

Da mesma maneira, a presença de «ídolos de cornos» em praticamente todos os sítios calcolíticos aqui documentados poderia concorrer para a aferição desta hipótese (tendo em conta os dados de Ponta da Passadeira e Monte da Quinta 2), mas isso seria já tema para outro debate...

Seja como for, e dentro do seu contexto específico de estudo, a ocorrência do sítio do Sobral do Martim Afonso vem reforçar aquilo que já foi dito em outros locais (Andrade 2013; Andrade *et al.* 2010; Gonçalves *et al.* 2014): a existência de um efectivo eixo de circulação ligando a Estremadura ao Alentejo durante o Neolítico final e o Calcolítico.

Assim, durante este patamar cronológico, com a afirmação de redes de troca regulares entre o Alentejo e a Estremadura, esta área constitui-se como um espaço de conexão entre estes dois territórios culturalmente distintos, agindo as ocupações aqui reconhecidas como evidência directa e efectiva para a definição de diagramas de povoamento organizados.

Com efeito, a presença no sítio do Sobral do Martim Afonso de elementos culturalmente atribuíveis às comunidades estremenhas (como os copos canelados) a par de outros atribuíveis às comunidades alentejanas (como as taças de carena baixa e os pratos de bordo almendrado) permite aparentemente confirmar esta hipótese – fortalecida pela presença de sílex estremenho e de rochas anfibólicas alentejanas (curiosamente, um «bloco-lingote», intuitivo elemento de intercâmbio).

Tais relações estão igualmente sugeridas pelos sítios acima referidos de Monte da Quinta 2 e Cabeço do Pé da Erra. Às taças de carena baixa recolhidas no primeiro sítio contrapõem-se os elementos de tear

rectangulares espessos (típicos da área estremenha); aos pratos de bordo almendrado recolhidos no segundo sítio contrapõem-se as cerâmicas com decoração «folha-de-acácia» características da Península de Lisboa.

Em áreas mais interiores, estas redes de intercâmbio materializam-se nas características de alguns elementos do espólio. Destaca-se por um lado a presença de cerâmicas com decoração «folha-de-acácia» e lâminas ovóides de sílex no Cabeço da Velada ou as lâminas ovóides, o «ídolo de gola» e pontas de seta mitriformes recolhidas na Anta Grande da Comenda da Igreja (Leisner - Leisner 1959: Taf. 25-27); por outro lado, será de referir as características tipicamente alto-alentejanas das placas votivas recolhidas nas grutas da Lapa da Galinha e Marmota (Gonçalves *et al.* 2014).

O estabelecimento destes eixos de mobilidade será obviamente motivado pela procura de matérias-primas essenciais (Sousa - Gonçalves 2012), reflectido na introdução de sílex estremenho na área alentejana (Andrade 2015b) e na introdução de rochas anfibólicas alentejanas na área estremenha (Cardoso - Carvalhosa 1995; Lillios 1997). No contexto destas movimentações, o curso do Tejo terá assim desempenhado papel fundamental na ligação destas duas regiões.

Esta circulação de gentes e materiais foram comprovadas com recentes análises isotópicas realizadas sobre restos humanos provenientes de contextos funerários estremenhos do Neolítico final e Calcolítico – sendo especialmente esclarecedores os resultados referentes a Cova da Moura e a Cabeço da Arruda 1, confirmando-se que pelo menos parte dos indivíduos aí inumados seria originalmente proveniente do Alentejo (Silva 2003; Waterman *et al.* 2013; Lillios *et al.* 2014; cf. igualmente Hillier *et al.* 2010). Estas relações estariam contudo já activas desde pelo menos o Neolítico médio, segundo os resultados obtidos com as análises isotópicas do Algar do Bom Santo (Carvalho 2014).

A extensão destas redes de intercâmbio é evidente, por exemplo, na presença de sílex oolítico de Granada no Alentejo e Extremadura espanhola (Nocete *et al.* 2005; Cerrillo Cuenca 2009; Morgado Rodríguez *et al.* 2011; Boaventura *et al.*, no prelo), ou nas características específicas das placas de xisto gravadas com Olhos raiados «baculiformes» distribuídas desde Sevilha à Península de Lisboa (Andrade 2015a).

O que fica por definir com maior rigor é efectivamente a identidade dos agentes destes

intercâmbios nos vários pólos deste vasto território, manifestando mecanismos complexos de interacção delineados por todo o Sudoeste peninsular, enquadrados nos processos de consolidação das sociedades camponesas estáveis do Neolítico final e Calcolítico.

Coruche/Montemor-o-Novo/Lisboa
Verão/Outono de 2015

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO BASCH, M. (1961-62) – Un ajuar dolménico excepcional procedente de la Granja de Céspedes de Badajoz. *Homenaje a C. Mergelina*. Mércia: 35-82.
- ALMAGRO BASCH, M. - AMO DE LA HERA, M. - BELTRÁN MARTÍNEZ, A. - BLANCO FREIJEIRO, A. - CERDÁN MÁRQUEZ, C. - FERNÁNDEZ-MIRANDA FERNÁNDEZ, M. - GARRIDO ROIZ, J. P. - LEISNER, G. - LEISNER, V. - LUZÓN NOGUÉ, J. M. - ORTA, E. M. (1975) – *Huelva: Prehistoria y Antigüedad*. Madrid.
- ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- ANDRADE, M. A. (2013) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português* 5ª série, 3: 177-201.
- ANDRADE, M. A. (2015a) – Cherchez la femme! Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do Megalitismo do Sudoeste da Península Ibérica. In COLLADO GIRALDO, H. - GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.), *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015 (Cáceres, Spain)*. Tomar (Arkeos, 37): 1545-1571.
- ANDRADE, M. A. (2015b) – From matter to essence. Sourcing raw materials for the votive artefacts of the megalithic communities in Ribeira da Seda (Alto Alentejo, Portugal): a preliminary approach. Poster apresentado a *MEGA-TALKS 2. Megaliths and Geology: Moving Stones in the Neolithic – MEGAGEO 2015*, Redondo.
- ANDRADE, M. A. - COSTEIRA, C. - MATALOTO, R. (2015) – Símbolos de morte em espaços de vida? Sobre a presença de placas de xisto gravadas em povoados do Alto Alentejo, no contexto do Sudoeste peninsular. In COLLADO GIRALDO, H. - GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.), *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context*.

- Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015 (Cáceres, Spain)*. Tomar (Arkeos, 37): 1607-1635.
- ANDRADE, M. A. - COSTEIRA, C. - MATALOTO, R. (2016) – Placas de xisto gravadas em contexto de povoado: o caso do Castelo de Pavia (Mora). *Al-Madan – Adenda Electrónica* 20-2: 43-53.
- ANDRADE, M. A. - LOPES, G. - VILELA, C. (2014) – O sítio calcolítico de Cabeço dos Mouros: identificação de uma nova oficina de talhe de pontas de seta na área de Arruda dos Pisões (Rio Maior, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17: 113-126.
- ANDRADE, M. A. - MAURÍCIO, J. - SOUTO, P. (2010) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 1: Estudo morfo-tipológico de duas placas de xisto gravadas provenientes da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (Chancelaria, Torres Novas). *Nova Augusta* 2ª série, 22: 239-259.
- ANDRADE, M. A. - NEVES, C. - LOPES, G. (2015) – Beyond the Mesolithic shell middens: a chrono-cartographic overview of the ancient peasant communities in Muge. In BICHO, N.; DETRY, C.; PRICE, D.; CUNHA, E., (eds.), *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of the Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: 2: 29-44.
- ARNAUD, J. M. (1989) – Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças. In JORGE, V. O. (ed.), *Livro de Homenagem a Jean Roche*. Porto: 219-230.
- ARNAUD, J. M. (2013) – Reflexões em torno das placas de cerâmica com gravuras de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja). In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. - NEVES, C., (coords.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: 447-455.
- AUBRY, T. - MANGADO LLACH, J. - MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. - GOMES, A. - MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.), *Proveniências de Materiais Geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: 165-192.
- AZEVÉDO, M. T. M. (2004) – As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas. In TAVARES, A. A. - TAVARES, M. J. F. - CARDOSO, J. L. (eds.), *Evolução geo-histórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: 517-567.
- BAR-YOSEF, O. (1998) – The Natufian Culture in the Levant, Threshold to the Origins of Agriculture. *Evolutionary Anthropology* 6-5: 159-177.
- BICHO, N. - CASCALHEIRA, J. - MARREIROS, J. - PEREIRA, T. (2011) – The 2008-2010 excavations of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal. *Mesolithic Miscellany* 21-2: 3-13.
- BICHO, N. - DIAS, R. - PEREIRA, T. - CASCALHEIRA, J. - MARREIROS, J. - PEREIRA, V. - GONÇALVES, C. (2015) – O Mesolítico e o Neolítico antigo: o caso dos concheiros de Muge. In GONÇALVES, V. S. - DINIZ, M. - SOUSA, A. C. (eds.), *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: 631-640.
- BOAVENTURA, R. - MATALOTO, R. (2011) – O I milénio a.n.e. no concelho de Monforte: subsídios para o inventário do património arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 14: 107-140.
- BOAVENTURA, R. - MATALOTO, R. - ANDRADE, M. A. - NUKUSHINA, D. (no prelo) – Estremoz 7 ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português* 5ª série, 4/5.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Madrid (Excavaciones Arqueológicas en España, 155).
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CARDOSO, J. L. (2016) – Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação. In SOUSA, A. C. - CARVALHO, A. - VIEGAS, C. (eds.), *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: 69-79.
- CARDOSO, J. L. - CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 11: 97-228.
- CARDOSO, J. L. - CARVALHO, A. F. - GIBAJA BAO, J. F. (2013) – O sítio do Neolítico Antigo de Cortiçóis – Almeirim, Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16: 27-61.
- CARDOSO, J. L. - CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 5: 123-151.
- CARDOSO, J. L. - FERREIRA, O. V. - CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 6: 195-256.
- CARREIRA, J. R. - CARDOSO, J. L. (2001-2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10: 249-361.
- CARTAILHAC, M. E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris.
- CARVALHO, A. F. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and*

- the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro (Promontoria Monográfica, 17).
- CAUVIN, J. (1997) – *Naissance des Divinités, Naissance d’Agriculture*. Paris.
- CERDÁN MÁRQUEZ, C. - LEISNER, G. - LEISNER, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva. Excavaciones Arqueológicas del Plan Nacional 1946*. Madrid (Informes y Memorias, 26).
- CERRILLO CUENCA, E. (2009) – Laminas de sílex en el actual territorio de Extremadura (IV-III milenio cal BC): problemas de partida y posibilidades de estudio. In GIBAJA, J. F. - TERRADAS, X. - PALOMO, A. - CLOP, X. (eds.), *Les grands fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria. Actes*. Barcelona: 55-62.
- CHRISTENSEN, M. - VALLA, F. (1999) – Pour relancer un débat: que sont les pierres à rainure du Natoufien Proche-Oriental? *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 96: 247-252.
- CORREIA, V. (1915) – Bibliografia: I. *O Archeologo Português* 20: 1-12, 298-300.
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa.
- DAVEAU, S. (1980) – Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio* 2, 13-37.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 48).
- DINIZ, M. - VIEIRA, T. (2007) – Instrumentos de pedra polida e afeiçoada do povoado do Neolítico Antigo da Valada do Mato (Évora): estratégias de produção e modelos de uso. *Vipasca* 2ª série, 2: 81-94.
- DUBREUIL, L. (2004) – Long-term trends in Natufian subsistence: A use-wear analysis of ground stone tools. *Journal of Archaeological Science* 31: 1613-1629.
- FERREIRA, O. V. (1970) – Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Prof. Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português* 3ª série, 4: 165-174.
- FERREIRA, O.V. (1974) – Acerca das cerâmicas neolíticas encontradas na parte superior dos concheiros da região de Muge (Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 58: 191-195.
- FORENBAHER, Stašo (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford (BAR International Series, 756).
- FREITAS, M. C. - ANDRADE, C. - AZEVÊDO, T. M. - PEREIRA, A. R. - RAMOS, C. - NUNES, E. - PEREIRA, D. I. (2006) – Understanding Lateglacial and Holocene Environmental changes through the Sedimentological Study of a Core (Santarém Region). *Tagus Floods '06 Workshop*. Lisboa: 85-89.
- FREITAS, M. C. - ANDRADE, C. - SILVA, T. - PINTO, C. - AMORIM, A. (2013) – Evolução holocénica da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J. (ed.), *Pré-História das zonas húmidas. Paisagens de Sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: 197-218.
- GALLET, M. (1998) – *Pour une technologie des débitages laminaires préhistorique*. Paris (Dossier de Documentation Archéologique, 19).
- GOMES, J.J.F. - BATISTA, J. (1991) – Sítios arqueológicos no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer): 1. Estações fora de Alenquer. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: 367-379.
- GONÇALVES, V. S. (1982) – O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). *Clio* 4: 7-18.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84a) – Cabeço do Pé da Erra (Coruche), contribuição da campanha 1 (83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico. *Clio/Arqueologia* 1: 69-75.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84b) – Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no centro de Portugal (ESAG). *Clio/Arqueologia* 1: 207-211.
- GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1(88). *Portugália Nova série*, 8: 7-24.
- GONÇALVES, V. S. (1989a) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1989b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1: Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor* 7: 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).
- GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3º milénio a.n.e). *O Arqueólogo Português* 4ª série, 22: 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – Um sítio do Neolítico antigo no Vale do Sorraia: Casas Novas (Coruche). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12-2: 5-30.
- GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa (Cadernos da UNIARQ, 7).
- GONÇALVES; V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora (Memórias d’Odiana, 2ª série, 4).
- GONÇALVES, V. S. - ANDRADE, M. A. - PEREIRA, A. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo

- recolhidas nas duas Antas da Loba (N. S.^a de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-2: 5-53.
- GONÇALVES, V. S. - ANDRADE, M. A. - PEREIRA, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta da Lapa da Galinha, no 3º milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 109-158.
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2014) – Coruche e as antigas sociedades camponesas. In *Coruche, o céu, a terra e os homens*. Coruche: 29-67.
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2015) – O sítio do Neolítico antigo de Casas Novas (Coruche). Leituras preliminares. In GONÇALVES, V. S. - DINIZ, M. - SOUSA, A. C. (eds.), *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: 236-255 (Estudos & Memórias, 8).
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. - ANDRADE, M. A. (no prelo) - O Barranco do Farinheiro (Coruche) e a presença campaniforme na margem esquerda do baixo Tejo. In *Sinos e Taças: junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge.
- HILLIER, M. - BOAVENTURA, R. - GRIMES, V. (2010) – Moving around? Testing mobility with strontium isotopes (86Sr/87Sr) in the Late Neolithic of South-Central Portugal. Poster apresentado ao 8º Encontro de Arqueologia do Algarve: a Arqueologia e as outras Ciências. Silves.
- HURTADO, V. (1980) – Los ídolos calcolíticos de La Pijotilla (Badajoz). *Zephyrus* 30-31: 165-203.
- HURTADO, V. (1987) – El Calcolítico en la Cuenca Media del Guadiana y la necrópolis de la Pijotilla. In *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid: 51-75.
- ISIDORO, A. F. (1965-66) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 20 1-2: 29-57.
- ISIDORO, A. F. (1970) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo): III. *Trabalhos de Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa* 6: 3-18.
- ISIDORO, A. F. (1971) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo): IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 22-1: 41-56.
- KALB, P. - HÖCK, M. (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar das escavações de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália* 2-3: 61-69.
- KOERPER, H. C. - PETERSON, P. A. - VARGAS, B. R.; GREINDA, D. R. - STANTON, P. B. (2004) – Mortuary/Mourning Associated, Transversely Grooved Stone Artifacts from CA-LAN-62: Another Case of Sexualization-Sacralization. *Pacific Coast Archaeological Society Quarterly* 40-2: 51-79.
- LAGO, M. - DUARTE, C. - VALERA, A. - ALBERGARIA, J. - ALMEIDA, F. - CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1-1: 45-152.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen. 1: 2*. Berlin.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen. 1: 3*. Berlin.
- LILLIOS, K. (1997) – Amphibolite Tools of the Portuguese Copper Age (3000-2000 B.C.): A Geoarchaeological Approach to Prehistoric Economics and Symbolism. *Geoarchaeology* 12-2: 137-163.
- LILLIOS, K. - ARTZ, J. A. - WATERMAN, A. J. - MACK, J. - THOMAS, J. T. - TRINDADE, L. - LUNA, I. (2014) – The rock-cult tomb of Bolores (Torres Vedras): an interdisciplinary approach to understanding the social landscape of the Neolithic/Copper Age of the Iberian Peninsula. *Trabajos de Prehistoria* 71-2: 282-304.
- LOPES, [E. A.] Correia (1913) – Aquisições do Museu Etnológico Português: I. *O Archeólogo Português* 18-7-12: 131-165.
- LÓPEZ DE PABLO, J. F. - GARCÍA PUCHOL, O. - JUAN-CABANILLES, J. (2006) – Les lames de silex de grand format du Néolithique final et de l'Énéolithique du Pays Valencien (Espagne). Aspects technologiques d'une production singulière. In VAQUER, J. - BRIOIS, F. (dir.), *La fin d'âge de Pierre en Europe du Sud. Actes de la Table Ronde d'EHESS*. Toulouse: 257-271.
- MARTINS, A. (2004) – As bacias sedimentares do Baixo Tejo e Sado. In FEIO, M. - DAVEAU, S. (eds.), *O relevo de Portugal. Grandes unidades regionais*. Coimbra: 49-60.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissertação de Mestrado em Geo-Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- MEJÍAS-GARCÍA, J. C. - CRUZ-AUÑÓN BRIONES, M. R. - PAJUELO PANDO, A. - LÓPEZ ALDANA, P. M. (2015) – Análisis del modelo de organización espacial de la necrópolis de Valencina. La complejidad social a debate. In BRANCO, G. - ROCHA, L. - DUARTE, C. - OLIVEIRA, J. - BUENO RAMÍREZ, P. (eds.), *Arqueologia de Transição: o mundo funerário. Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia de Transição*. Évora: 52-70.
- MORÁN, E. - PARREIRA, R. (2007) – *Alcalar. Monumentos megalíticos*. Lisboa.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A. - LOZANO RODRÍGUEZ, J.

- A. - PELEGRIN, J. (2011) – Las explotaciones del sílex de la formación Milanos (Granada, España). *Menga* 2: 135-155.
- MORGADO, A. - PELEGRIN, J. (2012) – Origin and development of pressure blade production in the Southern Iberian Peninsula (6th-3rd millennia B.C.). In DESROSIERS, P. (ed.), *The Emergence of Pressure Blade Making. From Origins to Modern Experimentation*. New York: 219-235.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A. - PELEGRIN, J. - AUBRY, T. - LOZANO RODRÍGUEZ, J. A. (2009) – La producción especializada de grandes láminas del Sur y Oeste de la Península Ibérica. In GIBAJA, J. F. - TERRADAS, X. - PALOMO, A. - CLOP, X. (eds.), *Les grands fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria. Actes*. Barcelona: 89-97.
- NEVES, C. (2010) – *Monte da Foz 1 (Benavente): um episódio da Neolitização na margem esquerda do Baixo Tejo*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- NEVES, C. - DINIZ, M. - LOPES, G. (2015) – Casas Velhas do Coelheiro (Salvaterra de Magos, Portugal): notícia da sua identificação. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18: 27-40.
- NEVES, C. - RODRIGUES, F. - DINIZ, M. (2008) – Neolithization process in lower Tagus valley left bank: old perspectives and new data. In DINIZ, M. (ed.), *Early Neolithic in the Iberian Peninsula: Regional and Transregional Components*. Oxford: 43-51.
- NOCETE CALVO, F. (2004) – *Odiel: proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla (Arqueologia, Monografías 19).
- NOCETE, F. - SÁEZ, R. - NIETO, J. M. - CRUZ-AUÑÓN, R. - CABRERO, R. - ALEX, E. - BAYONA, M. R. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium B.C.: na expression of a core/periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology* 24: 62-81.
- OLIVEIRA, C. D. - OLIVEIRA, J. (2000) – Continuidade e rupturas do megalitismo no distrito de Portalegre. In JORGE, V. O. (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: 459-471 (ADECAP. 3 Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica).
- PARREIRA, R. (1987) – Calcolítico do Vale do Tejo. In SILVA, A. C. (coord.), *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: 44-47.
- PEREIRA, J. M. (2005) – Riba-Rio: um povoado calcolítico da bacia do médio Tejo. *Al-madan adenda electrónica* 2ª série, 13: III.1-III.7.
- PIMENTA, J. - HENRIQUES, E. - MENDES, H. (2012) – *O acampamento romano do Alto dos Cacos, Almeirim*. Almeirim.
- PIMENTA, J. - MENDES, H. - ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. - SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação romana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos* 1: 39-57.
- PLISSON, H. - DUBREUIL, L. - GUILBERT, R. (2008) – The functional significance of Sauveterrian microlithic assemblages: broadening the focus of investigation. In LONGO, L. - SKAKUN, N. (eds.), *“Prehistoric technology” 40 years later: functional studies and the Russian legacy*. Oxford: 147-156 (BAR International Series, 1783).
- PONTIS (1999) – *Carta Arqueológica de Ponte de Sor*. Ponte de Sor.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos Prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa.
- RIEDE, F. (2012) – A possible Brommian shaft-smoother from the site of Møllehøje, north-western Denmark. *Mesolithic Miscellany* 22-1: 10-18.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora.
- SANTOS, C. T. N. (2010) – *Reconstrução das condições paleoambientais e paleoclimáticas no estuário do Tejo durante o Holocénico (≈12000 anos)*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Mar/Recursos Marinhos apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Policopiado.
- SILVA, A. M. (2003) – Portuguese populations of Late Neolithic and Chalcolithic periods exhumed from collective burials: an overview. *Anthropologie* 41, 1-2: 55-64.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*. Lisboa.
- SOARES, J. (2013) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J. (ed.), *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal*. Setúbal: 171-196 (Setúbal Arqueológica, 14).
- SOARES, A. M. M.; REAL, F. (2005) – Um ídolo calcolítico em pedra encontrado na Serra da Preguiça (Sobral da Adiça, Moura). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8: 2, 107-113.
- SOUSA, A. C. (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós: velhos dados, novas leituras. In *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: 90-111.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência*

- do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- SOUSA, A. C. - GONÇALVES, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3º milénio a.n.e. In BORRELL, M. - BORRELL, F. - BOSCH, J. - CLOP, X. - MOLIST, M. (eds.), *Xarxes al Neolític. Circulació i intercanvi de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III mil lenni aC)*. Gavá: 383-392 (Rubricatum, extra 5).
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura*. Mainz am Rhein.
- VALERA, A. C. (2010) – Gestão da Morte no 3º milénio AC no Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): um primeiro contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património* 5: 57-62.
- VALERA, A. C. - TERESO, J. - REBUGE, J. (2007) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. In BICHO, N. - VERÍSSIMO, H. (eds.), *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 291-305 (Promontoria Monográfica, 4).
- VALERA, A. C. - LAGO, M. - DUARTE, C. - DIAS, I. - PRUDÊNCIO, I. (2007) – Investigações no Complexo Arqueológico dos Perdigões: ponto da situação de dados e problemas. In JORGE, S. O. - BETTENCOURT, A. M. S.; FIGUEIRAL, I. (eds.), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 53-66 (Promontoria Monográfica, 8).
- VALERA, A. C. - LAGO, M. - DUARTE, C. - EVANGELISTA, L. S. (2000) – Ambientes funerários no Complexo Arqueológico dos Perdigões. *Era-Arqueologia* 2: 28-61.
- VALERA, A. C. - SANTOS, H. - FIGUEIREDO, M. - GRANJA, R. (2014) – Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In *4º Encontro de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: 83-95 (Memórias d’Odiana, 2ª série, 14).
- VAN DER SCHRIEK, T. - PASSMORE, D. G. - FRANCO MUGIBA, F. - STEVENSON, A. C. - BOOMER, I. - ROLÃO, J. (2008) – Holocene palaeoecology and floodplain evolution of the Muge tributary, Lower Tagus Basin, Portugal. *Quaternary International* 189: 135-151.
- VAN DER SCHRIEK, T. - PASSMORE, D. G. - ROLÃO, J. - STEVENSON, A. C. (2007) – Estuarine-fluvial floodplain formation in the Holocene Lower Tagus valley (Central Portugal) and implications for Quaternary fluvial system evolution. *Quaternary Science Reviews* 26: 2937-2957.
- VARANDA, A. - ANDRADE, M. A. (no prelo) - O Paleolítico Inferior no sítio do Sobral do Martim Afonso (Muge, Salvaterra de Magos): a coleção do Museu Nacional de Arqueologia. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 20.
- VEIGA, S. P. M. E. (1887) – Paleoethnologia. *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos, 2*. Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. E. (1889) – Paleoethnologia. *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos, 3*. Lisboa.
- VICENTE, E. P. - ANDRADE, G. E. M. - DIAS, V. M. R. (1971) – Uma jazida pré-histórica no Vale do Sorraia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, 1: 91-104.
- VIS, G.-J. - BOHNCKE, S. J. P. - SCHNEIDER, H. - KASSE, C. - COENRAADS-NEDERVEEN, S. - ZUURBIER, K. - ROZEMA, J. (2010) – Holocene flooding history of the Lower Tagus Valley (Portugal). *Journal of Quaternary Science* 25-8: 1222-1238.
- VIS, G.-J. - KASSE, C. - VANDENBERGHE, J. (2008) – Late Pleistocene and Holocene paleogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews* 27: 1682-1709.
- WATERMAN, A. J. - PEATE, D. W. - SILVA, A. M. - THOMAS, J. T. (2013) – In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers of mobility in late prehistoric Portugal. *Journal of Archaeological Science* 42: 119-127.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 2: 35-45.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior na Estremadura portuguesa*. Lisboa.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 51-67

O SÍTIO DO MOINHO DO CUSTÓDIO (ARRUDA DOS VINHOS): LEITURAS PRELIMINARES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O POVOAMENTO CALCOLÍTICO NA PENÍNSULA DE LISBOA

ANA CATARINA SOUSA*
JORGE LOPES**

RESUMO

No âmbito da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos (2013-2015) efectua-se uma leitura global das ocorrências datáveis do 4º e 3º milénios a.n.e. neste território. O sítio do Moinho do Custódio, identificado em 2006, é objecto de uma análise circunstanciada, com as limitações inerentes a recolhas de superfície. Apresenta-se ainda uma breve análise dos modelos de povoamento do Neolítico final e Calcolítico, confrontando os dados de Arruda dos Vinhos com o panorama da Península de Lisboa.

Palavras-chave: Calcolítico; Povoamento; Península de Lisboa.

ABSTRACT

The Arruda dos Vinhos Archaeological Project (2013-2015) developed a global analysis of the occurrences dating to the 4th and 3rd millennium a.n.e. in this territory. The Moinho do Custódio site, identified in 2006, is the subject of a detailed analysis, with the limitations inherent in archeological surface materials collection. A brief analysis of the final Neolithic and Chalcolithic population settlement models is presented, comparing the Arruda dos Vinhos data with the Lisbon Peninsula panorama.

Keywords: Chalcolithic; Settlement; Lisbon Peninsula.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. sousa@campus.ul.pt

** - Centro de Estudos e Investigação de Arruda dos Vinhos (CEIAV.) / Município de Arruda dos Vinhos. jlopes@cm-arruda.pt

1. NOTA PRÉVIA

Este trabalho enquadrou-se no projecto de Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos (CAAV) desenvolvido numa parceria protocolada entre o Município de Arruda dos Vinhos, a Faculdade de Letras de Lisboa e a UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Neste contexto, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos entre 2013 e 2015 inserem-se em projecto de investigação plurianual de arqueologia (PIPA), aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural, tendo sido integrados no Projecto Final de Mestrado em Arqueologia do signatário (Lopes 2016).

Contrastando com o panorama arqueológico regional da Península de Lisboa, onde na última década a intensificação dos trabalhos de investigação arqueológica tem evidenciado um aumento significativo dos números de sítios arqueológicos, o território do concelho de Arruda dos Vinhos regista escassa actividade arqueológica.

Situando-se no interior da Península de Lisboa, entre a área do estuário do Tejo e a costa atlântica, seria expectável que o território de Arruda dos Vinhos tivesse sido ocupado durante uma longa diacronia.

O levantamento da CAAV permitiu a realização de um primeiro diagnóstico da história de ocupação do território de Arruda dos Vinhos, contribuindo

para colmatar o vazio de informação, esperando-se que venha a constituir uma referência fundamental na investigação, gestão, preservação, salvaguarda e recuperação do património cultural do concelho.

Os trabalhos de prospecção arqueológica desenvolvidos permitiram identificar e relocalizar um total de 38 sítios, sendo destes 27 novas ocorrências, datadas entre o Neolítico e o período Contemporâneo.

A área prospectada abrangeu todo o território do concelho de Arruda dos Vinhos, em área urbana, agrícola e florestal, num total de 77 km².

2. MOINHO DO CUSTÓDIO: UM NOVO POVOADO FORTIFICADO NA PENÍNSULA DE LISBOA?

2.1. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

A primeira referência a ocupações pré e proto-históricas no sítio do Moinho do Custódio remonta a 2006, no âmbito de comunicação de Guilherme Cardoso e António Gonzalez no *Seminário do Património da Região Oeste*, organizado em Arruda dos Vinhos. Esta comunicação viria a ser publicada em 2008 nas Actas do referido seminário (Cardoso - Gonzalez 2008), numa curta nota a um artigo especialmente direccionado para o estudo da Idade do Ferro em Arruda dos Vinhos.

Guilherme Cardoso e António Gonzalez referem



Fig. 1 - Vista geral do sítio (Orientação E-O).

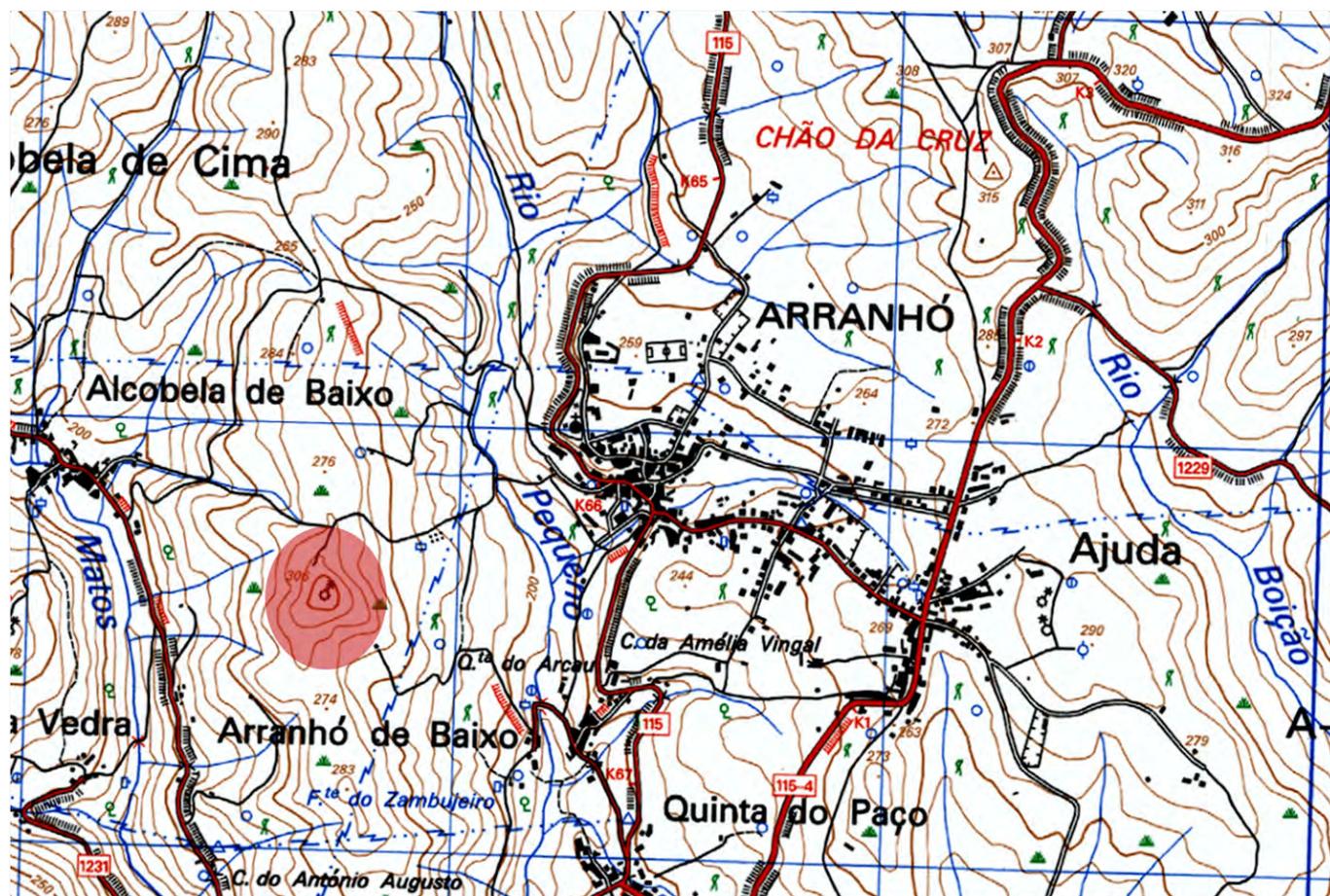


Fig. 2 - Localização do Moinho do Custódio (Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha n.º 389).

a presença de materiais do Calcolítico, Ferro e época contemporânea neste local. Quanto aos contextos calcolíticos, é apresentado sumariamente o conjunto exumado: «alguns bordos de cerâmica espessados, uma ponta de seta, de base concava, uma lâmina, ambas as peças de sílex, e um machado de pedra polida em anfíbolito» (*idem, ibidem*). Refere-se ainda o contexto da recolha dos materiais, resultante de operações de remobilização de terras aquando das «obras de beneficiação do moinho e sua envolvente como miradouro» (*idem, ibidem*).

Em 2013, no contexto da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, procedeu-se à relocalização do sítio, tendo sido efectuadas novas recolhas e a caracterização da morfologia da ocupação. Com a apresentação do relatório, o sítio foi integrado no Sistema de Informação Endovélico com o código nacional de sítio 35431.

Os trabalhos de caracterização de superfície foram efectuados em Janeiro de 2014, tendo a equipa integrado estudantes do Seminário de Arqueologia do Território / Mestrado em Arqueologia da Faculdade

de Letras de Lisboa. Seguiu-se a metodologia geral do projecto CAAV, com a localização em área, consoante a dispersão dos materiais, fazendo o registo em ficha de registo de campo com as necessárias anotações, registo fotográfico, georreferenciação do sítio (com GPS) e localização na Carta Militar correspondente. Foram apenas recolhidos os materiais tipologicamente classificáveis.

2.2. LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

O topónimo deste sítio é conferido pela presença de um antigo moinho de vento localizado no ponto mais alto do esporão. A designação de Moinho do Custódio para aquela elevação deverá corresponder a um novo topónimo, contemporâneo da sua edificação.

O sítio do Moinho do Custódio localiza-se no interflúvio entre o rio do Matos e o rio Pequeno, a cerca de 1500 metros do núcleo urbano da freguesia de Arranhó, com acesso por caminho de terra batida, numa elevação de tipo esporão, na latitude -87597.59

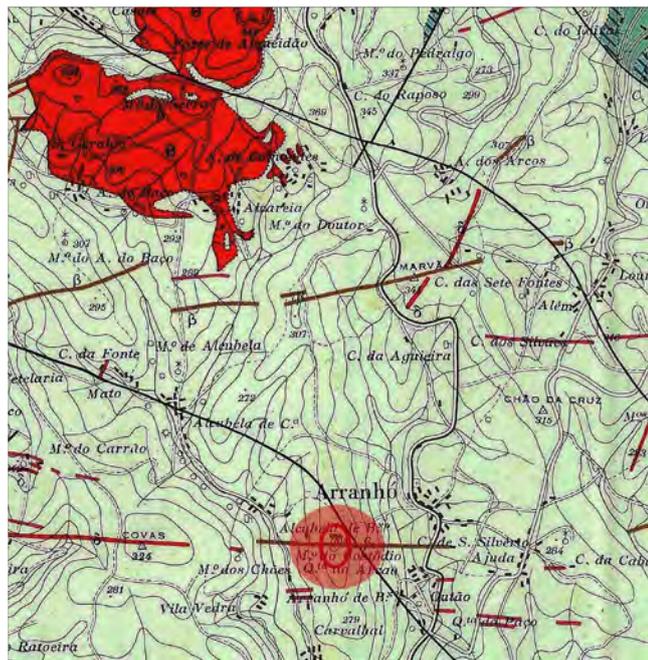


Fig. 3 - Localização do Moinho do Custódio na Carta Geológica de Portugal.



Fig. 4 - Vista da vertente de Moinho do Custódio com vários marroços de pedra.

e longitude -79122.24 (Datum 73), localizado na folha nº 389, da Carta Militar de Portugal 1: 25 000 e na folha 34-B (Loures), da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000.

A litologia do local é constituída essencialmente por formações de margas calcárias, alternando com calcários e arenitos. Quanto à morfologia da freguesia de Arranhó, esta insere-se em zona de camadas de Abadia e formações do complexo pteroceriano, que pertencem a um afloramento com cerca de 10 km de largura e 14 km de comprimento, e se estende entre Runa, Montejunto, Serra da Atougia e Arruda, apresentando como principais características a alternância de níveis gresomargosos e calcários (Oliveira 2012). A área do sítio do Moinho

do Custódio está inserida na «Formação de Arranhó», caracterizada especificamente por calcários e margas com presença fóssil de origem marinha datada do Titoniano Inferior (Oliveira 2012).

O uso actual do solo é caracterizado por zona de baldio, e, agrícola a Este e a Sul.

Localizando-se a uma altitude de 275 metros, Moinho do Custódio apresenta um discreto domínio sobre a paisagem, localizando-se entre o Rio do Matos e o Rio Pequeno, afluentes do Rio Trancão. Tem um controlo de paisagem circular, para todos os quadrantes.

2.3. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

No topo do sítio encontra-se um moinho de alvenaria de forma cilíndrica, propriedade do município. Até 2005, esta estrutura encontrava-se abandonada e em ruína, conservando-se apenas as paredes. Não possuía engenho de moagem, capelo e velas, mas possivelmente utilizava o sistema com vela latina. Foi reparado no ano de 2005, segundo informações do presidente da Junta, tendo sido cimentado, pintado e colocada iluminação no seu exterior.

A elevação onde se encontra o Moinho do Custódio foi substancialmente afectada pelas referidas obras realizadas em 2005, as quais incluíram a recuperação do edifício do Moinho, a construção de um miradouro, a abertura de valas para instalação de rede eléctrica e o alargamento do caminho.

A prospecção que pudemos efectuar em 2013 e 2014 revelou uma realidade já sedimentada e com menor visibilidade do que certamente oferecia o terreno aquando das obras de requalificação. A maior parte dos materiais arqueológicos (cerâmica, pedra polida, pedra lascada, pedra afeiçoada, metalurgia) foram recolhidos na zona de alargamento do caminho, possivelmente ficaram visíveis à superfície devido à mecânica da água em tempo de chuva.

A área prospectada em 2014 tem cerca de 2 hectares. Foram recolhidos materiais identificados num raio de cerca de 50 metros do ponto mais alto da elevação onde se localiza o miradouro do Moinho do Custódio, especialmente na vertente Este.

A sul e a Este do moinho, a meia encosta, foi possível detetar a presença de aglomerados pétreos, incluindo construções de forma linear (muro/muralhas?) e outras com formas angulares e e sub-circulares. Associados a estas construções foram recolhidos materiais cerâmicos calcolíticos.

Também Guilherme Cardoso e A. Gonzalez



Fig. 5a - Vista para Arranhó e Forte da Carvalha.



Fig. 5b - Vista para o Forte do Alqueidão.



Fig. 5c - Vista para o Tejo.



Fig. 5d - Formações rochosas a Este do Moinho.

Fig. 5 - Visibilidade a partir do Moinho do Custódio.

referem a presença de possíveis construções: «cerca de 300 m para Norte, junto ao caminho de acesso, observam-se também fragmentos de cerâmica pré-históricas e um círculo de pedras aflora à superfície» (idem, ibidem, p. 129). Com esta localização (300 m para Norte) não detectámos qualquer estrutura, estando os aglomerados de pedra a cerca de 50 m do topo da elevação.

É possível que a actual configuração de esporão aplanado da elevação onde se localiza o Moinho do Custódio tenha sido acentuada com as referidas obras de valorização em 2006.

2.4. MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Como referido, Cardoso e Gonzalez, dataram os materiais recolhidos do período Calcolítico, Idade do Ferro e período Contemporâneo (Cardoso - Gonzalez 2008).

O conjunto recolhido é pequeno mas significativo para permitir um diagnóstico da cronologia e tipo de ocupação.

Os materiais integráveis numa cronologia pré-histórica são maioritários. Excluem-se da análise do presente artigo os materiais de cronologias históricas, devendo ser referida a sua presença nas recolhas de 2014, incluindo ainda materiais de cronologia da Idade do Ferro, de cronologia romana e de época contemporânea.

A dispersão de cerâmica em toda a área prospectada é elevada, no entanto, a grande maioria das cerâmicas que se encontram à superfície encontram-se muito fragmentadas ou roladas, o que dificulta a sua classificação. A amostra de materiais cerâmicos apresenta diversidade no tipo de pastas, nomeadamente, pastas compactas, pouco compactas e homogêneas, com quantidade abundante, pouco abundante e rara de elementos não plásticos.

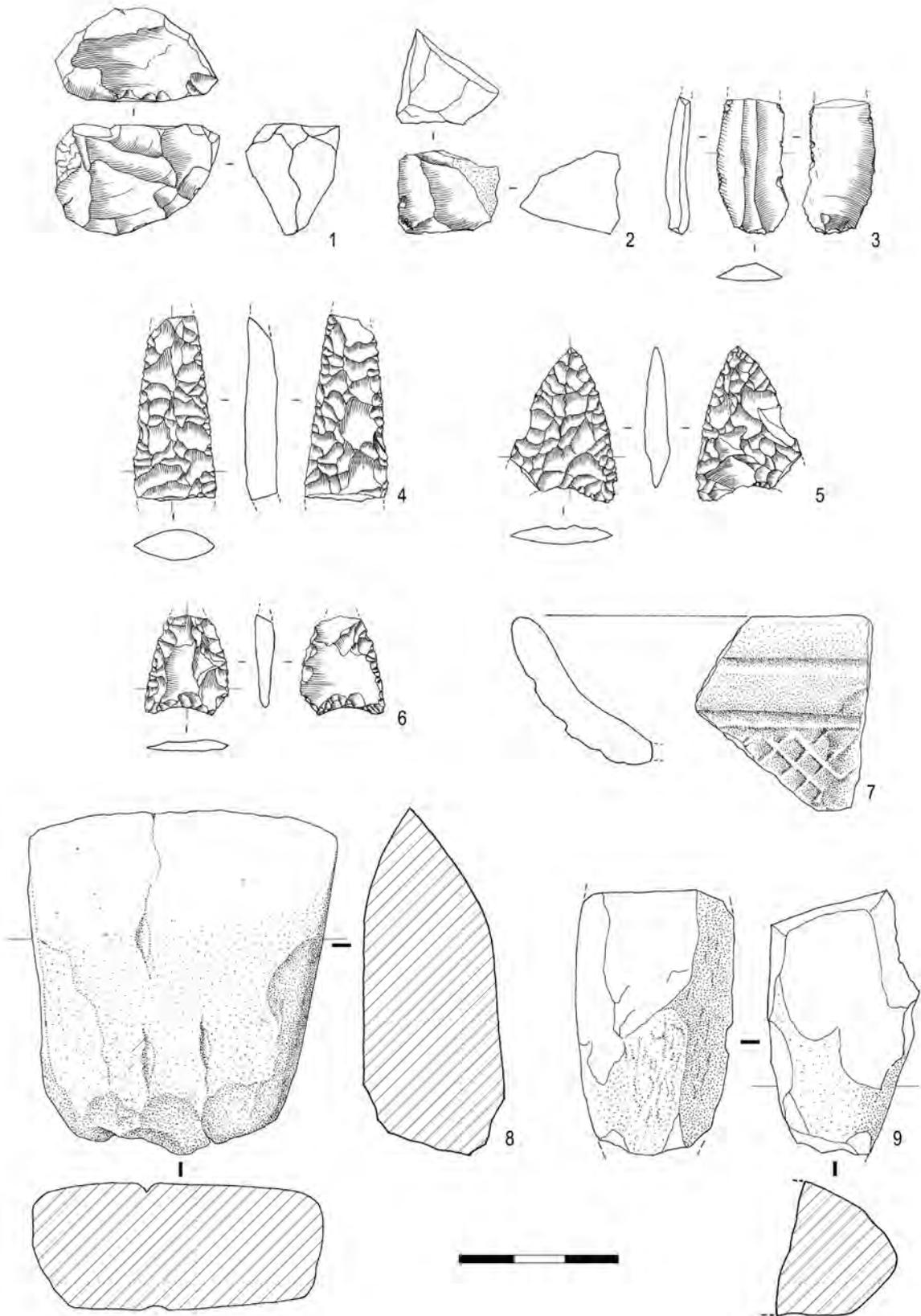


Fig. 6 - Espólio material recolhido no Moinho do Custódio (amostragem). Desenhos de Fernanda Sousa.

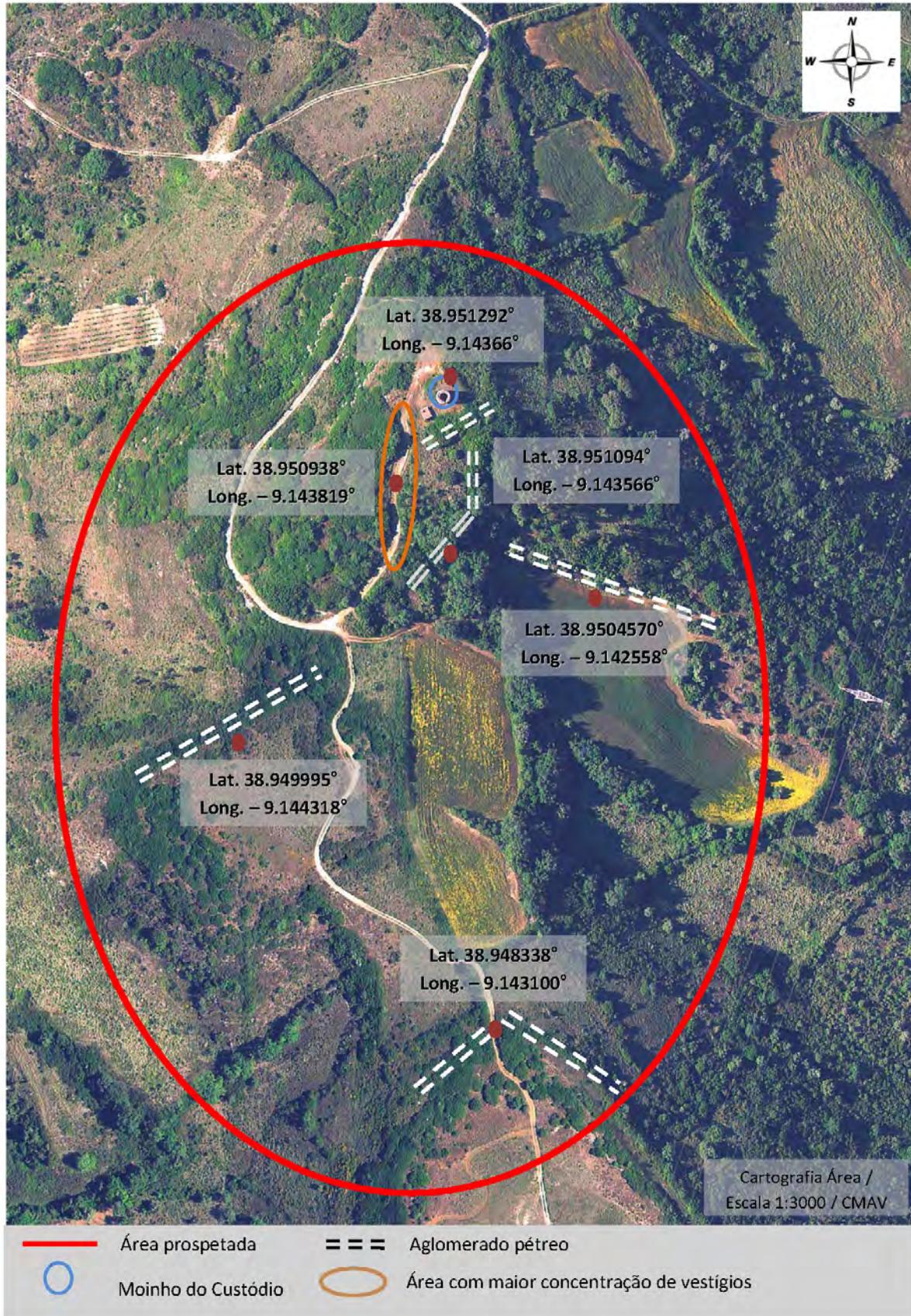


Fig. 7 - Ortofotomapa de Moinho do Custódio com indicação de dispersão de achados.

Lista de materiais pré-históricos recolhidos em Moinho do Custódio			
	Recolhas 2006 Cardoso e Gonzalez, 2008	Recolhas 2014 Projecto CAAV	Total
Pedra Lascada			
Núcleo sílex		3	3
Lasca sílex		6	6
Lâmina sílex		1	1
Ponta de seta	1	5	6
Pedra polida			
Machado	1	2	3
Pedra afeiçoada			
Percutor		3	3
Recipientes Cerâmicos			
Lisa	*	2	2
Decorada		2	2
Componentes de tear			
Peso		1	
Metalurgia			
Pingos de fundição		2	2
	2	30	32

Fig. 8 - Materiais pré-históricos recolhidos em Moinho do Custódio.

Apesar do conjunto dos materiais classificáveis ser relativamente pequeno, vários indicadores permitem a sua integração crono-cultural no 3º milénio a.n.e.

A presença de cerâmica com decoração geométrica do tipo folha de acácia (Gonçalves - Sousa 2007; Sousa 2010) é especialmente importante para uma integração cronológica no Calcolítico pleno, entre o 2º e 3º quartéis do 3º milénio. O machado com secção rectangular também surge maioritariamente no Calcolítico. Apesar de não ter sido efectuada análise dos pingos de fundição, uma análise macroscópica parece indicar que seriam de cobre, o qual surge na Estremadura portuguesa na referida cronologia.

A tipologia dos materiais parece configurar uma ocupação doméstica, de tipo povoado, estando presentes as principais categorias artefactuais do Neolítico / Calcolítico, exceptuando o osso polido e o adorno, ausências compreensíveis face à natureza superficial das recolhas. Estão presentes vestígios de várias actividades.

2.5. AS LEITURAS POSSÍVEIS

É impossível determinar a cronologia de ocupação deste sítio exclusivamente com materiais de superfície, sendo apenas possível estabelecer um balizamento de ocupação genérico.

Não existem quaisquer materiais que indiquem uma ocupação do Calcolítico inicial ou do Neolítico final mas apenas através da prossecução de trabalhos de escavação poderíamos estabelecer um diagnóstico com alguma segurança. Mais uma vez se cita o caso do Penedo do Lexim (Mafra) que não tinha qualquer indicio de ocupação do Neolítico final nas primeiras campanhas mas que depois veio a revelar a presença de ocupações de finais do 4º milénio (Sousa 1999). Idênticas observações foram avançadas para o estudo do conjunto da Ota, Alenquer (Texugo 2016).

A ausência de cerâmica campaniforme pode também evidenciar a natureza dos trabalhos de recolha. O significado da presença / ausência de campaniforme não assume um significado cronológico, pois parece cada vez mais claro que não

existe Calcolítico campaniforme, mas Calcolítico com campaniforme, coexistindo povoados da mesma região com e sem a presença destas cerâmicas. A cerca de 5 km do Moinho do Custódio, no sítio do Castelo (ou Paço) foram recolhidas cerâmicas campaniformes (Gonçalves 1997) podendo surgir aqui uma situação de presença / ausência já detectadas noutros contextos, nomeadamente na área da Ribeira de Cheleiros (Mafra / Sintra) onde coexistem a 2 km de distância, Penedo do Lexim, quase sem cerâmica campaniforme e Anços, com abundante cerâmica (Sousa 2010).

O sítio do Moinho do Custódio enquadra-se assim, no perfil dos povoados do Calcolítico Peninsular, embora não seja possível definir com segurança se se trata ou não de um povoado muralhado.

Assume-se que a estratégia de ocupação do Moinho do Custódio teve como princípio a função do controle da paisagem, onde a visibilidade deste sítio é de longo alcance, nomeadamente, para o vale do Rio Boição, afluente do rio Trancão. Estes elementos apontam no sentido de uma mesma unidade na seleção e concepção da paisagem enquanto espaço.

A presença de construções de pedra a meia encosta poderá indicar a presença de muralhas. A sedimentação neste tipo de elevações é reduzida, expondo à superfície este tipo de estruturas. Circunstâncias de preservação como do Castro do Zambujal são muito raras (Kunst 2010), na maior parte dos contextos existe uma fraca sedimentação, como em Leceia (Cardoso 2010) ou mesmo à superfície, como sucede no Penedo do Lexim (Sousa 2010).

A identificação dos povoados fortificados estremenhos é antiga, com um grande conjunto identificado em finais do século 19, tal como é o caso de Pragança, Penedo do Lexim, Leceia, Chibanes, Olelas, Outeiro da Assenta, Outeiro de São Mamede, Columbeira, Rotura. Outros dos povoados fortificados foram identificados na primeira metade do século 20, como Vila Nova de São Pedro, Ota, Zambujal, Penha Verde, Pedra d'Ouro, Fórnea, Outeiro Redondo. Escassos são os sítios fortificados identificados em finais do século 20 / século 21, correspondendo unicamente a Moita da Ladra, em Vila Franca de Xira (Cardoso 2010, 2014) e Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves 1997). São também escassas as intervenções recentes, de finais do século 20 / inícios do século 21.

Apesar da longa história das pesquisas, o panorama de investigação dos povoados fortificados estremenhos é assim incipiente. Até ao momento

foram identificados 22 sítios muralhados calcolíticos na Estremadura mas apenas 17 foram escavados, possibilitando a confirmação da presença de muralhas (Outeiro da Assenta; Outeiro de S. Mamede; Columbeira; Vila Nova de São Pedro; Pragança; Ota; Fórnea; Zambujal; Pedra do Ouro; Castelo; Penedo do Lexim; Moita da Ladra; Olelas; Penha Verde; Leceia; . Chibanes; Outeiro Redondo). Se considerarmos os sítios com plantas definidas, apenas podemos elencar Leceia, Castro do Zambujal, Moita da Ladra e Vila Nova de São Pedro.

Existem ainda cinco possíveis povoados fortificados com insuficiente informação: Castro da Achada, Torres Vedras (Spindler 1976), Penedo, Torres Vedras (Spindler - Trindade 1970), Rotura, Setúbal (Gonçalves 1971) e Paço, Peniche (Sá - Cheney 2007) e agora também Moinho do Custódio, Arruda dos Vinhos. A inclusão destes cinco sítios no inventário de povoados fortificados é naturalmente duvidosa. Apenas o povoado da Rotura foi escavado e datado (Gonçalves - Sousa 2007). No que se refere aos restantes sítios, as evidências das possíveis muralhas são superficiais, podendo corresponder a cronologias mais recentes.

3. ENQUADRAMENTO REGIONAL: O POVOAMENTO DO 4º E 3º MILÉNIO A.N.E. EM ARRUDA DOS VINHOS

O território de Arruda dos Vinhos encontra-se no hinterland da Península de Lisboa, com contacto visual com o Tejo mas sem acesso directo ao grande rio. A paisagem é marcada pela bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa, curso de água que nasce em Sobral de Monte Agraço, passa pela actual vila de Arruda dos Vinhos, afluindo no Rio Tejo na zona do Carregado. Outras bacias hidrográficas cruzam o concelho, nomeadamente a bacia do Rio Trancão, a Sul; a Norte com a bacia do Rio Alenquer, a Oeste com a bacia do Rio Sizandro e a Este com a bacia do Tejo.

No actual estado das pesquisas dificilmente podemos estabelecer modelos de povoamento para este território. Foram identificados 11 sítios integráveis genericamente no 4º-3º milénio (Lopes 2016), mas apenas possuímos informação suficiente para três dos sítios: o sítio fortificado do Castelo (Gonçalves 1997), a Anta de Arruda (Vasconcellos 1898; Leisner 1965; Boaventura 2009) e, de alguma forma, Moinho do Custódio. Os restantes sítios apenas revelaram materiais que não permitem avançar com uma cronologia relativa mais precisa no Neolítico e Calcolítico: Vinha da Quinta da Crispina,

N.S.Monte, Moinho da Serra, Casal das Contradinhas, Casal da Anta de Cima, Casal da Espadaneira, Alto de Vila Vedra, Alto das Contradinhas.

A questão dos problemas da visibilidade dos contextos arqueológicos na Península de Lisboa tem vindo a ser analisada por um dos signatários, especialmente para a região da Ribeira de Cheleiros (Sousa 2009, 2010).

A generalidade dos sítios neolíticos e calcolíticos identificados na Estremadura corresponde maioritariamente a intervenções pontuais e isoladas, sem existir uma metodologia específica de pesquisa territorial. Projectos como de Carta Arqueológica assumem assim uma especial importância para colmatar vazios de informação. Recentemente têm vindo a ser realizadas novas cartas arqueológicas na Estremadura portuguesa, nomeadamente em Vila Franca de Xira (Pimenta - Mendes 2017), Peniche (Associação *Patrimonium*) e, claro, Arruda dos Vinhos.

A importância de efectuar trabalhos prolongados de prospecção e acompanhamento arqueológico ficou evidente para a área da Ribeira de Cheleiros, onde pude efectuar trabalhos entre 1997 e 2011. Entre 1996, data do início dos meus trabalhos na região, e 2011, o povoamento Neolítico e Calcolítico passou de 12 para 35 sítios (33 povoados), invertendo-se a quantificação de partida: em 1996 quantificavam-se quatro sítios em Mafra e nove em Sintra e actualmente registam-se 23 povoados em Mafra e apenas 10 em Sintra (Sousa 2010).

Para além da inexistência de projectos de prospecção sistemática, a leitura do povoamento neolítico e calcolítico na área estremenha tem outras limitações. Por um lado, a intensa ocupação antrópica na área de Lisboa ocultou e possivelmente destruiu parte considerável dos vestígios pré-históricos. Por outro lado, o relevo e o coberto vegetal dificultam a visibilidade do terreno. Deve salientar-se que, possivelmente o sítio do Moinho do Custódio apenas se detectou na sequência das obras efectuadas na envolvente do Moinho. Alguns dos povoados detectados na prospecção podem apresentar melhores níveis de preservação, mas face à escassez de indicadores de superfície, o estudo do povoamento neolítico e calcolítico desta região restringe-se praticamente ao sítio do Castelo (Gonçalves 1997), a Anta de Arruda (Cruz 1897; Vasconcelos 1915; Leisner 1965; Boaventura 2009) e agora ao sítio do Moinho do Custódio.

Apesar da reduzida dimensão do concelho (77 km²) podemos identificar unidades de paisagem, correspondendo praticamente às quatro freguesias

do concelho (Arruda dos Vinhos, Arranhó, S. Tiago dos Velhos).

A área estruturante é sem dúvida o vale de Arruda. Situando-se na área Este do concelho, por influência do Rio Grande da Pipa, nesta área desenvolvem-se as práticas agrícolas de plantação de vinha, correspondendo praticamente às freguesias de Arruda e Cardosas.

A bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa tem uma área aproximada de 110 km², confinando a Norte com a bacia do Rio Alenquer, a Sul com a bacia do Rio Trancão, a Oeste com a bacia do Rio Sizandro e a Este com a bacia do Tejo (Oliveira 2012).

A relação com Rio Tejo e a oscilação flandriana do nível de água do mar, deverá ter exercido uma influência no traçado do Rio Grande da Pipa, o qual decerto teria certamente um caudal mais pronunciado.

A maior parte das ocorrências integráveis no 4º e 3º milénios identificadas no concelho de Arruda localiza-se justamente na bacia do Rio Grande da Pipa (8 dos 12 sítios identificados), incluindo os únicos sítios escavados e datados: a Anta de Arruda e o sítio do Castelo. Em geral a localização destes povoados obedece a uma estratégia ocupação do espaço bem definida durante o Calcolítico peninsular: “não privilegia necessariamente os pontos mais elevados, mas antes locais de altitude media, com áreas de ocupação restrita” (Sousa 1998: 55).

O sítio do Moinho do Custódio localiza-se numa unidade de paisagem distinta, em área subsidiária ao Rio Trancão. Nesta área apenas foram identificados mais três sítios (Alto de Vila Vedra, Cabeço das Contradinhas; Alto das Contradinhas). Contudo, deve ser realçado que o povoamento da bacia do Trancão deve ser interpretado em conjunto, incluindo os sítios localizados nos concelhos limítrofes. Destaca-se a proximidade ao *tholos* da Tituaria, em Mafra, apenas a 4 km (Cardoso *et al.* 1996). Apesar de ambos os sítios se localizarem em pontos elevados, não existe intervisibilidade directa entre o sítio do Moinho do Custódio e o sítio do Castelo, distando apenas 7 km.

Em termos diacrónicos, a informação é extremamente escassa. Não existe qualquer indício de ocupação das fases iniciais do Neolítico, apesar de não ser impossível que alguns dos sítios detectados possa possuir uma ocupação antiga, como sucede por exemplo no sítio da Moita da Ladra, em Vila Franca de Xira (Cardoso 2014).

No actual estado dos conhecimentos, a Anta de Arruda é o único sítio localizado no concelho datado do Neolítico final. A datação absoluta obtida

DATAÇÕES ABSOLUTAS DE CONTEXTOS 4º E 3º MILÉNIO – ARRUDA DOS VINHOS						
Refª Lab.	Tipo amostra	Contexto	Data Convencional	Data cal.	Data cal.	Bibliografia
			(BP)	(1σ) Cal BC	(2σ) Cal BC**	
CASTELO						
ICEN-940	Osso	camada 2ª	4080 +-60	2856-2496	2874-2463	Marques Gonçalves 1997
ICEN-1031	Osso	camada 2B	4050+-110	2862-2459	2888-2210	
ANTA DA ARRUDA						
Beta-229854	Osso		4080 +-60	3100-2920	3330-2910	Boaventura 2009

Fig. 9 - Datações absolutas de contextos 4º e 3º milénio - Arruda dos Vinhos.

indica uma cronologia da transição 4º - 3º milénios (Boaventura 2009), correspondendo possivelmente à fase inicial dos construtores. Associada a esta fase estaria a pedra polida, as lâminas pouco retocadas, o núcleo de lamelas, a placa de xisto e possivelmente as duas grandes pontas de tipo punhal (Boaventura 2009). Certamente que o monumento foi reutilizado durante o 3º milénio, com uma ocupação derradeira incluindo cerâmica campaniforme. A presença de artefactos votivos de calcário poderá incluir-se na primeira fase ou em fase intermédia, em inícios do 3º milénio. Apenas subsistiram vestígios osteológicos de seis indivíduos (*idem, ibidem*), mas a recolha não foi sistemática.

Possivelmente este monumento já se encontrava muito afectado aquando dos trabalhos de escavação de José Leite Vasconcellos em 1898. Rui Boaventura sugere que este monumento teria sido destruído em inícios do século 20: «O facto do casal Leisner ter utilizado o desenho disponível no Museu, e não realizar o registo *in loco*, como fez para quase todas as antas de Lisboa entre 1943-1944, deve-se, com certeza, a esta se encontrar já destruída naquele período, o que é referido» (Boaventura 2009: 172).

São conhecidas diversas referências a antas, quer no território de Arruda dos Vinhos quer na região. A Anta da Arruda situar-se-ia, de acordo com J. L. Vasconcellos no Casal das Antas de Baixo, existindo ainda a Sul o Casal das Antas de Cima. Fizemos prospecção detalhada em ambos os sítios, tendo sido detectado um maroiço de pedras que poderia localizar-se na área onde possivelmente se localizava a Anta mas esta observação necessita de ser confirmada através de trabalhos de remoção de pedras e limpeza.

Os locais de povoamento atribuíveis

ao Neolítico final na Península de Lisboa são relativamente escassos. O paradigma do «horizonte da Parede» condiciona um pouco a nossa leitura, uma vez que restringe o Neolítico final a determinados fosséis directores como os bordos denteados ou as taças carenadas (Gonçalves 1995). Considerando que a maior parte dos sítios de habitat do Neolítico final na Península de Lisboa foram classificados apenas através de recolhas de superfície ou de materiais sem contexto, a «lista curta», com datações e contextos, limita-se aos sítios da Parede (Gonçalves 2005; Pombal 2006), Vale de Lobos (Valente 2006), Espargueira (Encarnação 2010) e Penedo do Lexim (Sousa 1998), Lameiras (Davis - Simões 2016). É particularmente relevante a escassez de contextos na área a Norte de Mafra, nomeadamente no vale do Sizandro, onde se concentram tantas necrópoles e com um intenso povoamento do 3º milénio. A ausência (ou invisibilidade) em Arruda dos Vinhos é assim compreensível.

É no 3º milénio que se verifica a presença de uma mais visível malha de povoamento: Castelo (Gonçalves 1997) e Moinho do Castelo. Como atrás referimos, estes sítios aparentemente estariam inseridos em unidades de paisagem distintas, embora seja difícil sustentar a ausência da sua relação, atendendo à curta distância que os separa.

Para o sítio do Castelo, as escavações arqueológicas e as datações radiocarbónicas evidenciam uma cronologia que recua ao segundo século do 3º milénio, como aliás sucede na maior parte dos povoados fortificados (Gonçalves *et al.* 2013). A esta cronologia de fundação, integrável no Calcolítico inicial, estariam associados materiais como copos e taças caneladas, ausentes do Moinho do Custódio. Obviamente que os escassos materiais recolhidos no

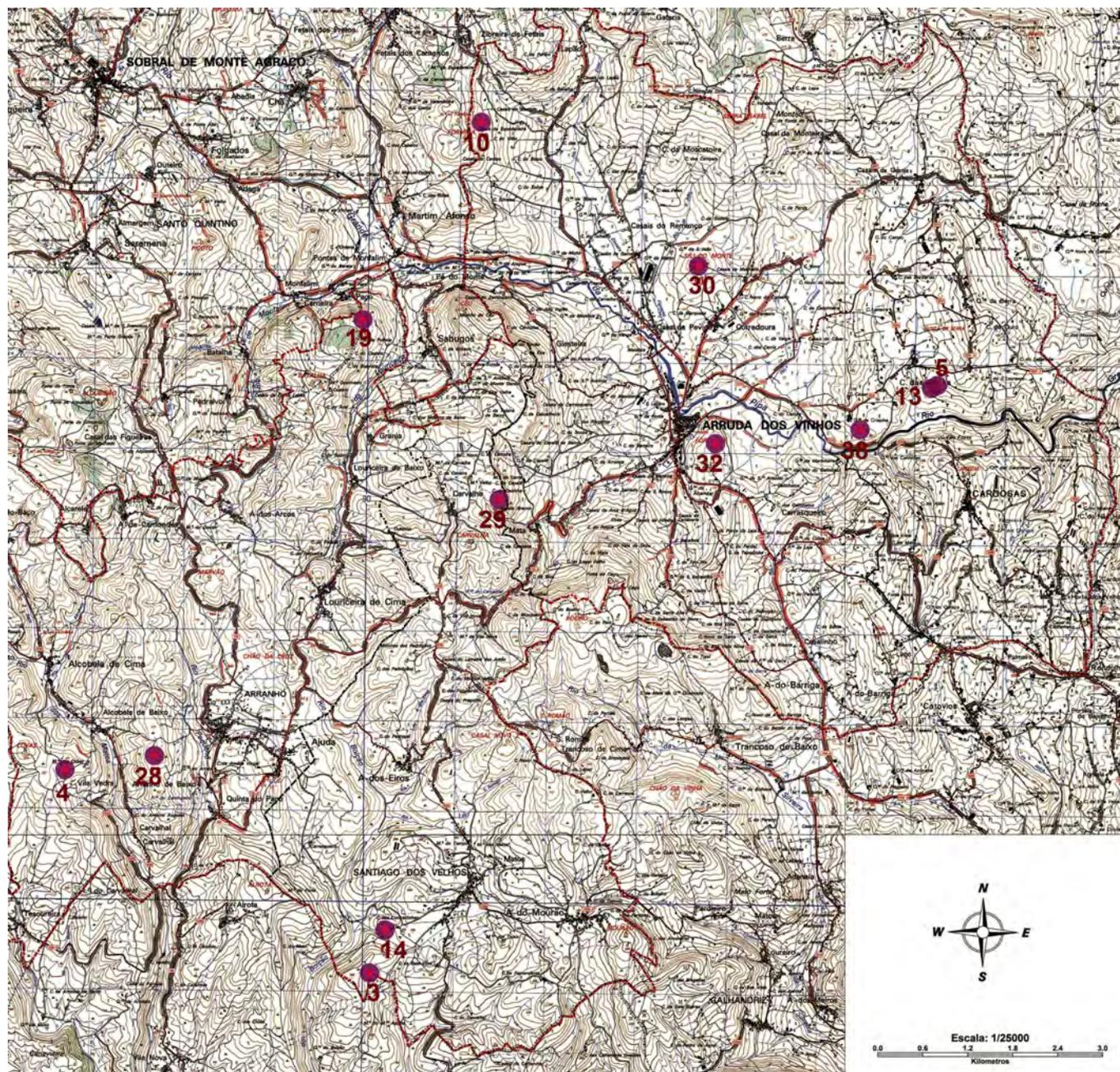


Fig. 10 - Sítios do 4º e 3º milénio no concelho de Arruda dos Vinhos: 3. Alto das Contradinhas; 4. Alto de Vila Vedra (CNS: 35404); 5. Anta de Arruda (CNS: 2237); 10. Casal da Espadaneira (CNS: 35409); 13. Casal das Antas de Cima (CNS : 35417); 14. Casal das Contradinhas (CNS: 35421); 19. Castelo / Forte do Paço (CNS: 3588); 28.Moinho do Custódio (CNS: 35431); 29. Moinho da Serra (CNS: 35430); 30. Nossa Senhora do Monte (CNS: 35432); 32. Quinta da Forca (CNS: 35435); 38. Vinha da Quinta da Crispina (CNS: 15273).

Moinho do Custódio não permitem estabelecer um faseamento de ocupação com segurança, mas deve ser realçada a presença de povoados fortificados construídos numa fase mais evoluída do 3º milénio, como sucede em Penha Verde, em Sintra (Cardoso 2010-2011) ou Moita da Ladra, em Vila Franca de Xira (Cardoso 2014), com datações absolutas associadas a cerâmicas do grupo folha de acácia e campaniformes.

Também o povoado da Ota parece apresentar uma cronologia do Calcolítico pleno, a avaliar pelas presenças de cerâmica decorada do Grupo Folha de Acácia (Texugo 2016).

No sítio do Moinho do Custódio não foram recolhidas cerâmicas com a clássica decoração em espiga de tipo «folha de acácia». Porém, a presença de um fragmento de pote com canelura funda e

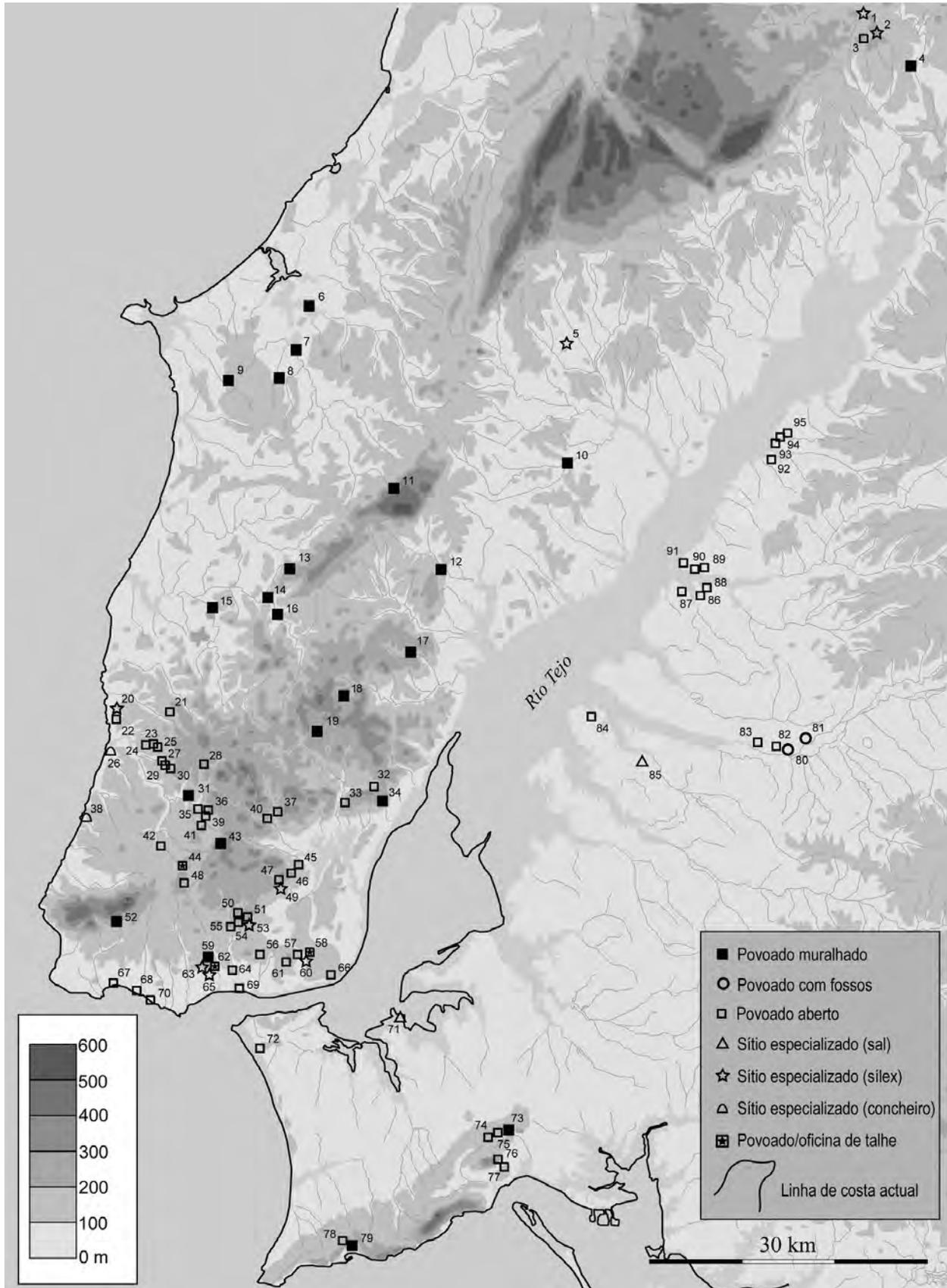


Fig. 11 - Mapa do povoamento do 4º e 3º milénio na Estremadura portuguesa, incluindo-se apenas os sítios escavados ou com informação relevante. Base cartográfica elaborada por Maia Langley e Rui Boaventura.

POVOADOS MURALHADOS: 4: Fonte Quente 1 e 2; 6: Outeiro da Assenta; 7: Outeiro de São Mamede; 8: Columbeira; 9: Moinho do Custódio (?); 10: Vila Nova de São Pedro; 11: Pragança; 12: Ota; 13: Castro da Achada; 14: Fórnea; 15: Zambujal; 16: Penedo (?); 17: Pedro do Ouro; 18: Castelo; 19: Paço (?); 31: Penedo do Lexim; 34: Moita da Ladra; 43: Olelas; 52: Penha Verde; 59: Leceia; 73: Chibanes; 77: Rotura (?); 79: Outeiro Redondo.
SÍTIOS COM FOSSOS: 80: Cabeço do Pé da Erra; 81: Barranco do Farinheiro 2.
POVOADOS ABERTOS/INDETERMINADOS: 3: Castelo de Ourém; 5: Riba-Rio; 6: Amaral; 21: Cova da Baleia; 22: Casal Cordeiro 5; 23: Sobreiro; 24: Casas Velhas; 25: Gonçalvinhos; 27: Quintal; 28: Cabeço de Palheiros; 29: Cabecinho da Capitôa; 30: Sopé do Cabecinho da Capitôa; 32: Casal do Penedo 1; 33: Moinho dos Bichos; 35: Anços; 36: Negrais (Barruncheiros); 37: Salemas; 39: Negrais (Pedraceiras); 40: Ponte da Lousa; 41: Negrais (Fonte Figueira); 42: Lameiras; 43: Casal do Mortal; 46: Gaitadas; 47: Cabeço da Amoreira; 48: Vale de Lobos; 50: Alto da Cabreira; 51: Espargueira; 54: Baútas; 55: Serra das Éguas; 56: Alfragide; 57: Vila Pouca; 61: Montes Claros; 64: Carnaxide; 66: Encosta de Santana; 67: Estoril; 68: Parede; 69: Alto do Dafundo; 70: Murtal; 72: Miradouro dos Capuchos; 74: Alto de São Francisco; 75: Moinho da Fonte do Sol; 76: Pedrão; 78: Zambujal; 82: Catarroeira; 83: Monte do Lacrau; 84: Monte da Foz; 86: Sobral do Martim Afonso; 87: Vale de Lobos 4; 88: Adua 1; 89: Forno o Tijolo 2; 90: Olival de Vasques; 91: Porto do Sabugueiro (Alqueve 1 e 2); 92: Alto dos Cacos; 93: Cabeço da Bruxa; 94: Alto do Castelo; 95: Tanchoal.
POVOADOS ABERTOS/OFICINAS DE TALHE: 44: Penedo da Cortegaça; 58: Santana; 62: Carrascal.
SÍTIOS ESPECIALIZADOS (PRODUÇÃO DE SAL): 71: Ponta da Passadeira; 85: Monte da Quinta 2.
SÍTIOS ESPECIALIZADOS (OFICINAS DE TALHE DE SÍLEX): 1: Casas de Baixo; 2: Cabeça Gorda 1; 5: Arruda dos Pisões (Arneiro, Passal, Cabeço dos Mouros); 20: Casal Barril; 49: Pedreira do Aires; 53: Monte das Pedras; 60: Campolide; 63: Monte do Castelo; 65: Barotas.
SÍTIOS ESPECIALIZADOS (CONCHEIROS): 26: São Julião; 38: Magoito.

Fig. 12 - Tipos de ocupação do 4º e 3º milénio na Estremadura portuguesa indicados na figura anterior.

decoreção geométrica, remete-nos para o universo do «Grupo da Folha de Acácia» (Gonçalves - Sousa 2006; Sousa 2010) que pode ser integrado numa cronologia do 2º e 2º quartel do 3º milénio.

Em muitos dos povoados fortificados situados na margem direita do Tejo verifica-se uma reocupação na Idade do Bronze e/ou Idade do Ferro, como sucede no Castelo, Pedra d'Ouro, Ota e Moinho do Castelo. Estas reocupações podem ocultar ou transformar as estruturas defensivas. É especialmente interessante a continuidade de utilização defensiva no sítio do Castelo (ou Paço), com estruturas de fortificação calcolíticas, ocupações da Idade do Ferro e a construção de um reduto das Linhas de Torres (obra militar nº 12 da 1ª linha defensiva). Da primeira fase de fortificações, refira-se a presença de uma muralha e de uma torre oca, componente «clássico» dos sistemas defensivos do Calcólítico.

Perante a falta de um programa de intervenção continuado, conduzido com metodologias modernas, não existe informação suficientemente detalhada para a generalidade dos povoados fortificados, nomeadamente para o sítio do Castelo

/ Paço. A complexidade de intervenção neste tipo de sítio é evidente, sendo necessário perspectivar a sua investigação em programas de longa duração, como sucedeu em Leceia (Cardoso 1997) com mais de 20 campanhas ou no Castro do Zambujal (Kunst 2010), ainda em escavação.

Parece também cada vez mais evidente que não podemos atribuir ao campaniforme um valor exclusivamente cronológico, uma vez que coexistem no mesmo período cronológico (meados a terceiro quartel do 3º milénio) sítios onde a cerâmica campaniforme está ausente ou em número muito escasso (Penedo do Lexim, Cabeço do Pé da Erra) e outros, na proximidade, onde esta está presente (Olelas, Barranco do Farinheiro) (Gonçalves - Sousa 2014; Gonçalves - Sousa no prelo). Também no território da Arruda dos Vinhos encontramos essa dicotomia, estando a cerâmica campaniforme presente no sítio do Castelo e ausente do Moinho do Custódio. As necrópoles da região são abundantes em campaniforme como sucede em Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, Tituaría, Mafra e em escasso número, na Anta da Arruda.

Podemos afirmar que ao longo dos tempos a ocupação do território, desde períodos mais recuados até à época contemporânea (com a construção do sistema defensivo das Linhas de Torres), respeitou as características estratégicas que a paisagem estremenha oferece, nomeadamente, com a ocupação dos principais pontos de maior defensabilidade e a consequente defesa das rotas de circulação fluviais e terrestres pois, Arruda é um território de passagem a Norte do Tejo para Lisboa.

Desde os 4º e 3º milénios até aos finais do período sidérico, no território de Arruda verifica-se a localização de povoados nos cumes, em locais que apresentam grande defensabilidade natural, com domínio sobre as paisagens envolventes, assumindo um controlo efetivo sobre o território.

4. REVISITANDO O POVOAMENTO DO 3º MILÉNIO NA PENÍNSULA DE LISBOA

O sítio do Moinho do Custódio e o Castelo integram-se numa rede de povoamento do 3º milénio que ocupou «milimetricamente» o território da Península de Lisboa.

É sempre arriscado avançar com modelos hierárquicos de povoamento, atendendo ao carácter ainda insuficiente da documentação arqueológica disponível para os povoados fortificados estremenhos.

Mais de cem anos após as primeiras identificações dos «castros neolíticos» a informação disponível é ainda muito insuficiente, como bem atesta o caso do Castro do Zambujal: após mais de 50 anos de escavações, o sítio tem vindo a «crescer» em área e em complexidade (Kunst 2010; Kunst - Arnold 2011). Atendendo às características dos povoados fortificados, é bastante mais difícil utilizar meios de detecção remota, os quais têm sido sistematicamente utilizados para os recintos de fossos, por exemplo. No caso dos fossos, a enorme dimensão dos sítios tornaria quase impossível a obtenção de uma planta num prazo médio, vejam-se os trabalhos em Perdigões (Valera 2013) ou a dificuldade em cruzar dados de escavação com uma planta de síntese, como sucede em Porto Torrão.

Face ao exposto, temos sempre dificuldade em avançar com áreas e estabelecer hierarquias com base nas dimensões dos povoados. Aparentemente, não existem sítios muito grandes, de escala paralelizável com os recintos de fossos. Podemos apenas considerar duas escalas: lugares de dimensão

média / grande como Vila Nova de São Pedro, Leceia e Zambujal e sítio de pequena escala como Olelas, Penedo do Lexim, Fórnea, Pedra d'Ouro. Não existem indicadores de uma relação hierárquica entre os grandes e os pequenos sítios: elementos exóticos como variscite ou marfim estão presentes em ambos, não se registam diferenças na economia (nomeadamente na metalurgia e na fauna).

Recentemente, para o sítio da Moita da Ladra, João Luís Cardoso propõe um modelo explicativo de «especialização», associado à metalurgia: «A assinalável quantidade de artefactos metálicos, parte dos quais inclassificáveis e destinados à refundição, sublinha o carácter metalúrgico deste sítio e o seu papel na redistribuição de parte do volume das produções metálicas» (Cardoso 2014: 251). Para além da presença de elementos metálicos, é salientada a abundância de pontas de seta e a presença de elementos exógenos, provenientes da área da faixa piritosa ibérica, como as pontas de seta em xisto jaspoide ou, acrescentamos nós, a presença de ídolos de tipo andaluz.

Também para o povoado da Ota foi proposta uma utilização especializada na exploração do sílex (Texugo 2016), mas esta leitura carece de enquadramento cronológico.

Sendo arriscado estabelecer lugares centrais e avançar com funcionalidades específicas, parece clara a presença de um posicionamento milimétrico e equidistante entre os diversos povoados fortificados da Península de Lisboa. Tomando a malha administrativa concelhia, verifica-se a presença no mínimo de um povoado fortificado por concelho, frequentemente com dois pequenos sítios grupados. É justamente em torno de Leceia, Vila Nova de São Pedro e Zambujal que encontramos um maior vazío.

No caso do povoamento directamente associado ao Tejo, verificamos que na maior parte dos povoados fortificados se situa numa posição relativamente recuada, em associação directa a linhas de água subsidiárias. Apenas no caso de Moita da Ladra se verifica uma implantação sobre o estuário do Tejo. Os sítios do Castelo, Ota, Pedra d'Ouro e Vila Nova de São Pedro localizam-se num ponto mais recuado, como aliás sucede na faixa atlântica, entre Sintra e Peniche os povoados situam-se numa área mais recuada.

A presença de muralhas calcolíticas em Moinho do Custódio está em aberto, necessitando de confirmação através de um programa de escavações e de geofísica. Porém o modelo de implantação defensiva é comum à maior parte dos

povoados da primeira metade do 3º milénio. Se considerarmos apenas os povoados com escavações (e preferencialmente com datações), verificamos que praticamente todos os sítios se implantam em locais elevados, com defensabilidade, apresentando muralhas. Os locais abertos sem defensabilidade que surgia no Neolítico final, como na Parede, em Negrais ou Vale de Lobos, são abandonados durante a primeira metade do 3º milénio.

Com uma história centenária de escavações, o concelho de Arruda dos Vinhos apresenta ainda mais dúvidas do que certezas quanto ao povoamento do Neolítico final e Calcolítico. Moinho do Custódio constitui mais um indicador que urge investigar para confrontar com os dados disponíveis para a Estremadura.

Mafra, Arruda dos Vinhos, Dezembro de 2016

Agradecimentos

Os autores agradecem a Fernanda Sousa, autora dos desenhos de material arqueológico, Marco António Andrade pela actualização do mapa geral de povoamento da Estremadura e Manuel Filipe Raimundo pela elaboração da Cartografia temática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- CARDOSO, G. - GONZALEZ, A. (2008) - Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. In *Atas do I Seminário do Património da Região Oeste – 2006*. Arruda dos Vinhos: 127-133.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa / Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2010): Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. In GONÇALVES, V.S. - SOUSA, A.C. (eds.), *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: 43-63 (Colecção Cascais Tempos Antigos 2).
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 467-551.
- CARDOSO, J. L. (2014) - O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 217-294.
- CARDOSO, J. L. - LEITÃO, M. - FERREIRA, O. V. - NORTH, C. T. - NORTON, J. - MEDEIROS, J. - SOUSA, P. F. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaría, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 6: 135-195.
- CRUZ, P. B. (1897) – Notícias várias: 3. Antiguidades de Arruda dos Vinhos. *O Arqueólogo Português* 3: 143-144.
- DAVIS, S. J. - SIMÕES, T. (2016): The velocity of ovis in prehistoric times: the sheep bones from early neolithic Lameiras, Sintra, Portugal. In DINIZ, M. - NEVES, C. - MARTINS, A. (eds.), *O neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: 51-66 (Monografias da AAP, 2).
- ENCARNAÇÃO, G. (2010) – *As cerâmicas carenadas do povoado da Espargueira (Serra das Éguas, Amadora)*. Um contributo para o seu estudo. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, J. L. M. (1993) - *O sítio arqueológico do Castelo. Catálogo da exposição*. Arruda dos Vinhos.
- GONÇALVES, J. L. M. (1995) – Arruda dos Vinhos. Notas arqueológicas. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* 2: 510.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) – O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) - Escavações de 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* 3: 5-19.
- GONÇALVES, V. S. (1995): *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais.
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2007) - Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14c para o Castro da Rotura e o 3º milénio nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português* 24, série 4: 233-266.
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2014) – Coruche e as antigas sociedades camponesas. In *Coruche, o céu, a terra e os homens*. Coruche: 39-67.
- KUNST, M. (2010) - Zambujal, a dinâmica da sequência construtiva. In GONÇALVES, V.S. - SOUSA, A.C. (eds.), *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: 131-154 (Colecção Cascais Tempos Antigos 2).
- KUNST, M. - ARNOLD, F. (2011) - Sobre a reconstrução de estruturas defensivas do Calcolítico na Península Ibérica com base na Torre B de Zambujal (Torres Vedras, Lisboa). *O Arqueólogo Português*, Série V-1: 429-488.
- LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber der Iberischen*

Halbinsel. Der Westen. Berlin, vol. 3, Text and Tafeln.

LOPES, J. (2016) – *Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos. 2016.* Mestrado em Arqueologia (Projecto). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, S. M. C. (2012) - *Incidência Espacial e Temporal da Instabilidade Geomorfológica na Bacia do Rio Grande da Pipa (Arruda dos Vinhos).* Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, policopiada.

PIMENTA, J., (coord.) (2015) - *Em busca de lerabriga: sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira.* Vila Franca de Xira.

SÁ, A. P. - CHÉNEY, A. (2007) –O Povoado do Paço: notícia preliminar. *Al-Madan*, IIª Série-15: 49-52.

SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros.* Lisboa (Trabalhos de Arqueologia; 11).

SOUSA, A. C. (2003) - O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra). In GONÇALVES, V. (ed.), *Muita gente, poucas antas.* Lisboa: 305-338 (Trabalhos de Arqueologia 25).

SOUSA, A. C. (2009) – Mapear o povoamento estremenho do 4º e 3º milénio a.C: Um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 17: 223-236.

SOUSA, A. C. - VALÉRIO, P. - ARAÚJO, M. F. (2004)- Metalurgia antiga do Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7-2: 97-117.

SOUSA, A.C. (2010): *O Penedo do Lexim (Mafra) na*

sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SPINDLER, K. - TRINDADE, L. (1970) – A póvoa eneolítica do Penedo - Torres Vedras. In *Jornadas Arqueológicas I.* Lisboa, vol. II: 59-157.

SPINDLER, K. (1976) - Die Neolithische Parede Gruppe In Mittelportugal. *Madriider Mitteilungen* 17: 21-75.

TEXUGO, J. (2016) – *O 4º e o 3º milénio a.n.e. no sítio da Ota (Alenquer): Perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no Povoado de Vale de Lobos (Sintra).* Lisboa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VALERA, A. C. (2013) - Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Portugal investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Al-madan*, II Série-18: 93-110.

VASCONCELOS, J. L. (1898) - *Relatório da exploração da anta do «Casal das Antas de Baixo» (Arruda)* [Manuscrito]. Arquivo de J. L. de Vasconcelos. Caixa 6 (A-B): Apontamentos por proveniência. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914).* Lisboa.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 69-78

O GUADIANA COMO FRONTEIRA? NOTAS PARA UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

PEDRO ALBUQUERQUE*

RESUMO

O objectivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos - chave para um projecto de investigação intitulado *O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. - I d.D.): percursos de uma fronteira*, fornecendo uma visão geral sobre as estratégias de investigação que podem ser desenvolvidas no sentido de obter uma perspectiva arqueológica da construção de fronteiras territoriais e simbólicas no Guadiana durante este período.

Palavras-chave: Guadiana; Fronteiras territoriais; Fronteiras simbólicas.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some key aspects for an investigation project called *The low and medium Guadiana Valley (8th century BC - 1st century AD): paths of a frontier*, providing a general view about the strategies that must be developed to reach an archaeological perspective of the construction of territorial and social boundaries in the Guadiana Valley during this period.

Keywords: Guadiana; Territorial boundaries; Symbolic boundaries.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / CLEPUL. Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência SFRH/BPD/110118/2015 (2015 - 2020), dirigido pelos professores Ana Margarida Arruda, José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) e Francisco José García Fernández (Universidade de Sevilha). skapedroalbuquerque@gmail.com
As abreviaturas das fontes escritas gregas e latinas baseiam-se, respectivamente, no Greek - English Lexicon (Liddell & Scott) e no Oxford Latin Dictionary. Não se segue o Novo Acordo Ortográfico.

1. APRESENTAÇÃO: UM PROJECTO PARA REGIÕES FRONTEIRIÇAS

O projecto de investigação, intitulado *O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. - I d.C.): percursos de uma fronteira*, procura analisar a construção de fronteiras nas duas margens de um elemento geográfico que separa, em alguns troços, dois Estados soberanos europeus (Portugal e Espanha), delimitando os respectivos territórios dos poderes políticos e administrativos. Recentemente, o desmantelamento das fronteiras com a construção do espaço Schengen resultou na reconfiguração destes territórios raianos que, a partir desse momento, perderam a sua importância como pontos de paragem obrigatória para quem queria entrar num país ou sair dele, e passaram a ser lugares de passagem.

A desertificação das zonas fronteiriças e do decréscimo de importância de cidades como Elvas, Badajoz, Ayamonte e Vila Real de Santo António acabou por ser uma consequência visível desta reorientação política e económica. Apesar desta situação, que não pode nem deve ser ignorada pelos poderes centrais, estes espaços de fronteira construíram um percurso histórico que pouco ou nada tem a ver com a imagem de periferia e de separação transmitida, à distância, pelas capitais. Explicando de outro modo: é comum afirmar, na perspectiva do “centro”, que uma fronteira marca uma separação entre duas personalidades, individuais ou colectivas, que são concebidas como diferentes. No entanto, estes lugares são também espaços de transição, de cooperação, de convivência e de cumplicidade, propiciando a construção de identidades mistas.

Esta imagem da fronteira provoca um completo desfasamento entre a realidade percebida pelo centro e a realidade vivida pelos grupos que vivem nessa suposta “periferia”. Como tal, torna-se necessário desenvolver metodologias de análise que permitam converter estes espaços em novos “centros”, ou melhor, criar novos discursos que desafiem o nosso olhar sobre as zonas raianas; ao mesmo tempo, discutir a (in)eficácia das fronteiras territoriais na construção de identidades locais e regionais, que em muitos casos reflectem os mitos criados em torno da ideia de fronteira, tão cara à reformulação da Europa no Pós- I Guerra Mundial (Raffestin 1992).

É neste sentido que este projecto de investigação se afirma como parte integrante de um tema que tem vindo a ganhar importância no contexto da Europa sem fronteiras, e como um ponto de partida possível para a valorização do património

das regiões fronteiriças, em estreita relação com as comunidades locais das duas margens do Guadiana entre a foz e a envolvente de Badajoz, valorizando os sítios arqueológicos que se encontram nas proximidades do leito do rio, bem como as fontes escritas da Antiguidade (orientais e clássicas) e alguns casos da História de África que permitam enriquecer o questionário.

Não se pretende apresentar num pequeno texto como este resultados propriamente ditos, mas antes alguns elementos que se consideram pertinentes para levar a cabo uma investigação transfronteiriça e interuniversitária, e, ao mesmo tempo, apontar alguns caminhos para abordagens comparadas sobre a construção de fronteiras territoriais e simbólicas ao longo do período considerado. Não se deve, por outro lado, perder de vista o alargamento deste tipo de estudos a outros contextos geográficos e históricos, embora o estudo em questão incida sobre os séculos anteriores à utilização do leito do Guadiana como fronteira entre a Bética e a Lusitânia. E esta última questão não está, como veremos, isenta de problemas.

2. O GUADIANA COMO FRONTEIRA

“But why is such marking necessary? The simple answer is that the boundary encapsulates the identity of the community and, like the identity of an individual, is called into being by the exigencies of social interaction”.

Cohen 1985: 12

Plínio (*N.H.* 3.6, etc.; cf. Guerra 1995: 48-51) e Mela (2.87) assinalaram que o Guadiana separava duas províncias romanas, a Bética e a Lusitânia; Frontino afirmou, por seu turno, que as centurições de *Augusta Emerita* ocupavam as duas margens do rio (*De Controversiis agrorum*, ed. Thulin: 44). Este primeiro ponto de partida tem como referência o séc. I d.C., limite cronológico deste projecto de investigação, e estabelece desde logo alguns problemas de análise que devem ser considerados. Mesmo dispondo de textos que mencionam a definição de fronteiras, o estudo do uso do leito do rio como elemento de separação entre províncias apresenta alguns problemas e obriga a alguma prudência (García Iglesias 1972; Francisco Martín 1978; Sillières 1982; Guerra 1995: 48-49; Marcos 2011). No entanto, tendo em conta que muitos receptores dos textos mencionados não conheciam estes territórios, não

parece chocante afirmar que o uso do rio nos seus discursos permitia simplificar uma realidade que, explicada com maior rigor, seria incompreensível.

Três casos são suficientes para ilustrar este problema: *Metellinum* (Medellín), *Augusta Emerita* (Mérida) e *Lacimurga* (Cerro de Cogolludo, Badajoz?). As duas primeiras são cidades implantadas na margem esquerda que, supostamente, deveria pertencer à Bética, e a terceira foi integrada na Bética por Plínio (*N.H.* 3.14) e na Lusitânia por Ptolemeu (2.5.7; 2.4.10). O tema foi sobejamente tratado e mereceu a atenção de vários investigadores, que não deixaram de insistir sobre a extraordinária complexidade da (in)definição de fronteiras (entre outros, García Iglesias 1972; Francisco Martín 1978, com bibliografia anterior: Sillières 1982; Marcos 2011).

Estamos, porém, perante pontos de referência meramente administrativos que indicam, acima de tudo, lugares de transição entre províncias e não entre culturas. Na verdade, o rio não costuma ser um elemento determinante para estabelecer uma fronteira rígida entre duas entidades, sobretudo do ponto de vista militar (Rankov 2005), não obstante o seu simbolismo em episódios como a passagem do Rubicão por César (Berti 1987), para citar um exemplo. Neste caso, sobressai a facilidade na transposição das linhas fluviais fronteiriças e a ideia de que estas são, no essencial, marcadores de transição entre territórios, mas sobretudo entre percepções do espaço habitado e dominado (cf. César, *B.C.* I, 38). Por esta razão, os rios não são, necessariamente, muralhas, mas marcam os limites de um território graças à sua visibilidade.

Com isto, importa referir que o conceito de *fronteira natural*, muito em voga na construção mental e delimitação política do território francês depois da Revolução, deve ser questionado (Sahlins 1994), uma vez que considera que a identidade de uma “comunidade imaginada” se desenvolve dentro de certos limites naturais. Por exemplo, Danton afirmou, a 13 de Janeiro de 1793, que os limites de França eram “marqués par la Nature; nous les atteindrons toutes des quatre points de l’horizon, du côté du Rhin, du côté de l’Océan, du côté des Alpes” (*apud* Febvre 1962: 20-21). Isto pressupõe, numa óptica essencialista, que estas fronteiras envolvem o território dos povos desde os tempos mais remotos, determinando a sua identidade.

Do ponto de vista científico, ditos limites exercem um poder extraordinário sobre a concepção do *espaço histórico*, principalmente em situações como a do Guadiana, que estabelece, em muitos troços, a fronteira entre o Sul de Portugal e a Andaluzia

Ocidental. Dito de outro modo, é nas margens do Guadiana que terminam as representações dos territórios históricos, ignorando muitas vezes que são as circunstâncias históricas, e não a natureza, que definem onde acaba um território e começa outro. E que estas delimitações separam áreas de soberania, não contextos culturais ou até mesmo linguísticos (nestes casos, podemos falar mesmo de bilinguismo em lugares fronteiriços).

A análise deste território contraria, como se assinalou, a imagem de zonas periféricas, marginais e isoladas, e permite valorizar a zona fronteiriça enquanto património comum que assume características e vivências próprias. Em determinados momentos do percurso histórico destas zonas, construíram-se castelos e atalaias que visavam, precisamente, defender o espaço próprio das incursões dos “outros” e, mais recentemente, infraestruturas que controlavam o fluxo de circulação terrestre entre os países (uma visão de síntese em Cavaco 1997). O fim desta função provocou o crescente abandono da raia, representando uma nova etapa histórica, por um lado, e revelando a permeabilidade da fronteira em relação às mudanças políticas e económicas das soberanias, por outro.

Estas questões são particularmente relevantes quando se considera o uso do rio como uma via privilegiada de circulação de bens e pessoas, pelo menos até Mértola (antiga *Myrtilis*). Como funcionaria uma fronteira fluvial nestas circunstâncias? Os barcos navegavam em terreno neutro? Não é difícil imaginar uma situação deste género para nos apercebermos da diferença que existe entre representação e uso de um território, mesmo considerando que a circulação fluvial não tem na actualidade a importância que tinha noutras circunstâncias históricas (v. Garcia 1984: 617-618). No entanto, nos casos em que tal linha divisória existia, desenvolveram-se estratégias para estabelecer localizações precisas, como salientou C.C. Hyde (1912), nomeadamente o centro do leito do rio ou as ilhas que nele se encontram. Estas ilhas foram, em certas ocasiões, motivos de conflito em períodos mais recentes, sobretudo se eram móveis (Barreiros 1961: 20-23; Soares 2015).

Outro aspecto relevante diz respeito ao próprio conceito de *fronteira* nos vários períodos históricos, bem como as estratégias de delimitação e representação (Brunet-Jailly 2010: 1ss., com uma perspectiva sobre a história das investigações). Como demonstrou L. Febvre (1962: 11ss.), a aplicação do termo a um determinado território é bastante recente na língua francesa, embora saliente que *frontera*

surgiu no poema de *Mio Cid* em 1207 como região ou território que separa dois reinos (v. 640: “con los de la frontera”). Na documentação portuguesa, surgiu alguns anos mais tarde, em 1296 (um ano antes de Alcañices), de acordo com a pesquisa de Rita C. Gomes, mantendo-se com este sentido nos textos posteriores e estruturando em boa medida o que se entendia por “limites” dos reinos (Gomes 1991: 359 ss.; para o domínio muçulmano, cf. Garcia 1984: 611-613; outros textos em Barreiros 1961: 7ss.).

Curiosamente, foi precisamente o Guadiana que mais preocupações deu aos monarcas enquanto elemento definidor dos limites dos seus domínios, não obstante a construção de castelos ao longo das suas margens (que, aliás, acabavam por pertencer ora a um, ora a outro reino). O objectivo é claro: definir quem é súbdito de quem, o que se revestiu de particular importância nas terras possuídas pelas ordens militares ao longo dos territórios adjacentes ao rio (*ibid.*: 363-366; Moreno, coord. 2003: 5-13). É também claro que estes actos são políticos, jurídicos e administrativos, dependendo mais dos poderes que impõem e negociam os limites territoriais do que dos elementos naturais, que são, acima de tudo, pontos de referência, por sua vez complementados por marcas visíveis de acção antrópica (p.ex., os castelos). Tudo isto revela a fragilidade e a permeabilidade das fronteiras, introduzindo em definitiva os problemas que esta investigação, certamente, encontrará no seu percurso.

Seria inútil referir com detalhe os tratados que estiveram na origem da delimitação das fronteiras entre Portugal e os seus vizinhos, uma vez que não acrescentam nada de novo ao que tem vindo a ser assinalado. No entanto, subjaz a todo este discurso a necessidade de analisar a importância e as especificidades das regiões fronteiriças, especificidades essas que não se circunscrevem à delimitação de territórios, mas que configuram realidades sociais de extremo interesse. Realidades essas que ora reflectem a conjuntura política, ora se mantêm relativamente independentes em relação a esta, consoante o impacto das decisões dos poderes centrais sobre o quotidiano das populações (cf. Raffestin 1974). E estas ditam, efectivamente, o povoamento destas áreas, como parece demonstrar a documentação escrita existente sobre este território.

Estas sumárias pinceladas num tema tão complexo e vasto como este pretendem, resumidamente, definir um conjunto de perguntas às quais este projecto pretende dar resposta. Ou, pelo menos, apontar caminhos para novas interrogações.

Estas interrogações incidem, em primeiro lugar, sobre “documentos mudos” ou, se preferirmos, sobre o registo arqueológico. Em segundo, sobre a metodologia necessária para lhes dar alguma voz e que se encontra, numa primeira fase, em preparação. De qualquer modo, tanto as fontes escritas da Antiguidade como a História de África podem fornecer temas de estudo que enriquecem o questionário sobre a materialização das fronteiras sociais e territoriais.

3. O GUADIANA NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

“Diachronic studies of frontiers can provide information on diverse colonial and indigenous peoples before, during and after contact. Using this approach, we can attempt to understand segmentations within populations prior to contact, and how these divisions were activated and manifested during encounters with other peoples. We can also consider the long - term implications that intercultural or interethnic interactions had in postcolonial contexts.”

Lightfoot - Martínez 1995: 486

Antes de mais, é importante assinalar o contributo do registo arqueológico para o estudo das fronteiras, bem como algumas questões que devem ser colocadas antes de se proceder a análises pormenorizadas sobre as realidades materiais identificadas ao longo do Guadiana. Não é esta a ocasião para apresentar estudos desta natureza, mas não deixa de ser importante apontar alguns caminhos que podem ser seguidos, e outros que podem ser evitados, de modo a obter um discurso suficientemente detalhado e, ao mesmo tempo, metodologicamente credível.

É também necessário complementar as informações obtidas através dos estudos dos materiais com outras análises de processos históricos relativamente semelhantes, de preferência aqueles que permitem contrastar informação escrita e registo arqueológico. A compilação e descrição de materiais arqueológicos, não obstante a sua inegável utilidade enquanto ferramenta de sistematização, é insuficiente para apresentar leituras sobre a construção de fronteiras sociais. Que materiais, podemos perguntar, indicam estratégias de diferenciação social?

Um ponto de partida para responder a esta pergunta pode ser a definição dos contornos das

relações sociais em cada contexto histórico. A manifestação material deverá ser diferente consoante a importância que determinado elemento tem para a diferenciação entre membros da sociedade. Isto pode ser particularmente relevante quando se comparam as relações existentes entre grupos em cenários de fundações com finalidades comerciais (feitorias) com as de contextos coloniais (Albuquerque, no prelo). Quer isto dizer que os significados da chamada “cultura material” podem variar ao longo dos anos num mesmo lugar, bem como as suas funções na definição de “fronteiras internas”. Isto não pressupõe, porém, que os materiais arqueológicos são indicadores étnicos, como muitas vezes (e de forma inconsciente) se afirma, mas antes elementos que exprimem vivências: preparação e consumo de alimentos, organização do espaço doméstico, modelos e técnicas de construção (cf. Lightfoot - Martínez 1995: 485). Esta análise é particularmente relevante em contextos multi-culturais e de chegada de novos modelos culturais e sociais, bem como de construção de territórios coloniais.

Torna-se assim evidente que a presença de grupos humanos configura um espaço de fronteira, quer através de estruturas habitacionais, de carácter sacro ou de necrópoles, quer através de construções que marcam, visualmente, uma separação entre territórios ou a protecção do espaço habitado (p.ex., uma muralha). Do ponto de vista arqueológico, é fundamental identificar vestígios de antropização da paisagem que possam, eventualmente, indicar este tipo de marcação do território, uma vez que a própria natureza não é sequer um ponto de partida suficientemente válido para tecer este tipo de considerações.

No âmbito geográfico tratado neste projecto, a realização de prospecções é uma estratégia de investigação que permite estabelecer algumas metas a curto e médio prazo, ao mesmo tempo que complementa alguns conhecimentos já adquiridos para os territórios das margens do Guadiana (entre outros, Freitas - Oliveira 2007; Palma, coord. 2012). Uma das metas é, como seria de esperar, a realização de sondagens de diagnóstico em sítios considerados relevantes para o estudo proposto. Paralelamente, é necessário desenvolver estudos de materiais dos sítios arqueológicos já conhecidos, promovendo-se a participação de estudantes das universidades envolvidas no projecto (Lisboa e Sevilha) e de outros interessados, com vista à publicação e divulgação de resultados.

Mértola surge neste contexto como um ponto

de partida extremamente relevante, não só pela sua implantação e localização estratégica na margem direita do Guadiana (cf. Mela III, 7; Plin. *N.H.* 4. 116ss.; Ptol. 2.5.5; *Itin. Ant.*), mas também por marcar o limite da navegabilidade do Guadiana na Antiguidade. A realização de prospecções selectivas numa primeira e, eventualmente, sistemáticas numa segunda, afirma-se como uma tarefa necessária para enriquecer e consolidar os conhecimentos já adquiridos (Palma coord. 2012, com bibliografia) e para definir estratégias de investigação para os próximos anos, sobretudo no que diz respeito à Idade do Ferro, ainda pouco conhecida e caracterizada neste contexto e cujas potencialidades são inegáveis. Chama a atenção, p.ex., a discussão sobre a fundação de *Myrtilis* partindo da convicção de que tinha uma origem fenícia (cf. Alves 1956: 50ss., com uma recolha de opiniões de vários autores desde o séc. XVII).

Recentemente, apresentaram-se alguns comentários sobre a relevância de aspectos como a alimentação para o desenvolvimento destes estudos arqueológicos no Guadiana (Albuquerque - García Fernández, no prelo), a partir sobretudo do uso de determinados recipientes cerâmicos na preparação e consumo de alimentos. Para estes estudos, não basta sistematizar a informação arqueológica, é necessário analisar com o maior detalhe possível aspectos como a disponibilidade dos recursos no meio envolvente (para determinar se estes alimentos podem ter origem endógena ou exógena), as técnicas de obtenção, possibilidades de circulação, sazonalidade da chegada desses bens, etc., de modo a integrar o consumo num âmbito mais alargado. À distribuição regional de recipientes cerâmicos destinados à preparação e consumo de líquidos e sólidos juntar-se-ia a distribuição destes elementos num mesmo sítio, formando-se assim uma ideia mais clara sobre a valorização dos tipos de recipientes que indicam estes processos e, conseqüentemente, a construção de mecanismos de afirmação identitária. Obviamente, tal não significa que um objecto seja, em si, um indicador étnico.

Outro aspecto, ainda relacionado com a alimentação, diz respeito à formulação de normas associadas aos alimentos, que condicionam o seu consumo. O conhecimento destas normas depende, fundamentalmente, do registo escrito e escapa por completo em comunidades que não as registaram. Este é um dos aspectos que pode ser salientado no próximo capítulo, dedicado ao estudo das fronteiras nas fontes escritas.

4. ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS NAS FONTES ESCRITAS

A questão da construção de fronteiras na Antiguidade foi várias vezes debatida em obras colectivas (Rouselle, ed. 1995), salientando-se aspectos como a divisão da terra (no caso dos territórios das cidades), a delimitação do Império romano (entre outros, Visy, ed. 2005), as representações dos confins do mundo habitado enquanto fronteira entre fantasia e realidade ou entre desconhecido e conhecido e, finalmente, a terminologia utilizada nas fontes escritas. Estes estudos permitem uma aproximação, com as devidas reservas, ao tema de estudo que nos ocupa, uma vez que nestes documentos temos acesso à percepção do território, à definição, física ou abstracta, dos seus limites, bem como a determinados conflitos.

Um exemplo interessante nesse sentido é o testemunho de Salústio (*Jug.* 49). O autor assinalou um conflito entre os habitantes de Cirene e os Cartagineses motivado pela existência de um terreno arenoso (*ager harenosus*) que não dispunha de linhas de água ou montes que permitissem o reconhecimento de um ponto de referência dos limites (*qui finis eorum discerneret*). Para solucionar esta questão, durante uma trégua decidiu-se que, num dia determinado, cada parte envolvida enviaria emissários e, no ponto onde estes se encontrassem, estabelecer-se-ia o lugar da fronteira. Após algumas quezílias em que os cireneus acusavam os Cartagineses de terem saído antes do tempo, decidiu-se que os irmãos Filenos, emissários cartagineses, seriam enterrados vivos no sítio reivindicado. Com isto, construiu-se um altar que separava os territórios destas entidades.

O caso exposto revela a importância dos marcadores naturais para a definição de fronteiras e, na sua ausência, a construção de marcadores artificiais que se convertem num instrumento de memória histórica (pelo facto de se associar a um episódio, para todos os efeitos, fundacional) fundamental para o estabelecimento de uma relação de pertença. Estamos, portanto, perante uma cartografia mental que define o raio de acção política de uma entidade com maior ou menor dimensão. Um texto de Séneca (*Q.N.* Pr. 8 - 13, *apud* Rouselle 1995: 9-10) revela, precisamente, esta tendência de fazer coincidir os marcadores naturais com os limites territoriais.

Estes elementos têm uma grande relevância para a representação do “mais aquém” e do “mais além” das fronteiras. A natureza, as riquezas e os

homens são, nos contextos limítrofes, extraordinários, tornando possível o que no centro é impossível, desde monstros tricéfalos como Gérion, homens longevos como Argantónio e a entrada para o mundo dos mortos.

É neste contexto limítrofe que a Península Ibérica surgiu nas fontes clássicas, sobretudo as que são anteriores ao séc. III a.C.. A imagem transmitida nestes textos é a de territórios extraordinariamente ricos, bem como de autênticas “portas” que só os heróis transpuseram (Ballabriga 1986; Rouselle 1995: 13-14). Estaríamos, portanto, perante outra dimensão da fronteira, também marcada por elementos geográficos visíveis, como parece ser o caso das “Colunas de Hércules”, referidas nas fontes gregas desde, pelo menos, o séc. VI a.C. como marcador que separava o conhecido do desconhecido. Lembre-se, neste sentido, a transcendência da passagem por este ponto na chegada a Tartessos por Colaios de Samos (Hdt. 4.152).

Os exemplos citados revelam, no essencial, percepções diferentes daquelas a que estamos habituados com a cartografia. A análise do território enquanto construção social revela-se, nesse sentido, fundamental para uma aproximação a noções de fronteira que pouco ou nada têm que ver com o nosso conceito de Estado - Nação. Foi, precisamente, este aspecto que mais relevância teve no contexto africano, no qual se verificou uma clara imposição de novas ideias de território. Veremos de seguida este tema, mas por agora importa salientar que as fontes escritas podem também indicar a existência de fronteiras sociais ou simbólicas se se analisa, p.ex., a questão da alimentação. Este tipo de estudos tem vindo a ser realizado no âmbito dos textos (entre outros, Soares 2010) e merece uma atenção especial, como teremos oportunidade de salientar mais adiante.

5. ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS NA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Enriquecer o questionário é, sem margem para dúvidas, um dos objectivos do uso dos recentes contributos (sobretudo em termos metodológicos) da produção científica africana ou sobre África, uma vez que representam, em boa medida, a emancipação face ao pensamento colonialista que ainda faz parte do Senso comum da investigação arqueológica. Noutras ocasiões, a opção pela análise de casos estudados em países africanos revelou-se profícua (Albuquerque 2014a; 2014b; no prelo), sobretudo

no que diz respeito às nossas percepções sobre o percurso histórico das comunidades afectadas pela presença colonial ou pela fundação de feitorias e sobre o seu reflexo no registo arqueológico. Podemos assinalar que as transformações no registo material são mais profundas quando estamos perante um processo colonial e mais ténues quando não há uma relação de domínio (respectivamente, *Modo de Contacto Sistemático* e *Modo de Contacto não Hegemónico*, segundo a terminologia de Alvar 2000).

Como se sabe, a partilha de África na Conferência de Berlim (1884 - 1885) foi marcada pelo traçado de limites sobre um mapa, sem atender aos territórios e às comunidades afectadas ou, por outras palavras, pela imposição do conceito europeu de Estado - Nação, com a separação entre soberanias coloniais através de fronteiras arbitrária e artificialmente definidas (Ahmad 2013: 12-13). Com as respectivas independências alguns anos mais tarde, os novos governos africanos deram continuidade às fronteiras coloniais. É interessante, neste sentido, constatar que houve uma clara destruição de sistemas ancestrais de marcação territorial, seguida da imposição de novos elementos que foram, rapidamente, integrados pelas sociedades africanas (para o caso de Angola, Henriques 2004). Trata-se, no essencial, de transformações que representam a imposição da cartografia sobre percepções territoriais ancestrais (não dependentes de mapas) e a posterior apropriação destas percepções com a imposição dos poderes pós-coloniais.

Com as afirmações de independências, estas sociedades haviam sofrido já inúmeras transformações, a tal ponto que já pouco ou nada tinham que ver com aquelas que os colonizadores conheceram no princípio destes processos. Ou seja, era talvez muito tarde para que se recuperassem as fronteiras anteriormente definidas por estas comunidades, ou mesmo os referidos sistemas ancestrais de marcação territorial, não obstante as importantes discussões mantidas no contexto do xadrez político dos vários países africanos no sentido de reinventar as suas fronteiras (Asiwaju 2005).

Neste sentido, importa valorizar o que existia antes da intervenção dos agentes colonizadores, em particular da fase de fundação de feitorias como São Jorge da Mina no Golfo da Guiné. Esta cidade é, do ponto de vista arqueológico, relativamente bem conhecida, permitindo uma interessante comparação entre os vestígios materiais, as fontes escritas e algumas tradições orais. Este tipo de fundação, destinada sobretudo às trocas comerciais,

só indirectamente teve influência na organização dos territórios adjacentes. As negociações entre os Portugueses e as autoridades locais revelam, precisamente, as questões relacionadas com o domínio destas comunidades sobre o seu espaço.

É interessante constatar que a feitoria foi implantada na margem direita da lagoa de Benya, que constituía uma fronteira natural entre os reinos de Eguafó/ Comane (Oeste) e Fetu/ Afutu (Este), na chamada *Aldeia das duas partes* (DeCorse 2001: 47-49). Poderia isto indicar que se tratava de um espaço neutro que permitia o contacto dos europeus com as comunidades africanas? Era uma “terra de ninguém”? Assiste-se, com a fundação de S. Jorge da Mina, a uma reorientação do comércio, agora dominado pela circulação marítima; com isto, antigas periferias converteram-se em lugares centrais de maior destaque, consoante a sua proximidade em relação ao mar (*ibid.*: 31-32). Ou seja, a alteração do xadrez político pode ter condicionado, ou determinado, a construção de novas realidades sociais e territoriais (cf. Fanso 1986; Coquery - Vidrovitch 2005, com uma importante reflexão sobre as fronteiras “pré-coloniais”).

A multiplicação de casos de estudo trará, certamente, novas achegas aos questionários sobre a construção de fronteiras territoriais e, em última análise, sociais em vários tipos de contexto. Uma observação atenta e crítica sobre cada um deles pode ser um ponto de partida para a fomação de novas perspectivas sobre os casos de estudo que se analisam neste projecto. Poderão, eventualmente, dar um contributo importante para a caracterização das fronteiras sociais ou simbólicas.

6. AS FRONTEIRAS SOCIAIS

À semelhança das fronteiras territoriais, as fronteiras sociais marcam diferenças entre o “eu” e “outro”. Porém, ao contrário daquelas, não são aparentemente tão permeáveis à interpenetração e à cumplicidade. São, por definição, elementos de distinção de identidades que resultam do contexto social e das suas relações internas e que criam normas de conduta e/ ou consumo próprias de um grupo de indivíduos e não de outros. Nesta perspectiva, um grupo dominante pode impor regras que restringem, p.ex., o acesso a determinados bens e criar em torno destes uma ideia de prestígio.

Destes comentários sobressai uma ideia de clivagem entre membros de uma mesma comunidade, determinante para a afirmação de identidades de

género, de idade, de religião, etc., que estruturam o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, a vida de um indivíduo e a sua comunicação com os outros, principalmente em contextos de possível marginalidade (Rizo - Romeu 2006: 41). É necessário, porém, conseguir caracterizar com rigor o que seria a ideologia dominante, para verificar como um grupo se aproxima ou se afasta dela e, a partir daí, como as fronteiras surgem como construções sociais.

Ditas fronteiras, tal como a própria ideia de *comunidade*, são sistemas complexos de símbolos que são reconhecidos, apropriados e manipulados pelos seus membros, e que definem as relações sociais, independentemente das interpretações individuais.

Um grupo define, neste contexto, aquilo que o individualiza perante outros, com critérios muito variados (religião, língua, etc.) que nem sempre são percebidos com rigor por um observador externo. Isto leva a que estas fronteiras simbólicas sejam instrumentos de identificação em permanente reformulação e uma consequência, mais ou menos visível, do cenário socio-económico (cf. Cohen 1985).

Este tema merece um maior desenvolvimento noutra ocasião, pela importância de que se reveste para o estudo da vida social em contextos de fronteira, e pela necessidade de apresentar em linhas gerais caminhos para um debate sobre a sua visibilidade arqueológica (cf. Stark 1998).

7. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Uma das primeiras ilações de uma abordagem - ainda superficial - ao problema da construção das fronteiras entre personalidades individuais e colectivas é a sua extrema permeabilidade às circunstâncias históricas. Uma fronteira ora se ergue como forma de afirmação ou negação, ora é abolida em nome de uma ideia ou mito de unidade em contextos de diversidade. Esta é uma diferença significativa entre a definição de fronteiras territoriais após a Guerra de 1914 - 1918 e a construção do Espaço Schengen no final do mesmo século, revelando que a fronteira é, no essencial, um produto das circunstâncias históricas e de processos extremamente complexos.

Seria inconsequente estabelecer como apriorismo o uso do Guadiana como elemento geográfico definidor de fronteiras. Apesar da utilidade do leito fluvial como marcador (afinal, é visível e não implica o uso de um mapa), os vários períodos históricos revelam que a delimitação de um território não separa, nem divide, áreas culturais. Separa, isso

sim, áreas de intervenção política e estabelece limites de acção do ponto de vista administrativo (Brunet - Jailly 2010: 1). Neste sentido, seria pertinente pensar que existem representações, mas não consciências, de fronteira territorial. Sabemos, porém, quais são, hoje, os efeitos da cartografia dos Estados sobre a vida destas populações.

Uma abordagem arqueológica deve definir com rigor quais são os indicadores materiais da construção de fronteiras territoriais e simbólicas. No caso das primeiras, a escolha dos lugares de implantação e a manutenção de condições de defesa, no caso das segundas o uso, p.ex., de materiais associados ao consumo de determinados tipos de alimentos ou de elementos simbólicos diferenciadores. Numa perspectiva diacrónica, é evidente que os resultados não serão sempre os mesmos, e isso justifica plenamente o que se afirmava no início desta exposição sobre a necessidade de desenvolver metodologias suficientemente eficazes para lidar com um tema tão complexo como este e, sobretudo, adoptar abordagens comparativas a vários níveis.

O estudo das fronteiras simbólicas lança também desafios importantes às nossas percepções dos processos históricos, bem como à interpretação do registo arqueológico, em particular do que materializa, ou não, a imposição destas fronteiras. A alimentação, como vimos, é um aspecto com uma relevância extraordinária nesse sentido.

Como tivemos oportunidade de salientar, embora remetendo somente para a bibliografia pertinente, o conceito de fronteira mudou ao longo dos tempos e teve vários níveis de importância nos últimos dois séculos, acompanhando a construção das nações modernas. Estas construções impuseram, efectivamente, transformações no modo como se concebem os limites dos Estados, as áreas de influência, bem como as funções que estas áreas desempenham em contextos políticos mais vastos. Por esta razão, é de toda a utilidade evitar discursos anacrónicos e promover alguma emancipação face aos nossos conceitos actuais no estudo das sociedades da Antiguidade, sobretudo daquelas que só conhecemos através do registo arqueológico.

Portanto, e para terminar, podemos dizer que o grande desafio deste projecto é caracterizar, dentro das naturais limitações, o modo como se viviam as fronteiras em contextos de fronteira.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, P. (2014a) - *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ALBUQUERQUE, P. (2014b) - Fontes escritas, registo arqueológico, História de África: percursos possíveis para um método comparativo. *Herakleion* 7: 7-27.
- ALBUQUERQUE, P. (no prelo) - Notas para un estudio comparativo de las relaciones económicas entre "fenicios" e "indígenas" en el suroeste de la Península Ibérica.
- ALBUQUERQUE, P. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (no prelo) - Sobre o conceito de fronteira: o Guadiana numa perspectiva arqueológica.
- ALVAR, J. (2000) - Comercio e intercambio en el contexto precolonial. In FERNÁNDEZ URIEL, P. - WAGNER, C. G. - LÓPEZ PARDO, F. (eds.), *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo*. *Actas del I coloquio del CEFYP* (Madrid, 9 - 12 de noviembre, 1998). Madrid: 27 - 34.
- ALVES, C. F. D. (1956) - Aspectos da Arqueologia de Myrtilis. *Arquivo de Beja* 13: 21 - 104.
- ASIWAJU, A.I. (2005) - Fragmentation ou intégration: quel avenir pour les frontières africaines? In AAVV, *Des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle*. Paris: 73 - 84.
- BALLABRIGA, A. (1986) - *Le Soleil et le Tartare: l'image mythique du monde en Grèce archaïque*. Paris: EHESS.
- BARREIROS, J. B. (1961) - *Delimitação da fronteira luso-espanhola*, fasc. 1 e 2, Braga.
- BRUNET - JAILLY, E. (2010) - The State of Borders and Borderlands Studies 2009: A Historical View and a View from the Journal of Borderlands Studies. *Eurasia Border Review* 1-1: 1 - 15.
- CAVACO, C. (1997) - Fronteira Portugal - Espanha e individualidade territorial. *Finisterra* 32: 63, 159 - 166.
- COHEN, A.P. (1985) - *The symbolic construction of community*. London, New York.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. (2005) - Histoire et perception des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle. In AAVV, *Des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle*. Paris: 39 - 54.
- DECORSE, C.R. (2001) - *An Archaeology of Elmina: Africans and Europeans on the Gold Coast, 1400 - 1900*. Washington DC.
- FANSO, V. G. (1986) - Traditional and Colonial African Boundaries: Concepts and Functions in Inter-Group Relations. *Présence Africaine* 137/138: 58-75.
- FEBVRE, L. (1962) - *Pour une Histoire à part entière*. Paris.
- FRANCISCO MARTÍN, J. (1978) - Cuestiones en torno al límite occidental de la Bética. In *Actas del I Congreso de Historia de Andalucía, diciembre de 1976, Fuentes y Metodología. Andalucía en la Antigüedad*. Córdoba: 179 - 185.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1972) - El Guadiana y los límites comunes de la Bética y Lusitania. *Hispania Antiqua* 2: 165 - 178.
- GARCIA, J. C. (1984) - O Baixo Guadiana - Formação de uma fronteira. In *III Coloquio Ibérico de Geografía: Acta, ponencias y comunicaciones*. Barcelona: 611 - 620.
- GOMES, R. C. (1991) - A construção das fronteiras. In BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (eds.), *A memória da nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987*. Lisboa: 357 - 382.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio - o - Velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- HENRIQUES, I. C. (2004) - *Território e Identidade. A construção da Angola Colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Lisboa.
- HYDE, C. C. (1912) - Notes on Rivers as boundaries. *The American Journal of International Law* 6-4: 901-909.
- MARCOS, S. (2011) - Espace géographique, espace politique: la frontière provinciale lusitanienne, une limite déterminante? In CABALLOS RUFINO, A.; LEFEBVRE, S. (eds.), *Roma generadora de identidades. La experiencia hispana*. Madrid, Sevilla: 171 - 184.
- MORENO, H. B. (coord.) (2003) - *Demarcações de fronteira, vol. I, de Castro Marim a Montalvão*. Porto.
- OLIVEIRA, C. P.; FREITAS, V. T. (2007) - A Idade do Ferro no Baixo Guadiana. In *IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 409-418
- PALMA, M.ª F. (coord.) (2012) - *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola.
- RAFFESTIN, C. (1974) - Eléments pour une problématique des régions frontalières. *Espace géographique* 1: 12-18.
- RAFFESTIN, C. (1992) - Autour de la fonction sociale de la frontière. *Espaces et sociétés* 70-71: 157-164.
- RANKOV, B. (2005) - Do Rivers make good frontiers?. In VISY, Z. (ed.), *Limes XIX: Proceedings of the XIXth International Congress of Roman Frontier Studies. Pécs, Hungary, September 2003*. Pécs: 175 - 181.
- RIZO GARCÍA, M.; ROMEU ALDAYA, V. (2006) - Hacia una propuesta teórica para el análisis de las fronteras simbólicas en situaciones de comunicación intercultural. *Estudios sobre las culturas*

contemporâneas 12-24: 35-54.

ROUSSELLE, A. (1995) - Présentation. In ROUSSELLE, A. (ed.), *Frontières Terrestres, Frontières célestes dans l'Antiquité*. Perpignan: 7 - 16.

SAHLINS, P. (1994) - Natural frontiers revisited: France's boundaries since the seventeenth century. *American Historical Review* 95: 1423 - 1451.

SILLIÈRES, M. P. (1982) - Centuration et voie romaine au Sud de Mérida: contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 18-1: 437 - 448.

SOARES, C. E. (2015) - Conflitos Fronteiriços entre Portugal e Castela após a assinatura do Tratado de

Paz (1668-1700). In *IV EJIHM 2015 Porto | IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*. Porto.

SOARES, C. L. (2010) - História da alimentação na Antiguidade Clássica: os primeiros Livros de Culinária, *Boletim de Estudos Clássicos* 54: 43 - 52.

STARK, M.T. (1998) - Technical choices and social boundaries in material culture patterning: an introduction. In STARK, M.T. (ed.), *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington, D.C.: 1-11

VISY, Z. (ed.) (2005) - *Limes XIX: Proceedings of the XIXth International Congress of Roman Frontier Studies*. Pécs, Hungary, September 2003. Pécs.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 79-90

FENÍCIOS E INDÍGENAS EM CONTACTO NO ESTUÁRIO DO TEJO

ANA MARGARIDA ARRUDA *
ELISA DE SOUSA **
JOÃO PIMENTA ***
RUI SOARES **
HENRIQUE MENDES ***

RESUMO

A fase final da Idade do Bronze, no estuário do Tejo, é notavelmente dinâmica, traduzindo-se em habitats, necrópoles e depósitos votivos. A tipologia destas ocupações evidencia, aparentemente, uma organização hierarquizada, mesmo em contextos domésticos, com pequenos sítios implantados nas planícies e outros de maiores dimensões no topo das elevações. A ocupação é densa dentro do território, verificando-se em ambas as margens do rio, mas também em zonas mais interiores. O início da Idade do Ferro (final do século VIII a.n.e.) acarretou uma nova situação. Muitos sítios foram abandonados no interior, e a ocupação humana passou a favorecer as planícies aluviais do Tejo. Aqui, os sítios de maior dimensão, como Santarém, Almaraz e Lisboa, absorveram a população oriental e tornaram-se os principais centros de poder. Provavelmente, foram também responsáveis pela fundação de novos estabelecimentos na margem esquerda, como é o caso do Cabeço da Bruxa e do Porto do Sabugueiro, e direita (Quinta da Marqueza) do rio.

Palavras-chave: Fenícios; Bronze Final; Estuário do Tejo; Padrões de povoamento.

ABSTRACT

In the estuary of the Tagus river a strong final Bronze Age is identified, with habitats, necropolis and votive deposits. The typology of the settlements shows an apparently hierarchized structure, even in domestic contexts, with small sites in the plains and larger ones in the top of hills. The occupation is dense in the territory, with an occupation in both rivers' borders, but also in the hinterland. The beginning of Iron Age (in the late VIII century b.c.e.) brought a new situation. Many sites were abandoned in the inland, and the occupation favors the occupation of the land banks of the river. Here, the large sites, like Santarém, Almaraz e Lisboa, absorbed eastern population, and became the centers of power. Probably they planned the foundation of new sites in the left river's banks, like Cabeço da Bruxa e Porto do Sabugueiro, and in the right (Quinta da Marqueza).

Keywords: Phoenicians; Late Bronze Age; Tagus estuary; Settlement patterns.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

** - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. e.sousa@campus.ul.pt; ruigusmao@hotmail.com

*** - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. joao.marques@cm-vfxira.pt; henrique.mendes@cm-vfxira.pt

Trabalho realizado no âmbito do Projecto Fenícios no Estuário do Tejo, financiado pela FCT PTDC/EPH-ARQ/4901/2012

1. INTRODUÇÃO

O rio Tejo pode considerar-se como um espaço privilegiado de penetração na Península Ibérica, em grande parte à semelhança do Ebro. Dá, portanto, também acesso a um interior rico em metais, nomeadamente estanho. Contudo, as margens do seu estuário, nomeadamente a esquerda, também se destacam pela fertilidade dos terrenos, sendo o território dos actuais concelhos de Alpiarça, Almeirim e Salvaterra de Magos ainda hoje considerado uma das regiões mais ricas de toda a Península Ibérica do ponto de vista agrícola.

Não é pois surpreendente que tenha sido nas margens do seu estuário que o contacto com as comunidades mediterrâneas se tenha produzido, quer durante a Proto-História, quer, mais tarde, na época romana. De facto, se actualmente tudo indica que a primeira grande campanha militar programada na futura província da Lusitânia se dirigiu para o Tejo, também tudo indicia que a história fenícia no território actualmente português se iniciou neste mesmo espaço geográfico (Arruda 2005a; 2005b). A área do Estuário do Tejo é o espaço onde mais consistentemente se documentaram vestígios arqueológicos que comprovam a antiguidade dos contactos fenícios com o território actualmente português, o que está fundamentado nas datações radiométricas e em materiais arqueológicos concretos, em Santarém (Arruda 1993; 1999-2000; 2005a; 2005b) e em Lisboa (Pimenta - Calado - Leitão 2014; Pimenta - Silva - Calado 2014; Calado *et al.* 2013).

Essa mesma área estava, todavia, já ocupada, sendo que essa ocupação está atestada por um número considerável de sítios e de espólios, de natureza muito diversa. A chegada dos colonos fenícios não encontrou pois aqui uma terra de ninguém, um território vazio, um espaço despovoado. Pelo contrário, os habitats são numerosos, extensos e de tipologia variada, havendo também necrópoles, “depósitos” e outros espaços de funcionalidade mais difícil de interpretar.

2. O BRONZE FINAL NO ESTUÁRIO DO TEJO

A Estremadura portuguesa e o Ribatejo são regiões densamente povoadas durante o Bronze Final, assumindo o povoamento alguma variabilidade no que se refere à extensão e à implantação topográfica.

A existência de povoados fortificados que ocupam uma área extensa e que estão implantados

em cotas altas está demonstrada. É, por exemplo, o caso de Santarém (Arruda - Sousa 2015), do Alto do Castelo de Alpiarça (Kalb – Höck 1982a; 1985; 1988), do Castro do Amaral (Alenquer) e possivelmente de Almaraz (Barros 1998), estes, como veremos, com continuidade na Idade do Ferro. Outros, porém, com idênticas condições topográficas serão abandonados no final da Idade do Bronze: Castelo dos Mouros, em Sintra (Cardoso 1997-1998), Cabeço de Alcainça (Ponce 2013) e Serra do Socorro (Matias 2004), em Maфра, Monte da Pena (Madeira *et al.* 1972), em Torres Vedras, Castelo da Amoreira (Marques 1987; Boaventura - Pimenta - Valles 2013), Loures e Castro da Ota (Barbosa 1956), em Alenquer. Outros casos há ainda, cuja informação é de tal forma escassa, que não nos atrevemos a avançar com qualquer classificação, de que é bom exemplo o Castro de Pragança (Vasconcellos 1915). A ocupação do Bronze Final deste sítio estremenho é indiscutível, estando materializada por um conjunto muito significativo de bronzes, de que destacamos os ponderais (Vilaça 2003) e um fragmento com decoração entrançada (Lopes - Vilaça 1998; Vilaça 2007). Contudo, e havendo notícia de materiais da Idade do Ferro, não existem dados suficientes para perceber qual a sua cronologia exacta.

Sítios sem condições naturais de defesa e de visibilidade reduzida, com áreas de ocupação mais restritas foram também registados, como são os casos, entre outros, da Tapada da Ajuda (Cardoso *et al.* 1980-1981; Cardoso – Silva 2004), em Lisboa, e dos Moinhos da Atalaia (Pinto – Parreira 1978), na Amadora.

Estamos pois perante um povoamento hierarquizado, em que os sítios de menores dimensões, localizados nos vales das ribeiras que se incluem na bacia hidrográfica do Tejo, estavam vocacionados para a prática de actividades agrícolas e pecuárias (Vilaça - Arruda 2004).

Porém, o tipo de estruturas construídas não difere entre uns e outros, dominando as plantas ovais, nas construções domésticas (por exemplo na Tapada da Ajuda), construções que incluem ainda empedrados de planta circular, detectados em Lisboa (Silva 2013) e na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013), em Carcavelos.

Em ambos, a cerâmica manual de superfícies apenas alisadas ou polidas é a mais frequente, havendo a registar fragmentos decorados, quer com retícula brunida, quer com incisões, alguns destes últimos incluídos no chamado tipo Cogotas, que, contudo, são sempre minoritários e foram apenas

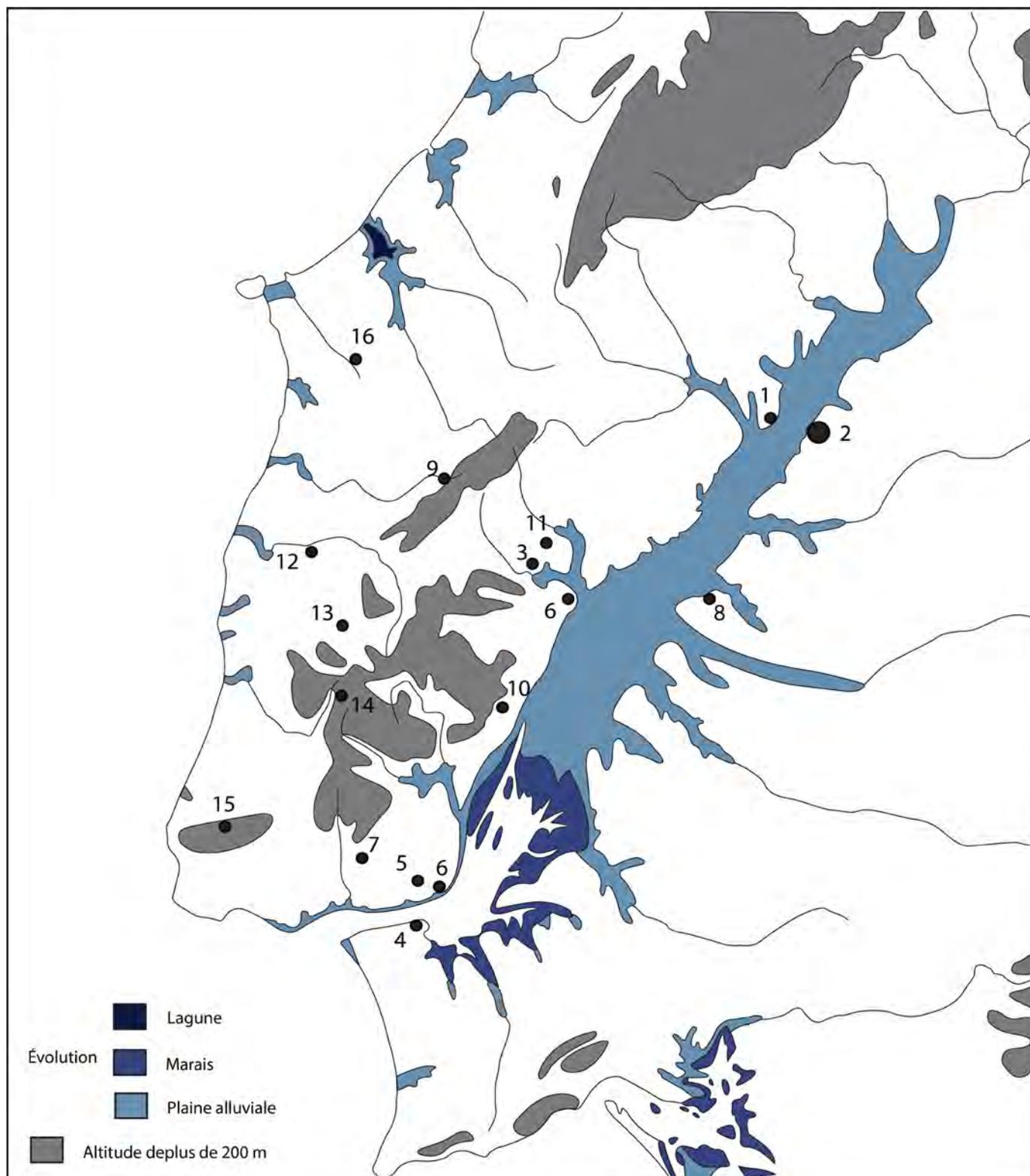


Fig. 1 - Ocupação do Bronze Final no estuário do Tejo: 1 – Santarém; 2 – Alto do Castelo e necrópoles de Alpiarça (Cabeço da Bruxa, Tanchoal, Meijão); 3 – Castro do Amaral; 4 – Almaraz; 5 – Tapada da Ajuda; 6 – Lisboa; 7 – Moinhos da Atalaia; 8 – Escaroupim; 9 – Pragança; 10 – Moita da Ladra; 11 – Castro da Ota; 12 – Monte da Pena; 13 – Serra do Socorro; 14 – Cabeço de Alcaínça; 15 – Castelo dos Mouros; 16 – Fiéis de Deus.

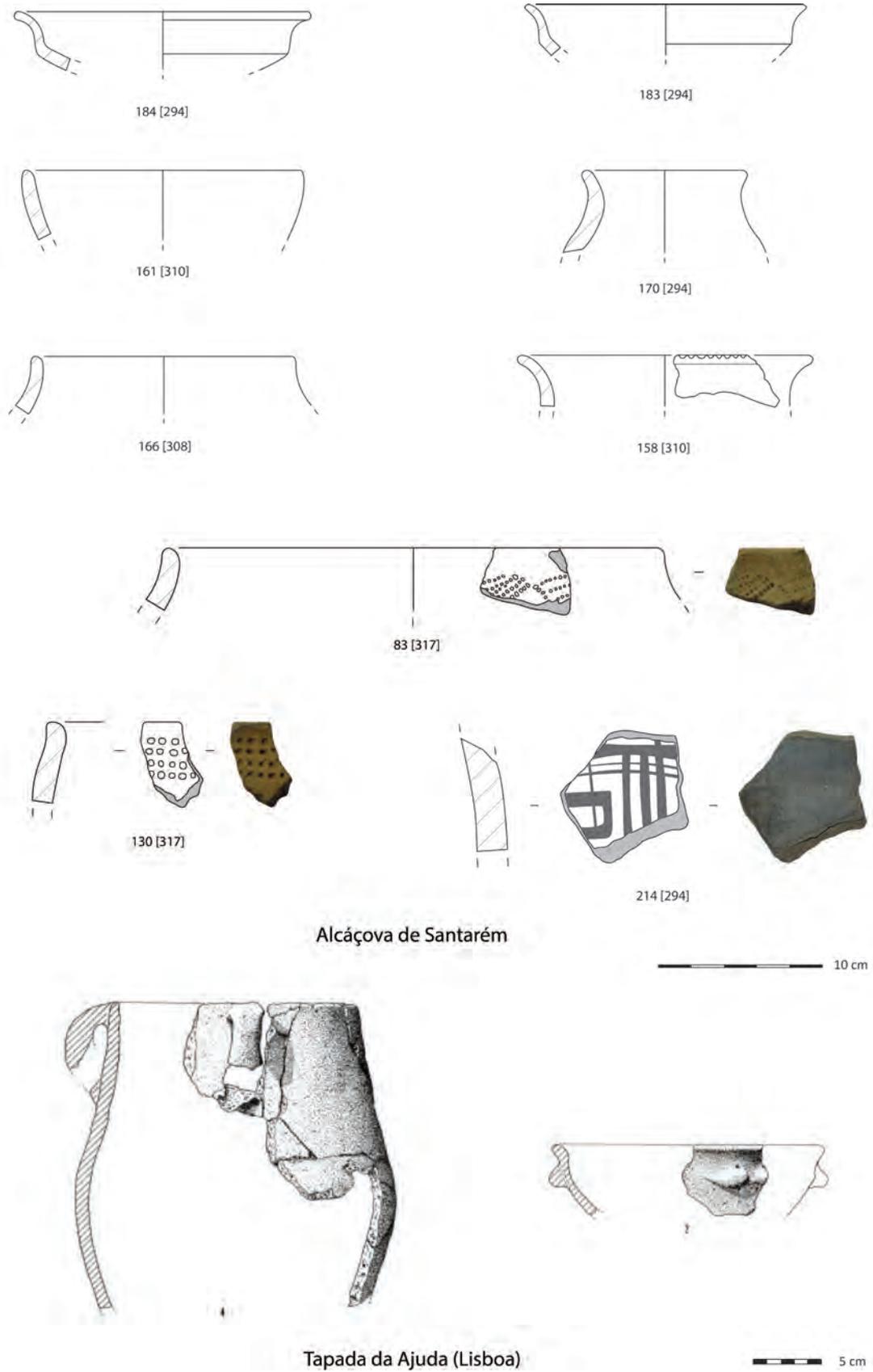


Fig. 2 - Cerâmicas do Bronze Final de Santarém e da Tapada da Ajuda (Lisboa).

registados na Alcáçova de Santarém (Arruda - Sousa, 2015).

Em muitos destes locais, o trabalho de sílex foi reconhecido, concretamente em elementos de foice, onde, por vezes, é ainda visível o brilho do cereal. É o caso da Tapada da Ajuda (Cardoso 2004), da Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013) e da Praça da Figueira (Silva 2013), em Lisboa.

As necrópoles são mal conhecidas, havendo dados sobretudo para a margem esquerda do Tejo. O Tanchoal, o Meijão e o Cabeço da Bruxa (Kalb – Höck 1980; 1982a; 1982b; 1985; 1988; Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999) são cemitérios de incineração em urna, parecendo relevante lembrar que os dois primeiros envolvem o sítio do Alto do Castelo e o último está também próximo deste povoado.

Não pode deixar de referir-se ainda a presença na área em estudo de um conjunto significativo de ocorrências dos chamados “depósitos”, certamente votivos e/ou simbólicos, que incorporam quer artefactos metálicos, quer cerâmicas e outros artefactos (Vilaça 2006). Entre os primeiros cabem a espada de Cacilhas (Silva – Gomes 1992), e os conjuntos dos Fiéis de Deus (Melo 2000), do Escaroupim (Senna-Martinez *et al.* 2013) e do Penedo do Lexim (Arnaud – Oliveira - Jorge 1971) e entre os segundos o da Moita da Ladra (Monteiro – Pereira 2013; Cardoso 2013).

É ainda nesta região que muitos dos artefactos de origem ou inspiração mediterrâneas são incorporados nos contextos locais, que contudo raramente estão presentes nos chamados “depósitos”, documentando-se a sua presença apenas no da Moita da Ladra, que se afasta quer quanto ao conteúdo, quer quanto à própria estrutura dos mais clássicos, podendo para ele ser aliás apresentada uma outra interpretação do ponto de vista funcional, mas sempre e ainda votiva. Tratar-se-á, neste caso, mais provavelmente, de uma área onde actividades rituais de tipo *potlatch* terão ocorrido, o que se propõe com base no tipo de espólio recolhido, muito diversificado (cerâmicas, bronzes), e na abundante fauna mamalógica e malacológica. Parece ser esta a explicação mais plausível para a realidade detectada neste contexto, onde os vasos cerâmicos, estando partidos, puderam reconstituir-se quase integralmente, e estavam associados a espólio metálico, que incorpora escassos artefactos de ferro e outros de bronze, maioritariamente de adorno. Entre estes últimos destacam-se as fíbulas de enrolamento no arco. Por outro lado, estes materiais foram recolhidos em covachos e/ou grandes depressões,

numa área que seria extensa e a eles estavam agregados restos faunísticos, o que parece só poder ser explicado no âmbito deste tipo de cerimonial, tal como a antropologia cultural o definiu.

Os restantes depósitos englobam sobretudo machados e espadas (Escaroupim; Fiéis de Deus).

Voltando aos materiais de inspiração mediterrânea, e para além dos da Moita da Ladra, já comentados, registre-se as fíbulas, de cotovelo e de dupla mola, do Abrigo das Bocas (Carreira 1994), Rio Maior, e a peça de bronze de Pragança, com decoração entrançada ou em Y (Lopes – Vilaça 1998; Vilaça 2007), idêntica nas técnicas e padrões decorativos às asas do Pé do Castelo, Beja, e do Monte de São Martinho (Lopes – Vilaça 1998; Vilaça 2007), Castelo Branco, com paralelos na forma e na decoração em exemplares das ilhas do Mediterrâneo Central. Os ponderais de Pragança (Vilaça 2003) correspondem ao maior conjunto de pesos conhecidos em território português, constituindo, quase seguramente, mais do que um jogo, e sendo compatíveis com unidades de peso mediterrâneas. Pesos idênticos foram identificados também no Castro da Ota, no Abrigo das Bocas e na Penha Verde (Vilaça 2003).

O que importa destacar desta ocupação do final da Idade do Bronze é a densidade e a diversidade, reveladoras de uma intensa ocupação e de um grande desenvolvimento de uma região que desempenhou neste momento um importante papel no contacto intercultural que se desenvolveu entre o Atlântico e o Mediterrâneo, sendo óbvio que “determinadas comunidades do Bronze Final participaram em trocas trans-regionais, de longa distância algumas, trocas essas que poderão estar na base da adopção de um determinado peso standart “internacional” dominante na altura” (Vilaça 2003: 276).

3. A IDADE DO FERRO NO ESTUÁRIO DO TEJO

Em momento avançado da segunda metade do século VIII a.n.e., em cronologia convencional, o Estuário do Tejo começa a ser frequentado por populações fenícias com origem na área do Estreito de Gibraltar. Este dado está comprovado, pelo menos em Santarém, por datações radiométricas e por materiais (Arruda 1993; 1999-2000) e, em Lisboa, também pelos espólios (Calado *et al.* 2013; Pimenta – Calado – Leitão 2014; Pimenta – Silva – Calado 2014) e ainda pela epigrafia (Zamora Lopez 2013; 2014).

No primeiro dos casos, ficou claro que os níveis da Idade do Ferro inicial se sobrepunham aos do Bronze Final (Arruda – Sousa 2015),

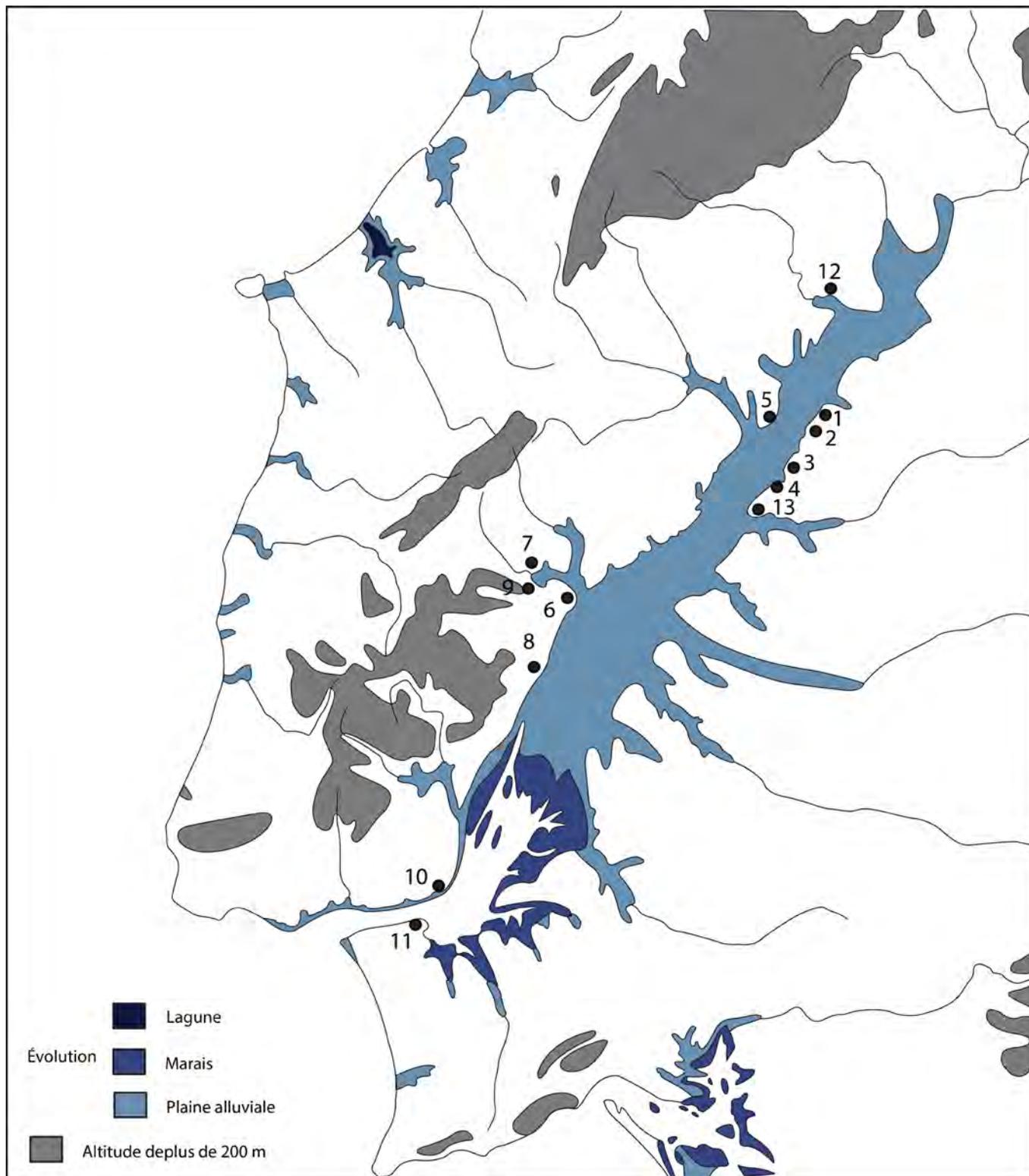


Fig. 3 - Os sítios orientalizantes do estuário do Tejo (VIII-VI a.J.C.): 1 – Alto do Castelo; 2 – Cabeço da Bruxa; 3 – Alto dos Cacos; 4 – Porto do Sabugueiro; 5 – Santarém; 6 – Quinta da Marquesa; 7 – Castro do Amaral; 8 – Santa Sofia; 9 – Quinta da Carapinha; 10 – Lisboa; 11 – Almaraz; 12 – Chões de Alpompé; 13 – Eira da Alorna.

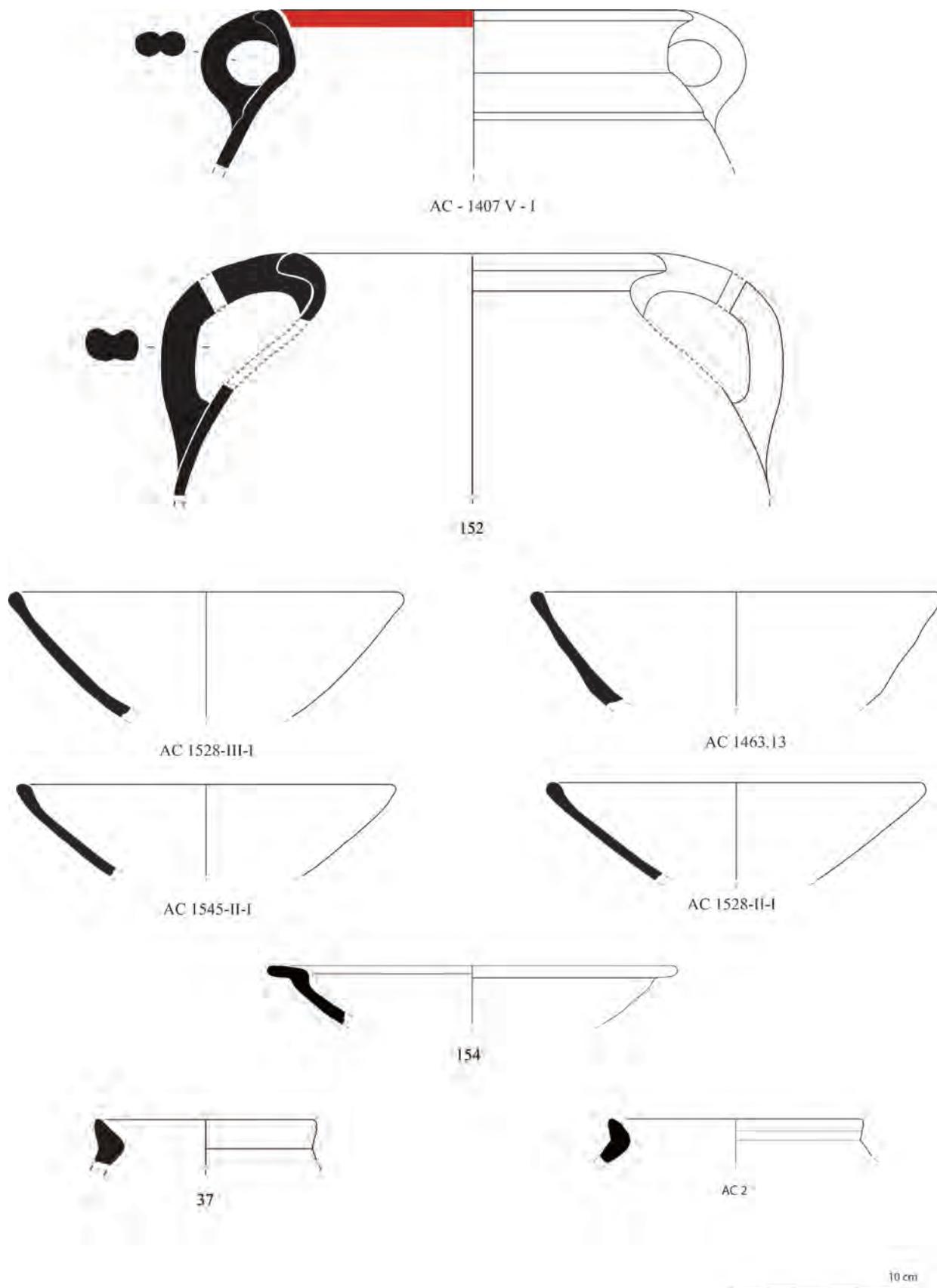


Fig. 4 - Cerâmicas orientalizantes do Alto do Castelo (*pithoi*, taças hemisféricas de cerâmica cinzenta, prato de engobe vermelho (?) e ânforas).



Fig. 5 - Cerâmicas orientalizantes de Porto do Sabugueiro (n.º 1-8) e do Cabeço da Bruxa (n.º 9-15).

havendo uma clara continuidade de ocupação. Os primeiros mantêm ainda uma alta percentagem (82%) de cerâmica manual, que contudo já não inclui qualquer fragmento com decoração incisa de tipo Cogotas, sendo que a fabricada a torno inclui pratos e taças de engobe vermelho, ânforas de tipo 10.1.1.1. e cerâmica cinzenta (Arruda 1999-2000; Arruda – Sousa 2015).

Contudo, esta continuidade verificada em Santarém não é visível na grande maioria dos restantes sítios, nem nos implantados em cotas altas, nem nos que têm vindo a ser considerados casais agrícolas. Apenas em Almaraz esta sequência tem vindo a ser presumida, sendo de referir desde já que em Lisboa, a ocupação da Idade do Ferro se desenvolveu em altura, na colina do Castelo, ao contrário do que ocorreu durante o Bronze Final, tendo sido na encosta de Santana e na área mais baixa da actual cidade, concretamente na Praça da Figueira, que foram encontrados os vestígios que se lhe associam e que englobam quer materiais, quer estruturas (Silva 2013). Tendo em consideração os espólios da Idade do Ferro e algumas datações de 14C, a cronologia dos primeiros contactos com o mundo mediterrâneo de ambos os sítios da foz do estuário (Barros – Soares 2004) poderá remontar aos finais do século VIII/ primeira metade do VII a.n.e., portanto, um pouco mais tardia do que a de Santarém. Também o grafito identificado em Lisboa nas escavações do Castelo de São Jorge há já alguns anos aponta para a mesma cronologia (Zamora Lopez 2014).

Entre o século VII e o século VI a.n.e., a ocupação desenvolveu-se nas margens do Estuário, fundando-se novos sítios de raiz, quer na margem esquerda, como Cabeço da Bruxa, em Alpiarça, Porto do Sabugueiro, em Muge, Salvaterra de Magos (Pimenta – Mendes 2008; 2013; Pimenta *et al.* 2014) e Quinta da Alorna, em Almeirim, quer na direita, Santa Sofia e Quinta da Marquesa (Pimenta – Mendes 2010-2011). Para além de Santarém, Lisboa e Almaraz, outros sítios do Bronze Final, Alto do Castelo, Alpiarça (Arruda *et al.* no prelo), Castro do Amaral, Alenquer, e, eventualmente, o Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta – Henriques – Mendes 2012) são também então ocupados, mesmo que essas ocupações não estejam ainda bem definidas, em termos cronológicos.

Mas também parece certo que todos os restantes são abandonados, concretamente os que se localizam na *hinterland*, quer os de altura quer os de planície.

Os sítios fundados *ex nihilo*, na margem do rio, em torno ao século VII/VI a.n.e., apresentam

características muito específicas, que importa destacar. Ao contrário dos de altura, com ocupação anterior, estes, ribeirinhos, são sempre de baixa altitude, implantando-se em áreas com poucas descontinuidades altimétricas, entre os 5,5 e os 8 metros. Em alguns deles, os materiais estão dispersos por uma superfície consideravelmente extensa. A fertilidade da planície aluvial do Tejo justifica a intensa e extensa exploração agrícola dos terrenos onde estes sítios se implantaram, situação que teve grandes impactos sobre o subsolo, que é constituído por sedimentos de matriz arenosa, o que dificultou também a conservação dos níveis de ocupação. Esta realidade, que pudemos observar durante os trabalhos de campo que efectuámos em 2013 no Cabeço da Bruxa e no Porto do Sabugueiro, pode justificar a dispersão dos espólios, sendo ainda responsável pelo elevado grau de destruição que os sítios apresentam.

Foram os materiais, ainda que quase sempre recolhidos em contextos secundários, que permitiram avançar com a cronologia do século VII/VI a.n.e, para a fundação destes sítios da margem esquerda do Tejo. Para Porto do Sabugueiro, os *pithoi*, a urna Cruz del Negro, as ânforas, os pratos e taças de engobe vermelho e os vasos trípodas (Pimenta – Mendes 2008; Pimenta *et al.* 2014) fornecem contornos mais específicos ao escaravelho e escarabóide recolhidos no sítio na década de 30 do século XX (Pereira 1975; Almagro Gorbea – Torres Ortiz 2009). Menos abundantes e menos diversificados tipologicamente são os materiais do Cabeço da Bruxa, mas o conjunto inclui também ânforas (10.1.2.1.) e *pithoi*. O mesmo universo é visível no Alto dos Cacos e na Quinta da Alorna.

4. DISCUSSÃO

A ocupação da I Idade do Ferro desenvolveu-se, portanto, exclusivamente ao longo da orla do rio, desprezando-se os territórios do interior.

Esta ocupação das margens, que, em certos troços, corresponde a uma verdadeira rede de povoamento, tem de ser interpretada em função do próprio rio como via de comunicação que dá acesso ao interior. De facto, se é verdade que os solos são particularmente férteis nesta área, como é visível ainda hoje em dia, a verdade é que as várzeas são ainda mais férteis.

Por outro lado, é necessário fazer notar que, pelo menos na área norte do estuário, o povoamento se torna ainda mais estratificado. Com efeito, os sítios

da margem são maioritariamente de escassa altura, ainda que de todos eles Santarém se torne visível.

Parece ainda importante dizer que a situação que se pode detectar na área do antigo Estuário do Tejo indicia uma alteração significativa no modelo de ocupação do território, que certamente decorreu de uma mudança na estrutura económica, social e política que a chegada de fenícios à região implicou. A verdade é que há uma ruptura, que não é exclusivamente tecnológica. E se num primeiro momento se poderia falar até de resistência, mesmo que adaptativa, de que os depósitos poderiam ser exemplos, como já defendeu para este e outros contextos Raquel Vilaça (2006), a verdade é que certamente no Estuário do Tejo, como em muito outros espaços coloniais, o processo, apesar de certamente negociado, provocou rupturas e descontinuidades na estratégia de povoamento e naturalmente em termos tecnológicos, mas que são também visíveis na adopção de novos padrões alimentares e na própria paisagem. Recordemos, a este propósito que, no mesmo momento, a vinha domesticada é introduzida, a floresta dá lugar a espaços mais abertos, aumentando a área cultivada (Arruda 2003), e a galinha foi registada em Santarém (Davis 2006).

Na 1ª metade do 1º milénio a.n.e. os encontros culturais que tiveram lugar nesta área criaram um novo sistema, onde o elemento indígena parece perder protagonismo, mesmo que tenha participado, de forma mais ou menos pró-activa, no processo. O poder passa a emanar dos sítios que se orientalizaram, onde a população de origem mediterrânea se instalou, tendo a maioria dos povoados indígenas sido abandonados. Esta realidade, que os dados empíricos proporcionaram, não cabe nos modelos “pacifistas” e “integradores” dos paladinos do pós-colonialismo. É verdade que esta é uma região onde o Mediterrâneo não é uma novidade absoluta, onde há, no Bronze Final, elementos que evidenciam fortes ligações a universos económicos, culturais e simbólicos exógenos, de que os pesos de balança são um muito bom exemplo, não podendo esquecer-se que a adopção dos sistemas de pesos orientais obrigou, certamente, à assimilação de processos de racionalização e abstracção, como já recordou M. Ruiz-Gálvez (1998). Contudo, “...os ponderais não são sinónimo de centros comerciais e de normas de mercado, nem, tão pouco, de uma utilização prática efectiva...No Bronze Final do Ocidente Peninsular, não há palácios, não há mercados, não há templos...”, como recordou muito bem a professora de Coimbra

(Vilaça 2003). A adaptação a um novo modelo de organização social e política, que a colonização fenícia implicou, foi certamente “dolorosa” e em muitos casos não inclusiva, mesmo que para alguns tenha tido evidentes benefícios.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO GORBEA, M. – TORRES ORTIZ, M. (2009) - Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 17: 521-554.
- ARNAUD, J. – OLIVEIRA, V. S. – JORGE, V. O. (1971) - O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra): campanha preliminar de escavações (1970). *O Arqueólogo Português* 3-5: 97-132.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudios Orientais* 4: 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valência: 205-217.
- ARRUDA, A. M. (2005a) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português* 4-23: 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2005b) - Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias. In *Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: 277-303.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2015) - Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria* 72-1: 176-187.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – PIMENTA, J. – MENDES, H. – SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus* 74: 143-155.
- BARBOSA, E. (1956) - O Castro da Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português* 3: 117-124.
- BARROS, L. (1998) - *Introdução à Pré e à Proto-História de Almada*. Almada.
- BARROS, L. – SOARES, A. M. (2004) - Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português* 4-22: 333-325.
- BOAVENTURA, R. – PIMENTA, J. – VALLES, E. (2013) - O povoado do Bronze Final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 20: 623-640.

- CALADO, M. - ALMEIDA, L. – LEITÃO, V. – LEITÃO, M. (2013) - Cronologias absolutas para a 1ª Idade do Ferro em Olisipo – o exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judearia em Alfama. *Cira Arqueologia* 2: 118-132.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) - O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7: 169-177.
- CARDOSO, J. L. (2004) - *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2013) - Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira): um sítio ritual do Bronze final da região de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras ciências e técnicas do património* 12: 49-67.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011a) - O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 33-74.
- CARDOSO, J. L., ROQUE, J. – PEIXOTO, F. – FREITAS, F. (1980-1981) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica* 6-7: 117-147.
- CARDOSO, J. L. – SILVA, I. M. (2004) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7-1: 227-271.
- CARREIRA, J. R. (1994) - A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 2: 47-144.
- DAVIS, S. (2006) - *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal*. Lisboa.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1980) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorbericht über die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madrider Mitteilungen* 21: 91-104.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1982a) - Alto do Castelo, Alpiarça, Distrikt Santarém. Vorbericht über die grabung 1981. *Madrider Mitteilungen* 23: 145-151.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1982b) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia* 2-3: 61-70.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1985) - *Cerâmica de Alpiarça. Catálogo*. Alpiarça.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1988) - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia* 17: 193-200.
- LOPES, M. C. – VILAÇA, R. (1998) - Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja* 3-7/8: 63-84.
- MADEIRA, J. – GONÇALVES, J. L. – RAPOSO, L. – PARREIRA, R. (1972) - Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro / Torres Vedras) – Notícia Prévia. *O Arqueólogo Português* 3-6: 207-212.
- MARQUES, G. (1987) - Aspectos da Proto-História do território Português III – Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures). *Boletim Cultural* 1: 51-58.
- MATIAS, C. (2004) - Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura atlântica. *Boletim Cultural de Mafra*: 308-358.
- MELO, A. (2000) - Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-1: 15-120.
- MONTEIRO, M. – PEREIRA, A. (2013) - Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): Síntese dos trabalhos realizados e resultados preliminares. *Cira – Arqueologia* 2: 63-94.
- NETO, N. – GONZALEZ, C. – REBELO, P. – SANTOS, R. – ROCHA, M. (2013) - Trabalhos arqueológicos na Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses – Carcavelos. A ocupação do Bronze final. *Cira – Arqueologia* 2: 19-39.
- PEREIRA, M. A. H. (1975) - Objectos Egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge). *Conimbriga* 14: 173-176.
- PIMENTA, J. – CALADO, M. – LEITÃO, M. (2014) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e púnicos, por terra e por mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: 712-723.
- PIMENTA, J. – SILVA, R. B. – CALADO, M. (2014) - Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º15. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e púnicos, por terra e por mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: 724-735.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2010-2011) - Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 591-618.
- PIMENTA, J. – HENRIQUES, E. – MENDES, H. (2012) - *O Acampamento romano de Alto dos Cacos*. Almeirim.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2013) - 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *Cira – Arqueologia* 2: 195-219.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2008) - Descoberta do povoado pré-romano do Porto do Sabugueiro, Muge. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11-2: 171-194.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – SOARES, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos* 1: 39-58.

- PINTO, C. V. – PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 147-163.
- PONCE, M. (2013) - *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcainça na transição entre o 2º e o 1º milénio a.C.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) - *La Edad del Bronce en la Europa Atlántica. Un viaje a los orígenes de Europa Occidental*. Barcelona.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. - LUÍS, E. – REPRESAS, J. – LOPES, F. – FIGUEIREDO, E. – ARAÚJO, M. F. – SILVA, R. J. C. (2013) - Os machados Bujões/Barcelos e as origens da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal, 150 Anos*. Lisboa: 591-600.
- SILVA, A. C. F. – GOMES, M. V. (1992) - *Proto-História de Portugal*. Lisboa.
- SILVA, R. B. (2013) - A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia* 2: 40-102.
- VASCONCELLOS, J. L. (1915) - *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa.
- VILAÇA, R. (2003) - Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português* 4-21: 245-288.
- VILAÇA, R. (2006) - Depósitos de Bronze no território português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português* 4-24: 9-150.
- VILAÇA, R. (2007) - Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 15: 135-154.
- VILAÇA, R. – ARRUDA, A. M. (2004) - Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conímbriga* 43: 11-45.
- VILAÇA, R. – CRUZ, D. – GONÇALVES, H. (1999) - A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga* 38: 5-29.
- ZAMORA LOPEZ, J. A. (2013) - Novedades de epigrafía fenicio-púnica en la Península Ibérica y sus alrededores. *Palaeohispanica* 13: 359-384.
- ZAMORA LOPEZ, J. A. (2014) - Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local". In BÁDENAS DE LA PEÑA, P. - CABRERA BONET, P. - MORENO CONDE, M. - RUIZ RODRÍGUEZ, A. - SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C. - TORTOSA ROCAMORA, T. (eds.), *Homenaje a Ricardo Olmos. Per speculum in aenigmate*. Madrid: 306-314.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 91-104

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A FASE TARDIA DA IDADE DO FERRO NO OCIDENTE ATLÂNTICO

ELISA DE SOUSA*

RESUMO

Durante as últimas décadas tem-se assistido a um debate no seio da comunidade científica centrado na identidade cultural das populações que habitaram a costa atlântica do território peninsular durante o período sidérico. São várias as interpretações que se enfrentam nesta questão ainda que, com alguma frequência, as suas bases estejam assentes em selecções parciais da realidade arqueológica. Para esta situação contribuiu, em parte, o próprio carácter fragmentário da cultura material disponível para o estudo deste período histórico, passível de suportar diferentes correntes interpretativas. A informação publicada durante os últimos anos permitiu, contudo, desenvolver análises e caracterizações mais detalhadas dos componentes artefactuais desta área ocidental, adicionando novos dados para a compreensão dos ritmos de evolução dos seus principais núcleos de povoamento, particularmente durante a segunda metade do 1º milénio a.C. É com base nestes novos dados que se pretende discutir, neste trabalho, as várias propostas de integração cultural destas comunidades e, em última análise, sublinhar as características que permitem valorizar a existência de uma identidade autónoma, com particularidades regionais, desta zona centro atlântica.

Palavras-chave: Idade do Ferro; Atlântico; Identidade cultural; Púnico; Turdetano.

ABSTRACT

The debate among the scientific community concerning the cultural identity of the Iron Age inhabitants from the Iberian Peninsula's Western Atlantic coast generated different interpretations, often based on partial selections of the archaeological reality. On the other hand, the associated material culture, which is frequently quite fragmented, was never the subject of thorough studies. This situation has, subsequently, produced a variety of hypotheses, all of which easily integrated in different theoretical models. Fortunately, during the last few years, it was possible to carry out a detailed analysis of the archaeological evidence from these western territories, which allowed a more specific characterization and evolution of the area during the second half of the 1st millennium BCE. Based on this new data, we discuss, in this paper, the different interpretations for cultural characterization of these communities and, ultimately, aim to emphasize the features that allow to confirm the existence of an autonomous identity, with specific regional features, in this Center Atlantic area.

Keywords: Iron Age; Atlantic; Cultural identity; Punic; Turdetanian.

1. INTRODUÇÃO

Os dados associáveis à fase mais tardia da Idade do Ferro da costa ocidental atlântica da Península Ibérica permaneceram, até à relativamente pouco tempo, mal caracterizados. A escassez de intervenções arqueológicas extensas e, principalmente, a insuficiência dos dados publicados sobre as ocupações da segunda metade do 1º milénio a.C. conduziram a um conhecimento bastante vago dos contextos culturais referentes a este período. Tal situação potenciou, por sua vez, a inclusão desta área geográfica em ambientes culturais mais amplos e típicos da zona meridional da Península Ibérica.

Com efeito, no decurso das últimas duas décadas, assistiu-se ao eclodir de dois cenários interpretativos que, apesar de ligeiramente distintos nas suas premissas, coincidem na noção de uma sólida integração desta realidade costeira ocidental nos circuitos culturais e comerciais da actual Andaluzia. Os estudos recentemente desenvolvidos na área centro-atlântica geraram, contudo, uma série de novos dados arqueológicos que, ao permitirem delinear de forma mais detalhada os rasgos particulares das comunidades locais, despoletam a necessidade de uma reflexão mais cuidada sobre os cenários interpretativos aplicáveis a estas realidades.

2. A CORRENTE TARTÉSSICO-TURDETANA

A hipótese de uma integração da costa atlântica portuguesa na esfera cultural turdetana, resultante de uma presumida herança tartéssica, é um dos cenários que, seguindo a linha de outras interpretações precedentes (Maia 1985: 170; De Hoz 1995: 598), é actualmente defendido por investigadores como M. Torres Ortiz e M. Almagro Gorbea (Torres Ortiz 2005; 2013; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009). Esta corrente interpretativa tem como principal sustento uma série de aspectos linguísticos (topónimos e antropónimos) registados quase exclusivamente nas fontes clássicas e epigráficas do período romano. Na óptica de tal perspectiva, foi salientada a frequência do sufixo *-ipo* na toponomástica atlântica (Lisboa – *Olisipo*; Alcácer do Sal – *Beuipum*; S. Sebastião de Freixo(?) – *Collipo*; área de Elvas(?) – *Dipo*), que é considerado como um elemento linguístico recorrente no vale do Guadalquivir (Villar 1999: 703-707; Torres Ortiz 2005: 195-196; 2013: 449-450; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz, 2009: 117), sendo plausivelmente relacionado com um idioma tartéssico-turdetano, que se teria sucessivamente cristalizado nas fontes de

época romana. Por outro lado, e no que diz respeito aos antropónimos, esta corrente interpretativa valorizou uma possível relação entre os nomes de magistrados presentes nas legendas das cunhagens monetárias de Alcácer do Sal (*Odacis*, *Siscra*, *Sisbe*, *Sisucurhil*) e a tradição antroponímia da área do Baixo Guadalquivir. Paralelamente, a semelhança verificada entre a prosopografia monetária de Alcácer do Sal e as temáticas iconográficas das cunhagens da área andaluza foi considerada como um outro válido argumento esgrimido na defesa de uma etnogénese turdetana do litoral centro-atlântico (Faria 1992: 45; Torres Ortiz 2005: 196; 200). Uma série de outras referências patentes nas fontes clássicas, como os testemunhos de Plínio o Velho (*Nat. Hist.* IV, 113) e Pompónio Mela (*de Chor.* III, 1,6) relativos à existência de *Turduli Veteres* na região compreendida entre os estuários dos rios Tejo e do Douro, conjuntamente com a classificação, por Ptolomeu (*Geog.* II, 5, 2-4), das antigas cidades de *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Caetobriga* (Setúbal) como centros turdetanos (Torres Ortiz 2005: 194; 2013: 449; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009: 122), reforçavam também essa interpretação.

No que diz respeito aos dados arqueológicos, foram estabelecidos uma série de paralelismos entre as evidências recuperadas na única necrópole sidérica do litoral do Ocidente Atlântico (Senhor dos Mártires, Alcácer de Sal) e os designados ambientes funerários “tartéssicos” do Baixo Guadalquivir e da Extremadura espanhola. Ulteriores elementos adoptados na defesa desta hipótese foram indicados com base em similitudes detectadas nos grafitos pré-romanos de Santa Olaia, no estuário do Mondego, e outras marcas recolhidas na chamada “área tartéssica” (Torres Ortiz 2005: 201; 2013: 453-454). Por último, foi ainda valorizado um pequeno conjunto de vasos manuais e de cerâmica cinzenta recuperados em Santarém (Arruda 1999-2000: 183) e Lisboa (Arruda - Freitas - Vallejo Sánchez 2000: 44), decorados internamente com motivos brunidos, que foram correlacionados com o mundo andaluz (Torres Ortiz 2005: 203-204; 2013: 455), onde este tipo de decorações é característico quer durante o Bronze Final quer durante a Idade do Ferro.

O conjunto destes elementos foi interpretado, segundo esta perspectiva, como evidência de uma colonização tartéssica do território compreendido entre a foz do rio Tejo e do Sado, que se teria desenvolvido entre o final do século VIII a.C. e a centúria seguinte, com o objectivo de estabelecer um controlo directo das rotas comerciais e dos

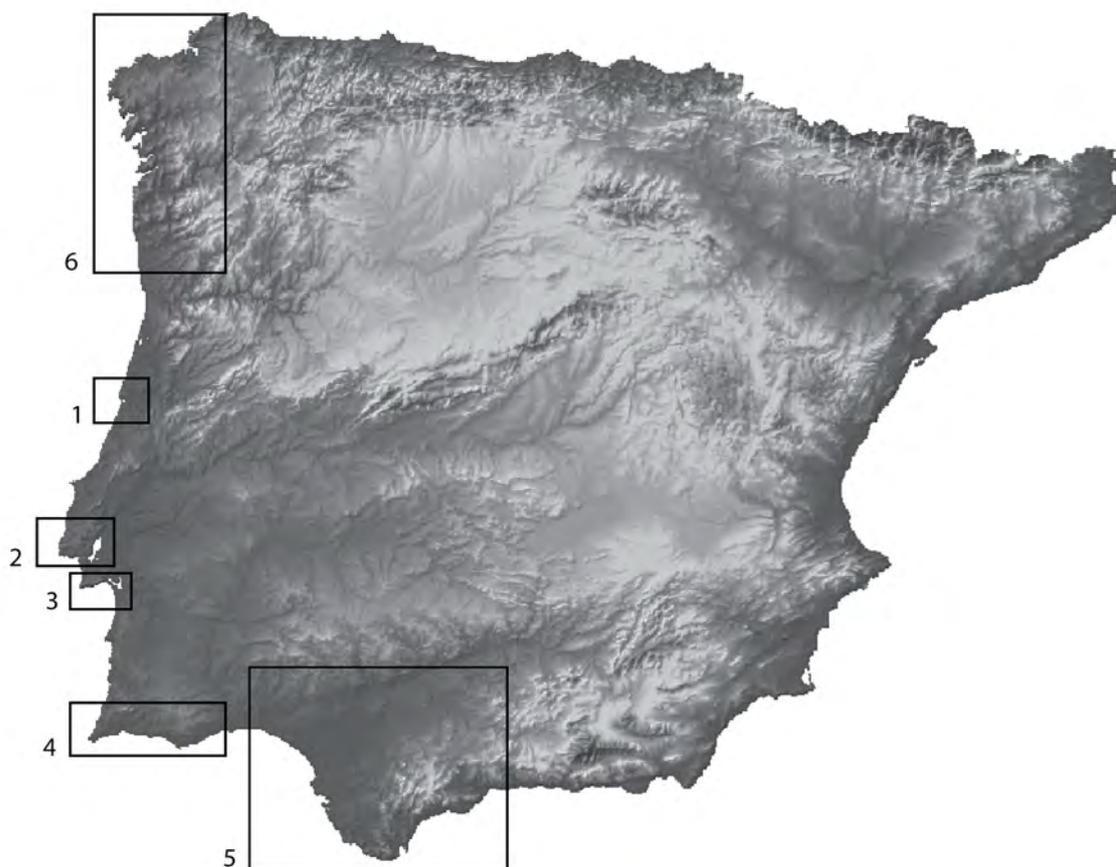


Fig. 1 - Principais áreas referidas no texto: 1 - estuário do Mondego; 2 - estuário do Tejo; 3 - estuário do Sado; 4 - Algarve; 5 - área turdetana e púnico-gaditana; 6 - Norte de Portugal e costa da Galiza.

recursos agrícolas desta área. O elemento étnico-cultural tartéssico, que marcaria esta região durante a primeira metade do 1º milénio traduzir-se-ia, após o século V a.n.e, numa realidade turdetana (Torres Ortiz 2005: 200; 2013: 457; Almagro-Gorbea - Torres Ortiz 2009: 122).

Independentemente do cariz atractivo postulado por esta corrente interpretativa, devem assinalar-se vários elementos que obrigam a uma reflexão mais aprofundada.

Neste trabalho não se pretende afrontar a problemática relativa à definição do que se deve considerar como “tartéssico”, um conceito que, quer a nível literário, quer na perspectiva histórico-arqueológica, incorpora diferentes interpretações: se a perspectiva de cariz marcadamente indigenista (Torres Ortiz 2002; Alvar Ezquerro 1994, entre outros) parece, em grande parte, ter sido progressivamente substituída por uma mais coerente interpretação que acentua as relações e mútua influência entre

as comunidades nativas andaluzas e as populações orientais (Wagner 1983; Ruiz Mata 2000; Celestino Pérez 2008, entre outros), a hipótese de uma verdadeira e própria coincidência entre a ideia de “Tartessos” e o mundo fenício ocidental (Álvarez Martí-Aguilar 2009; Wagner 2011; Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007, entre outros) parece, em meu entender, igualmente convincente e, inclusivamente, até mais plausível. Contudo, e mesmo admitindo a existência de uma comunidade tartéssica andaluza de carácter eminentemente autóctone e particularmente activa em termos expansionistas, torna-se difícil aceitar, com base nos dados arqueológicos disponíveis, que esta fosse capaz de impulsionar um processo de colonização do território centro-atlântico (Arruda 2013: 215). Para além do mais, os argumentos adoptados em defesa de tal possibilidade, enunciados anteriormente, podem para todo o efeito, ser objecto de interpretações alternativas. Em primeiro

lugar deve considerar-se, como já foi alertado por A. M. Arruda (2013: 213, 215), que a maior parte dos elementos linguísticos supracitados ocorrem apenas em fontes clássicas e epigráficas de período romano, tendo sido alvo de um processo de filtragem por parte dos seus respectivos autores. Apesar de se poder facilmente aceitar uma origem pré-romana para alguns destes topónimos (como é o caso dos que exibem o sufixo *-ipo*), é difícil indicar uma cronologia específica e um claro contexto cultural para a sua emergência. No entanto, e ainda que se possa admitir uma cronologia recuada, que coincida com a fase inicial da Idade do Ferro na costa centro-atlântica (finais do século VIII / inícios do século VII a.C.), como, aliás, se pode depreender considerando a recente proposta de leitura e datação da inscrição recuperada no alto do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Arruda 2013: 216, 222; Zamora López 2014), o seu contexto cultural poderá ser outro que não o da hipotizada “colonização tartéssica”. Supondo que a orientalização dos estuários do Tejo e do Sado foram o resultado de um processo colonial fenício que teve origem no sul da Andaluzia (Arruda 1999-2000; 2013; Mayet – Silva 2000; Pellicer 1996; 2000), deverá ter-se em consideração a possibilidade de os seus agentes agregarem não apenas fenícios (ocidentais) que, estando estabelecidos naquela área há pelo menos um século, teriam seguramente incorporado certos particularismos autóctones (quicá até em termos linguísticos), mas também indivíduos dessas mesmas comunidades nativas. Tal interpretação poderá explicar não apenas as similitudes toponímicas entre as duas áreas geográficas mas também os paralelismos que se verificam em certos aspectos da cultura material (decorações brunidas internas, arquitecturas funerárias, iconografia, etc.).

Por outro lado, a passagem ao contexto cultural turdetano da fase sucessiva (séculos V a III a.C.), que é considerado, nesta corrente interpretativa, como um processo natural e contínuo, sobretudo com base nas legendas e iconografia das cunhagens de Alcácer do Sal, não encontra, na minha perspectiva, um reflexo coerente no quadro da cultura material.

Com efeito, e ao contrário do que se verifica no sul do território português, a integração dos territórios da foz do Tejo e do Sado no âmbito cultural turdetano (ou púnico-gaditano), durante a fase mais tardia da Idade do Ferro, é difícil de defender. Apesar dos dados arqueológicos serem ainda algo insuficientes e pouco exaustivos, não se pode omitir a ausência de referências a certos elementos da cultura material (espelho dos usos e costumes que

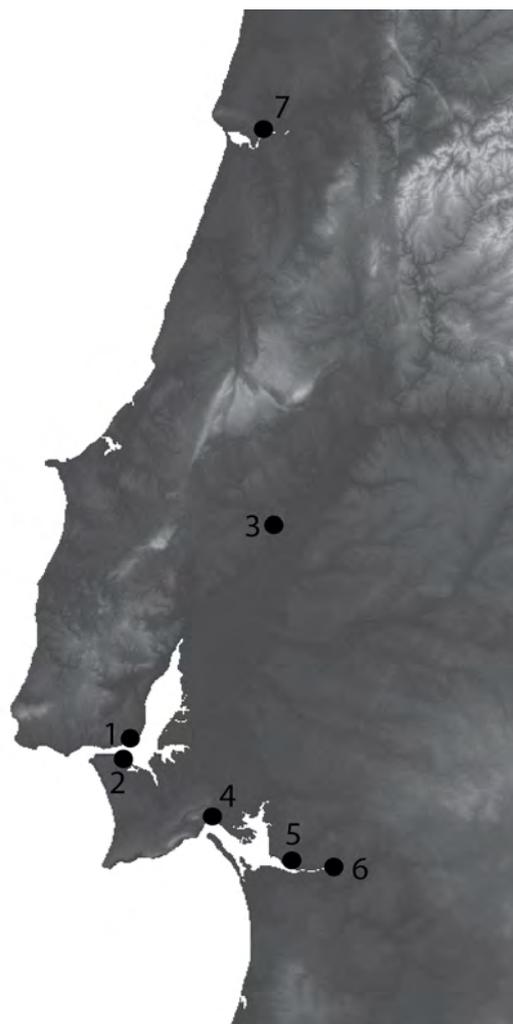


Fig. 2 - Principais sítios referidos no texto: 1 - Lisboa; 2 - Almaraz; 3 - Santarém; 4 - Setúbal; 5 - Abul; 6 - Alcácer do Sal; 7 - Santa Olaia.

definem, ainda que não exclusivamente, aspectos culturais das comunidades antigas) que poderiam anunciar contactos intensivos entre estas áreas. É o caso, por exemplo, das cerâmicas de tipo Kuass que não surgem, até ao momento, em níveis de clara cronologia pré-romana nos diversos sítios identificados na área do Tejo, ou mesmo de certos tipos de decorações pintadas ou formas específicas de ânforas (séries 12 de Ramon Torres e tipos 8.1.1.2 e 8.2.1.1), que são, por oposição, denominadores comuns em toda a costa algarvia (Sousa 2009: 103-106; Sousa - Arruda 2010) e andaluza.

Em relação à área do Sado, a situação é um pouco mais complexa em termos da caracterização da cultura material destas etapas mais tardias da Idade do Ferro, desconhecendo-se um elenco pormenorizado do repertório artefactual dos diversos sítios aí intervencionados. Contudo, e

ainda que seja provável a presença de pelo menos alguns destes elementos, resultantes talvez de uma maior abertura desta área às correntes comerciais meridionais, os dados disponíveis sobre importantes sítios como Setúbal, Abul B e Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-81; Soares - Silva 1986; Mayet - Silva 1997) parecem evidenciar que se trata de ocorrências pouco frequentes, que denunciam a existência de contactos supra-regionais mas não de uma clara integração nas esferas culturais da área andaluza.

Por outro lado, a própria existência de um “horizonte cultural turdetano” foi objecto, durante os últimos anos, de fortes críticas, que tiveram como principal consequência a aceitação de que esse mesmo horizonte terá sido apenas uma construção conceptual que emergiu no seio da literatura greco-latina de forma a uniformizar, de forma inevitavelmente generalista, as diversas identidades culturais do mundo meridional peninsular (Ferrer Albelda - García Fernández 2002; García Fernández 2003; 2012; Cruz Andreotti 2007; 2010; 2011).

Um último aspecto que gostaria de salientar, e que se encontra em clara relação com o ponto anterior, centra-se nas características das cunhagens monetárias de Alcácer do Sal, que consistem, como já atrás se expôs, num dos argumentos que confirmaria uma sistemática influência andaluza na área do Estuário do Sado durante o período pré-romano. Apesar de ser inquestionável a correlação entre os numismas de Alcácer e a realidade mais meridional, refletida pela adopção de temáticas que repercutem os modelos iconográficos do sul Andaluz (Faria 1989; 1995; Mora Serrano 2011: 87), presentes também ao longo de toda a costa algarvia (cunhagens de *Baesuris*, *Balsa*, *Ossonoba*, *Cilpes* e *lpses*), devemos também considerar o facto de a antiga *Salacia* ter constituído o único núcleo da costa ocidental portuguesa a cunhar moeda durante os finais do 1º milénio a.C., um fenómeno que deve ser directamente associado à efectiva ocupação romana desta zona. A conquista romana do sul do território português constitui um processo complexo, no qual as movimentações e transmigrações de grupos humanos terão jogado um papel fundamental na configuração política e económica desta nova realidade. Neste âmbito, convém recordar que alguns investigadores defendem que as referências de Plínio o Velho e de Pompónio Mela sobre os *Turduli Veteres* sejam referentes não ao período pré-romano mas sim ao contexto das campanhas militares do século II a.C. (García y Bellido 1951: 496; Ribeiro no prelo, *apud in* Arruda 2013: 216). Como tal, a possibilidade

de que populações originárias da zona meridional da Península Ibérica possam ter-se instalado junto à foz do Sado apenas durante a época romano-republicana deve ser equacionada e poderia, explicar, em minha opinião, e em alternativa ao modelo tartéssico-turdetano, as fortes relações verificadas entre estas duas realidades.

3. A CORRENTE PÚNICO-GADITANA

Uma outra corrente interpretativa, desenvolvida principalmente por A. González-Ruibal (2004a: 34; 2004b: 296; 2006: 129; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010: 596) e Juan Domínguez Pérez (2005: 8-10; 2006: 54; 2011: 298), atribuí uma particular importância aos circuitos comerciais atlânticos, sustentando a existência de uma intensa rede mercantil, ao longo de toda a segunda metade do 1º milénio a.C., entre a zona andaluza e a costa ocidental atlântica, atingindo o litoral galego.

Os argumentos que sustentam esta interpretação recaem na identificação de um conjunto de artefactos cerâmicos recuperados no Noroeste Peninsular (cerâmicas gregas e ânforas de aparente origem meridional), que foram interpretadas como evidências de um sistemático processo redistributivo cujo foco de origem seria rastreável à área andaluza (Silva 1986: 316), mais especificamente a Cádiz (González-Ruibal 2004a: 39; Domínguez Pérez 2011: 298-299).

Esta perspectiva, que é, para todos os efeitos, uma realidade nas áreas mais meridionais do território português, em particular no Algarve (Arruda 2001: 81-82; Sousa 2009: 103-106; Sousa - Arruda, 2010), não parece, contudo, ser aplicável ao restante ocidente atlântico. As evidências arqueológicas do Noroeste devem ser interpretadas com alguma cautela uma vez que a sua cronologia e o seu verdadeiro peso estatístico nos respectivos contextos de recolha é ainda incerto. Os dados publicados não são suficientemente claros no que diz respeito à distinção entre os artefactos cerâmicos seguramente relacionados com uma fácies pré-romana e aqueles já associados com o processo de romanização. Esta questão não se aplica, por razões óbvias, aos fragmentos de cerâmica grega, mas sim a outros materiais, classificados genericamente como “púnicos” (González-Ruibal 2004a, 2004b, 2006; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010; Domínguez Pérez 2005; 2006; 2011), e que parecem englobar duas realidades distintas: por um

lado, alguns artefactos que parecem seguramente datáveis da Idade do Ferro; por outro, evidências que, dada a sua aparente associação a ânforas de tipo greco-italico, Dressel 1 e Mañá C2, cerâmica campaniense A e *kalathoi* ibéricos (González-Ruibal 2004a: 35, 39; 2004b: 300-303; González-Ruibal - Rodríguez Martínez - Ayán Vila 2010: 593-596; González-Ruibal *et al.* 2007: 51-56; Domínguez Pérez 2011: 298), terão atingido o Noroeste apenas durante a fase romano-republicana. Com efeito, se tivermos em consideração os dados de outros sítios coevos da costa atlântica, nos quais os primeiros materiais itálicos são frequentemente acompanhados de quantidades significativas de cerâmicas gaditanas, deveremos admitir que uma parte significativa destes elementos “púnicos” se deve já associar a uma cronologia de fase romana.

4. AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DA ÁREA CENTRO-ATLÂNTICA

Como já foi referido na introdução deste trabalho, a falta de uma descrição e análise exaustiva dos testemunhos arqueológicos da costa centro-atlântica gerou um quadro de certa ambiguidade no qual diversas interpretações eram admissíveis. Estudos recentes revelaram, contudo, uma considerável quantidade de novos elementos que permitem discutir os modelos interpretativos precedentes e propor um outro quadro explicativo.

Na sequência de uma fase “orientalizante” (finais do século VIII – século VI a.C.), durante a qual a costa atlântica ocidental se relaciona, de forma mais ou menos intensa, com a esfera cultural fenícia-ocidental (Arruda 1999-2000: 257-258), observa-se, a partir de meados do 1º milénio, profundas alterações no registo arqueológico quer a nível das estratégias de ocupação e exploração do território, quer a nível da cultura material (Sousa 2014: 306-309).

Este fenómeno, integrável na conjuntura geralmente denominada de “crise do século VI a.C.,” envolveu uma complexa combinação de causas internas e externas que afectaram praticamente todas as áreas da Península Ibérica previamente influenciadas pela colonização fenícia. Na costa centro-atlântica do território português observa-se, a partir desta fase, uma considerável diminuição no ritmo de importações, em particular no âmbito dos contentores anfóricos (Arruda 1999-2000; Sousa 2013: 107; 2014: 215). A própria cerâmica grega é também escassa nos principais sítios de *habitat* da foz do Tejo e do Sado, apesar da considerável extensão das

áreas escavadas (Lisboa - 18 fragmentos; Almaraz -2 fragmentos; Santarém - 9 fragmentos; Alcácer do Sal - 1 fragmento). Com efeito, se excluirmos o único caso divergente, de âmbito funerário, representado pela necrópole de Alcácer do Sal, na qual se recuperaram mais de quarenta vasos gregos (Rouillard *et al.* 1988-1989: 50), nota-se como os centros de povoamento do litoral centro-atlântico manifestam uma reduzida capacidade aquisitiva quando comparados com os núcleos localizados no sul do nosso território (Arruda 1997; Arruda - Barros - Lopes, 1998; Barros 2003; 2005), que estão plenamente integrados nas redes comerciais sul-peninsulares e nos quais as cerâmicas gregas somam centenas de exemplares. No que diz respeito, por sua vez, aos contentores anfóricos, deve referir-se que muitos dos achados efectuados no estuário do Tejo e do Sado, que inicialmente se presumia serem provenientes da área andaluza (tipos B/C e D de Pellicer e Mañá Pascual A4), e que poderiam corroborar a proposta de uma intensa ligação comercial entre estas áreas geográficas, foram recentemente alvo de uma reclassificação que os integra no âmbito de uma sólida produção regional centro-atlântica (Sousa 2014: 90-109; Sousa - Pimenta 2014). Na área de Lisboa, por exemplo, para a segunda metade do 1º milénio a.C., conhecem-se apenas quatro ânforas importadas num conjunto que ultrapassa o meio milhar de exemplares (Sousa 2014: 109), o que parece refletir um carácter inconstante no quadro dos contactos comerciais com as áreas mais meridionais. Paralelamente, observa-se um momento de claro apogeu no âmbito das produções cerâmicas locais que, integrando todas as categorias funcionais (cerâmica de mesa, de cozinha, armazenamento e transporte), utiliza as mesmas tendências tecnológicas patentes durante a fase orientalizante, ainda que se assista a uma notável diversificação do respectivo repertório morfológico (Sousa 2013: 107-108).

Na região do Tejo, onde estudos recentes proporcionaram uma análise mais pormenorizada desta evolução (Sousa 2014), a cerâmica de mesa dos séculos V e IV a.C. é constituída por produções de tradição orientalizante (cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta), que adquirem uma série de detalhes morfológicos característicos desta região, como é o caso da preferência por formas carenadas, que com alguma frequência conjugam pés altos e elaborados. Mesmo na cerâmica comum observam-se algumas características peculiares, como é o caso de formas carenadas com asas laterais, pratos e taças claramente inspiradas nas

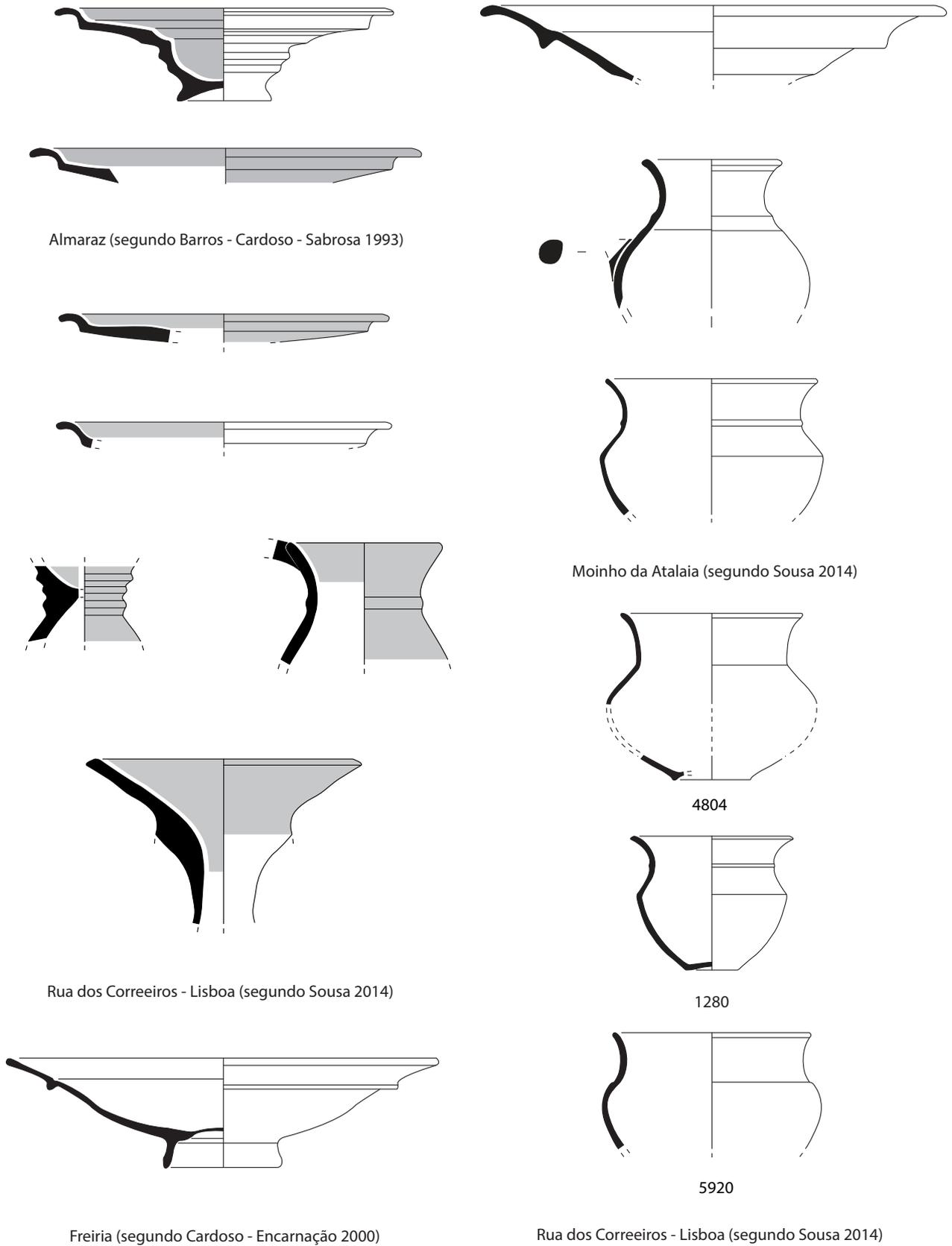
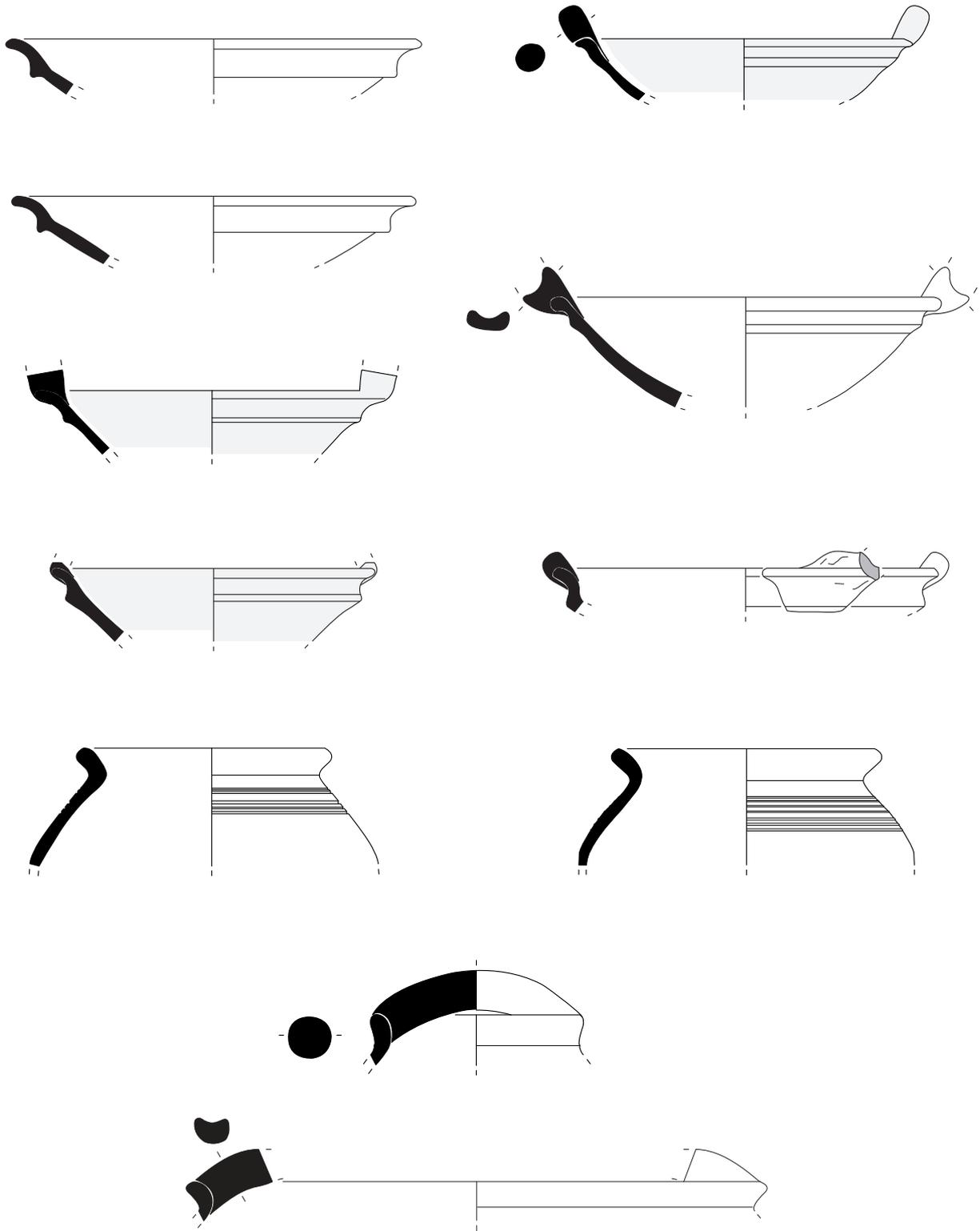


Fig. 3 - Formas mais características de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta da foz do estuário do Tejo (séculos V e IV a.C.).



Rua dos Correiros - Lisboa (segundo Sousa 2014)

10 cm

Fig. 4 - Formas mais características de cerâmica comum da foz do estuário do Tejo (séculos V e IV a.C.).

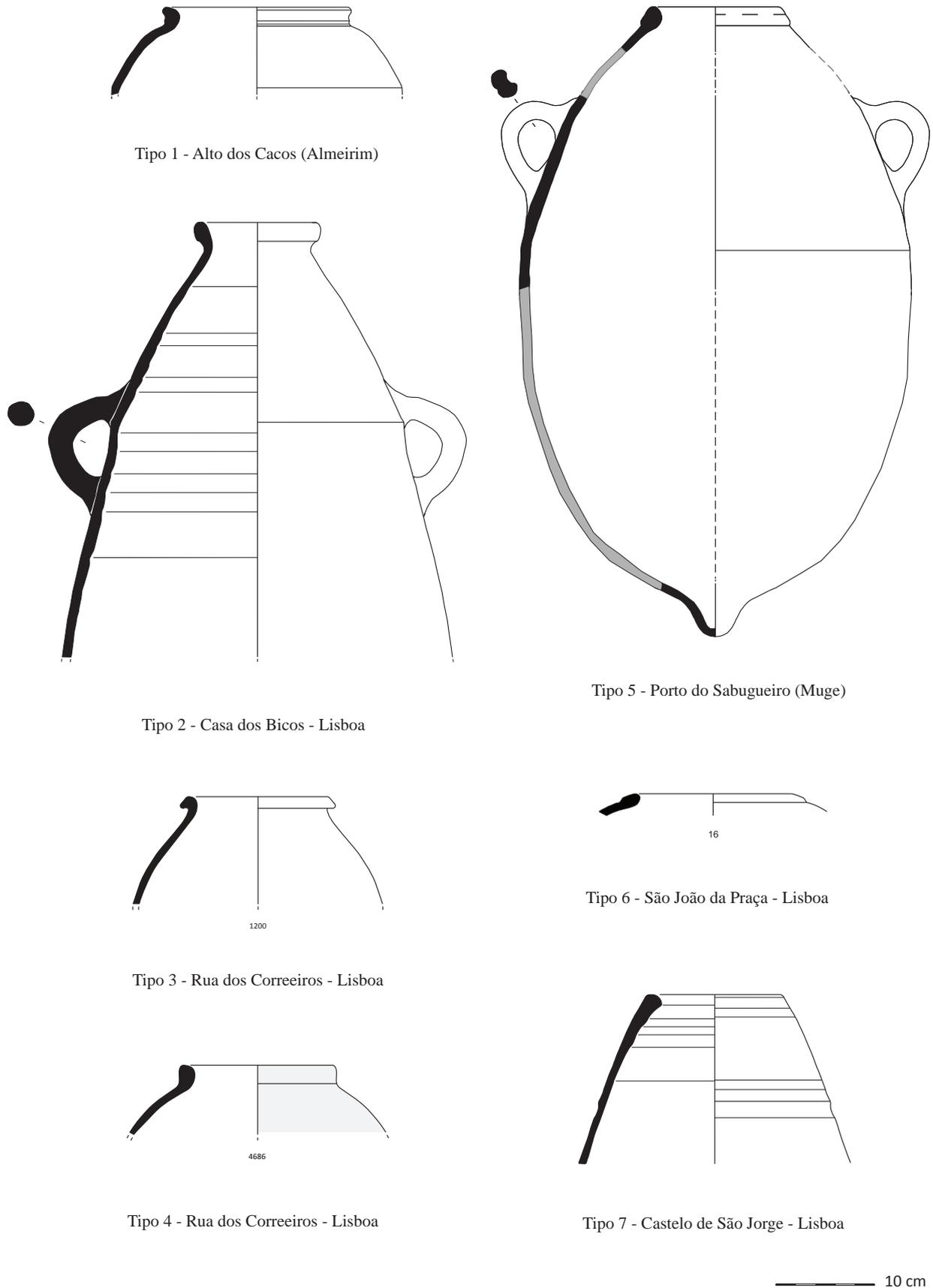


Fig. 5 - Produções anfóricas do estuário do Tejo (séculos V a III a.C.) (segundo Sousa - Pimenta, 2014).

produções de mesa, e uma ampla variedade de contentores de armazenamento, derivados dos *pithoi* da fase precedente, e também de cozinha, exibindo por vezes asas internas, uma característica que sugere a existência de contactos com as áreas mais interiores no território peninsular. Contudo, a produção anfórica do estuário do Tejo é, sem qualquer dúvida, o elemento que reflete uma melhor perspectiva das dinâmicas económicas e comerciais desta área centro atlântica, evidenciando uma realidade muito mais complexa do que anteriormente se assumia. Estas produções, que se enquadram cronologicamente entre, pelo menos, o século VII a.C. e os momentos finais da Idade do Ferro (Sousa - Pimenta 2014), agrupam, com efeito, várias centenas de contentores. A partir, sobretudo, do século V a.C., e em conformidade com o que se observa na Extremadura espanhola e no sul peninsular, observa-se, neste grupo, uma maior diversificação morfológica e um reforço das características eminentemente regionais (amplitude de bordo, secções das asas, etc.). A produção destas diferentes categorias cerâmicas, que exibem uma notável qualidade em termos de fabrico (cozeduras oxidantes, pastas resistentes e compactas, e acabamentos cuidados) parece ter tido, contudo, uma difusão bastante limitada que se estende, sobretudo, ao estuário do Tejo.

Esta regionalização da cultura material coincide, por sua vez, com uma série de significativas alterações que se observam no padrão de ocupação humana que emerge a partir de finais do século VI a.C., e que parece estar fortemente relacionado com modificações estruturais no quadro das estratégias económicas. Com efeito, durante a segunda metade do 1º milénio a.C., observa-se a emergência, no ocidente da Península de Lisboa, de pequenos núcleos de *habitat* que se instalam em relevos de baixa altitude, com considerável potencial agrícola, e nas proximidades de cursos de água. Este incremento da rede de povoamento, orientada para a exploração de recursos agro-pecuários é um reflexo de novas lógicas de ocupação que traduzem, provavelmente, uma reorganização dos limites geográficos na esfera de influência política, comercial e cultural da realidade do Baixo Tejo (Sousa 2014: 306-309).

No que concerne o estuário do Sado, a carência de dados arqueológicos dificulta uma compreensão detalhada das características da cultura material para a segunda metade do 1º milénio a.C. No entanto, ao analisar os elementos disponíveis para os sítios de Alcácer do Sal, Abul B e Setúbal, pode depreender-se a existência de um fenómeno similar ao ocorrido

da área do Tejo. Apesar da ausência descrições detalhadas sobre a cultura material das fases mais tardias da ocupação da Idade do Ferro, que permitam estabelecer o peso e características das produções locais face aos materiais importados, parece ser evidente a existência de pratos de paredes rectas com depressões centrais acentuadas, produzidos quer em cerâmica cinzenta quer em cerâmica de engobe vermelho (Silva *et al.* 1980-1981: 177: nº 186 e 187; Arruda *et al.* no prelo), assim como alguns contentores anfóricos (Arruda - Cardoso 2013: fig. 8-11; Arruda *et al.*, no prelo) que exibem certas analogias com as especificidades das produções taganas (asas ovais com sulco externos, perfis de bordo, etc.), e que permitem depreender uma eventual consolidação regional do repertório cerâmico ao longo da segunda metade do 1º milénio a.C. No entanto, é também provável que este fenómeno não se expresse de forma tão evidente na área do Sado, considerando a sua posição geográfica mais meridional, que poderá ter comportado contactos mais frequentes com outras áreas do sul e do interior peninsular.

5. DISCUSSÃO

Se tomarmos em consideração todos os elementos anteriormente descritos, parece ser evidente que a cultura material da costa ocidental atlântica do território português assume, durante a fase mais tardia da Idade do Ferro, um forte carácter regional. Apesar de ser perfeitamente admissível a existência de contactos supra-regionais com outras áreas da antiga *Iberia*, que podem ter influenciado, em qualquer aspecto particular, as morfologias cerâmicas locais, os dados arqueológicos analisados e, sobretudo, a escassez de materiais importados, não permitem, em minha opinião, sustentar a hipótese de um intenso e permanente circuito comercial entre a costa ocidental atlântica e a actual zona andaluza durante este período.

Por outro lado, a ausência ou escassez de elementos característicos da fase tardia da Idade do Ferro meridional (cerâmicas de tipo Kuass, ânforas do tipo 12 de Ramon Torres, 8.1.1.2, 8.2.1.1. e formas B/C e D de Pellicer, para além de outros materiais de cerâmica comum ou pintada) torna difícil defender a etnogénese “turdetana” tal como é actualmente teorizada por M. Torres Ortiz e M. Almagro Gorbea.

Durante a segunda metade do 1º milénio a.C., os contactos entre o sul do território espanhol e a costa atlântica portuguesa registam-se, de forma

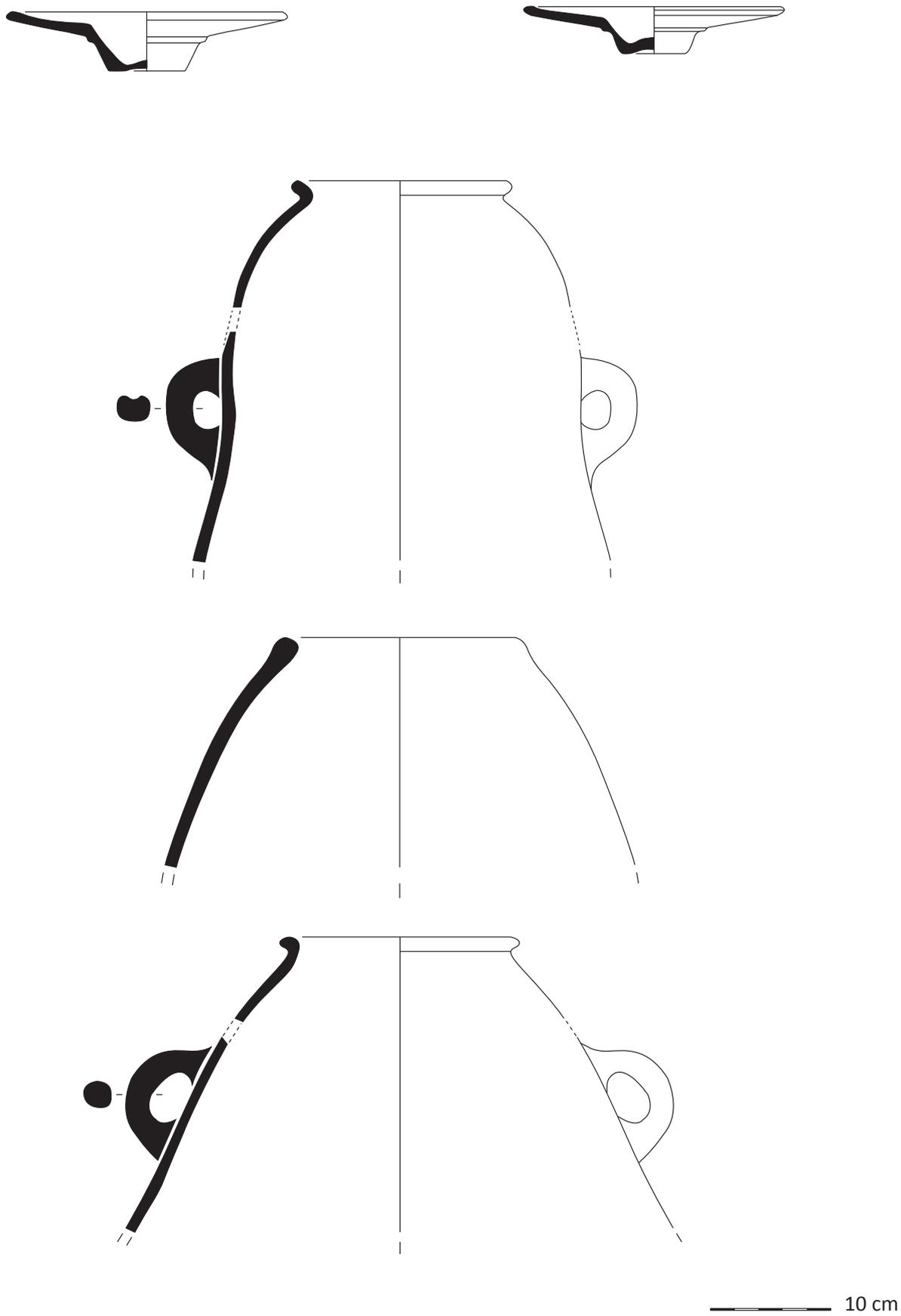


Fig. 6 - Pratos e ânforas (segundo Silva *et al.* 1980-1981; Arruda - Cardoso 2013) do Estuário do Sado.

intensiva, apenas no sul e, em particular, no Algarve, área onde se verifica uma completa integração dos núcleos litorais (Castro Marim, Tavira, Faro, Cerro da Rocha Branca e Monte Molião) na esfera cultural e comercial andalusa. Estes sítios do litoral algarvio mostram, com efeito, nos seus respectivos repertórios cerâmicos, quantidades verdadeiramente impressionantes de produções andaluzas e, em particular, de origem gaditana. Se, por um lado, as importações anfóricas e de cerâmica fina poderiam apenas indicar contactos comerciais plenamente justificáveis pelas circunstâncias geográficas deste território, a presença de materiais de cerâmica comum e pintada de origem andaluzas, que superam os 70% dos conjuntos artefactuais analisados (Sousa 2009; Sousa - Arruda, 2010), revelam um claro investimento da área de *Gadir* no território algarvio cujos contornos históricos permanecem ainda um pouco difusos, apesar de ser admissível que tal interesse se relacione com a exploração dos recursos marítimos da região.

Por outro lado, na área mais setentrional da costa atlântica, as dinâmicas comerciais são substancialmente diversas. A partir de finais do século VI a.C. as importações do sul peninsular parecem ser raras, limitando-se a alguns contentores anfóricos provenientes da área de Cádiz e do interior do vale do Guadalquivir. Em compensação, as produções locais (ânforas, cerâmica finas e comum) atingem o seu momento de apogeu com a consolidação de uma série de características regionais que permitem a sua distinção comparativamente com outros horizontes artefactuais coetâneos.

Todos estes elementos pressupõem uma certa marginalização da área centro atlântica, porventura mais acentuada na região do Tejo que no estuário do Sado, no quadro dos principais circuitos comerciais meridionais. Os motivos deste processo dissociativo, após o período orientalizante, podem, provavelmente, relacionar-se com o progressivo decréscimo da importância da exploração de determinados recursos regionais. Se assumirmos que, particularmente nas áreas mais setentrionais, o principal interesse da colonização fenícia a partir de finais do século VIII a.C. incidisse no quadro da exploração dos recursos metalíferos (quer no âmbito da riqueza aurífera do Tejo, quer em termos da sua posição enquanto corredor de acesso privilegiado aos territórios mais interiores, ricos em estanho e também em ouro), as alterações geo-políticas e económicas que se impuseram em todo o antigo mundo colonial fenícios após a chamada “crise do século VI” podem ter conduzido a uma certa desvalorização destes

recursos. Com efeito, o principal vector económico da área costeira andaluzas, que possivelmente se estende também ao litoral algarvio, reconverte-se na exploração de recursos marítimos, o que pode ter implicado uma relativa desvalorização dos recursos metalíferos, em particular nos casos que implicavam deslocações a longas distâncias. Tal fenómeno poderá, conseqüentemente, ter condicionado a própria manutenção das vias comerciais que, durante os momentos iniciais da Idade do Ferro, teriam mantido em contacto as duas realidades, configurando-se, nas etapas mais tardias, como meras ligações pontuais e não sistemáticas.

Esta situação de relativo isolamento não implicou, contudo, nestas comunidades centro-atlânticas, um momento de declínio. Pelo contrário, terá motivado e impulsionado um processo de reestruturação com particular protagonismo nas esferas económicas e demográficas (Sousa 2013; 2014), ainda que numa escala assumidamente regional, sobretudo a partir de finais do século VI a.C.

Em Lisboa, um dos maiores núcleos de povoamento do estuário do Tejo, de possível fundação fenícia (Sousa 2015), os meados do 1º milénio a.C. correspondem ao momento de máxima expansão do centro urbano. Este período coincide também com o desenvolvimento de uma intensa rede de ocupação de cariz essencialmente rural que se gera em torno a este núcleo principal, e que se manifesta com a fundação de mais de uma dezena de novos estabelecimento neste período cronológico. Este processo, no qual as diversas directivas económicas, comerciais e culturais parecem efectivamente irradiar deste centro principal para as áreas mais periféricas, por mais tradicional que pareça esta perspectiva, irá perdurar e configurar a área da foz do estuário do Tejo até à chegada dos primeiros contingentes militares romanos à região. Mesmo na área do Sado, onde os dados são consideravelmente mais escassos para o período aqui tratado, deve assinalar-se, a partir de finais do século VI a.C., a construção do complexo de Abul B, um espaço que terá assumido funções eminentemente ligadas ao horizonte ritual (Mayet - Silva 1997), mas que poderá também representar reestruturações significativas no quadro da ocupação do território que terão, contudo, de ser relacionadas com outros dados referentes ao quadro de povoamento da região que permanecem ainda por identificar e caracterizar.

Em suma, as realidades atlânticas ocidentais revelam uma notável capacidade de recuperação na sequência da emergência de um novo cenário

geo-político; uma resiliência que, à luz de novas estratégias económicas, se pode observar em termos da reorganização da ocupação humana nos espaços regionais, e, paralelamente, na emergência de um horizonte da cultura material que confere, a estas comunidades, um forte carácter distintivo no âmbito das esferas culturais da Península Ibérica durante os momentos mais tardios da Idade do Ferro. Estas Idades do Ferro Centro Atlânticas, que são, por sua vez, também elas distintas nas diferentes regiões, deverão, portanto, ser reconhecidas como realidades arqueológicas dotadas da sua própria originalidade e individualizadas de outros horizontes culturais peninsulares contemporâneos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO-GORBEA, M. - TORRES ORTIZ, M. (2009) - La colonización de la costa atlántica de Portugal: Fenicios o Tartesios. *Paleohispanica* 9: 113-142.
- ALVAR EZQUERRA, J. (1994) - Reflexiones sobre el concepto cultural de Tarteso. In MANGAS MANJARRÉS, J. - ALVAR EZQUERRA, J. (coords.), *Homenaje a José María Blázquez* II. Madrid: 37-43.
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (2009) - Identidad y etnia en Tartesos. *Arqueología Espacial* 27: 79-112.
- ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2001) - Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: 69-98.
- ARRUDA, A. M. (2013) - Do que falamos quando falamos de Tarteso. In CAMPOS, J. M. - ALVAR, J. (eds.), *Tarteso. El emporio del metal*. Espanha: 211-222.
- ARRUDA, A. M. - BARROS, P. - LOPES, V. (1998) - Cerâmicas áticas de Mértola. *Conimbriga* 37: 121-149.
- ARRUDA, A. M. - CARDOSO, J. L. (2013) - A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 731-754.
- ARRUDA, A. M. - FREITAS, V. - VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2: 25-59.
- ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. - FERREIRA, M. - LOURENÇO, P. - CARVALHO, A. (no prelo) - Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Travessa do Rato.
- BARROS, L. - CARDOSO, J. L. - SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. *Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. Estudos Orientais* 4: 143-181.
- BARROS, P. (2003) - As cerâmicas áticas de Tavira. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: 73-75.
- BARROS, P. (2005) - Cerâmicas áticas no Circuito do Estreito do Extremo-Occidente Peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu Rosário, Faro e Tavira. In *El Periodo Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: 931-945.
- CARDOSO, G. - ENCARNAÇÃO, J. (2000) - Notas sobre a ocupação proto-histórica na Villa Romana de Freiria. *Revista de Guimarães* n.º esp.: 741-757.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2008) - Tartessos. In GRACÍA ALONSO, F. (coord.), *De Iberia a Hispania*. Espanha: 93-345.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2007) - Acerca de Estrabón y la Turdetania-Bética. In CRUZ ANDREOTTI, G. - LE ROUX, P. - MORET, P. (eds.), *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Málaga – Madrid: 251-270.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2010) - Tarteso-Turdetania o la deconstrucción de un mito identitário. In DE LA BANDERA ROMERO, M. L. - FERRER ALBELDA, E. (coord.), *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: 17-52.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2011) - Identidad e identidades en el sur de la Península Ibérica en época romana: un problema histórico y geográfico. In VALVO, A. - SARTORI, A. (eds.), *Identità e autonomie nel mondo romano occidentale. Atti de 'III Convegno Internazionale di Epigrafia e Storia Antica*. Faenza: 209-225.
- DE HOZ, J. (1995) - Tartesio, fenicio y céltico 25 años después. In *Tartessos 25 años después (1968-1993)*. Jerez de la Frontera: 591-607.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2005) - Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiquitas* 17: 5-11.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2006) - La ruta púnica hacia el Extremo Occidente Noratlántico. *Gallaecia* 25: 45-63.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2011) - *Hippii* en los confines del mundo: los límites noratlánticos de la talasocracia de Gadir. In DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (ed.), *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: 281-303.
- FARIA, A. (1989) - A numária de *Cantnipo. *Conimbriga* 28: 71-99.
- FARIA, A. (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca* 1: 39-48.
- FARIA, A. (1995) - Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P. - CENTENO, R. (eds.), *La moneda*

- hispanica. Ciudad y territorio*. Madrid: 143-153.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. - RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) - *Tartessos desvelado: origen y ocaso de Tartessos*. Sevilha.
- FERRER ALBELDA, E. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2002) - Turdetania y turdetanos: contribución a una problemática historiográfica y arqueológica. *Mainake* 24: 133-151.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2003) - *Los turdetanos en la Historia: análisis de los testimonios literarios greco-latinos*. Écija.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2012) - Tartesios, Túrdulos, Turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética Romana. In SANTOS YANGUAS, J. - CRUZ ANDREOTTI, G. (eds.), *Romanización, Fronteras y Etnias en la Roma Antigua: el caso hispano*. Vitoria – Gasteiz: 691-734.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1951) - Algunos problemas relativos a las invasiones indoeuropeas en España. *Archivo Español de Arqueología* 23: 487-496.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004a) - Un askós ibicenco en Galicia: Notas sobre el carácter del comercio púnico en el noroeste ibérico. *Complutum* 15: 33-43.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004b) - Facing two sea: Mediterranean and Atlantic contacts in the Northwest of Iberia in the First Millennium BC. *Oxford Journal of Archaeology* 23-3: 287-317.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2006) - Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology* 19-1: 121-150.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. - RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R. - ABOAL FERNÁNDEZ, R. - CASTRO HIERRO, V. (2007) - Comercio Mediterráneo en Castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a.C. – inicios del siglo I d.C. *Archivo Español de Arqueología* 80: 43-74.
- MAIA, M. (1985) - *Celtici e turduli nas fontes clássicas*. In DE HOZ, J. (ed.), *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas*. Salamanca: 165-177.
- MAYET, F. - SILVA, C. T. (2000) - *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal)*. Comptoir et sanctuaire. Paris.
- MORA SERRANO, B. (2011) - Apuntes sobre la iconografía de las monedas de *Beuipo (Salacia) (Alcácer do Sal, Setúbal). In CARDOSO, J. L. - ALMAGRO GORBEA, M. (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa / Madrid: 73-102.
- PELLICER, M. (1996) - La colonización fenicia en Portugal. *Spal* 7: 93-106.
- PELLICER, M. (2000) - El proceso orientalizante en el Occidente Ibérico. *Huelva Arqueológica* 16: 89-134.
- ROUILLARD, P. - PAIXÃO, A. C. - VILLANUEVA PUIG, M. C. - DURAND, J. L. (1988-1989) - Les vases grecs d'Alcácer du Sal (Portugal). *O Arqueólogo Português* 4- 6/7: 43-108.
- RUIZ MATA, D. (2000) - Repensando el concepto histórico de Tartessos. *Historiar: Revista Trimestral de História* 5: 23-45.
- SILVA, A. C. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. - BEIRÃO, C. M. - DIAS, L. F. - COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica* 6-7: 149-218.
- SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa.
- SOUSA, E. (2013) - A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C. *Cira – Arqueologia* 2: 103-117.
- SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.
- SOUSA, E. (2015) - The Iron Age occupation of Lisbon. *Madrider Mitteilungen* 56: 109-138.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2010) - A gaditanização do Algarve. *Mainake* 32 (II): 951-974.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) - A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, A. - SOUSA, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto: vol. 1, 303- 316.
- TORRES ORTÍZ, M. (2002) - *Tartessos*. Madrid.
- TORRES ORTÍZ, M. (2005) - Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-2: 193-213.
- TORRES ORTÍZ, M. (2013) - Fenícios y tartesios en el interfluvio Tajo-Sado durante la I Edad del Hierro. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: 449-460.
- VILLAR, F. (1999) - Los topónimos meridionales de la serie ipo. In VILLAR, F. - BELTRÁN, F. (eds.), *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana*. *Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: 85-100.
- WAGNER, C. (1983) - Aproximación al proceso histórico de Tartessos. *Archivo Español de Arqueología* 56: 3-35.
- WAGNER, C. (2011) - Fenícios en Tartessos: Interacción o colonialismo. In ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (ed.), *Fenícios en Tartessos: nuevas perspectivas*. Oxford: 119-128.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 105-121

PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE LUCERNAS DURANTE A ANTIGUIDADE TARDIA: GÉNESE E EVOLUÇÃO DAS LUCERNAS TARDO-ANTIGAS DE PRODUÇÃO AFRICANA

CARLOS PEREIRA*

RESUMO

Conquanto esta série de lucernas não tenha merecido a mesma atenção que as suas precedentes, das séries de volutas ou de disco, é possível esboçar um quadro geral sobre a sua importação, produção e comercialização na Península Ibérica, definindo-se áreas que denunciam distintos ritmos de consumo lychnológico. Alertamos, contudo, que o desatender destes materiais, estando muitos conjuntos por publicar, pode vir, no futuro, a alterar estas leituras.

Estimulados por um trabalho anterior (Pereira, 2014a), do qual este é um complemento, decidimos não ficar por uma mera análise da distribuição ou morfologia das lucernas. Abordando sucintamente questões de complexa natureza, procurámos interrelacionar acontecimentos sociais e económicos com as transformações morfo-iconográficas que ostentam as lucernas tardo-antigas de produção africana. A complexidade destas temáticas, porém, não se esgota nestas páginas.

Palavras-chave: Lucernas; Hispânia; Península Ibérica; Produção; Antiguidade Tardia.

ABSTRACT

However these lamps do not had the same attention that his precedents, the volutes and plain nozzle series, it is possible outline a general situation about his import, production and commercialization in the Iberian Peninsula. This study allow us to define areas that had different rhythms of lychnological consume. Nonetheless, we should make aware that much lamps are still unpublished and they may change these interpretations.

Encouraged by a forward article (Pereira, 2014a), to witch this is a complement, we decide not stay only by a distributional or morphological analysis of these lamps. Introducing us in subjects of complex nature, we interrelate social and economic events with the morph-iconographical transformations that we observe in the late roman African lamps. The complexity of the following subjects, yet, is not finish in this pages.

Keywords: Lamps; Hispania; Iberian Peninsula; Production; Late Antiquity.

1. INTRODUÇÃO

Não é fácil abordar um estudo sobre as lucernas durante a Antiguidade Tardia, mais ainda quando nos adentramos em questões complexas, como é o caso da produção, comércio ou factores que contribuíram para o seu maior ou menor consumo. De facto, bastantes questões permanecem sem uma resposta satisfatória. Apresentando algumas propostas de trabalho e linhas de investigação procurámos explorar esta temática, expondo os principais problemas e comparando a evolução produtiva da última grande série de lucernas romanas atestada no território onde se desenvolveu, o Norte de África (Bonifay 2004), com a que se verifica na Península Ibérica.

Neste contexto, parece desnecessário repetir muito do que já foi dito acerca da história da investigação das lucernas tardo-antigas de produção africana, mais conhecidas como lucernas paleocristãs. Ainda assim, parece relevante repetir as palavras de alguns autores, nomeadamente de Ángel Morillo Cerdán (1999: 146), que evidenciam a contraditória quantidade bibliográfica sobre tal temática quando comparada com o actual conhecimento morfo-tipológico e produtivo de tais lucernas. Efectivamente, a quantidade de tipologias elaboradas para esta série é reduzida, se comparada com as existentes para as séries precedentes.

Não pretendemos alegar que esta série de lucernas foi ignorada. Na verdade os estudos demonstram que foram alvo de interesse desde cedo, mas que ou dedicavam poucas linhas a esta série ou pretendiam dar relevo às lucernas com iconografias de simbologia cristã. Ainda assim, qualquer estudo sobre este tipo de materiais é, à partida, confrontado com uma falta de bibliografia evidente, sobretudo de divulgação de conjuntos e contextos.

Somente a partir de meados do século passado notamos um evidente interesse na elaboração de estudos mais exaustivos. Neste panorama surgem os primeiros ensaios de Palol (1962) e Salomonson (1968; 1969), mas a primeira tipologia é unanimemente atribuída a Hayes (1972), quem distinguiu dois tipos principais e, dentro de cada um, subtipos. Embora actualmente a tipologia de Hayes permaneça como referência incontornável, era demasiado sumária, situação que impulsionou Pavolini e Anselmino a publicar o capítulo dedicado a esta série de lucernas, no primeiro volume de *Atlante delle forme ceramiche* (1981: 184-207).

Outros trabalhos foram divulgados depois deste, bastante completo e exaustivo, contudo, estes

são os que continuam a ser amplamente utilizados na bibliografia da especialidade. Porém, merecem ainda referência o trabalho de Mackensen (1993), que propôs algumas modificações ao trabalho dos autores italianos baseando-se no aparecimento de novos tipos na *figlina* d'El Mahrine, ou o de Michel Bonifay (2004), que tratou a cerâmica tardia africana e no qual, entre outras categorias, abordou as cerâmicas de iluminação apoiando-se na mais recente revisão da tipologia de Pavolini (Barbera - Petriaggi 1993). A grande inovação destes trabalhos reside na associação de várias características da lucerna para organizar a tipologia, sem esquecer, evidentemente, a ordenação das tipologias anteriores, comprovando datações com contextos fiáveis de sítios arqueológicos norte-africanos, como é o caso da necrópole de Pupput (Abed - Griesheimer 2001). São, sobretudo, estes trabalhos que nos fornecem as ferramentas para que possamos dissertar acerca da produção e comércio de lucernas tardo-antigas de produção africana.

Os dados que esta análise permitiu obter confirmam outros que já tivemos oportunidade de abordar (Pereira 2014a). Todavia, levantam outras questões que merecem atenção, sendo estas o objectivo principal deste trabalho.

2. GÉNESE E EVOLUÇÃO NO NORTE DE ÁFRICA

Conquanto apresentemos aqui um panorama sobre a génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana na área geográfica onde se fabricaram (fig. 1), deve-se admitir que tal tarefa terá apenas como objectivo uma análise comparativa com o panorama hispânico. Michel Bonifay já apresentou esses dados, organizando uma tipologia baseada nas já realizadas e nos materiais dos centros produtores que estudou. Assim, arrumou estas lucernas em seis grandes grupos, ainda que os quatro últimos sejam os que se enquadram em cronologias da Antiguidade Tardia. É esta tipologia que, na nossa opinião, melhor delata a evolução das lucernas romanas tardias, sem que, contudo, tiremos protagonismo aos autores italianos, na qual era já possível estimar tal evolução.

De facto, não é fácil iniciar um estudo tipológico sobre as lucernas tardo-antigas de produção africana. Este tem sido o tema mais explorado e, além disso, o autor francês complexifica os tipos criados em grupos e séries, justificando-se na existência de distintos centros produtores que laboraram em áreas geográficas concretas. Desta forma, quando analisamos as cerâmicas de iluminação de origem

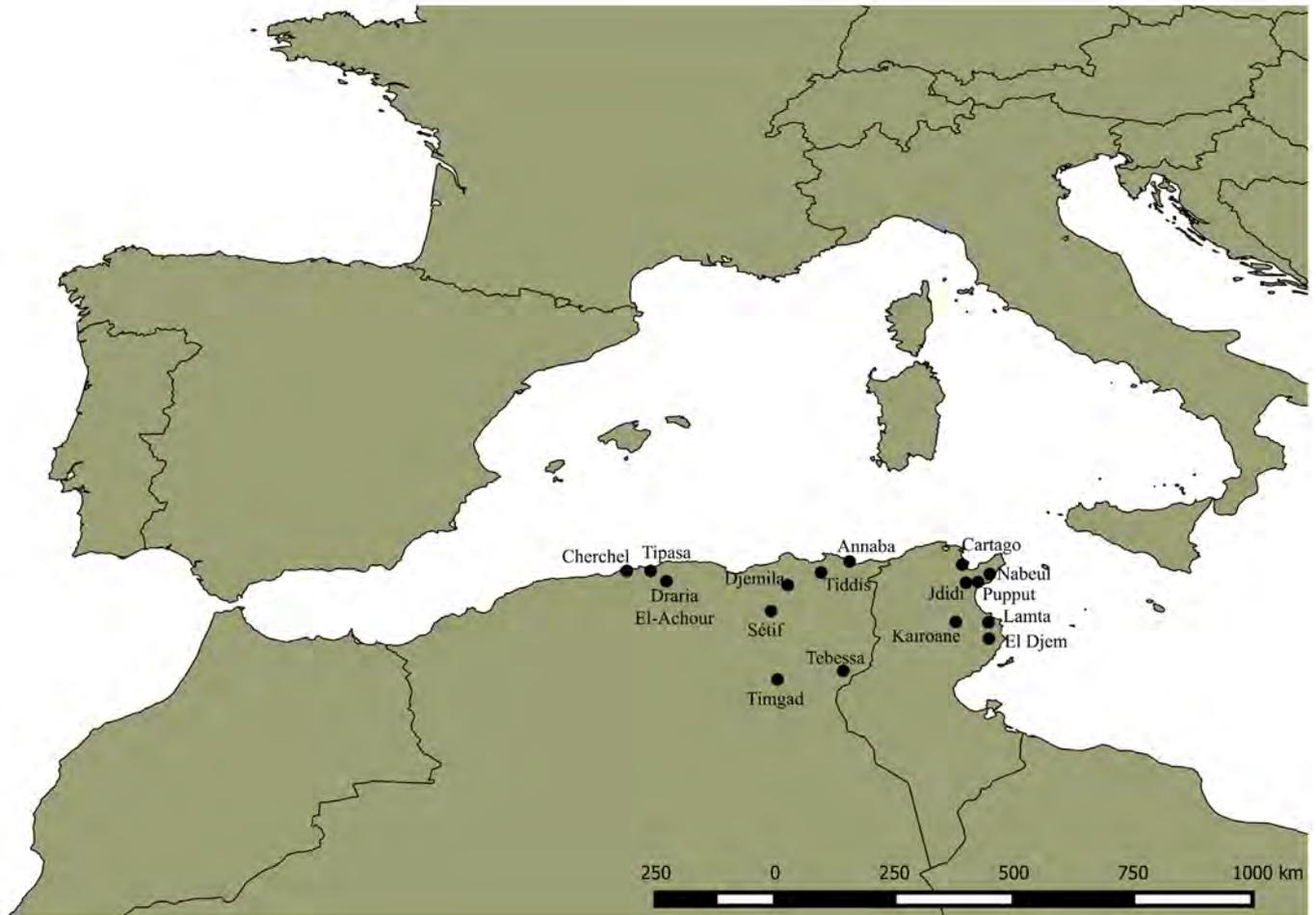


Fig. 1 - Localização dos principais centros de produção norte africanos (adaptado de Bonifay 2004: Fig. 1a).

africana, estas devem ser classificadas segundo a forma e a produção, dados que nos apontam a sua provável origem. Somente com estes estudos tecno-morfológicos temos as ferramentas necessárias que nos permitem dissertar acerca do seu consumo e dispersão.

Ainda que pretendamos analisar a última grande série de lucernas romanas, parece necessário abordar sinteticamente as precedentes, para que melhor entendamos como chegaram aquelas a essa morfologia. Tanto Pavolini e Anselmino como Bonifay abordaram não só as lucernas de *terra sigillata* (tardo-antigas de produção africana ou paleocristãs), como também analisaram as lucernas de produção africana inspiradas em modelos antigos, ou seja, as formas clássicas das séries anteriores. É nestas lucernas que podemos asseverar o característico período de experimentação produtiva lychnológica nessa área geográfica e a conseqüente evolução dos exemplares "europeus" (formas clássicas) aos africanos tardo-antigos.

As primeiras produções africanas, tal como as hispânicas, imitavam os protótipos itálicos, apresentando assim a mesma morfologia mas características tecno-petrográficas de pastas locais/regionais. Tais produções reproduzem as formas da série de disco, típicas dos séculos II e III d.C., mas tiveram uma dispersão limitada ao Norte de África. Entretanto, os mercados hispânicos estavam inundados pelos produtos ibéricos e que satisfiziam os consumidores, ainda que devamos admitir que algumas lucernas das formas Deneauve VII ou VIII, de produção africana, chegaram pontualmente a território hispânico (Pereira 2008: 39-43; Almeida 2009: 82; Vieira 2011: 68), mas sobretudo à área levantina e catalã (Olcina Domenech 1990: 68-71). Podemos mesmo afirmar, portanto, que neste período ambas as áreas geográficas eram independentes e praticamente auto-suficientes no que a produtos básicos respeita.

Até aqui nada de novo. O êxito de que gozaram determinadas cerâmicas alto-imperiais, entre as quais



Fig. 2 - Lucerna “africana de tradição antiga” (tipo 25 de Bonifay) com presença de decoração linear e asa maciça (Bonifay 2004: 344 - Fig. 193).

as de iluminação, foram rapidamente (re)produzidas em distintas zonas do Império. No entanto, o século IV d.C. é o momento em que aparecem pormenores até então inéditos nas lucernas romanas e que se manterão nas peças tardo-antigas de *terra sigillata*, referimo-nos particularmente à introdução de decorações lineares no disco e ao aparecimento das asas maciças (fig. 2).

Não é fácil comprovar se estes detalhes morfológicos surgiram inicialmente nos tipos denominados por Bonifay de “africaines tardives de tradition antique” (2004: 343-353) ou se foram os primeiros modelos fabricados de *terra sigillata* os protagonistas de estas inovações. Efectivamente, ambos grupos lychnológicos conviveram, pelo menos, durante a segunda metade do século III e o século IV d.C. Porém, as lucernas em *terra sigillata* da segunda metade do século III d.C. (tipo 38/Atlante IV) apresentam já a asa maciça, enquanto a grande maioria das “lucernas africanas de tradição antiga” continua a ostentar as asas com perfuração.

Além disso, a iconografia estampada nas “lucernas de tradição antiga” do século IV d.C., as quais

coexistiram com as de *terra sigillata*, mantêm, em certa medida, a decoração das lucernas tradicionais, embora possamos observar um incremento de representações geométricas em detrimento das figuradas, assim como uma considerável redução das figurações que expõem temas relacionados com a mitologia ou com o quotidiano. Ainda que não possamos atribuir a este momento a grande mudança de repertórios iconográficos, intui-se já uma considerável variação no gosto dos consumidores de estes produtos.

Certo é que, no Norte de África, em final do século IV ou início do V d.C., as lucernas em *terra sigillata* haviam substituído por completo as lucernas tardias da série de disco. Não podemos deixar de questionar, portanto, quais os motivos que estão por de trás desta mudança, tentando perceber se foi a produção que influenciou o consumo de um novo produto ou se foi a procura que justificou o fabrico das lucernas de *terra sigillata*.

Como referimos já, este tipo corresponde à última grande série de lucernas romanas, repetimos, de produção africana coincidente com os fabricos C e D de *terra sigillata*. Geralmente apresentam o corpo ovóide de grandes dimensões e de perfil troncocónico. O bico é alongado e de forma arredondada unida ao disco por um amplo canal. O disco é reduzido e côncavo, frequentemente decorado (Morillo Cerdán 1999: 146-147). A orla, ampla, horizontal ou ligeiramente convexa, apresenta habitualmente decoração, sendo esta um dos elementos determinantes para estabelecer a variante tipológica a que pertence a peça. As asas são maciças e projectadas para trás. A base é plana ou anelar e não é frequente ostentar marca de oleiro, mas quando presente resume-se a monogramas, letras isoladas ou combinações de duas ou mais letras (Balil Illana 1969).

A pasta e o verniz constituem um dos aspectos mais característicos destas lucernas. A pasta é geralmente sólida e muito bem depurada, de cor avermelhada ou vermelha alaranjada, enquanto o engobe, denso e brilhante, adopta uma tonalidade alaranjada ou cor-tijolo. O trabalho de Michel Bonifay é, na nossa opinião, aquele que melhor expõe as características destas pastas, associando cada uma delas a *figlinae* específicas que fabricaram simultaneamente recipientes de *terra sigillata* C e D e lucernas.

Deve ainda referir-se que, embora estas sejam as produções mais conhecidas, sobretudo no Ocidente hispânico, outras foram identificadas no



Fig. 3 - Lucerna africana com inscrição na orla produzida na área da Mauritânia Cesariana (Bussière 2000: 64 - Fig. 7d).

Norte de África, concretamente na área argelina, apresentando características bastante distintas (fig. 3). As pastas destes exemplares são, geralmente, bem depuradas e de tonalidades que variam entre o bege acinzentado e o branco amarelado (Bussière 2000: 120-126; 2012: 56; Bonifay 2004: 351). Não obstante, estas produções deverão ter gozado de uma limitada circulação.

Não pretendendo ser exaustivos, expomos em linhas muito gerais os principais tipos, apresentando um panorama da evolução desta série. O autor francês distinguiu 44 tipos diferentes (quadro 1), individualizados segundo a morfologia e iconografia e correspondendo, cada um, a produções cronológica e geograficamente bem determinadas. A grande maioria tem equivalência com os tipos de Pavolini e Anselmino, contudo, o autor individualizou alguns exemplares inéditos que não encaixavam em nenhum dos já existentes e outros ostentavam particularidades comuns a dois ou mais tipos distintos da tipologia de *Atlante*. A estes Bonifay denominou

de “formas híbridas”.

O tipo 37 da tipologia de Bonifay, *Atlante* I, é a lucerna mais antiga que se conhece, até ao momento, em *terra sigillata*. Não significa que tenha sido a primeira de fabrico africano, já vimos que os centros produtores dessa região imitaram as lucernas da série de disco e que, inclusivamente, algumas destas apresentam pormenores que delatam uma evidente experimentação estética por parte dos artífices locais. Além disso, as primeiras lucernas tardo-antigas coexistiram com alguns tipos de disco, principalmente com os de bico em forma de coração (Dressel-Lamboglia 37 e 38), em momento centrado da segunda metade do século III d.C. A cronologia não é o único coincidente entre esta lucerna e os exemplares da série de disco. Na verdade este tipo demonstra que o século III foi um momento de transformações na produção. Morfológicamente esta lucerna é idêntica aos tipos de disco com bico em forma de coração e asa perfurada, mas foi fabricada em *terra sigillata*.

Outro indício de que este pode ser o momento em que se iniciou um período de experimentação reside no facto de que esta lucerna não gozou de grande sucesso. Conhecem-se poucos exemplares consumidos no Norte de África e a morfologia da série parece ter mudado consideravelmente, quiçá procurando fomentar o consumo destes produtos. Assim, o tipo 38 (*Atlante* IV), que oferece cronologias que vão desde meados do século III a início do IV d.C., começa a oferecer pormenores que hão-de manter-se durante toda a produção de lucernas tardo-antigas de produção africana, sobretudo a asa maciça.

Porém, o corpo ovóide somente começa a ser evidente a partir de final do século III d.C. e primeiro quartel da centúria seguinte, concretamente com o tipo 39 (*Atlante* V). Ainda assim, alguns exemplares deste mesmo tipo mantêm a asa perfurada, situação que corrobora igualmente a frequente miscelânea de características comuns aos últimos exemplares da série de disco e da série de lucernas tardo-antigas.

Os tipos 40 e 41 têm correspondência com a forma *Atlante* VI, ainda que o autor francês defina o tipo 41 como uma variante que não encaixa plenamente na tipologia dos autores italianos. Ambos apresentam o corpo circular e o disco pequeno, a asa maciça e projectada para cima, a orla ampla decorada com folhagem em relevo, e o bico longo com um canal que pode ser aberto, variante A, ou fechado, variante B. O tipo 40 foi datado, *grosso modo*, da primeira metade do século IV d.C., apesar de que um único exemplar apoiou tal datação, recolhido no

Producciones en terra sigillata

Bonifay 2004	Pavolini e Anselmino 1981	Cronologia
Tipo 37	Atlante I	Mediados del III d.C.
Tipo 38	Atlante IV	2ª mitad del III – 1ª mitad del IV
Tipo 39	Atlante V	Final del III – 1º cuartel del IV
Tipo 40	Atlante VI	Inicio del IV – 450/470
Tipo 41	Atlante VI, variante	¿?
Tipo 42	Atlante VII	¿?
Tipo 43	Atlante VIII B	2ª mitad del IV – inicio del V
Tipo 44	Atlante VIII A1c / A2b	Final del IV – 1ª mitad del V
Tipo 45	Atlante VIII A1a-b / A2a	350 – 460
Tipo 46	Atlante VIII C1a-b	2º cuartel del V
Tipo 47	Atlante VIII C2a-b	Mediados del V
Tipo 48	Atlante VIII C1c-d-e	Mediados del V
Tipo 49	Atlante VIII C2c-d	2º cuartel del V
Tipo 50	Atlante VIII D	2ª mitad del V – inicio del VI
Tipo 51	Atlante VIII B / IX	2ª mitad del V – inicio del VI
Tipo 52	Atlante IX B-C	¿?
Tipo 53	Atlante X A, grupo C1	2º cuartel del V
Tipo 54	Atlante X A, grupo C2	Mediados del V – 1ª mitad del VI
Tipo 55	Atlante X A, grupo C3	2ª mitad del V – 1ª mitad del VI
Tipo 56	Atlante X A, grupo C4	VI
Tipo 57	Atlante X A, grupo C5	Mediados del VI – VII
Tipo 58	Atlante X B	2ª mitad del V – inicio del VI
Tipo 59	Atlante X D	¿?
Tipo 60	Atlante XI	¿?
Tipo 61	Atlante VIII C1 / X	Mediados del V

Tipo 62	Atlante VIII D / X	2ª mitad del V
Tipo 63	Atlante X precoz	2ª mitad del V
Tipo 64	Atlante X, grupo D1	Mediados del V – final del V
Tipo 65	Atlante X, grupo D2	Inicio del VI – mediados del VI
Tipo 66	Atlante X, grupo D3	Final del V – VI
Tipo 67	Atlante X, grupo D4	Final del VI – 1ª mitad del VI

Producciones tardías en terra sigillata

Tipo 68	Atlante X tardía con decoración salientes	Final del VI – inicio del VII
Tipo 69	Atlante X tardía con decoración estampada	VII – VIII
Tipo 70	Atlante X tardía con decoración linear	Final del VI – VII
Tipo 71	Atlante VIII-IX-X, derivadas	Final del VII – VIII
Tipo 72	Atlante X D2	Final del V – inicio del VI
Tipo 73	Atlante XI B1	V
Tipo 74	Atlante XI B1	Final del V – inicio del VI
Tipo 75		Final del V – inicio del VI
Tipo 76	Atlante XI B1	VI
Tipo 77	Atlante XI A1b / X A1d / XI / B1b	Mediados del VI
Tipo 78		VI
Tipo 79		Mediados del V
Tipo 80	Atlante XII, grupo C2	Final del V – 1ª mitad del VI
Tipo 81	Atlante XII, grupo D2	1ª mitad del VI

Fig. 4 - Correspondência com as formas de Atlante dos tipos estabelecidos por Bonifay e cronologia de cada tipo.

centro produtor de Djilma/Henchir el Guella (Peacock - Bejaoui - Ben Lazreg 1990: 79), onde foi produzido.

Segundo o estudo de Michel Bonifay, até ao tipo 42 as lucernas tardo-antigas de produção africana foram produzidas principalmente na área central e meridional tunicina (2004: 353). Concluiu também que estas lucernas não gozaram de uma ampla difusão, inclusive em território africano, e menos ainda na bacia do Mediterrâneo. Contrariamente, os tipos que têm equivalência com as formas *Atlante VIII* foram os que tiveram mais êxito, situação comprovada por uma ampla comercialização. Mas ao contrário do que se pensava antes, nomeadamente que a sua produção se limitava à área central da Tunísia (Hayes 1976: 121), sabemos actualmente que, afinal, estas lucernas foram fabricadas simultaneamente em Bizacena e Zeugitana (*proconsularis*) (Mackensen 1993: 161; Bonifay 2004: 358).

O facto de que as lucernas da forma *Atlante VIII* tenham alcançado uma maior dispersão é indício de uma produção e comércio mais intensos, o que potenciou em igual medida as diferenças morfológicas (fig. 5). Tendo em conta essa realidade

e considerando que a forma não necessitava maior complexidade tipológica, o autor francês outorgou-lhe uma organização evolutiva que considerou a morfologia e a decoração, sem esquecer as áreas de produção e a cronologia que os contextos ofereceram (2004: 358 - Fig. 202 a e b).

De facto, a evolução crono-produtiva é, em nosso entender, bastante simples e prática para a compreensão da evolução do fabrico destas lucernas. Assim, o tipo 43 foi fabricado na área central da Tunísia, os tipos 44 a 47 são comuns às áreas central e setentrional, e os tipos 48 a 50 são exclusivos da área setentrional. Como é compreensível, cada um destes grupos apresenta características tecno-petrográficas próprias, permitindo assim a sua adscrição a uma determinada área geográfica.

A iconografia destes tipos, 43 a 50, apresenta uma variedade considerável de motivos, sobretudo animais, vegetais e geométricos, sendo bastante comum a presença da cruz monogramática ou do crismón. Refira-se, contudo, que estes, inequivocamente relacionados com o cristianismo, estavam já presentes nas lucernas de tipos

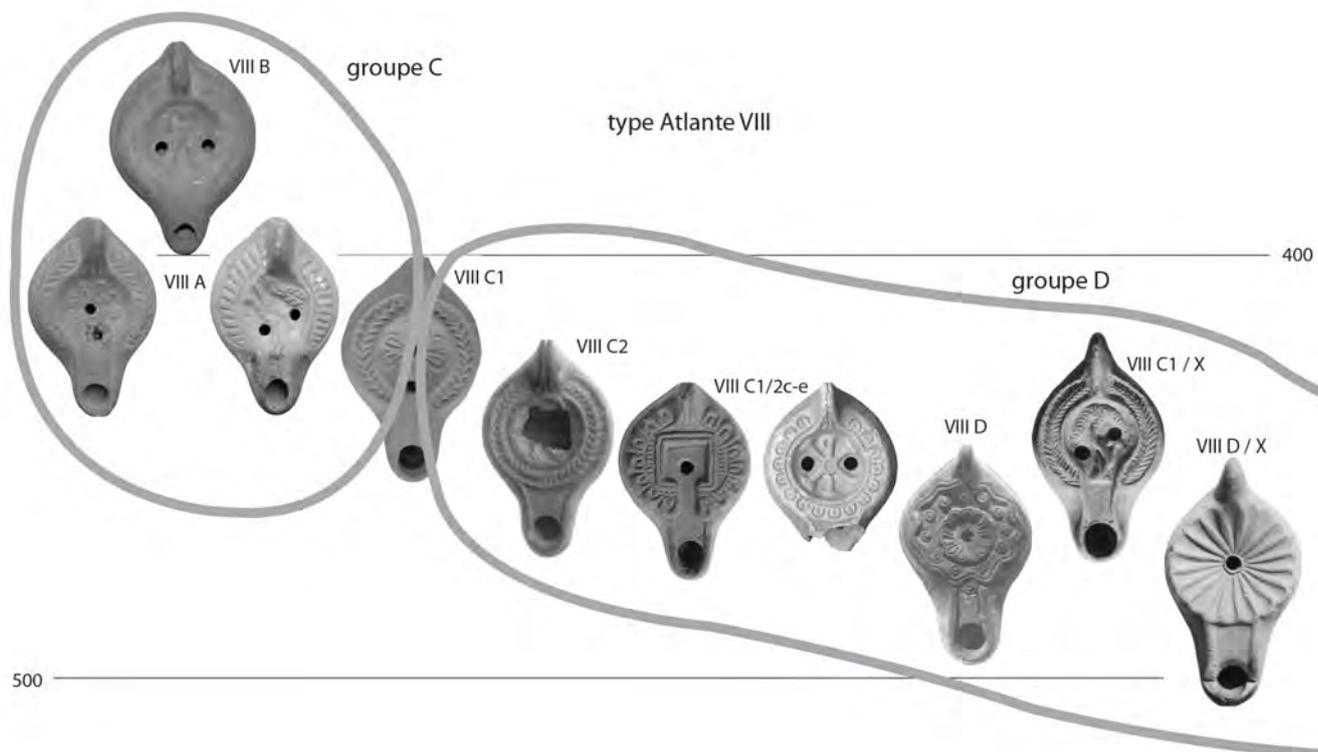


Fig. 5 - Esquema evolutivo proposto por Bonifay para as lucernas de tipo Atlante VIII (2004: 360 - Fig. 202a).

precedentes, constatando-se nestes um incremento considerável.

Igualmente comum nestas formas é a presença de bustos, tanto femininos como masculinos, que ostentam detalhes que excluem, à partida, tratar-se de divindades, podendo corresponder a apóstolos (Bonifay 2004: 373). Tendo em consideração o avanço que o cristianismo experimenta neste período, principalmente devido à sua prática liberalizada, não podemos deixar de notar um coincidente aparecimento destes bustos com a prática *ad sanctos*. Com efeito, é também neste momento que tal veneração se documenta nas necrópoles, pelo menos nas ocidentais (Sánchez Ramos 2010: 26-27; Pereira 2014b: 446-447), traduzindo-se na indistinta orientação das sepulturas voltadas para algum edifício ou estrutura relacionada com a representação ou localização de algum santo mártir. No entanto, reconhecemos que tal proposta é arriscada e carece de outros argumentos, além de que não é fácil, senão mesmo impossível, associar tais bustos a personagens concretas. Certo é, apesar de tudo, que estes motivos frequentemente são relacionados com apóstolos ou com a veneração aos mártires.

Os tipos 51 e 52 têm equivalência com a forma *Atlante IX*, que, na verdade, somente se distinguem das precedentes pela presença de protuberâncias laterais na união do bico ao corpo da lucerna e que, segundo o autor francês, são reminiscências das lucernas da série de volutas. Estes tipos, produzidos durante a segunda metade do século V e início do VI d.C., conviveram ainda com as formas anteriores, o que justifica que tenham sido produzidos em *figlinae* afins da zona central e setentrional da Tunísia (Bonifay 2004: 370).

A partir do tipo 53 (*Atlante X*) o panorama tipológico complexifica-se exponencialmente e, como é reconhecido pelo próprio, a prova de tal situação culminou em distintas tipologias que se regem por distintos critérios na organização das variantes. Estes problemas são principalmente potenciados pela produção intensiva das lucernas correspondentes aos tipos X e XI de *Atlante* e da sua intensa exportação para as áreas mediterrâneas com as quais o Norte de África estava directamente ligado.

Embora Pavolini e Anselmino tenham organizado comodamente a maioria dos subtipos: segundo a decoração do disco em redor ao orifício

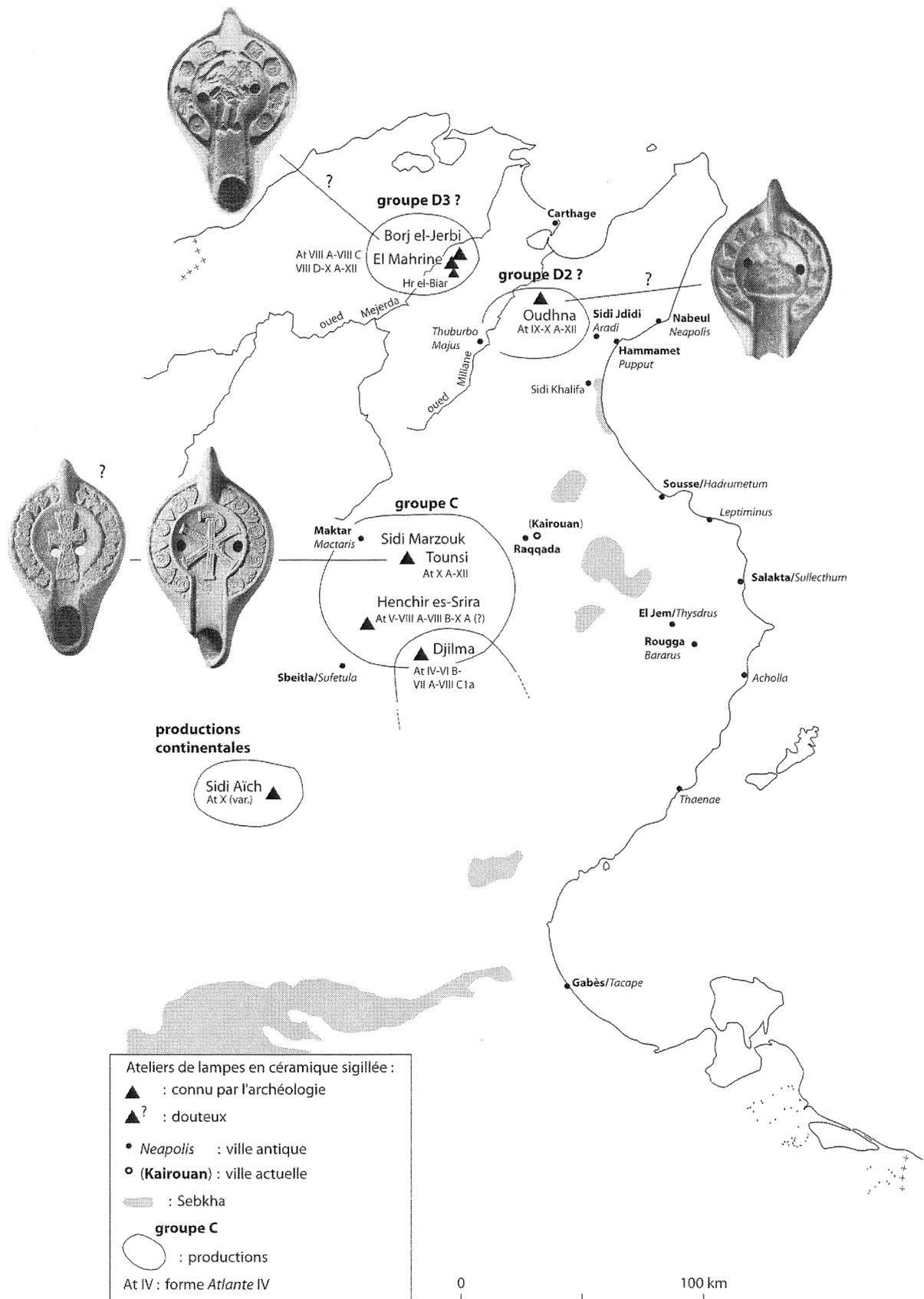


Fig. 6 - Proposta de localização dos principais centros produtores de lucernas Atlante X (Bonifay 2005: Fig. 5).

central (tipo X A2), a sua delimitação por um círculo (tipo X A1b), a presença ou ausência de asa plástica (tipo X A1c), o fecho do canal por uma banda (tipo X D) ou a presença de protuberâncias laterais ao bico (tipo XI), certo é que estes não são critérios suficientes para individualizar os distintos subtipos. Precisamente por este motivo, Chapman, Davies e Peacock (1984) basearam-se principalmente no estilo decorativo para reordenar as lucernas dos tipos X e XI de *Atlante*. Conquanto neste caso concreto a organização tipológica, segundo a decoração, pareça ter funcionado bem, porque foi realizada sobre material de um único local, quando era trasladada a um âmbito geográfico mais amplo demonstrava-se ineficaz.

Estas lucernas patenteiam um duplo problema relacionado com a sua origem e com a sua cronologia (Bonifay 2004: 370-371). Actualmente, ao analisarmos a tipologia de Hayes, concretamente os tipos IIA e IIB criados mediante critérios cronológicos (1972: 311), reparamos que essa distinção é mais útil para diferenciar as lucernas segundo a origem (fig. 6). De facto, o seu tipo IIA inclui as lucernas produzidas na área central da Tunísia, representadas por pastas finas e verniz alaranjado claro acetinado, decorações bastante cuidadas e de pequenas dimensões, enquanto o tipo IIB remete para as produções setentrionais, de pastas mais grosseiras e verniz mate de cor vermelho-tijolo, decorações de maiores dimensões e de aspecto também grosseiro.

O problema cronológico está sobretudo relacionado com a grande longevidade produtiva da forma X, que permanece durante três séculos e que pode resultar não tanto de um êxito efectivo, mas sim de um desconhecimento de contextos onde se reconheçam estes exemplares completos.

Tal situação, unida ao facto de que gozaram de uma dilatada comercialização por toda a bacia do Mediterrâneo, justifica que tenham sido motivo de realização de frequentes catálogos (Ennabli 1976; Hayes 1980; Hoff 1986; Bailey 1988; Barbera - Petriaggi 1993; Trost - Hellmann 1996). A existência de uma apreciável quantidade de materiais publicados alentou o autor francês a aperfeiçoar a ordenação tipológica de Pavolini e Anselmino, cruzando os dados que já tinha para a região de Marselha (Bonifay *et al.* 1998) com os que vinha compilando no Norte de África. A coerência que detectou entre estes e aqueles demonstra que, apesar de tudo, os dados corroboram a persistência produtiva e comercial da forma.

As lucernas dos tipos X e XI de *Atlante* são as

que melhor expõem as especificidades da série. São maiores comparativamente com as antecedentes, mais largas e ovóides, com orlas bastante amplas e planas onde se estamparam decorações variadas, como as quadrifólias, os losangos, os triângulos, os quadrados, os círculos, as linhas sinusoidais, os elementos cordiformes ou as ramagens, frequentemente combinando muitos destes elementos na mesma peça.

Os motivos aplicados no disco são igualmente variados, muitos dos quais também presentes em recipientes de *terra sigillata* produzida nos mesmos locais. De facto, a iconografia dos tipos incluídos nas séries 6 e 7 de Bonifay, particularmente do tipo 54, o mais comum, havia sido já motivo de distinção e organização em grupos. Sublinhamos os trabalhos de Ennabli (1976), revisto posteriormente por Hoff (1986) e, mais recentemente, por Trost e Hellman (1996). Desta forma foram estabelecidos oito grupos que abarcam a totalidade de motivos representados e que expomos sucintamente.

As cenas mitológicas (grupo A) englobam representações pouco frequentes, como é o caso de Leda e o cisne ou Orpheu. O grupo B inclui cenas bíblicas e cristãs, como Adão e Eva, os santos, o sacrifício de Abraham ou Cristo a pisar a serpente. O grupo C é representativo de personagens, no qual se incluem muitos dos bustos aos que não se podem associar personagens concretos. O grupo D engloba representações de animais e de flora, motivos bastante frequentes nas lucernas tardo-antigas, alguns com possíveis conotações cristãs (peixe ou cordeiro). O grupo E corresponde a recipientes que podem aparecer isolados ou incluídos em representações mais complexas. O grupo F trata os crismón, símbolo cristão por excelência e que pode aparecer isolado ou entre molduras vegetais. Em algumas variantes mais tardias podem estar geminadas ou em retrogrado. O grupo G também é bastante comum e representa a cruz monogramática nas suas distintas variantes. Por fim, o grupo H engloba motivos geométricos, dos que a maioria aparece na orla.

A iconografia presente nestas lucernas segue, portanto, aquela já documentada nas lucernas dos tipos VII e VIII, embora os motivos cristãos sejam ainda mais frequentes e variados. Além disso, vimos que determinadas particularidades morfo-técnicas destas lucernas, que antes se pensava não serem anteriores ao século IV d.C. (Anselmino 1983: 33-34), como é o caso da asa maciça, afinal são mais antigas e que, inclusive, integraram os "tipos africanos de tradição antiga".

A produção de lucernas no Norte de África apresenta dados bastante pertinentes, essenciais quando analisarmos o consumo na Península Ibérica, dos quais importa reter, de momento, uma evolução praticamente contínua e uma variedade considerável de produtos fabricados em um momento de evidentes mudanças.

3. ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE HISPÂNICO

A realidade averiguada em território hispânico, comoseriaespectável,nãosegueomesmopadrãoque é documentado para a área primordial de produção destas lucernas. Foi já referido que as lucernas da série de volutas, primeiro, e de disco, depois, gozaram de um considerável êxito, situação que justificou a sua (re)produção um pouco por todo o Império (Morillo Cerdán 2015: 382-387) e, inclusive, o aparecimento de formas genuinamente hispânicas (Morillo Cerdán - Rodríguez Martín 2008). Mas, apesar desse sucesso, há um momento em que o consumo de peças destas séries decai paulatinamente dando mostras de uma ruptura com os gostos até então revelados (Pereira 2014a: 196-197). Esta redução de consumo não foi, porém, repentina nem é inquestionável, devendo os investigadores averiguar os indícios que permitam apoiar, ou não, tal fenómeno. Certo é, contudo, que as tradicionais lucernas não voltariam a consumir-se como em época alto-imperial e os fornecedores procuraram outros produtos, com outras origens, para satisfazer a procura.

Não é fácil estabelecer o momento em que o consumo de lucernas começa a contrair-se de forma gradual e menos ainda o é justificar os motivos que fomentaram tal fenómeno. Como já tivemos ocasião de escrever em outro local (*Ibidem*), a partir de final do século II e início do III d.C. denota-se uma certa uniformidade nos relatos de autores clássicos, os quais afirmam que os tempos que vivem estão em claro deterioro das condições de vida. Tanto Herodiano (1985) como Dião Casio (*Historia Romana*, Ρωμαϊκή Ιστορία) referem claramente que o reinado de Marco Aurélio representa a transição de um momento de magnificência para outro de retracção social e económica (Chic Garcia 2005).

Este pressentimento de que o Império atravessava um momento de dificuldade agrava-se, em meados do século III d.C., quando se incrementam diversos problemas que este vinha padecendo desde décadas antes. Cipriano (*Ad Demetrianum*) informa-nos acerca de alguns, nomeadamente o esgotamento de minas, o diminuir da produção

agrícola, as contínuas investidas dos bárbaros e catástrofes naturais, como as epidemias e a fome.

Devemos, contudo, ser comedidos em algumas leituras, pois concordamos que nem sempre podemos atribuir às invasões bárbaras determinadas perturbações, relatadas pelos autores clássicos ou perceptíveis no registo arqueológico, quando se podem dever apenas a mudanças da vivência quotidiana e das mentalidades (Carneiro 2009: 217).

Apesar de que o século III d.C. tenha sido frequentemente transmitido como um sinónimo de crise, devemos ter em conta que essa leitura disfemística deve-se às coincidentes mudanças a que assistimos neste século, entre as quais a introdução, ou pelo menos a expansão, do Cristianismo (Mateos Cruz 2005: 49-52; Fernández Ubiña 2007: 450), sem que tenhamos aqui em conta a problemática da sua origem norte africana (Blázquez Martínez 1967: 30-50; Sotomayor Muro 1989: 277-287; Fernández Ubiña 2007: 441). Efectivamente, a partir de final do século II d.C. e início da centúria seguinte, o Cristianismo começa a conquistar cada vez mais eruditos (sobre a cristianização da aristocracia *videm* Palol 1977-78) que não reprimem as suas palavras contra as heresias pagãs. Tantas coincidências dificultam determinados estudos, dos quais este é claramente vítima.

A título de exemplo, é extremamente difícil determinar se o despojar de mobiliário funerário aos mortos, sobretudo durante o século III d.C. nas necrópoles suburbanas, é resultado da crise ou do avanço do Cristianismo, que apelava à simplicidade na sepultura (Pereira 2014b: 428-430), ou, inclusive, ambas situações. Também não é claro se o Cristianismo terá contribuído para a coincidente retracção do consumo de lucernas ditas “tradicionais”.

É inegável que, durante o século III d.C., existiu, efectivamente, uma crise económica e social que, segundo alguns autores, se prolongou até época tardia (Fernández Ubiña 1982). No entanto, este mesmo autor apresenta dados que demonstram que tal crise não afectou com a mesma intensidade todas as províncias romanas, referindo que, na Hispânia, concretamente na Bética, inclusive se incrementou a economia durante os séculos III e IV. Mesmo admitindo que em determinadas províncias a crise não se fez sentir, assistimos a transformações evidentes no povoamento (García Vargas *et al.* 2013) assim como na sociedade (Sanz Serrano 2007).

Voltando ao tema que nos ocupa, durante este período, no Norte de África, a produção de cerâmicas de iluminação parece manter-se nos mesmo registos que apresentava até então e, inclusive, expande a



Fig. 7 - Lucernas de produção local/regional do Ocidente peninsular, séculos III e IV d.C. 7a – Lucerna Dressel 30 de Conimbriga (Belchior 1969: est. XXIII); 7b – Lucerna Dressel 30 de Aldeia do Penedo, Torres Vedras (Sepúlveda - Sousa 2000: 51 - fig. 7); 7c – Lucerna “derivada de disco” atípica da necrópole romana do Vale do Gato, Évora (Morais 2011 - nº 20 do catálogo).

variedade de lucernas produzidas iniciando um período de experimentação que pretende introduzir novos tipos no mercado. Embora possamos associar a evolução do Cristianismo, na Hispânia, com a “crise” verificada no consumo e produção de lucernas, no Norte de África tal registo não permite essa conjectura. Porém, se aceitarmos a tese de que a nova religião é introduzida na Península Ibérica pelo Sul (Blázquez Martínez 1967: 30-50; Mateos Cruz 2005: 49-52; Fernández Ubiña 2007: 441-450), talvez as mudanças morfo-iconográficas das lucernas tardo-antigas possam ser consideradas enquanto indício da sua disseminação, pelo menos para a e na Hispânia.

A materialização desta mudança substancial na morfologia e nos motivos decorativos representados foi, como vimos, progressiva, situação que está perfeitamente atestada nos centros de produção, mas que, nos centros de consumo, pode transparecer diferenças cronológicas, e até ausências, consoante a região em análise. Seguramente que os locais litorais, mais favoráveis a intercâmbios comerciais marítimos e directamente expostos aos produtos africanos, principalmente os da área meridional e levantina, foram prematuramente consumidores das lucernas tardo-antigas de produção africana. Mas mais que uma mudança estética das lucernas, esta mudança delata, sem dúvida, uma evidente transformação da maioria da sociedade da época, que agora valoriza outros produtos e outras decorações em detrimento das tradicionais, comercializadas durante mais de três séculos.

Além disso, esta situação levanta uma série de questões que não são de fácil resolução, e que já indicámos ao longo deste texto. A informação que estes materiais nos fornece indica que a produção e consumo foi contínua no Norte de África, embora com evidentes transformações, mas que na Hispânia terá sofrido uma provável interrupção. Parece, pois, haver um momento em que os produtos até então consumidos não são acolhidos e os norte africanos ainda não lograram a transformação necessária a uma aceitação que permita uma produção e exportação em quantidade.

No Extremo Ocidente hispânico o comércio lychnológico com o Norte de África parece ser ligeiramente mais tardio quando comparado com os dados da zona Este, embora no Ocidente já se consumissem outros produtos com essa origem. Em contrapartida, o comércio de lucernas hispânicas, durante a segunda metade do século III d.C., estava já em evidente decadência, situação apenas contrariada pelo consumo de lucernas de tipo Dressel 30 (Morais 2005: I: 340 - nº 142; II: 423 - nº 14; Lobato, 1995: 66 - 67; Belchior 1969: est. XXIII, fig. 1 e 2; Quaresma 2013: 228; Sepúlveda - Sousa 2000: 51 - fig. 7; Almeida - Carvalho 2005: 314-319; Gamito 1992: 113) e outras de produção local/regional (fig. 7). Com efeito, até à introdução dos tipos tardo-antigos de produção africana notamos, no Ocidente, um incremento de pequenas produções domésticas disseminadas pelo território (Pereira 2014) que fabricavam exemplares de morfologia atípica ou procuravam

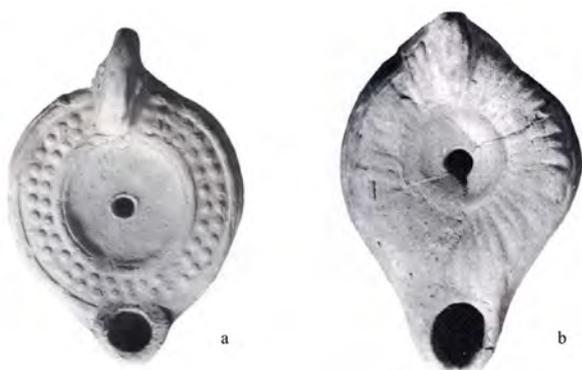


Fig. 8 - Lucernas de produção africana recolhidas no Oriente peninsular, séculos III e IV d.C. 8a – Lucerna Deneauve VIII de Tossal de Manisses, Alicante (Olcina Domenech 1990: 75); 8b – Lucerna Deneauve XI de La Albufereta, Alicante (Olcina Domenech 1990: 76).

imitar os exemplares da forma 30 de Dressel e que, provavelmente, se destinavam sobretudo ao autoconsumo.

No entanto, o registo de consumo de lucernas pode, e deverá, ser contrastante mediante o contexto. Por outras palavras, a partir de final do século III d.C. e início da centúria seguinte a rede de povoamento sofreu evidentes mudanças (Martín González 2011; García Vargas *et al.* 2013: 376-379), das quais importa sublinhar uma maior dispersão da população e incremento de sítios rurais, geralmente associada a um deterioro das condições de vida. Independentemente das causantes desta dispersão (Martín González 2011: 176), parece-nos evidente que deu um importante contributo para a quebra da produção e consumo de lucernas. Por outro lado, devemos ter em conta que o interior do território sempre demonstrou uma maior dificuldade em adquirir produtos importados, o que fomentou o aparecimento de pequenas produções lychnológicas com formas próprias (Morillo Cerdán - Rodríguez Martín 2008).

Assim, e além de este ser um momento de evidente complexidade populacional, também a convulsão social e religiosa deu um importante contributo nesse sentido. No mesmo aglomerado urbano a informação pode ser contraditória, consoante o contexto, pois as comunidades cristãs eram frequentemente proscritas para os arredores, onde viviam e morriam segundo os costumes que apregoavam. Esta realidade é particularmente visível nas necrópoles suburbanas, mais humildes, transparecendo uma evidente renúncia aos produtos quotidianos. Por outro lado, nas áreas urbanas

residiam as elites, onde continuavam a ostentar símbolos de riqueza e poder.

Talvez esta situação seja a base explicativa para a raridade, no Ocidente hispânico, de exemplares lychnológicos africanos produzidos durante a segunda metade do século III e, sobretudo, durante o IV d.C., além do evidente hiato que se deve ter em conta entre origem/produção e destino/consumo. Devemos ter também em conta que as lucernas tardo-antigas de produção africana dos tipos VIII e X de *Atlante*, os primeiros tipos a ser abundantemente exportados, somente se vulgarizam a partir de meados da segunda metade do século IV e início da centúria seguinte, exibindo motivos claramente cristãos. No Ocidente hispânico, apenas para citar alguns exemplos, encontramos alguns exemplares na Alcáçova de Santarém (Pereira 2008: 70-73), em Torres Vedras (Sepúlveda - Sousa 2000: 55), em Tróia (Cabral 1975: 163-168; Almeida 2009: 90), no Cerro do Faval (Deus - Oliveira - Duarte 2004: 459-462), em Mértola (Torres - Macías 1993: 84 - nº 15 e 16), em Torre d'Ares (Nolen 1994: 51 - lu 54), em Faro (Teichner 2001: 198) ou em Silves (Catarino 2005-2006: 118).

Contrariamente, o Oriente hispânico parece oferecer uma leitura ligeiramente distinta, fundamentada pela estreita relação que sempre manteve com o Norte de África. Com efeito, aí pôde-se reconhecer de forma mais clara a evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana, além de que são frequentes os seus precedentes directos, com a mesma origem (fig. 8). Algumas das lucernas, do século III d.C., reconhecidas em Tossal de Manisses, em Santa Pola, em La Alcludia (Abdal Casal - Moratalla Jávega - Tendero Porras 2000: 143) ou em Villajoyosa, com tal procedência, também são reconhecidas no Ocidente, mas com pastas que delatam claramente produções locais/regionais, é o caso da forma Deneauve VIII (Deneauve 1969), ou estão ausentes no repertório de importações, como acontece com a forma Deneauve XI.

Certo é que, embora as primeiras formas de lucernas africanas em *terra sigillata* não tenham sido comercializadas a larga escala, estas estão esporadicamente presentes na bacia do Mediterrâneo acompanhando outros materiais com a mesma origem, nomeadamente as ânforas, *terra sigillata* clara C e D e abundantes cerâmicas comuns (Járrega Domínguez 2013). Com os tipos *Atlante* VIII e X, porém, acumula-se a quantidade de sítios que importaram as lucernas tardo-antigas de produção africana.

Este estreito contacto comercial, entre a área

Este da Hispânia e o Norte de África, justifica, ainda, a existência de produções norte-italicas (Cosentino - Ricciardi 1993) e hispânicas que (re)produziram os exemplares africanos (Modrzejewska 1988: 28), como ficou comprovado em Santa Pola, Alicante (Modrzejewska 1989: 218) ou em Tarragona (Ruíz Arbulo 1989: 184-185), para além das imitações realizadas no Sul da Gália (Bonifay 2004: 461-462). De facto, este contacto deverá ter sido preponderante para a prematura aquisição de produtos norte africanos, além de outros factores.

Harris (1980) analisou, apoiando-se no caso concreto das lucernas de canal (*Firmalampen*), a organização da produção lychnológica. Com esse estudo verificou que qualquer produção depende, para que tenha sucesso e possa exportar em grande escala, de uma localização estratégica, ou, pelo menos, da proximidade a vias de fácil e rápido escoamento dos produtos. Efectivamente podemos considerar que a produção norte africana, que se desenvolveu de forma evidente durante os séculos III e IV d.C., corresponde a este modelo, situação que lhe permitiu distribuir os seus produtos por toda a bacia do Mediterrâneo, mas com particular concentração entre a costa do Norte da Itália e da área meridional hispânica.

A limitada introdução de lucernas tardo-antigas de produção africana é ainda mais evidente na área interior, particularmente no Norte da Península Ibérica, onde a sua presença é meramente esporádica (Morillo Cerdán 2003: 191). Se nos aglomerados litorais é evidente o contraste quantitativo das lucernas das séries de volutas e de disco, sobretudo aquelas, quando comparadas com a série de lucernas tardo-antigas de produção africana, nessas zonas a disparidade é ainda mais manifesta (*Ibidem* 1999: 148). Este registo incitou o autor a considerar que, aí, o comércio lychnológico sofreu uma quase total interrupção de importações forâneas, fenómeno que situa em momento indeterminado do século IV d.C.

4. EM CONCLUSÃO

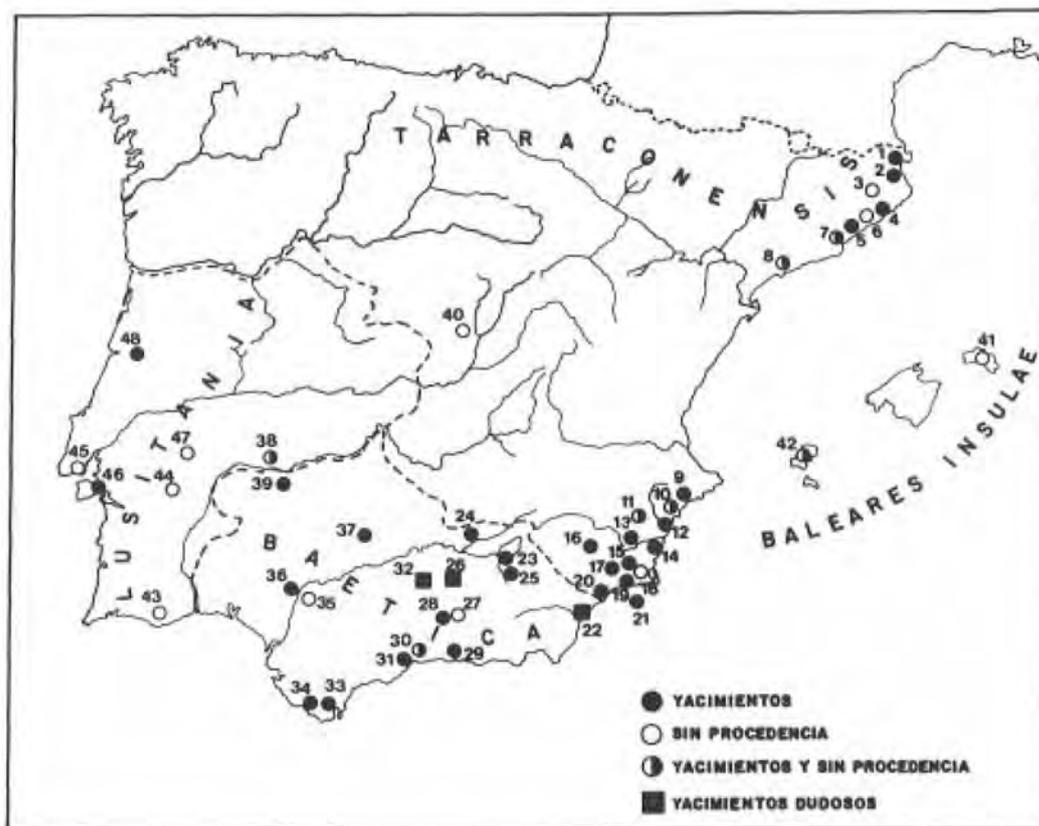
O século III d.C. parece representar o início de profundas mudanças no panorama comercial e do consumo de lucernas. Não é fácil, contudo, apontar e justificar os motivos que promoveram tais transformações. Conjuntamente a motivos políticos concretos, como é o caso das migrações dos povos germânicos, pretendemos alertar para outras realidades às quais nem sempre se dá a devida atenção e que podem corresponder a motivos

importantes para a redução do consumo de lucernas romanas.

Apesar de cinco grandes perseguições, a morte de muitos mártires e o Édito de Milão (313), até final do século III d.C. o Cristianismo avançou subtilmente, pois eram os pobres, escravos e indigentes os que viam nesta religião um refugio. No entanto, quando esta começou a conquistar cidadãos de classe média (Palol 1977-78), proprietários e administradores, começa a disseminar-se mais velozmente. Curiosamente, esta realidade é coincidente com o início da quebra no consumo de lucernas por parte da sociedade em geral, que, cada vez mais cristianizada, procurava seguir as máximas da sua religião, como parece ser a simplicidade em vida e na morte, da mesma forma que evitavam exhibir objectos e acções de tradição “pagã”.

Neste sentido, ainda que não consideremos um facto irrefutável a influência que teve o Cristianismo no comércio lychnológico, talvez também devamos reflectir sobre a introdução desta religião na Península Ibérica (Blázquez Martínez 1967: 30-50; Mateos Cruz 2005: 49-52; Fernández Ubiña 2007: 441-450), que parece ser coincidente com a origem das lucernas tardo-antigas, consumidas sobretudo a partir de meados do século IV d.C. De facto, devemos admitir que a “cristianização da Hispânia” não deverá ter ocorrido antes do século III d.C., da mesma forma que, inicialmente, os seus seguidores não deveriam constituir qualquer ameaça ou repulsivo espiritual. Aliás, este limitado atractivo não antecipava, sequer, o triunfo de que viria a gozar durante a centúria seguinte (Fernández Ubiña 2007: 436), pois ainda durante o século III temos notícia de que os bispos mais antigos conhecidos na Hispânia, Macial de Leão-Astorga e Basilides de Mérida, viveram plenamente integrados na vida social e religiosa das suas cidades (Teja 1990: 118-124). Seria portanto credível que os primeiros cristãos continhassem um determinado sincretismo religioso.

Posto isto, mesmo admitindo que a religião monoteísta possa ter sido introduzida ainda durante o século III d.C., a adesão por parte dos cidadãos não deveria representar algo transcendental que transformasse os seus hábitos de vida (Fernández Ubiña 2007: 444). Esta situação pode justificar o facto de que as lucernas tardo-antigas tenham sido particularmente importadas somente a partir da centúria seguinte, não justificando, todavia, a quebra das grandes produções hispânicas décadas antes. Parece, pois, evidente que não devemos procurar somente uma causa para as profundas alterações da



1 – Rosas; 2 – Ampúrias; 3 – Gerona; 4 e 5 – Região de Maresme, Malgrat e Montgat; 6 – Mataró; 7 – Barcelona; 8 – Tarragona; 9 – Villajoyosa; 10 – Alicante; 11 – Elche e La Alcudia; 12 – Santa Pola; 13 – Ulea; 14 – Verdolay e Aljezares; 15 – Cabezo de la Rueda; 16 – Begastrí; 17 – Coto Fortuna; 18 – Cartagena; 19 – El Castellar; 20 – Mazarrón; 21 – Isla del Fraile; 22 – Palomares; 23 – Cerro de la Horca; 24 – Cástulo; 25 – Toya; 26 – Palomares; 27 – Granada; 28 – Baños de Sierra Elvira; 29 – Torrox; 30 – Málaga; 31 – Torre del Mar; 32 – Palomares; 33 – Carteia; 34 – Baelo Claudia; 35 – Sevilha; 36 – Itálica; 37 – Cerro Muriano; 38 – Mérida; 39 – Badajoz; 40 – Madrid; 41 – Menorca; 42 – Ibiza; 43 – Faro; 44 – Évora; 45 – Lisboa; 46 – Setúbal; 47 – Vila Viçosa; 48 – Conímbriga.

Fig. 9 - Dispersão de lucernas tardo-antigas de produção africana na Península Ibérica segundo Modrzewska (1988: 30).

produção de lucernas a que assistimos durante os séculos III e IV d.C.

Vimos ao longo deste trabalho que tais alterações não se verificam apenas nos repertórios morfológicos, também nos iconográficos assistimos a profundas mudanças dos relevos estampados nos discos das lucernas tardo-antigas de produção africana. As complexas figurações mitológicas ou do quotidiano dão lugar a cenas maioritariamente geométricas, vegetalistas ou figurações de animais. No entanto, os motivos que mais se fazem representar nesta série são as figuras e símbolos cristãos, é o caso do crismón ou da cruz monogramática (Morillo Cerdán 1999: 147). Esta nova série desvincula-se, assim, dos seus antecedentes, quiçá, com o objectivo de satisfazer uma sociedade cada vez mais cristianizada e preocupada com a concretização das práticas cristãs. Mesmo a chegada de novas “gentes”, particularmente a partir do século V, incrementou o consumo destas lucernas, apenas epilgado com os

invasores muçulmanos, no início do século VIII d.C.

Insistimos, novamente, que a materialização destes artefactos, ou, pelo menos, a visibilidade arqueológica, na Península Ibérica não é contemporânea nem sequer homogénea. A transição dos exemplares de disco para os produzidos em *terra sigillata*, tal como está plasmada nas áreas de produção norte africanas, não está documentada em território peninsular.

Na Península Ibérica poderemos considerar que houve, pelo menos, dois momentos chave na distribuição destes artefactos, geograficamente diferenciados. O litoral, oriental e meridional, sempre esteve mais exposto e disposto a receber novos produtos. O registo arqueológico dessas zonas delata uma evidente inclusão na rede de circulação dos produtos norte africanos, recebendo rapidamente as lucernas tardo-antigas de produção africana (em *terra sigillata*) e, inclusive, os antecedentes destas, que Michel Bonifay definiu como “africaines tardives de

tradition antique”, inspirados nos exemplares da série de disco. Aliás, os principais núcleos de concentração na Península Ibérica desta série de lucernas (fig. 9) já havia sido reconhecido antes (Modrzewska 1988: 30-32).

No Ocidente o panorama parece ser ligeiramente distinto. Esta área parece ter ignorado, até determinado momento, o comércio tecnológico que era praticado no Oriente hispânico. Os sítios daquela área parecem corroborar uma apreciável redução de produtos importados, o que terá fomentado o aparecimento de produções marginais, também inspiradas nos últimos exemplares da série de disco mas morfológicamente atípicas, que procuram satisfazer as necessidades locais/regionais. Ainda assim, não descartamos que tal leitura pode ser resultado de uma menor divulgação de conjuntos e contextos de sítios do Ocidente.

No interior, principalmente no Norte, a realidade também é distinta das demais. O incremento do custo dos produtos, devido ao transporte terrestre de longas distâncias, e o maior isolamento dessas comunidades, aliada à instabilidade política, económica e social típica dos séculos IV e V d.C. parece ter obrigado a uma auto-suficiência na luminária. Tal facto, pode fundamentar a circunscrita produção de lucernas em *terra sigillata* hispânica tardia (Morillo Cerdán - Rodríguez Martín 2008: 305-307).

Não obstante o quadro que expomos, devemos admitir que esta leitura está subordinada a consideradas variações. Ainda que seja evidente que esta série tenha sofrido uma quebra acentuada de consumo, isso pode ser igualmente reflexo do menor interesse dos investigadores em analisar estes materiais. Por várias vezes já foi referido que foram as lucernas alto-imperiais as que suscitaram maior interesse, estando as tardias renegadas para um segundo plano devido às problemáticas (tipológicas, comerciais, sociais, económicas, arqueológicas) que consigo arrastam.

Neste sentido, e apenas com o objectivo de insistir em determinados temas abordados neste trabalho e que devem ter-se em conta nestes estudos, relembramos que a circulação destes produtos esteve bastante estorvada por factores de vária natureza, nomeadamente uma rede de povoamento mais dispersa, incitada por uma evidente instabilidade política, social e económica. Além disso, devemos ter sempre em conta, nos estudos de lucernas, a própria produção e comercialização de aceite, principal matéria utilizada como combustível.

Porém, nem tudo parece ter sido um

obstáculo na comercialização destas lucernas. As transformações a que foram submetidas, sobretudo dos motivos representados, cumpriam com os “cânones” de uma sociedade também ela em transmutação. Coincidência, ou não, certo é que os produtos norte africanos acabariam por se impor um pouco por todo o território hispânico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD CASAL, L. - MORATALLA JÁVEGA, J. - TENDERO PORRAS, M. (2000) - Contextos de antigüedad tardía en las termas occidentales de La Alcuía. *Anales de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Murcia* 16: 133-147.
- ABED, A. - GRIESHEIMER, M. (2001) - Fouilles de la nécropole romaine de Pupput (Tunisie). *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 1: 553-592.
- ALMEIDA, J. (2009) – *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.
- ALMEIDA, M.^a - CARVALHO, A. (2005) - Villa Romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira Baixo-Imperial. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-1: 299-368.
- ANSELMINO, L. (1983) – A propósito delle lucerne romane di Cartagine. *Opus* 2: 31-39.
- ANSELMINO, L. e PAVOLINI, C. (1981) – Terra Sigillata: Lucerne. In *Atlante delle forme ceramiche, Ceramica fine romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma, vol. I: 184-207.
- BAILEY, D. M. (1988) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, III. Roman Provincial Lamps*. Londres.
- BALIL ILLANA, A. (1969) – *Estudios sobre lucernas romanas*. Santiago de Compostela (Studia Archaeologica, Vol. 2).
- BARBERA, M. R. - PETRIAGGI, R. (1993) – *Le lucerne tardo-antiche di produzione africana*. Rome.
- BELCHIOR, C. (1969) - *Lucernas Romanas de Conimbriga*. Coimbra.
- BLÁZQUEZ MÁRTINEZ, J. M. (1967) - Posible origen africano del Cristianismo español. *Archivo Español de Arqueología* 40: 30-50.
- BONIFAY, M. (2004) - *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (BAR Int. Series 1301).
- BONIFAY, M. - BRENOT, C. - FOY, D. - PELLETIER, J.-P. - PIERI, D. - RIGOIR, Y. (1998) – Le mobilier de l'Antiquité tardive. In BONIFAY, M. - CARRE, M.-B. - RIGOIR, Y. (dir.), *Fouilles à Marseille. Les mobiliers (Ier-VIIe s.)*. Paris: 355-

- 375 (Etudes Massaliètes 5).
- BUSSIÈRE, J. (2000) – *Lampes antiques d’Algérie*. Montagnac (Monographies Instrumentum, 16).
- BUSSIÈRE, J. (2012) - Production et circulation des lampes tardives d’Algerie. In CHRZANOVSKI, L. (dir.), *Le Luminaire antique. Lychnological Acts 3*. Editions Monique Mergoil: 55-68.
- CABRAL, M.^a (1975) - A representação do crismón em lucernas tardias de Tróia (Setúbal). *Setúbal Arqueológica* 1: 163-167.
- CARNEIRO, A. (2009) - Sobre a cristianização da Lusitânia: novas reflexões a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas. *Espacio, Tiempo y Forma* I-2: 205-220.
- CATARINO, H. (2005-2006) - Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos V-X). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* 31-32: 117-136.
- CHAPMAN, S. V. - DAVIES, S. M. - PEACOCK D. (1984) – The Lamps. In FULFORD, M. G. - PEACOCK, D. (eds.), *Excavations at Carthage: The British Mission*. Vol. 1, 2. The avenue du Président Habib Bourguiba, Salambo: The Pottery and other Ceramic Objects from the site. Sheffield: 232-241.
- CHIC GARCÍA, G. (2005) - Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico. *Annaeus: anales de la tradición romanística* 2: 45-66.
- CONSENTINO, R. - RICCIARDI, L. (1993) – *Catacomba di Commodilla. Lucerne e altri materiali dalle gallerie 1, 8, 13*. Roma (Studia Archeologica, 66).
- DENEAUVE, J. (1969) - *Lampes de Carthage*. Paris.
- DEUS, M. - OLIVEIRA, N. - DUARTE, C. (2004) - Sarcófago do Cerro do Favai (Ourique): intervenção de emergência. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7: 451-465.
- ENNABLI, A. (1976) - *Lampes chrétiennes de Tunisie (Musée du Bardo et de Carthage)*. Paris (Etudes d’Antiquités Africaines).
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (1982) - *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (2007) - Los orígenes del Cristianismo hispano. Algunas claves sociológicas. *Hispania Sacra* LIX: 427-458.
- GAMITO, T. J. (1992) - Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. *Conimbriga* 31: 99-118.
- GARCÍA VARGAS, E. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. - GARRIDO GONZÁLEZ, P. - VÁZQUEZ PAZ, J. - ESCUDERO CARRILLO, J. - HUNT ORTIZ, M. (2013), El Bajo Guadalquivir durante la Antigüedad Tardía (siglos III-VII d. C.). Ensayo de una tipología de asentamientos. In SANZ SERRANO, R. - HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, D. - ÁLVAREZ JIMÉNEZ, D. (coords), *El espejismo del bárbaro: Ciudadanos y extranjeros al final de la Antigüedad*. Universitat Jaume I: 329-389.
- HARRIS, W. (1980) - Roman Terracotta Lamps: The Organization of an Industry. *The Journal of Roman Studies* 70: 126-145.
- HAYES, J. W. (1972) - *Late Roman pottery*. London.
- HAYES, J. W. (1976) - Pottery: Stratified Groups and Typology. In HUMPHREY, J. H. (dir.), *Excavations at Carthage 1975 conducted by the University of Michigan*. I. Tunis: 47-123.
- HAYES, J. W. (1980) - *Ancient lamps in the Royal Ontario Museum, I. Greek and roman lamps*. Toronto.
- HERODIANO (1995) - *Historia del Imperio romano después de Marco Aurelio*. Gredos.
- HOFF, V. (1986) - Lampes romaines tardives et chrétiennes. In METZGER, C. (dir.), *Catalogue des lampes en terre cuite grecques et chrétiennes, Musée du Louvre*. Paris.
- JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R. (2013) - Las últimas importaciones romanas de cerámica en el este de hispania tarraconensis: una aproximación. *SPAL* 22: 143-172.
- LOBATO, M.^a (1995) - A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). *Portugalia XVI - nova série*: 31-109.
- MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken sigillata- und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien)*. Munich (Münchner Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte, 50).
- MARTÍN GONZÁLEZ, S. (2011) - From villae to villulae: settlement and social organization in Late Antique Hispanic countryside. In HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, D. (ed.), *New Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge: 173-187.
- MATEOS CRUZ, P. (2005) - Los orígenes de la cristianización urbana en Hispania. *VI Reunión d’ Arqueologia Cristiana Hispanica. Les Ciutats Tardoantigues d’hispania: Cristianització y Topografia*. Barcelona IX: 49-62 (Monografies de la Secció Historico-Arqueologica).
- MODRZEWSKA, I. (1988) – Lucernas tardoantiguas en la colección del MAN. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid VI, 1 e 2: 25-58.
- MODRZEWSKA, I. (1989) – Lucernas escogidas del Museo Arqueológico de Alicante y Elche. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* LV: 216-245.
- MORAIS, R. (2005a) - *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga.
- MORILLO CERDÁN, A. (1999) - *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Montagnac (Monographies Instrumentum 8/2).

- MORILLO CERDÁN, A. (2003) - Implantación romana y asimilación cultural en la Hispania septentrional a través de los testimonios lucernarios. In CHRZANOVSKI, L. (dir.), *Nouveautés Lychnologiques*. Lyon: 187-206.
- MORILLO CERDÁN, A. (2015) – Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. - MORILLO CERDÁN, A. - ZARZALEJOS PRIETO, M. (eds.), *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*. Madrid: 321-428.
- MORILLO CERDÁN, A. - RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D. - RIBERA I LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz: 291-312.
- NOLEN, J. (ed.) (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa.
- OLCINA DOMENECH, M. (1990) – Lucernas. In OLCINA DOMENECH, M. - PEACOCK, D. - BEJAOUI, F. - BEN LAZREG, N. (1990), *Roman pottery production in central Tunisia*. *Journal of Roman Archaeology* 3: 59-84.
- REGINARD, H. - RÁMON SÁNCHEZ, J. (eds.) – Tosal de Manisses (Albufereta, Alicante). Fondos antiguos: lucernas e sigillatas. *Catálogo de fondos del Museo Arqueológico (III)*. Alicante: 13-103.
- PALOL, P. (1977-78) - La cristianización de la aristocracia romana hispánica. *Pyrenae* 13-14: 281-300.
- PEREIRA, C. (2008) - *As Lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.
- PEREIRA, C. (2014a) - Reflexiones sobre el decaer del comercio de lucernas romanas en el Occidente peninsular. *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad* 2: 191-206.
- PEREIRA, C. (2014b) - *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.
- QUARESMA, J. (2013) - Cerâmicas finas e territorialidade no Baixo-Império e Antiguidade Tardia: o caso da Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão). In BERNAL CASASOLA, D. - JUAN TOVAR, L. - BUSTAMANTE ALVAREZ, M. - DÍAZ RODRÍGUEZ, J. - SÁEZ ROMERO, A. (eds.), *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Cádiz, vol. 2: 227-236.
- RUIZ DE ARBULO, J. (1989) – Les llànties. In Un abocador del segle V d.C. en el Fòrum Provincial de Tarraco. *Memòries d'Excavació 2, TEDA*. Tarragona: 182-189.
- SALOMONSON, J. W. (1968) – Etude sur la céramique romaine d'Afrique sigillée claire et céramique commune de Henchir el Ouiba (Raqqada) en Tunisie centrale. *BABesch XLIII*: 80-145.
- SALOMONSON, J. W. (1969) – Spätromische rote Tonware mit Reliefverzierung aus Nordafrikanischen Werkstätten. Entwicklungsgeschichtliche Untersuchungen zur reliefgeschmückten Terra Sigillata Chiara «C». *BABesch XLIV*: 4-109.
- SÁNCHEZ RAMOS, I. (2010) - Las ciudades de la Bética en la antigüedad tardía. *Antiquité Tardive* 18: 243-276.
- SANZ SERRANO, R. (2007) - Aristocracias paganas en Hispania Tardía (S. V-VII). *Gerión* 25, Extra 1: 443-480.
- SEPÚLVEDA, E. - SOUSA, V. R. (2000) – *Lucernas romanas. Catálogo*. Torres Vedras.
- SOTOMAYOR MURO, M. (1989) - Influencia de la Iglesia de Cartago en las Iglesias hispanas (A propósito de un artículo de J. M.ª Blásquez). *Géron* 7: 277-287.
- TEICHNER, F. (2001) - Uma nova interpretação da área 21, a partir da planta elaborada por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, sobre a Villa romana de Milreu (Estoi, Algarve): notícia preliminar. *O Archeologo Português* 4.ª Série, 19: 187-198.
- TEJA, R. (1990) - La carta 67 de S. Cipriano a las comunidades cristianas de León-Astorga y Mérida: algunos problemas y soluciones. *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía* 7: 115-124.
- TORRES, C. - MACÍAS, S. (coord.) (1993) - *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola.
- TROST, C. - HELLMANN, M.-C. (1996) - *Lampes antiques du département des Monnaies, Médailles et Antiques. III. Fonds général: Lampes chrétiennes*. Paris.
- VIEIRA, V. (2011) - *As Lucernas Romanas da Praça da Figueira (Lisboa): Contributo para o conhecimento de Olisipo*. Dissertação apresentada à Faculdade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 123-130

O PAPEL DA MULHER NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

JACINTA BUGALHÃO*

RESUMO

Em 2015, a profissão de “arqueólogo” é um exemplo de paridade. De facto, após a primeira direcção de trabalhos arqueológicos em 1950 e uma presença residual até aos anos 60 do século XX, as mulheres foram progressivamente ocupando o seu lugar na prática arqueológica. Nos anos 70, constituíam cerca de 20% dos arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos; em 1990, cerca de 30%. Com o dealbar do século XXI, o grupo profissional torna-se consolidadamente paritário. Neste trabalho procura-se consolidar a abordagem histórica sobre este processo fortemente ligado à evolução recente da sociedade e cultura portuguesas, desde as primeiras pioneiras, até ao momento presente em que o género, aparentemente, deixou de ser uma questão no exercício da profissão.

Palavras-chave: História da Arqueologia Portuguesa; Arqueologia de Género; Arqueologia no feminino.

ABSTRACT

In 2015, the profession of “archeologist” is an example of parity. In fact, after the first direction of archeological field works in 1950 and an absolutely residual situation until the sixties of the last century, women began progressively taking their natural place in the archeological practice. In the seventies, nearly 20% of the authorized archeologists were women. In 1990, they were 30% of the professionals in activity. In the dawn of the twenty first century, the professional group became more and consistently equal. The present paper seeks to consolidate the historical approach about this process, strongly related to the evolution of the Portuguese culture and society, from the first pioneers to the present times, when gender apparently, is no longer a question on the professional development.

Keywords: Portuguese Archaeology History; Gender Archaeology; Women in Archaeology.

1. NOTA INICIAL

Em Outubro de 2014 e por ocasião da comemoração do 40.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, entendeu a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa organizar o Seminário “A Arqueologia em Portugal sob o signo da mulher”, qualificando aquele momento histórico como um ponto de viragem para a condição feminina e para o papel da mulher na sociedade portuguesa no período subsequente. Importava assim abordar esta temática no que à Arqueologia diz respeito, principalmente a presença da mulher no exercício na profissão de arqueólogo/a, entretanto emergente, nas suas diversas áreas de actividade, numa perspectiva diacrónica. O presente artigo constitui a versão escrita da comunicação apresentada nesse Seminário.

O tema das Mulheres na Arqueologia Portuguesa havia merecido um primeiro estudo (Jorge - Jorge 1996), no qual se enquadrava sociologicamente o tema, referindo a reconhecida (elevada) presença de mulheres no mercado de trabalho na realidade social recente portuguesa, bem como a elevada proporção de mulheres com habilitações académicas superiores, relativamente a outros países. Em relação à Arqueologia, considerou-se a ausência de discriminação contra as mulheres no exercício da actividade arqueológica e procurou-se quantificar o seu peso relativo na “comunidade arqueológica”. Assim, os autores estimavam que, nos anos 90 do século XX, as mulheres representavam 1/3 dos arqueólogos portugueses, salientando a sua qualificação académica. São ainda referidas a produção bibliográfica e a participação em reuniões científicas, como indicadores da crescente presença das mulheres nesta área científica.

Embora destacando o elevado mérito deste primeiro trabalho e a publicação posterior de um estudo por ocasião da comemoração do 150.º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Bugalhão 2013), a presença e actividade das mulheres na arqueologia portuguesa têm ainda uma história por fazer. É uma tarefa a empreender, relevante quer do ponto de vista da história da disciplina científica e da actividade em Portugal, quer do ponto de vista da sociologia da profissão.

Este trabalho baseia-se essencialmente na recolha crítica e trabalhada dos dados constantes no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* (relativamente à metodologia e metadados ver Bugalhão 2011). Recorreu-se

igualmente à consulta e tratamento de dados estatísticos constantes no *site* da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>) e da *PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo*, Fundação Francisco Manuel dos Santos (<http://www.pordata.pt/Home>)

Em relação aos dados do *Endovélico*, é de referir ainda, que a informação relativa à actividade arqueológica constante neste sistema, e que originou grande parte dos valores numéricos aqui apresentados tem reconhecidas lacunas. Não obstante, considera-se que os dados para já disponíveis são fidedignos no que concerne às linhas de tendência, daí a sua utilização para este fim. Recolheram-se no *Endovélico* dados relativos à actividade arqueológica (direcções científicas de trabalhos arqueológicos) e à bibliografia, entre os anos 40 e 70 do século XX. Da década de 80 em diante, utilizaram-se exclusivamente dados relativos à actividade arqueológica.

Os dados apresentados neste trabalho estão organizados em blocos temporais de cinco anos, entre 1970 e 2014. É ainda sumariamente abordada uma fase anterior, das “pioneiras”, entre os anos 40 do século XX e 1970.

2. AS MULHERES E A ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA

À semelhança do que se passa com outras actividades profissionais de base científica ou com exigência de formação académica superior, também a Arqueologia começou por ser uma actividade exclusivamente masculina. Neste caso, a actividade tinha ainda como agravante a necessidade de implicar deslocações frequentes para fora da área de residência, situação nem sempre compatível com os padrões culturais e sociais impostos às mulheres até há poucas décadas.

Remontam aos anos 40 do século XX, os primeiros trabalhos arqueológicos dirigidos por uma mulher, Vera Leisner, que a partir dos anos 40 do século XX, desenvolve com o seu marido Georg Leisner o projecto de estudo do megalitismo peninsular. Mantém-se em actividade com múltiplos trabalhos e publicações, até aos anos 60.

Na década seguinte, regista-se a actividade de Maria de Lurdes Costa Arthur (de Ubieto), Irisalva Constância da Nóbrega Neves Moita, Maria Adília Rocha Moutinho Alarcão e Silva e Maria Amélia Abally Horta Pereira Bubner. Deve referir-se que até 1969, apenas figuram no *Endovélico* estas cinco arqueólogas em direcção de trabalhos arqueológicos, constituindo

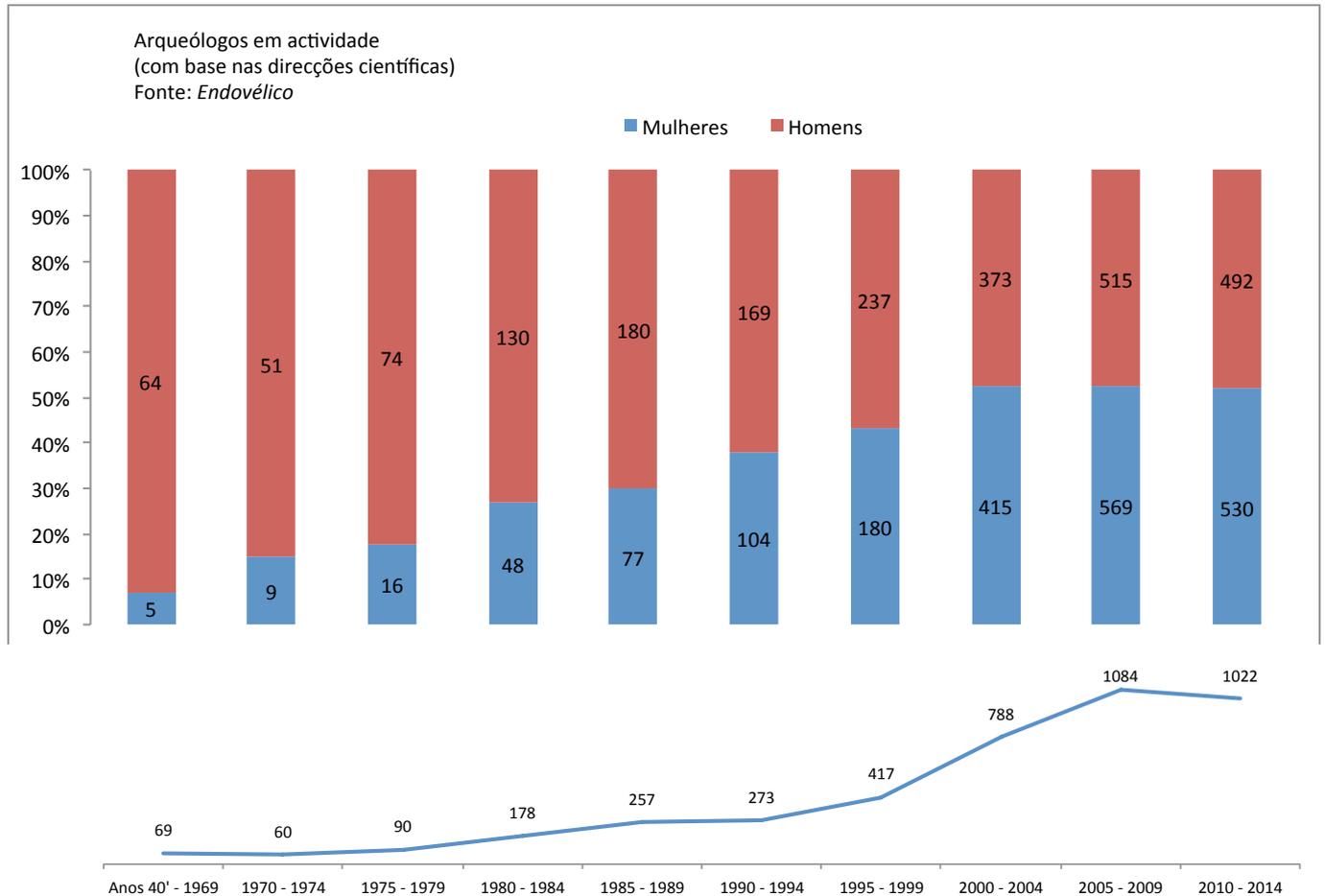


Fig. 1 - Arqueólogos em actividade com base nas direcções científicas. Fonte: *Endovélico*.

apenas 7% dos arqueólogos registados. A estas, juntam-se cerca de uma dezena de investigadoras que, sem se dedicar propriamente à Arqueologia de campo, se distinguiram nos estudos de contextos e espólio, nas décadas de 50 e 60. Quase todas estas arqueólogas são, na mesma época, membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Bugalhão 2013).

Nos anos 70 e início dos anos 80, o número de direcções científicas no feminino cresce consideravelmente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, e as mulheres entram definitivamente na prática arqueológica (Figura 1). Situação idêntica se observa para a produção bibliográfica, continuando a registar-se algumas situações de arqueólogas que surgem apenas associadas à investigação (publicação), mas não ao trabalho de campo (direcções científicas). São cerca de 50 (cerca de ¼ dos arqueólogos em actividade) as arqueólogas que trabalham nesta fase nos diversos sectores da Arqueologia Portuguesa: no trabalho

de campo, investigação e publicação, na gestão do património arqueológico, nos museus e na universidade, muitas vezes em registo multifuncional, como aliás acontece frequentemente com os arqueólogos deste período.

A década de 80 representa um período de viragem, com o número de arqueólogos a crescer significativamente, realidade que se consolida nos anos 90 (Bugalhão 2011). Nas duas últimas décadas do século XX, a diversificação da actividade arqueológica e a progressiva profissionalização dos arqueólogos são marcadas pelo crescimento constante do número de arqueólogas e do seu valor relativo (Figura 1). No final do milénio, a profissão de arqueólogo revela já uma situação que tende para a paridade de género (em 1999, as arqueólogas reúnem cerca de 42% das direcções científicas).

Na primeira década do século XXI, o número de arqueólogos em actividade (com base nas direcções científicas), cresce cerca de 160%, constituindo este período a fase de maior expansão da actividade

arqueológica e do grupo profissional dos arqueólogos. Simultaneamente, o número relativo de arqueólogas a dirigir trabalhos arqueológicos cresce progressivamente (Bugalhão 2013), situando-se de forma aparentemente estável, nos primeiros 15 anos do século, em cerca de 50% do total, numa situação que podemos qualificar de paridade plena, no que respeita ao número de profissionais em actividade (Figura 1). Os valores recolhidos no *Endovélico* coincidem com a realidade registada pelo projecto DISCO em Portugal, no qual são estudados, com recurso a metodologia completamente distinta, os arqueólogos em actividade em 2014 (APA 2014: 31). São igualmente coincidentes com a distribuição por género da população portuguesa entre 2000 e 2014, que regista 52% de mulheres (PORDATA).

Partindo do pressuposto empiricamente adquirido que o grupo profissional dos arqueólogos regista uma elevada flutuação ou mesmo volatilidade, procurou-se a sua analisar (in/e)stabilidade ao longo do tempo, com o objectivo de verificar se existem diferenças neste aspecto relativamente ao género. Para tal apresentam-se valores de tendência ainda preliminares, essencialmente baseados na direcção científica (corrigidos pontualmente com informação de outra natureza) (Figura 4). Tratando-se de valores relativos, apresentam maior diferenciação quando os valores absolutos em causa (n.º de arqueólogos/as) são mais baixos.

Assim, no início dos anos 80, os valores de abandono e continuidade são muito diferentes entre homens e mulheres pois referem-se a uma fase em que a proporção entre géneros era muito desequilibrada. Para as mulheres verifica-se uma muito elevada taxa de continuidade relativamente ao período anterior, acrescida de uma percentagem muito elevada de ingressos.

Entre 1985 e 1989, os valores são mais equilibrados entre os dois géneros, caracterizando-se genericamente por percentagens de continuidade e ingresso relativamente elevadas, denunciando o crescimento constante do grupo profissional.

Na primeira metade da década de 90, os valores mantêm-se tendencialmente estáveis, excepto nos valores relativos aos ingressos que revelam nesta fase uma diminuição do ritmo de crescimento do grupo profissional, espelhando um momento de “crise” na Arqueologia portuguesa (Bugalhão 2011). Ainda assim, regista-se que a percentagem de ingressos femininos é consideravelmente superior aos masculinos, contribuindo para diminuir as diferenças anteriores entre géneros.

Entre 1995 e 2004, os valores de continuidade e ingresso sobem, revelando uma fase de grande expansão da Arqueologia portuguesa - actividade arqueológica e arqueólogos em actividade (Bugalhão 2011). A grande maioria dos arqueólogos (mulheres e homens) permanece em actividade. Entram muito novos arqueólogos na profissão mas, mais uma vez a percentagem de ingressos feminino é sempre crescente e muito elevada (entre 2000 e 2004). Como já foi referido, estas tendências produzem nos primeiros anos do século XXI uma situação paritária no grupo profissional dos arqueólogos.

Entre 2005 e 2009, a grande maioria dos arqueólogos (homens e mulheres) permanece em actividade. As taxas de ingressos são elevadas mas decrescem significativamente em relação aos cinco anos anteriores. Pela primeira vez desde o final dos anos 80, os valores relativos de ingresso são idênticos entre homens e mulheres confirmando a situação de paridade alcançada, nos cinco anos anteriores.

Nos últimos cinco anos (2010 a 2014), aparentemente, regista-se uma realidade que poderá enunciar uma alteração de tendência na Arqueologia portuguesa. Os valores de abandono crescem relativamente aos 15 anos anteriores; os valores de ingresso sofrem uma quebra considerável, sendo aliás os mais baixos de todo o período em estudo. É contudo relevante referir que estas alterações verificadas não revelam distinção de género. Quer os números de abandono da actividade, quer os de ingresso, são idênticos entre mulheres e homens, ou sejam, permitem a plena manutenção da paridade de género que se regista actualmente (entre 2010 e 2014).

3. AS MULHERES NA FORMAÇÃO ACADÉMICA SUPERIOR EM ARQUEOLOGIA

Uma forma incontornável de abordar das diferenças de género na Arqueologia nacional é a análise dos dados evolutivos disponíveis para a obtenção de grau académico superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) em Arqueologia (cursos em que a área científica predominante é a Arqueologia, independentemente da sua denominação), em Portugal (licenciatura) ou em universidade estrangeira (mestrado e doutoramento, desde que sob temática correlacionável com a Arqueologia portuguesa).

Os dados apresentados (Figuras 2 e 3) são para já preliminares. Relativamente às licenciaturas, dispõe-se apenas de dados desde

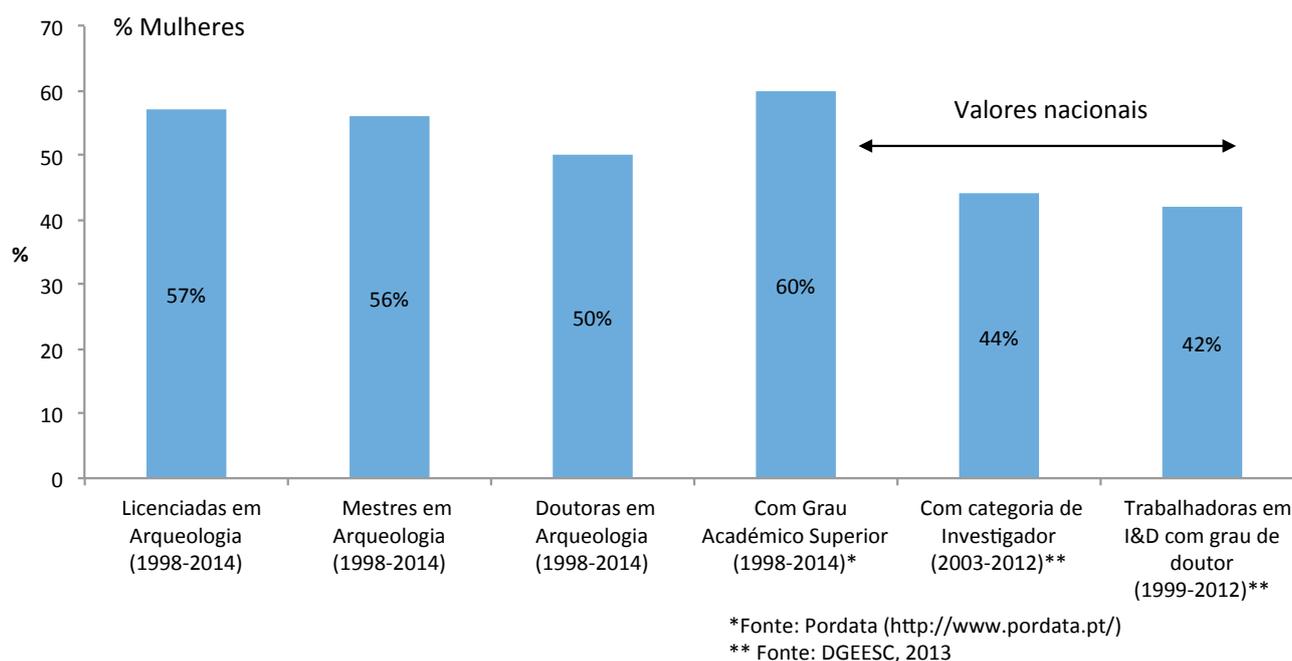


Fig. 2 - Percentagem de mulheres com graus académicos superiores em Arqueologia.

1993 (com distribuição por género, desde 1995), disponibilizados no *site* da DGEESC (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/90/>). Relativamente a mestrados e doutoramentos, referem-se ao período entre 1970 e 2014, consideram-se os dados coligidos no âmbito do projecto de doutoramento da signatária, que se revestem de carácter provisório.

Como ponto prévio deve fazer-se referência aos dados disponibilizados pela *Pordata*, referentes à população portuguesa com grau académico superior, segundo os censos. Da sua análise pode concluir-se que a população feminina, partindo em 1960 de uma desvantagem considerável (apenas 22% da população com grau académico superior), alcança, entre 1991 e 2001, valores compatíveis com paridade de género, na aquisição de qualificações académicas superiores. Nas séries de dados anuais, a *Pordata* disponibiliza informação entre 1998 e 2014, sendo que, neste intervalo temporal, as mulheres com grau académico superior representam entre 58 e 61% do total de graduados. No século XXI, claramente, as mulheres são mais qualificadas academicamente que os homens.

No que se refere às licenciaturas em Arqueologia, verifica-se que os dados disponíveis (desde 1995) revelam invariavelmente uma predominância feminina. Contudo, acredita-se que pelo menos até 1990 a situação poderia ser diversa. Os dados para já disponíveis revelam uma presença

feminina nos 57%, próxima dos valores para a população portuguesa com qualificação superior. O projecto Disco Portugal atribui uma percentagem de 53% às arqueólogas, entre os profissionais em actividade detentores de licenciatura (APA 2014).

Quanto aos mestrados em Arqueologia, os dados para já recolhidos remontam ao início dos anos 80 do século XX e revelam alguma variação anual quanto à distribuição por género. Na sua totalidade contudo, mostram tendência semelhante aos indicadores já referidos ou seja, as mulheres representam 54% dos detentores do grau de mestre nesta área científica, em Portugal. O projecto Disco Portugal atribui uma percentagem de 56% às arqueólogas, entre os profissionais em actividade detentores de mestrado (APA 2014).

Finalmente, relativamente aos doutoramentos em Arqueologia, registam-se a partir dos anos 60' do século passado, embora o primeiro doutoramento no feminino surja apenas no início da década de 80. A proporção feminina permanece até ao final do século XX em valores inferiores ao género masculino. Na totalidade do período em estudo as arqueólogas representam 45% dos graus de doutor atribuídos; contudo, entre 2000 e 2014, este valor atinge já os 50%. O projecto Disco Portugal atribui uma percentagem de 54% às arqueólogas, entre os profissionais em actividade detentores de doutoramento (APA 2014), expressando seguramente uma realidade mais

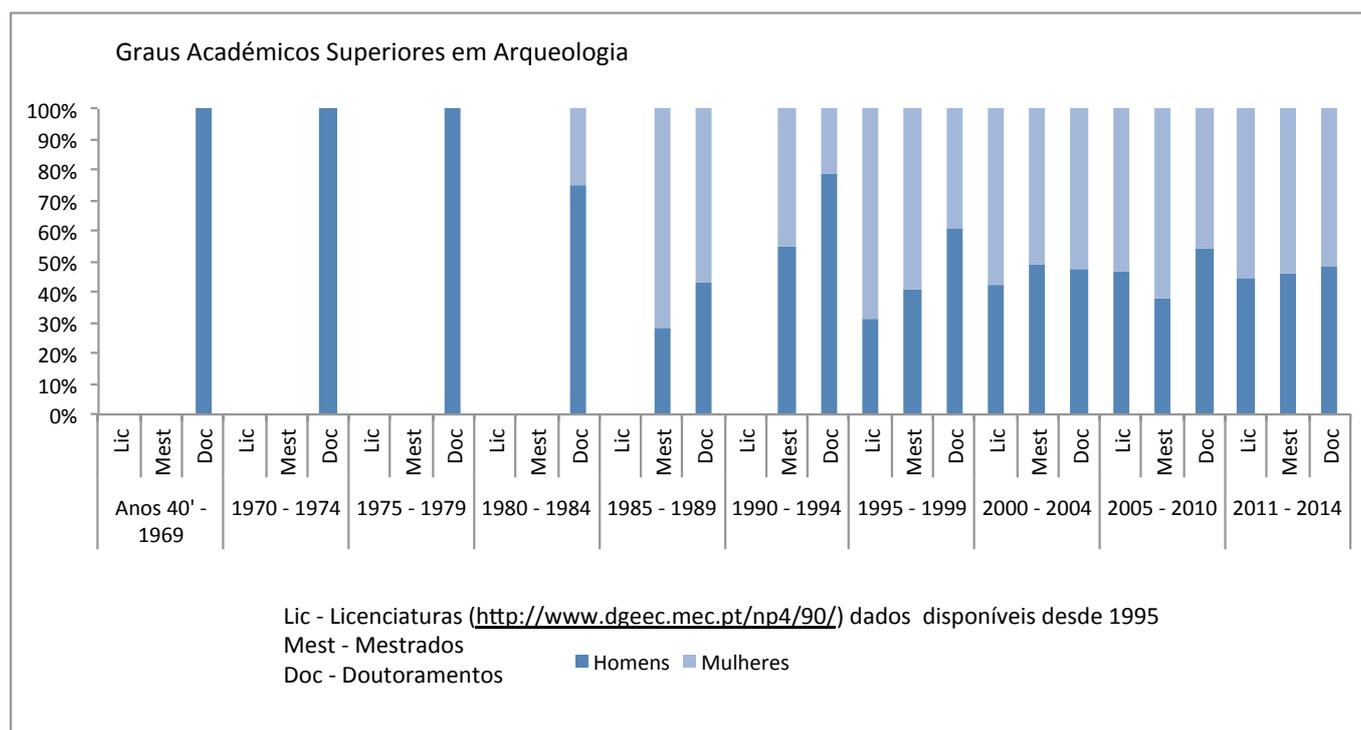


Fig. 3 - Distribuição por género dos graus académicos superiores em Arqueologia.

próxima do momento actual.

Considerado o período para qual se dispõe de dados que permitem esta comparação (1998-2014), e tendo em consideração valores médios, conclui-se que a percentagem de mulheres com licenciatura e mestrado em Arqueologia (57%) é aproximada da percentagem de população portuguesa feminina com grau académico superior (60%). Por sua vez, neste período, a percentagem de mulheres com grau de doutor em Arqueologia situa-se num valor claramente inferior (44%). Esta percentagem aproxima-se contudo de outros indicadores relevantes: na categoria de Investigador, entre 2003 e 2012, há 44% de mulheres; entre os recursos humanos que trabalham em I&D, entre 1999 e 2012, registam-se 42% de mulheres (dados recolhidos no âmbito do *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional*, em DGEESC, 2014).

4. NOTAS FINAIS

A análise do papel da mulher na Arqueologia numa perspectiva diacrónica é um dos aspectos mais significativos da história desta disciplina científica em Portugal. Atendendo ao carácter embrionário que os dados recolhidos e as reflexões produzidas ainda têm, considera-se que muito há ainda por fazer, principalmente no que se refere à presença da

mulher nas várias frentes de trabalho da Arqueologia, (investigação, arqueologia preventiva, museus, ensino, divulgação, gestão do património, produção bibliográfica, etc).

Em Portugal, surgem entre 1940 e 1970, as primeiras arqueólogas. Nos anos 80, verifica-se um primeiro momento de consolidação da presença feminina no grupo profissional, tendência que se vai aprofundando até à viragem do século, quando se alcança paridade de género na profissão. Aparentemente, a paridade na aquisição da habilitação académica de base precedeu, em alguns anos (1990 - 1995), a paridade no grupo profissional (século XXI). Aliás, na análise dos valores de novos ingressos na profissão é perceptível que o crescimento do grupo profissional se vai fazendo principalmente com base nos ingressos femininos, alimentados pela formação académica que também regista a mesma tendência.

NoséculoXXI, a presença da mulher é transversal a todas as frentes da actividade arqueológica: investigação, museus, ensino, arqueologia preventiva, divulgação, gestão do património, produção bibliográfica, etc. Aparentemente e ao contrário do que se passa noutros sectores, não parece verificar-se ao nível das posições de chefia e/ou liderança, uma presença menos expressiva de mulheres. Este aspecto merece contudo, um maior

Arqueólogos em actividade (a partir das direcções científicas).						
Fonte: <i>Endovélico</i>						
	% de abandono		% de continuidade		% de ingressos	
	M	H	M	H	M	H
1970 - 1974						
1975 - 1979	56%	35%	44%	65%	75%	55%
1980 - 1984	6%	27%	94%	73%	69%	59%
1985 - 1989	21%	28%	79%	72%	51%	48%
1990 - 1994	23%	23%	77%	77%	43%	25%
1995 - 1999	15%	18%	85%	82%	53%	43%
2000 - 2004	18%	15%	82%	85%	65%	49%
2005 - 2009	17%	18%	83%	82%	42%	43%
2010 - 2014	27%	25%	73%	75%	25%	24%

Fig. 4 - Distribuição por género das percentagens de abandono, continuidade e ingresso, nos arqueólogos em actividade (com base nas direcções científicas). Fonte: *Endovélico*.

aprofundamento. A percentagem de mulheres que obtém graus académicos superiores em Arqueologia (licenciatura, mestrado e doutoramento), que vinha crescendo desde os anos 80 do século passado, estabiliza-se no século XXI, em cerca de 55%, ainda um pouco abaixo dos valores de referência da população portuguesa (60%).

Para os últimos anos do período em estudo, o relatório DISCO Portugal (APA 2014) fornece mais alguns dados que, embora careçam de aprofundamento, se revelam interessantes. Aparentemente, no Norte do país, há mais arqueólogos que arqueólogas e, no Sul, há mais arqueólogas que arqueólogos. Do que respeita à distribuição etária e tendo como referência o ano de 2014, quando decorreu aquele estudo, verifica-se que acima dos 50 anos há mais arqueólogos que arqueólogas, conclusão compatível com a análise diacrónica aqui proposta. Na faixa etária (sociologicamente) fértil, entre os 26 e os 40 anos de idade, há mais arqueólogos que arqueólogas. Entre os 20 e os 25 anos e os 40 e os 50 anos, há mais arqueólogas que arqueólogos (APA, 2014).

Nos últimos cinco anos (2010 a 2014), verifica-se uma tendência que parece corresponder a uma desaceleração do crescimento do grupo profissional dos arqueólogos, com o aumento dos valores de

abandono da actividade e diminuição da intensidade de ingressos (sem diferenciação de género). Não se exclui a possibilidade deste fenómeno se relacionar com uma estabilização da classe profissional. A diminuição de ingressos poderá eventualmente decorrer da situação da economia nacional e a consequente retracção do trabalho disponível em arqueologia ou da remuneração do mesmo. É contudo de salientar que no mesmo período, a aquisição de qualificação académica para dirigir trabalhos arqueológicos (licenciatura e mestrado) continua a registar crescimento relativo considerável.

O fenómeno de abandono da profissão poderá ter o mesmo fundamento económico; mas poderá também resultar de outros factores, como o apelo da estabilidade (são plenamente reconhecidos os problemas de precariedade na profissão embora sem sustentação de dados numéricos fiáveis) e da parentalidade. Após mais de uma década de fortes ingressos jovens no grupo profissional, a parentalidade poderá impor algum impulso de abandono da profissão (actividade muito instável, itinerante e precária). A confirmar-se esta hipótese, a tendência seria mais intensa entre as mulheres. No entanto, a indiferenciação de valores entre géneros, não o indicia, situação que poderá relacionar-se com o índice sintético de fecundidade particularmente

baixo das arqueólogas, inferior ao já muito baixo valor nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA (2014) - *DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. http://www.discovering-archaeologists.eu/national_reports/2014/PT%20DISCO%202014%20Portugal%20national%20report%20portuguese.pdf (acedido durante o mês de Janeiro de 2016).
- BUGALHÃO, J. (2011) - Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História* 60-61: 19-43.
- BUGALHÃO, J. (2013) - As mulheres na arqueologia portuguesa. In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. - NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: 19-23.
- DGEEC (2014) - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional – 1982 a 2012. 3 Décadas de indicadores de I&D em Portugal, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 161 p.
- JORGE, V. O. - JORGE, S. O. (1996) - Women in Portuguese Archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 36: 159-167.
- Página na Internet da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Ministério da Educação e Ciência. <http://www.dgeec.mec.pt/np4/90/> (acedido durante o mês de Janeiro de 2016).
- PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo, Fundação Francisco Manuel dos Santos. <http://www.pordata.pt/> (acedido durante o mês de Janeiro de 2016).

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 131-142

VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT

RUI BOAVENTURA (1971-2016)*

RESUMO

Recorda-se o percurso da arqueóloga Vera Leisner, com especial ênfase nos seus contributos para a investigação em Portugal, durante as décadas de 1940-1960, os quais, em parte, são indissociáveis do seu marido, Georg Leisner. Realçam-se ainda alguns episódios da sua vida, que ilustram as facilidades e os constrangimentos profissionais de uma mulher, estrangeira e alemã, em Portugal.

Palavras-chave: História da Arqueologia Portuguesa; *Megalithgräber*; *Leisnerianum*.

ABSTRACT

Vera Leisner's archaeological path is remembered, with special emphasis on her contributions to research in Portugal, during the decades of 1940-1960, which in great part accompanied and was accompanied by her husband, Georg Leisner. It also enhances some episodes of her life, illustrating the facilities and professional constraints of a woman, foreign and German, in Portugal.

Keywords: Portuguese Archaeology History; *Megalithgräber*; *Leisnerianum*.

1. INTRODUCTION

Amanda Vera de la Camp, later Vera Leisner, was born on the 4th of February 1885, in New York and died on the 31st of May 1972 in Hamburg, at the age of 87. She attended High School in Hamburg and then a boarding school at Eisenach (Thuringia). As an upper class girl, she was taught drawing, painting and music, namely piano. After marrying Georg Leisner, she lived with him in Munich and, during World War 1 she served as a nurse (1914-1917) (Sangmeister 1973: 247; Kunst 2013; Rambuschek 2013: 238).

When she married with Georg Leisner, in the 2nd of September, 1909 (Leisner - Leisner 1909; Boaventura - Langley 2011), archaeological research was certainly not in her horizon, nor in her husband's plans.

Georg Klaus Leisner was born on the 2nd of September, 1870 in Kiel and died on the 20th of September, 1957 in Stuttgart, at the age of 87. He pursued a military career in the German army in which he fought in the Chinese Boxer rebellion (1900-1901) and in the German South-West Africa campaign (1904-1905) against the Herero people. Later he also participated in World War 1 and retired in 1918 (at the age of 48) with the rank of Lieutenant colonel (Schubart 1985, 1990).

After Georg Leisner's retirement from the Army, the couple bought a farm in the village of Höhenbergand (Bavaria), where they lived and worked until their tour of several months to Italy (1924-1925). During their travel they developed a special interest for archaeology and abandoned their agriculture endeavor by selling the farm in 1926.

2. THE "LEISNERIANUM"

In 1926, at the age of 55, Georg Leisner, and, most likely, Vera Leisner (age 41) participated in an expedition led by Leo Frobenius from the *"Institut für Kulturmorphologie"* of the University of Frankfurt. During that year the Leisner couple was in Egypt dedicated to the study of Nubian rock art.

Upon their return to Munich, G. Leisner met Hugo Obermaier, professor at the University Complutense, in Madrid (Spain). The later suggested to G. Leisner the study of Iberian Peninsula Prehistoric rock art. This led G. Leisner to enroll as a student in 1927 at the University of Munich, although a year later he transferred to the University of Marburg, where the first degree in Prehistoric Archaeology in Germany was created. Here, under the supervision of Professor

Gero von Merhart, he finished his doctorate degree in 1932 (age 62) on the tombs of the Northwest Iberian Peninsula (Galicia and Northern Portugal). Although Georg's thesis was to be based on bibliographic information, in order to achieve his goal he traveled to the Iberian Peninsula, with V. Leisner, for seven months between 1929-1930, with funding from the *Römisch-Germanischen Kommission*, when he visited and drew plans of megalithic tombs, as well as reviewed famous sites, such as Alcalar in the Algarve (Schubart 1985; 1990: 7). The drawing and painting skills of V. Leisner were certainly useful for those tasks, as well as photography, which V. Leisner learned how to do. This academic joint venture was so successful that it was nicknamed "*Leisnerianum*" by Gero von Merhart, which the couple took as their motto (Fig. 1) (Sangmeister 1973: 247; San Clemente 1998: 58).

V. Leisner had plans to pursue her own university degree as well. However she had to complete her Bachelor's degree in order to be able to apply for a higher university degree, which would have meant that she could not accompany her husband to the Iberian Peninsula. She then opted and decided to help G. Leisner in the field and with museum work (Fig. 2). This decision might explain why in 1941 and again in 1951, G. Leisner (age 71 and 81, respectively) was so concerned about his wife's future scientific rights on the "*Megalithgräber*" project, a life project on its own. In 1941 in a letter to Gero von Merhart, G. Leisner indicated that he considered Vera his physical and spiritual collaborator and wondered if the German Archaeological Institute (through the *Römisch-Germanische Kommission - RGK*) would accept a co-authored publication (Cited in San Clemente 1998: 58). Later, in 1951 in a letter to a notary, Dr. Vierold from Bonn, with a carbon copy to Ernst Sprockhoff from the University of Kiel and a researcher of megaliths as well, G. Leisner described all the work conducted by him and his wife, from 1932 until then, as a justification for his wife's work (Leisner 1951). After all, although V. Leisner was then an experienced researcher, she was a woman without a doctoral degree and worked in a male-dominated academic world. An example of this discrimination, probably unconsciously, can be found in a letter of Abel Viana to Octávio Veiga Ferreira:

"Recebi ontem (só ontem), o último trabalho do Leisner. O nosso Dr. parece virar tudo do avesso! Creio bem que vai ter fortes contraditores. Noto ali Neolítico a mais. O livro, porém, é muito bom." (Viana 1952).

A. Viana was referring to the excellent volume dedicated to the megaliths of Reguengos

de Monsaraz (Leisner - Leisner 1951). Despite the respect that both archaeologists had for V. Leisner, with whom O.V. Ferreira will be working years later, the emphasis was on "Dr. Georg's book", when it was, in fact, a "*Leisnerianum*" production. About this situation Ulrik Rambuscheck reminds us that V. Leisner was often seen and referred to as "irhes Mannes beste Mitarbeiterin" (man's [G. Leisner's] best assistant) (Rambuscheck 2013, quoting Jessen 1967: 311).

Despite Georg's concerns, V. Leisner did co-author the "*Megalithgräber*" publication of 1943, (which was, in fact, the first co-authored work) and the following volumes of 1956 and 1959. She enjoyed the highest consideration from her peers in Spain and Portugal, and later received the support of the German Archaeological Institute, in Madrid, after its reopening in 1954. Nevertheless, she only achieved her formal academic recognition in 1960 (age 75), when she was granted an Honoris Causa Doctorate Degree from the University of Freiburg-Albert-Ludwigs for her work with and after G. Leisner's death. Thus, if V. Leisner might have been in a first phase the best man's assistant, she soon became by her own right a colleague and a researcher among peers.

3. THE "*MEGALITHGRÄBER*" PROJECT: BIRTH AND FIRST STAGES

The idea of a Corpus on Megalithic Tombs of the Iberian Peninsula was not initially planned by the "*Leisnerianum*". However, after the conclusion of Georg's doctorate degree this endeavor was developed and pursued with the encouragement and moral support of H. Obermaier and G. v. Merhart, although initially without any institutional sponsorship. It is indicative that some of the first articles regarding rock art on megaliths were published in the journal "*Investigación y Progreso*", directed by H. Obermaier (Leisner 1934, 1935).

Between 1932 and 1934, the Leisner couple proceeded with a set of trips to Spain and Portugal, receiving the support of the German Research Foundation / *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (Schubart 1990: 6). During those trips Georg and Vera Leisner conducted the recording of tombs (Fig. 2) and the artifacts recovered from those tombs which had been deposited in museums and private collections.

Contacts with the main researchers of the Iberian Peninsula were important for their endeavor, and the Leisners certainly understood that. Through H. Obermaier and, in other cases, through their own



Fig. 1 - The Georg and Vera Leisner involved with archaeological recording in Gorafe, at the dolmen Gabiarra 6, in 1933. Leisner Archive. Available at DGPC, Lisbon.

initiative, the Leisners contacted Louis Siret and George Bonsor in Andalucia, publishing most of the results and artifacts obtained by those authors. Their role as safe keepers of information on so many tombs and artifacts from Los Millares and from the Seville region (Leisner - Leisner 1943) is reflected in the work of later researchers. One example is Robert Chapman, who recognized the importance of the Leisner's notes, location and plans of tombs, as well as drawings of artifacts for his own doctoral work on Los Millares, which allowed for the development of a new theoretical approach and interpretation for social ranking of those societies (Chapman 1990, 1999). A similar comment can be made for later work on the megaliths of Huelva (Cerdán - Leisner - Leisner 1952) and other studies on the subject by Fernando Piñón Varela (1987) and José Linares Catela (2011). In Portugal their work and records have been crucial for my own research (Boaventura 2009), as well as for others (Gonçalves 1992; Kalb - Höck 1996; Oliveira 1997; Parreira 1996; Rocha 1998; Oliveira 2001; Cruz 2001; Lillios 2004, 2008; Andrade 2009).

José Leite de Vasconcelos and Manuel Heleno, the first and second directors of the National Museum of Archaeology, were certainly important connections for other researchers in Portugal, as well as for the Museum itself, that housed several of the main collections of artifacts from Portuguese dolmens, which were otherwise poorly known. That was the case of material collected from one of the first systematic regional surveys of megaliths in Portugal, conducted by Vergílio Correia in about 80

dolmens at Pavia, Alentejo (Correia 1921). Despite the publication of the results from this work, most of it was based on the memory of the author, as he was not given access to part of the materials deposited in the National Museum when he was the curator there (Correia 1921: 10; Rocha 2005: 11). On the other hand and following the work of the latter, the excavation of almost 300 dolmens through 1931-1939, by order of the then-director M. Heleno, raised the interest for this contact, as news regarding its discoveries seemed to point out data about the origins of megaliths. In fact, in 1934, G. and V. Leisner together with H. Obermaier visited Portugal and excavated with M. Heleno the dolmen of Azinhal 3 (Leisner - Leisner 1959: 274), also known as Vale de Covas (CP) (Heleno 1934: 2-10).

These contacts were also expanded later to other researchers and collectors, such as António Luís Agostinho (Fig. 3) and António Dias de Deus, in Elvas (Boaventura, Ferreira and Silva, 2013), and with A. Viana, O.V. Ferreira, Afonso do Paço, Eugénio Jalhay or Amorim Girão, among others. In other occasions those contacts served to establish a network of local connections and logistical support for the countless journeys of G. and V. Leisner through the countryside by train, bus, car, horse wagon, donkey, mule, and bicycle or on foot.

In addition to the excavation of Azinhal 3 in 1933-1934, the Leisners visited and recorded many dolmens from the Alentejo and Estremadura, most of which had been previously published by other authors, as well as visited several museums and drew artifacts deposited there, as ascertained from the notes and drafts in the Leisner Archive (Available at DGPC, Lisbon; Boaventura 2009: *passim*).

Political instability and the beginning of the Spanish Civil War led the Leisners back to Germany where they organized the information they had gathered about known sites from the provinces of Valencia, Alicante, Murcia and Andalucia (Spain) and the Algarve (Portugal). This resulted in their first "*Megalithgräber*" work, dedicated to "*Der Süden*", which was sponsored by the German Archaeological Institute and published as a two volume monograph in the collection "*Römisch-Germanische Forschungen*" (Leisner - Leisner 1943). Published during World War 2, the impact of this first monograph was initially limited due to circulation constraints as well as to the loss of many copies by the end of the war. In fact that was a frequent explanation by the Leisner couple to several inquiries about the volume's whereabouts. Nevertheless, in Iberian Peninsula the review of Martín Almagro Basch in the journal "*Ampurias*"

highlighted the importance of the work (Almagro Basch 1944: *passim*). Moreover, just 5 years after that review, although in several parts the translation of the final chapter of the text's volume might have helped to disseminate the Leisners' main ideas on megaliths (Leisner - Leisner 1949).

Despite the limited circulation of that first volume of "*Megalithgräber*", other articles published in German, Spanish and Portuguese facilitated the dissemination of the Leisners' work. In fact, besides publishing in their native language they always tried to publish or re-publish papers in Spanish and Portuguese.

Although some of the first papers published in Portugal were written in German (Leisner 1940b, 1942), already in 1940 G. Leisner presented in Portuguese an article about the findings recovered at the dolmen of Vale de Rodrigo 1 (Leisner 1940a). And this strategy continued with Georg's conference at the Associação dos Arqueólogos Portugueses - AAP (Portuguese Archaeological Association) on the 7th of February 1945, which was soon after published in Portuguese (Leisner 1945) as well as with other works conducted after the Leisners made their home in Portugal.

4. THE PORTUGUESE "*MEGALITHGRÄBER*" AFFAIR

Following the first volume of "*Megalithgräber*" in 1943, a set of new volumes was planned, aiming to cover the Western Atlantic facade of the Iberian Peninsula. With that purpose the Leisners returned to Portugal on the 17th of November 1943, and soon after started to visit and review the tombs located in the surroundings of Lisbon (Boaventura 2009: *passim*), followed by other regions, namely the Alentejo and Beiras. This visit resulted from an invitation of the Instituto de Alta Cultura - IAA (Portuguese Institute for High Culture), for which the Leisner couple was granted a two-month visa. However, shortly before leaving Germany their house in Munich was destroyed by an air raid, and they lost everything (Schubart 1985, 1990: 5-6). This event led them to live in Portugal for most of the rest of their lives (Fig. 4).

What was expected to be a two-month visit was extended, but not without some problems with the Portuguese security authorities (PVDE 1944), which were solved thanks to the esteem and help of E. Jalhay (1944a, 1944b) and A. Paço (1944a, 1944b) as well as the support from the IAA.

The high consideration for the Leisners' work

is also reflected in the immediate proposal and acceptance of both Georg and Vera as correspondent members of the AAP in December of 1943 (Paço 1943a, 1943b), as well as an invitation a year later from that institution for a conference on the 7th of February 1945 (Paço 1944a; Jalhay 1945b). However, some constraints emerged: E. Jalhay had to inform G. Leisner that, according to Portuguese authorities, he could not invite any German government officials to his presentation (Jalhay 1945a). And due to the same international policies imposed by Portuguese authorities, such limitations blocked G. Leisner from being hired by the University of Coimbra, despite a formal invitation from his peers (Dias 1945a, 1945b, 1945c; Leisner 1945b, 1945c; Boaventura - Langley 2011). After all the German government was about to lose the War.

Nevertheless, despite the international context and subsequent ordeals and hardships the Leisners succeeded in obtaining funding and continued with their "*Megalithgräber*" project: first, with German institutional support (Boaventura - Langley 2007); and later, mostly after the German defeat, with Portuguese institutional support, namely from IAA, the National Museum of Archaeology, and the Casa de Bragança Foundation (Leisner 1949; Leisner - Leisner 1951a, 1951b, 1953a, 1953b, 1955). A letter from G. Leisner to Hugh Hencken, Director of the American School of Prehistoric Research, seems to summarize their situation and goals in 1949, trying to get funding from the USA institutions (Leisner 1949; Boaventura - Langley 2007).

In a very unusual collaboration with M. Heleno (mostly as a supporter of the work), in 1945 the Leisners excavated the dolmen of Cabeças, Arraiolos, as it was a rare example of a gallery dolmen type in southern Portugal (Leisner - Leisner 1951a).

Between 1946-1951, several other tombs were studied in Reguengos de Monsaraz (Leisner - Leisner 1951b, 1956, 1959), and in the following years 1952-1953 more tombs were explored, first on the northern side of Serra d'Ossa, mainly on the land of the Casa de Bragança Foundation (Leisner - Leisner 1955), and later in the area of Montargil, Ponte de Sôr (Leisner - Leisner 1953a).

The reopening in 1954 of the German Archaeological Institute in Madrid brought a new cycle of funding, which allowed the publication in the following decade of three of the planned new set of 4 volumes dedicated to the western part of the Iberian Peninsula. The impact of these volumes, together with the fourth in 1998 (concluded by Philine Kalb),



Fig. 2 - Vera Leisner with António Luís Agostinho and his wife at Vila Fernando, Elvas, in April 16th 1944. IAA-3886. Leisner Archive. Available at DGPC, Lisbon.

has lasted to this day as a reference for the study of megaliths and Megalithism in Iberian Peninsula and Europe.

Although G. Leisner died in 1957, V. Leisner directed the project for another 15 years, establishing new collaborations that made the study of more collections possible, as well as the excavation of several tombs in the area of Lisbon with A. Paço and Leonel Ribeiro (Leisner - Paço - Ribeiro 1964), and with Georges Zbyszewski and O. V. Ferreira (Fig. 5) (Leisner - Ferreira 1959, 1961, 1963; Leisner *et al.* 1961, 1969; Boaventura 2009). In collaboration with L. Ribeiro and sponsored by the Calouste Gulbenkian Foundation, the region of Beira Alta continued to be studied and the dolmens of Carapito and Orca das Castenairas were explored (Leisner - Ribeiro 1966, 1968; Ribeiro 1968; Cruz 2001; Senna-Martinez 1989).

Another important achievement by V. Leisner was her role in the decision to install in Lisbon a delegation of the German Archaeological Institute, which brought new German researchers and new insights to Portuguese archaeology (Paço *et al.* 1964; Leisner - Schubart 1964, 1966; Kalb - Höck 1982, 1996; Leisner - Kalb 1998). It also established one of the most important libraries specialized in archaeology in Portugal, which, after the closing of the German Archaeological Institute, remains open under an agreement between the German and Portuguese governments.

5. ON MEGALITHS

A discussion of the Leisners' contribution to the study of megaliths and Megalithism in Portugal throughout their almost forty years of work should also take into account the fact that some of their



Fig. 3 - G. Leisner and helpers at dolmen of Cabeças, Arraiolos, in 1945. Note the piles of dirt identified and recovered from excavation, and awaiting to be sifted. Leisner Archive. Available at DGPC, Lisbon.

initial ideas evolved. They did so because along their journeys G. and V. Leisner gathered old data as well as discovered new contexts, which gave rise to more insights. In that sense, in their conclusion of the 1943 volume they were aware that only after the revision of data from the Portuguese tombs would it be possible to ascertain several questions regarding the relationship between Southeast and Southwest regions of Iberian Peninsula (Leisner - Leisner 1949: 75).

But one first contribution that needs to be highlighted is the systematic way the Leisners compiled and published information from their own work as well as from prior publications, museums and personal communications, which made it possible to understand their reasoning (See for example Boaventura 2009, 2012). Also, besides photographs their illustration of tombs (mostly dolmen) with plans and facades are, in general, reliable and can still be used today, and are especially useful since some of those structures have since then been destroyed. The same can be said about artifact photos and drawings by types and grouped by each tomb.

The regional approach conducted at Reguengos de Monsaraz (Leisner - Leisner 1951b), although limited to dolmens, was also an example followed by later researchers, not only because of their extensive fieldwork, but also because of their publication and data illustration. In fact, A. Viana's favorable impression of the Leisners' book on the dolmens of Reguengos de Monsaraz seems to be due more to its quality and content than to its interpretation from data gathering; contrary to A.

Viana's opinion, the Leisners attributed most of those tombs to the Neolithic, an idea that has been verified and sustained by later researchers (Gonçalves 1992; Boaventura 2009).

For the megalithic tombs of the Iberian Peninsula, the tripartite unilineal sequence of Oscar Montelius, from simple and small megalithic tombs, to passage tombs and finally cists (Montelius 1905), was followed - with nuances - by other researchers, such as Emile Cartailhac (1886), Nils Åberg (1921), and Bosch-Gimpera (1932). The latter author also proposed the origins of megalithic tombs in Northwest of Iberia, first with simple dolmens followed by passage dolmens, and then *tholoi* and rock cut tombs. H. Obermaier accepted this model, with the exception of *tholoi*, which he thought to be a Mediterranean influence (Obermaier 1920, 1925). Within this context it is understandable that the initial work of G. Leisner focused on Northern Portugal and the Galician megaliths (Leisner 1934a, 1938b). In later work with V. Leisner, they looked into possible parallels and influences from the Middle East and Egypt regarding the origins of certain megalithic tombs and artifacts of the Southern Iberian Peninsula (Leisner 1942; Leisner - Leisner 1943, 1949).

However, the continued gathering of archaeological data made the Leisners revisit and question some of their earlier ideas. This could be seen in G. Leisner's conference in 1945 at the AAP, when he questioned "(...) *a sequência evolutiva perfeita e ininterrupta de todas as formas arquitectónicas, a começar nos pequenos dólmenes, e que, passando pelas sepulturas megalíticas de corredor e pelas de cúpula, vai até às cistas de pedra?*" (...) "*Ou dever-se-ão distinguir nessa arquitectura correntes culturais diversas, que não se seguindo numa cronologia absoluta, decorrem de certo modo inter-relacionadas? E, neste caso não serão algumas das formas intermediárias, em vez de testemunhos de um desenvolvimento progressivo, comprovativas sim da influência recíproca de tipos fundamentais, existentes a priori e paralelos?*" (Leisner 1945a: 11).

Despite this refinement the general evolution from simple to complex structures and then Bronze Age cists was maintained by V. Leisner, especially when sets of artifacts were associated with those architectural types (Leisner 1967 - 1983). To this day, this is still an operative scheme, despite recent evidence for other types of interment (Gonçalves 1992; Oliveira 1997; Rocha 2005; Boaventura 2009; Boaventura - Mataloto 2013; Valera 2012).

Six main contributions, among others, resulted

from the work that Georg and Vera Leisner conducted together and in collaboration with other researchers, which helped to change some perspectives about archaeological record in Portugal. They also helped to situate Portuguese archaeology in broader European discussions about megalithic tombs and Megalithism (Childe 1958; Renfrew 1967; Savory 1974; Sherratt 1990).

1. Their excavation of Poço da Gateira 1 set an example for an earliest type of dolmen (Fig. 5), where deceased individuals covered with ochre were leaned against the slabs, and buried with specific sets of artifacts: geometrics, blades, ground stone tools (adzes, axes and gouges) and mainly plain spheroid vases (Leisner - Leisner 1951b: 212-220, 1959: 203-205). This site became mythic after the thermoluminescent dating of some of those ceramic vases, placing it in the 5th millennium BCE (Whittle - Arnaud 1975), which was used as proof for an older origin of megalithic tombs and Megalithism. However, recent research suggests that this date is not acceptable, and that the use of this dolmen occurred much later, in the second half of the 4th millennium BCE (Boaventura 2009; Boaventura - Mataloto 2013).

2. The excavation of the dolmens of Comenda 2 and Farisoa 1 revealed other tomb structures of the *tholos* type built into the mounds and annexed to its passages (Leisner - Leisner 1951b: 35-38, 255-232, 284-294). This archaeological evidence, generated before radiocarbon dating, established the precedence of dolmens to *tholoi* and put into question the Mediterranean origin of such structures (the *tholoi*) as models for megalithic structures. Although more elaborate, and already pinpointed and sensed by the Leisners, the recent excavation of Olival da Pega 2 also revealed a similar situation (Gonçalves 2003: *passim*, 1999: *passim*).

3. In the the region of Reguengos de Monsaraz, where Poço da Gateira 1 and Comenda 2 are located, the Leisner's demonstrated, through their systematic recording of tomb and passage orientations, that there was a general tendency for the tombs to be oriented towards the east-southeast and possibly the rising sun (Leisner - Leisner 1951b: *passim*). Although current researchers are not in agreement as to whether this orientation patterning is related to the Sun or the Moon (Hoskin 2001; Silva 2004; Silva - Calado 2003), this fact was first archaeologically demonstrated by the Leisners.



Fig. 4 - Vera Leisner at the dolmen of Casaínhos with O. V. Ferreira, Manuel Leitão and Camarate França in February 17th 1961. IAA-10016. Leisner Archive. Available at DGPC, Lisbon.

4. The excavation of the dolmen of Casas do Canal 1 revealed a funerary deposition in the passage associated with a set of Bell Beaker artifacts (Leisner - Leisner 1955: 5-9). The fact that this action implicated a reorganization of the tomb, through the blocking of the entrance to the chamber, demonstrated a later Bell Beaker use of the tomb. Again, the archaeological evidence recovered by the Leisners helped to clarify, before the use of radiocarbon dating, the late chronological situation of Bell Beaker artifacts. This evidence was so important that even Vere Gordon Childe admitted to G. Leisner that those results made it "*absolutely necessary (...) to write a new version of the Dawn of European Civilisation*" (Childe 1955), which he did (Childe 1958, 1969).

5. After the death of G. Leisner in 1957, V. Leisner continued with their projected work and sought out new collaborations. In the area of Lisbon, her collaboration with G. Zbyszewski and O.V. Ferreira led to the excavation of Praia das Maças (Leisner *et al.* 1969). This site revealed a composite tomb where



Fig. 5 - Vera Leisner at her home, in Lisbon, possibly in the the 1960s. IAA-9863.

a *tholos* was partially built into and attached to an earlier rock cut tomb. The artifacts collected inside the earlier tomb differed from the *tholos* objects, demonstrating an archaeological precedence of the first burial structure.

6. Although O.V. Ferreira was the first to introduce radiocarbon dating of archaeological contexts in Portugal (Soares 2007), megalithic tombs were first dated by V. Leisner and O.V. Ferreira's initiative, thanks to the support of the German Archaeological Institute (Leisner - Ferreira 1963; Leisner 1964). That was the case of the Praia das Maças rock cut tomb and *tholos* that, after the archaeological phasing previously mentioned, and despite the wide range of calibrated dates, demonstrated an absolute chronological difference between the different tomb types (Soares - Cabral 1984).

6. EPILOGUE

In spite of Georg Leisner might be considered the pioneer of the "*Megalithgräber*" project, this endeavor would not have been so successful or possible without the "*Leisnerianum*", that is with the collaboration of Vera Leisner, moreover when she continued by her own merit the project after Georg's death. The study of megalithic tombs and Megalithism still owes the German couple a debt of gratitude for the immense work they produced, and they are an example of dedication that we should follow. As we are reminded every day, we are a product of our times as much as of the accumulated knowledge of those that preceded us.

Alfragide, December 2015

7. REFERENCES

- ÅBERG, N. (1921) - *La civilisation Énéolithique dans la Péninsule ibérique*. Upsala.
- ALMAGRO BASCH, M. (1944) – Review "Leisner, Georg und Vera: Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden. Berlin: Walter de Gruyter, 1943". *Empúries* 6: 364-375.
- ALMEIDA, F. (1972) - Vera Leisner. *O Arqueólogo Português* 3ª Série, 6: 341-343.
- ANDRADE, M. (2009) - *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- BOAVENTURA, R. (in print) - The «Leisnerianum» and the study of Megalithism in Portuguese territory. In MARZOLI, D. - MAIER ALLENDE, J. - SCHATTNER, T. G. (HRSG.) - *Historia del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid - Geschichte der Madrider Abteilung des Deutschen Archäologischen Instituts*, IA 14. MAIER ALLENDE, J. - SCHATTNER, T. G. (Coords.), *Faszikel 2: Sus investigaciones y la recepción de la arqueología y la prehistoria alemana (1954-2004)*. Darmstadt, 2014.
- BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. http://www.academia.edu/451460/_2009_As_antas_e_o_Megalitismo_da_regiao_de_Lisboa.
- BOAVENTURA, R. (2012) - O "Pae Rocha" e o Megalitismo de Monforte (Alentejo): Luz sobre as antas pesquisadas através do Arquivo Leisner. In VILAÇA, R. - PINTO, S. (coord.), *Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: 63-79.
- BOAVENTURA, R. - FERREIRA, M. T. - SILVA, A.M. (2013) - Perscrutando espólios antigos: A anta de Sobreira 1, Elvas, Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 15: 61-77.
- BOAVENTURA, R. - LANGLEY, M. (2007) - Georg Leisner (1870-1957): Determinação na busca do Megalitismo Ibérico. *O Arqueólogo Português* 4ª série, 25: 167-176.
- BOAVENTURA, R. - LANGLEY, M. (2011) - Matrimónio Leisner: a pretexto do seu centenário, o episódio de Coimbra. *O Arqueólogo Português* 5ª série, 1: 301-311.
- BOAVENTURA, R. - MATALOTO, R. (2013) - Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 15: 79-99.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) - *Etnología da Península Ibérica*. Barcelona.

- CALADO, M. (2004) - *Menires do Alentejo Central: Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARDOZO, M. (1957) - Necrologia: "Georg Leisner". *Revista de Guimarães* 67: 562-564.
- CARTAILHAC, E. (1886) - *Les ages préhistoriques de l'Espagne e Portugal*. Paris.
- CERDÁN MÁRQUEZ, C. - LEISNER, G. - LEISNER, V. (1952) - *Los sepulcros megalíticos de Huelva. Excavaciones arqueológicas del plan nacional 1946*. Madrid (Col. Informes y Memorias, 26).
- CHAPMAN, R. (1990) - *Emerging complexity. The Later Prehistory of South-East Spain, Iberia and the West Mediterranean*. Cambridge.
- CHAPMAN, R. (1999) - Review: "Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen 4. Lieferung, by Vera Leisner, 1998". *American Journal of Archaeology* 103: 362
- CHILDE, V. G. (1955) - [Letter] 1955 September 8 [to] Georg Leisner [Typed] in Leisner Archive. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- CHILDE, V. G. (1958) - *The Dawn of European Civilization*. New York (6th Edition, revised).
- CHILDE, V. G. (1969) - *A aurora da civilização europeia*. Translation of "The Dawn of European Civilization" (1961). Lisboa (2nd print).
- CORREIA, V. (1921) - *El Neolítico de Pavia (Alentejo-Portugal)*. Madrid (Fac-símile of original edition 1921).
- CRUZ, D. J. (2001) - *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais durante a Pré-História recente*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- DEHN, W (1990) - Em Homenagem à Dra. H. C. Vera Leisner. In *Probleme der Megalithgräberforschung: Vorträge zum 100. Geburtstag von Vera Leisner*. Berlin: 15-18.
- DIAS, J. P. (1945a) - [Letter] 1945 June 15 [to] Georg Leisner [Manuscript]. In Leisner Archive: Leis 63. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- DIAS, J. P. (1945b) - [Letter] 1945 June 29 [to] Georg Leisner [Typed]. In Leisner Archive: Leis 63. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- DIAS, J. P. (1945c) - [Letter] 1945 July 5 [to] Georg Leisner [Typed], in Leisner Archive: Leis 63. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- EVANS, J. D. (1961) - Review: "Die Megalithgräber des Iberischen Halbinsel. By Georg and Vera Leisner. Part I: Der Süden. Römisch-Germanische Forschungen, Bol. 17, Berlin, 1943. / Part II: Der Westen. Madrider Forschungen, Vol. I, 1st part, Berlin, 1956 / 2nd part, Berlin, 1959". *Antiquity* 35: 254-256.
- GONÇALVES, V.S. (1985) - Apresentação. In LEISNER, G. - LEISNER, V., *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisbon (2nd edition - fac-símile of 1951 original): V-VII.
- GONÇALVES, V.S. (1992) - *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa.
- GONÇALVES, V.S. (1999) - *Reguengos de Monsaraz: Territórios megalíticos*. Lisboa.
- GONÇALVES, V.S. (2003) - *Sítios, "Horizontes" e Artefactos: Leituras Críticas de Realidades Perdidas*. Cascais (2nd edition, revised and augmented).
- HELENO, M. (1934) - *Caderno nº 20: Escavações nos arredores do Siborro: Vales das Covas (Azinhal)* - CP. Manuel Heleno Archive. Accessible at Museu Nacional de Arqueologia, Portugal.
- HOSKIN, M. (2001) - *Tombs, Temples and Their Orientations: A New Perspective on Mediterranean Prehistory*. Oxford.
- JALHAY, E. (1944a) - [Letter] 1944 Novembro 12 [to] Georg Leisner [Manuscript], in Leisner Archive: Leis 104.2. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- JALHAY, E. (1944b) - [Letter] 1944 Novembro 17 [to] Georg Leisner [Manuscript], in Leisner Archive: Leis 104.2. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisbon, Portugal.
- JALHAY, E. (1945a) - [Letter] 1945 Janeiro 25 [to] Georg Leisner [Manuscript], in Leisner Archive: Leis 104.2. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- JALHAY, E. (1945b) - [Letter] 1945 Fevereiro 12 [to] Georg Leisner [Manuscript], in Leisner Archive: Leis 104.2. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- JESSEN, H. B. (1967) - Georg Leisner, ein Altertumsforscher aus Kiel (1870–1957). *Die Heimat. Monatsschrift des Vereins zur Pflege der Natur- und Landeskunde in Schleswig-Holstein und Hamburg*. 74: 311–312.
- JORGE, V. O. (1982) - *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto - Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- KALB, P. - HÖCK, M. (1982) - *Escavações na necrópole de mamoas, Fonte da Malga, Viseu, Portugal*. Viseu.
- KALB, P. - HÖCK, M. (1996) - Investigação Geológica na Zona Megalítica de Vale de Rodrigo, Évora. In 3ª

- Reunião do Quaternário Ibérico (Coimbra, 1993 Set. 27 - Out. 1.)*. Coimbra: 469-474.
- KUNST, M. (2013) - *Vera Leisner*. http://de.wikipedia.org/wiki/Vera_Leisner [view 1/09/2013].
- LEISNER, G. (1934a) - Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta. *IpeK* 9: 23-44.
- LEISNER, G. (1934b) - Nuevas pinturas Megalíticas en España. *Investigación y Progreso* Año 8, 5: 146-152.
- LEISNER, G. (1935) - La estela-menhir de la Granja de Toniñuelo. *Investigación y Progreso* Año 9, 5: 129.
- LEISNER, G. (1938a) - Ausgemeisselte Türen in Megalithgräbern der Pyrenäenhalbinsel. *Marburger Studien* 5: 147-155.
- LEISNER (1938b) - *Verbreitung und Typologie der galizisch-nordportugiesischen Megalithgräber*. PhD, Marburg (1932, Reprint 1977 Lisbon).
- LEISNER, G. (1940a) - O dólmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo. *Biblos* 20: 23-52
- LEISNER, G. (1940b) - Ueberleben megalithischer Elemente in ländlichen Bauten von Alentejo. In *Congresso Nacional de Ciências da População*. Porto (vol. 2. Offprint, 16 p.). In *Congresso do Mundo Português*. Lisboa vol. 2: 18, 1940: 352-367).
- LEISNER, G. (1942) - Probleme der östlichen Ausbreitung der portugiesischen Megalithkultur. *Ethnos* 2, 1-21.
- LEISNER, G. (1944) - [Letter] 1944 June 27 [to] *Amorim Girão* [Manuscript draft], in Leisner Archive: Leis 104. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- LEISNER, G. (1945a) - A cultura eneolítica do Sul da Espanha e suas relações com Portugal. Comunicação feita em assembleia geral de 7 de Fevereiro de 1945, *Arqueologia e História* 8ª série, 1: 1-27.
- LEISNER, G. (1945b) - [Letter] 1945 June 19 [to] *João Pereira Dias* [Typed duplicate], in Leisner Archive: Leis 104. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- LEISNER, G. (1945c) - [Letter] 1945 Julho [after day 5 to] *João Pereira Dias* [Manuscript draft], in Leisner Archive: Leis 104. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- LEISNER, G. (1949a) - Antas dos arredores de Évora. Évora (Col. Estudos de História, Arte e Arqueologia, 3. Offprint of *A Cidade de Évora* (1948 and 1949)) 15-16: 3-40; 17-18: 499-534.
- [LEISNER, G.] (1949b) - [Letter] 1949 March 2 [to] *Hugh Hencken* [Typed], in Leisner Archive: Leis 104.1. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- LEISNER, G. (1951) [Letter] 1951 Abril 14 [to] Dr. Vierold [Typed duplicate], in Leisner Archive: Leis 104. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1909) - *Hochzeitsteier von Fräulein Vera de la Camp mit Herrn Hauptmann Georg Leisner am Mittwoch, den 22. Sept. 1909*. [Wedding invitation of Vera Leisner and Georg Leisner], in Leisner Archive. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1943) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*. Berlin (Collection Römisch-Germanische Forschungen, 17).
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1949) - Los monumentos megalíticos del mediodía de la Península Ibérica, según los resultados a que han llegado G. y V. Leisner. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, 22: 74, 75-85 / 22: 75, 195-206 / 22: 76, 249-263 / 22: 77, 363-377. Translation by C. Martínez Munilla of the chapter: Zusammenfassung. In LEISNER, G. - LEISNER, V. (1943) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*: 557-591.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1951a) - A anta das Cabeças. *O Arqueólogo Português* 2ª série, 1: 7-36.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1951b) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa (fac-símile of 1951 original 1985).
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1953a) - Contribuição para o registo das antas portuguesas: A região de Montargil, concelho de Ponte de Sôr. *O Arqueólogo Português* 2ª série, 1: 227-256.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1953b) - Ein funder "Bronze Mediterraneo" in der Provinz Sevilla. *Zephyrus* 4: 167-175.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1955) - *Antas nas herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*. Lisboa.
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1956) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin (Col. Madrider Forschungen 1: 1).
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1959) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin (Col. Madrider Forschungen 1: 2).
- LEISNER, G. - LEISNER, V. (1960) - El Guadelperal. *Madrider Mitteilungen* 1: 20-73.
- LEISNER, V. (1961a) - Innerverzierte schalen der kupferzeit auf der Iberischen Halbinsel. *Madrider Mitteilungen* 2: 11-33.
- LEISNER, V. (1961b) - Vasos eneolíticos decorados no interior. *Revista de Guimarães* 71 - 3-4: 409-428.
- LEISNER, V. (1964) - Primeras fechas de radiocarbono 14 para la cultura megalítica ibérica. In *8º Congreso Nacional de Arqueología (Sevilla-Málaga, 1963)*.

- Zaragoza: 207-215.
- LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen. Text & Tafeln*. Berlin (Col. Madrider Forschungen 1: 3).
- LEISNER, V. (1967) - Die verschiedenen hasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria* 12 (1966): 363-372
- LEISNER, V. (1983) - As Diferentes Fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia* 7: 7-15 (Translation of V. Leisner 1967, published in *Palaeohistoria* 12 (1967)).
- LEISNER, V. (1985) - Mikrolithen – Aufzeichnungen im Nationalmuseum fuer Archaeologie und Ethnologie in Lissabon (Micrólitos – Apontamentos tomados no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia em Lisboa) (Lisboa).
- LEISNER, V. - FERREIRA, O. V. (1959) - Os monumentos megalíticos de Trigache e de A-de-Beja. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 15 a 20 Dezembro de 1958). Homage to Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa, vol. 1: 187-233.
- LEISNER, V. - FERREIRA, O. V. (1961) - Monumentos megalíticos de Trigache e de A-da-Beja: II: Monumentos megalíticos. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 40: 300-337.
- LEISNER, V. - FERREIRA, O. V. (1963) - Primeiras datas de radiocarbono 14 para a cultura megalítica portuguesa. *Revista de Guimarães* 73 - 3-4: 358-366.
- LEISNER, V. - KALB, P. (1998) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin (Col. Madrider Forschungen 1, 4).
- LEISNER, V. - PAÇO, A. - RIBEIRO, L. (1964) - *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa.
- LEISNER, V. - RIBEIRO, L. (1966) - A escavação do Dólmen–Orca das Castenairas, Fráguas – Vila Nova de Paiva. *Lucerna* 5 (Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, 1965): 376-382.
- LEISNER, V. - RIBEIRO, L. (1968) - Die dólmen von Carapito, *Madrider Mitteilungen* 9: 11-62.
- LEISNER, V. - SCHUBART, H. (1964) - Dolmenes de Ciudad Rodrigo. *Zephyrus* 15: 47-59.
- LEISNER, V. - SCHUBART, H. (1966) - Die Kupferzeitliche befestigung von Pedra do Ouro / Portugal. *Madrider Mitteilungen* 7: 9-60
- LEISNER, V. - ZBYSZEWSKI, G. - FERREIRA, O. V. (1961) - *Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa (Col. Memória dos Serviços Geológicos de Portugal (Nova Série) 8).
- LEISNER, V. - ZBYSZEWSKI, G. - FERREIRA, O. V. (1969) - *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa (Col. Memória dos Serviços Geológicos de Portugal (Nova Série) 16).
- LILLIOS, K. (2004) - *The Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool (ESPRIT)*. Online at <http://research2.its.uiwoa.edu/iberian/>
- LILLIOS, K. (2008) - *Heraldry for the Dead: Memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*. Austin.
- LINARES CATELA, J. A. (2011) - *Territorios, Paisajes y Arquitecturas megalíticas: Guía del Megalitismo en la provincia de Huelva*. Andalucía.
- LLOBREGAT, E.A. (1966) - Estudio de los megalitos portugueses por los Leisner, y las cuevas de enterramiento multiple del pais valenciano. *Archivo Prehistoria Levantina* 11: 81-90.
- LUZON NOGUE, J.M. (1995) - Arqueología Alemana en España y Portugal: Una visión retrospectiva. *Madrider Mitteilungen* 36: 1-11.
- MITCHELL, J. (1982) - *Megalithomania. Artists, Antiquarians and Archaeologists at the Old Stone Monuments*. London.
- MONTELIUS, O. (1905) - Orienten och Europa. *Antiqvarisk Tidskrift for Sverige* 13: 1-252.
- OBERRMAIER, H. (1920) - Die Dolmen Spaniens. *Mitteilungen der Anthropologischen. Gesellschaft in Wien* 50: 106-132.
- OBERRMAIER, H. (1925) - Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien). *IpeK* 1: 51-59.
- OLIVEIRA, C. (2001) - *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa.
- OLIVEIRA, J. (1997) - Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. Lisboa. *Ibn Maruan* (Special Edition).
- PAÇO, A. (1943a) - [Postal card] 1943 Dezembro 16 [to] Georg Leisner [Manuscript] in Leisner Archive: Leis 104.3. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- PAÇO, A. (1943b) - [Postal card] 1943 Dezembro 31 [to] Georg Leisner [Manuscript] in Leisner Archive: Leis 104.3. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- PAÇO, A. (1944a) - [Letter] 1944 Novembro 28 [to] Georg Leisner [Manuscript] in Leisner Archive: Leis 104.3. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- PAÇO, A. (1944b) - [Letter] 1944 Novembro 29 [to] Georg Leisner [Manuscript] in Leisner Archive: Leis 104.3. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- PAÇO, A. - LEISNER, V. - TRINDADE, L. - SCHUBART, H. - FERREIRA, O. V. (1964) - Castro do Zambujal (Torres Vedras). *Boletim da Junta Distrital de Lisboa* 2ª série, 61-62: 279-306.
- PARREIRA, R. (1996) - *O conjunto megalítico do Crato*

- (Alto Alentejo): *Contribuição para o registo das antas portuguesas*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- PIÑON VARELA, F. (1987) - *El Horizonte cultural megalítico en el área de Huelva*. Sevilla (Col. Arqueología Monografías (2004)).
- PVDE: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1944) - [Postal card] 1944 Maio 17 [to Afonso do Paço] [Typed] in Leisner Archive: Leis 104.3. Accessible in the Archaeology Library: Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, Portugal
- RAMBUSCHECK, U. (2013) - "Ihres Mannes beste Mitarbeiterin" - Vera Leisner und die Megalithforschung auf der Iberischen Halbinsel. In FRIES, J. E. - GUTSMIEDL-SCHÜMMANN, D. (eds.) - *Ausgräberinnen, Forscherinnen, Pionierinnen: Ausgewählte Porträts früher Archäologinnen im Kontext ihrer Zeit, Frauen - Forschung - Archäologie, herausgegeben von FemArcEdition*. 10: 237-244.
- RENFREW, C. (1967) - Colonialism and Megalithism. *Antiquity* 41 - 164: 276-288
- RIBEIRO, L. (1968) - Relatório dos trabalhos da missão arqueológica Leisner/Ribeiro, realizados na Beira Alta, de 30 de Abril a 24 de Agosto de 1966, todos eles subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian. *Arqueologia e História* 9ª série, 1: 13-28.
- ROCHA, L. (1998) - *Povoamento megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História regional*. Mora.
- ROCHA, L. (2005) - *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SÁNCHEZ RON, J.M. - LAFUENTE, A. (2007) - Hugo Obermaier. In SÁNCHEZ RON, J.M. - LAFUENTE, A. (coord.) - *El laboratorio de España. La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (1907-1939). Catálogo de exposicion*. Madrid.
- SAN CLEMENTE GEIJO, M. P. (1998) - Mujeres pioneras en la arqueología española: Vera Leisner. *Revista de Arqueologia* Ano 19 - 205: 56-59.
- SAVORY, H.N. (1968) - *Spain and Portugal: The prehistory of Iberian Peninsula*. London.
- SANGMEISTER, E. (1973) - In memoriam Vera Leisner. *Madrider Mitteilungen* 14: 247-250.
- SHERRATT, A. (1990) - The Genesis of Megaliths: Monumentality, Ethnicity and Social Complexity in Neolithic North-West Europe. *World Archaeology* 22 - 2: 147-167.
- SCHUBART, H. (1985) - Neue Deutsche Biographie 14, 159 s.v. *Leisner, Georg* (H. Schubart). [Onlinefassung]; URL: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd137807147.html>
- SCHUBART, H. (1990) - Em Homenagem à Dra. H. C. Vera Leisner, in *Probleme der Megalithgräberforschung: Vorträge zum 100. Geburtstag von Vera Leisner*. Berlin: 1-2 (Col. Madrider Forschungen 16).
- SCHUBART, H. (2003) - As relações entre investigadores da Arqueologia Pré-Histórica, Portugueses e Alemães, desde 1954, ano da reabertura do IAA em Madrid, até o ano de 1971, quando foi fundado o IAA em Lisboa. *Arqueologia e História* 55: 189-196.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1989) - *Pré-História recente da bacia do Médio e Alto Mondego: Algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SILVA, C.M. (2004) - The Spring Full Moon. *Journal for the History of Astronomy* 35: 475-478.
- SILVA, C.M. - CALADO, M. (2003) - New Astronomically Significant Directions of Megalithic Monuments in the Central Alentejo. *Journal of Iberian Archaeology* 5: 67-88.
- SOARES, A.M. (2007) - 25 anos de mudança na Arqueologia portuguesa: o contributo do radiocarbono. *Almadan* 2nd serie, 15: 110-112.
- SOARES, A.M. - CABRAL, J.M.P. (1984) - Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica. *O Arqueólogo Português* 4ª série, 2: 167-214.
- VALERA, A. (2012) - Ditches, Pits and Hypogea: New data and new problems in South Portugal Late Neolithic and Chalcolithic practices. In GIBAJA, J. - CARVALHO, A. - CHAMBON, P. (eds.), *Funerary practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: 103-112 (Col. BAR IS 2417).
- VIANA, A. (1952) - [Postal card] 1952 November 12 [to] O. V. Ferreira [manuscript]. In CARDOSO, J. L. (2008) - *Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: Cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995)* (Estudos Arqueológicos de Oeiras - Homage volume to Octávio da Veiga Ferreira 16: 455).
- WHITTLE, E.H. - ARNAUD, J.M. (1975) - Thermoluminescent Dating of Neolithic and Chalcolithic Pottery from Sites in Central Portugal. *Archaeometry* 17-1: 5-24.

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

OPHIUSSA

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS, 22 VOLUMES E A CONTAR

VICTOR S. GONÇALVES*

A publicação do vigésimo segundo volume de *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (na verdade o vigésimo terceiro, uma vez que há um volume sem número em 1994) é, ao mesmo tempo, uma garantia e um motivo de regozijo. Uma garantia porque permite criar esperanças sobre a continuidade das publicações arqueológicas em Portugal. Um motivo de regozijo porque o feito de José Leite de Vasconcellos pode ser igualado e, assim se deseja, ultrapassado. Ao publicar os 30 volumes da primeira série de *O Archeologo Português* o sábio do Restelo marcava a solidez de um projecto e a própria determinação, que sempre foi a dele, de garantir um abrigo para autores perdidos, jovens e menos jovens. E para ele próprio. O sábio do Funchalinho segue-lhe as pisadas...

João Luís Cardoso começou a série dos EAO e continuou, nem sempre com facilidades, uma missão similar à de Leite de Vasconcellos. Que maior elogio se lhe poderia fazer ?

Tudo se passa como se os primeiros seis volumes dos EAO fossem um ensaio do que poderia vir a ser a série. Conscientemente, ou por simples acaso, este enumerar de possibilidades – volumes monográficos, reedições de títulos desaparecidos há muito, Actas de Congressos, Revistas científicas em edição *standard*, configura um projecto que se tornou (felizmente) quase uma obsessão para o seu motor. Enumeradas as possibilidades, a execução segue o curso natural dos acontecimentos.

Claro que um sítio constitui a espinha dorsal desta série. Liceia é, pela sua importância intrínseca e pela ligação efectiva (e afectiva) que João Luís Cardoso criou com ele, objecto central de um regresso mais ou menos regular. E o percurso, se pode parecer sinuoso, corresponde a uma busca de informação pluridisciplinar que constitui um exemplo raro em Portugal. Vila Nova de S. Pedro foi objecto de estudos incessantes por Afonso do Paço, mas as perspectivas são sempre as mesmas. Para Liceia, João Luís Cardoso vai usando os investigadores disponíveis para completar ângulos de visão, desde a fauna à pedra polida, desde a cerâmica decorada ao marfim. Liceia e as suas muralhas estão presentes até no logótipo, um pouco retro, que todos os volumes mantêm na capa, associando-se à folha de acácia e à folha de crucífera, ícones do Calcolítico das penínsulas de Lisboa e Setúbal.

E, naturalmente, a cronologia absoluta.

Todos sabemos (ainda que alguns procurem esquecer) que sem datas não há História e a chuva de datações para Liceia resolve parcialmente esta questão. Em 2007, ao divulgar, em *O Archeologo Português*, novas datações para a Rotura (Gonçalves e Sousa, 2007: 247, 251...), usámos da maior precaução, afastando os dados cronológicos obtidos através de conchas ou de madeira «suspeita». Ainda assim, o que restou impressiona através do número de datações disponíveis e da sua homogeneidade. Assim fosse com outros sítios e respirávamos certamente melhor...

2. LER OS EAO

Para uma leitura global dos EAO é bom fazermos uma referência aos seus conteúdos, procurando uma



Fig. 1 - O Logótipo inicial dos EAO, ainda hoje presente, sem alterações, no volume 22.

lógica, que, no entanto, está longe de ser necessária. Esta é, naturalmente, uma perspectiva subjectiva. Notas de leitura e não uma análise crítica.

2.1. A FASE DO ARRANQUE (VOLUMES 1 A 6)

Volume 1 (1991), reedição de livro

Trata-se de um justo volume de homenagem a Carlos Ribeiro (1813-1882) não apenas publicado em fac-simile mas objecto de 200 comentários marginais da responsabilidade do editor. Pelo tipo de

informação recolhida e divulgada, é um trabalho de grande utilidade, com detalhes por vezes menores, mas de algum modo úteis sobre as circunstâncias de vida do grande geólogo.

Volume 2 (1991), livro

J. L. Cardoso, Santinho Cunha, Aguiar, *O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de antropologia física*, é um trabalho que reúne dados muito interessantes sobre antropologia física, com a vantagem de um dos co-autores ser um arqueólogo, o que não acontece com vários grupos de antropólogos físicos, com a obsessão da «patologia forense». Acredito que resultados exclusivamente patológicos sejam oportunos (quando não são oportunistas), mas o conhecimento dos contextos é indispensável até mesmo (e sobretudo) em leituras comparativas. Para mim, a História sempre foi Tempo e Contextos.

Volume 3 (1992), livro

J. L. Cardoso, associado a Georges Zbyszewski e Conceição André, publica aqui *O Paleolítico do complexo basáltico de Lisboa*, um trabalho monumental num meio ainda hoje cheio de silêncios e suspiros paleolíticos que João Zilhão faria contrastar, sobretudo no caso do Paleolítico médio e superior.

Volume 4 (1993), livro

Cardoso (João Luís) e Cardoso (Guilherme) apresentam a Carta arqueológica de Oeiras. Trabalho útil, ainda que se justificassem considerações mais extensas sobre a diacronia ilustrada.

Volume sem número (1994), livro

Um bem vindo balanço de dez anos de escavações em Liceia (1983-1993), que bem poderia ter sido o volume 5..., mas que foi considerado apenas um «número especial». E um número especial é, com efeito, tornando evidentes os contributos de uma escavação persistente de um sítio importante. Uma situação de algum modo exemplar. Quantos monumentos e sítios de grande importância foram escavados em Portugal sem publicação subsequente ou mesmo abandonados, sem que se separasse o sumo da casca (como setubalense, sei bem que a casca – da laranja – também se come, mas a diferença conta).

Volume 5 (1995), Revista

Dos 11 textos, J. L. C. está em todos, em 10 como primeiro autor. De novo, Liceia, mas também Penha Verde, Montes Claros...

Volume 6 (1996), Revista

Neste volume, dos 19 artigos que o integram, J. L. C. está em 15 como autor principal e em 2 como segundo autor. Esta produtividade não é rara nos EAO e abrange textos de balanço (o Neolítico antigo da região de Lisboa, o campaniforme de Sintra, o Ferro 2), a publicação micro-monográfica de artefactos e sítios (Carnaxide, Liceia, Tituaria, Senhora da Luz...). Um artigo muito importante, injustamente esquecido, de Miguel Kunst, reabre a discussão e a periodização do Calcolítico a partir da cerâmica decorada do Zambujal.

2.2. OS ANOS DE CONFIRMAÇÃO (VOLUMES 7 A 16)

Volume 7 (1997-1998), Revista

Dos 11 artigos de fundo, J. L. C. assina 10, oito em solo, um em primeiro, com colaboração, e um em segundo. O falecido Justino Mendes de Almeida (1924-2012) assina sozinho um texto, como sempre inteligentemente escrito.

Liceia, como se compreende, mais uma vez domina.

Volume 8 (1999-2000), Revista

Não é um volume típico, mas inclui uma curta bio-bibliografia de Georges Zbyszewski (1909-1999), investigador muito apreciado pelo seu trabalho e também pela gentileza de trato, rara em Portugal entre arqueólogos. A preocupação de João Luís Cardoso em homenagear os seus antecessores, constante ao longo de toda a sua vida, faz com que se incluam neste volume notas biográficas ou a propósito de personagens tão diversas como o Marquês de Pombal, José Leite de Vasconcellos, Carlos Ribeiro ou Nery Delgado. A página 489, um texto auto-biográfico intitulado «Vinte e cinco anos de trabalhos arqueológicos» onde o editor apresenta e comenta o seu percurso. Muito importante é também uma análise da história da investigação dos concheiros de Muge (p. 83-240), profusamente documentada.

Volume 9 (2000), livro

Abrindo inesperadamente com um belo soneto de Antero de Quental, *Sítios, pedras e homens: trinta anos de Arqueologia em Oeiras*, é um volume surpreendente, para quem leu os anteriores volumes dos EAO. Sintoniza bem com a Carta Arqueológica e, de algum modo, com as sínteses publicadas sobre Liceia.

Volume 10 (2002), Revista

A nível da história da Arqueologia, para além da oração produzida na Academia Portuguesa da História a propósito de Manuel Farinha dos Santos, texto com alguma utilidade uma vez que pouco se sabia sobre a vida científica daquele antigo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, protegido de Manuel Heleno, há também correspondência de Abel Viana e Veiga Ferreira. É um volume com composição diversificada, onde predominam textos sobre arqueofaunas, de grande interesse, focando mamutes, e sobretudo as recolhas de Liceia. É também neste volume que se publica um dos mais notáveis artefactos votivos de calcário recolhidos na Estremadura portuguesa, mais propriamente no dolmen de Casaiños.

Volume 11 (2003), Revista

Nunca compreendi bem a organização de este volume, que abre aliás com um estudo interessante, de Maria Leonor Machado de Sousa, sobre os viajantes estrangeiros em Portugal nos sécs. 18 e 19. É um tema pertinente, mas poderia ter sido colocado em fim de volume, que ganharia assim uma sequência diacrónica. Mas este é também o volume em que é publicado um sítio importantíssimo, numa perspectiva de recuperação monotemática dos dados arqueológicos de trabalhos anteriores. A Gruta do Correio Mor é aqui objecto de uma metodologia da maior utilidade para os arqueólogos que não tinham facilidade em aceder a colecções vastas, mas de grande importância. 61 Figuras ilustram exaustivamente este inventário. À maneira do que J. L. C. tinha feito para a Lapa do Bugio, na *Setúbal Arqueológica* 9-10. E, para além dos materiais calcolíticos, são ainda referidos artefactos das Idades do Bronze, do Ferro e mesmo alguns medievais.

Volume 12 (2004), livro

Do 4º milénio a acabar até à invasão romana, no séc. 2 antes da nossa Era.

J. L. C. é autor de trabalhos ambiciosos, como a *Pré-História de Portugal* (2002 e 2007). Aqui, discorre sobre o tempo longo, numa diacronia que não é curta, mas numa região delimitada, a «Baixa Estremadura». Modestamente, chama-lhe «um ensaio de História Regional», mas, na verdade, é maior que isso. A maioria dos grandes temas está presente e se alguns variam de importância outros constituem leituras difíceis e parcialmente por fazer (Idades do Bronze e do Ferro).

Volume 13 (2006), Revista

A publicação da correspondência de Luís Fontes (1892-1960) garante a continuidade da recuperação da memória, patente em muitos volumes dos EAO. E o monumento megalítico do Monte Serves, com North e o actualmente falecido Rui Boaventura (1971-2016) continua a política correcta de republicação de dados antigos, mesmo aqueles que forneceram escassa informação, como este.

Volume 14 (2006), Revista

Estácio da Veiga e a Arqueologia é outro regresso ao passado da nossa ciência, desta vez ao tempo dos «Pais fundadores». Personagem mais complexa do que poderia parecer, Estácio da Veiga bem justifica toda a atenção possível, até mesmo como vítima de Leite de Vasconcellos, na altura no topo da cadeia alimentar... Mas, falando de comida, as cerâmicas decoradas de Liceia são o prato principal de este volume.

Volume 15 (2007), híbrido (Revista e Actas de Colóquio).

Sub-intitulado A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu. Balanços e perspectivas.

Trata-se das Actas de um colóquio que decorreu na Sociedade de Geografia em 30 de Outubro de 2007.

Alguns artigos nada têm que ver com a temática (o meu, por exemplo, mas também vários outros) e a empáfia de alguns é, no mínimo, divertida.

Volume 16 (2008), só teoricamente, um número da Revista, na verdade exclusivamente uma Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira

Bem e mal, como acontece muitas vezes, o Engº Veiga Ferreira marcou a Arqueologia portuguesa do séc. 20. De forma indelével. Mas em Portugal é hábito esquecer intencionalmente as pessoas de que se não gosta. Às vezes, é um caso de higiene e ainda bem, mas em outras situações a realidade é outra, traduzindo de algum modo a mesquinhez nacional.

João Luís Cardoso foi realmente amigo e admirador de Veiga Ferreira, enquanto eu pessoalmente preferia Georges Zbyszewski, pela inteligência e boas maneiras. Mas é forçoso reconhecer que Veiga Ferreira, a quem faltava a formação teórica, era um homem de terreno, um *marine* da Arqueologia. E conhecia excelentemente os materiais arqueológicos com que tratava. Esta homenagem, traduzida num volume de capa dura, numerosas ilustrações (várias a cores) e um total

de 751 páginas, é uma sincera homenagem de um arqueólogo que não esquece os seus amigos. Por isso, bem haja, como escreve o outro.

2.3. VELOCIDADE DE CRUZEIRO (VOLUMES 17 E SEGUINTE)

Volume 17 (2009), Revista, número comemorativo do 20º aniversário do CEA de Oeiras

718 páginas num volume de capa dura assinalam uma reunião considerável de arqueólogos muito diferentes entre si. O # 17 é definitivamente uma Revista, no sentido técnico do termo, mas é também um repositório de questões-chave, particularmente no que à Pré-História e à Idade do Bronze diz respeito. Alguma desordem diacrónica, mas mínima.

Volume 18 (2010-2011), Revista

Um volume graficamente de grande qualidade (Capa dura, imagens parcialmente a cores...) só peca pela desordem diacrónica (Calcolítico – Bronze – Ferro – Romano – Idade moderna – Megalitismo – Calcolítico – Romano – Neolítico – Calcolítico... uma sequência incompreensível. Felizmente, termina em bem, com uma série de textos de J. L. C. sobre história da Arqueologia, Francisco Jordá Cerdá, Joaquim Fontes, Mendes Corrêa (que tão insuficientemente estudado tem sido).

A salientar o importante estudo de Miguel Kunst e Nina Lutz sobre a cronologia absoluta do Zambujal, a republicação da Penha Verde e a cronologia absoluta do Outeiro Redondo, ainda que esta apresente um leque muito complexo de problemas e justifique outro espaço de discussão.

Volume 19 (2012), Actas de Colóquio

Uma sequência de artigos desordenada e mesmo caótica, de publicação provavelmente difícil não fora a disponibilização dos EAO.

Volume 20 (2013), híbrido (Revista e Actas de Colóquio)

Dedicado a Carlos Ribeiro (1813-1882)

Mais um volume graficamente de qualidade (Capa dura, imagens parcialmente a cores...). Parte de um Colóquio organizado pela CMO em colaboração com a Academia das Ciências de Lisboa, enriquecendo-se com outras contribuições. Como acontece frequentemente nestas situações, há um pouco de tudo, do melhor ao pior. É um volume de tipologia atípica, mais uma miscelânea de estudos

que as Actas de um Congresso, em que os dados são tratados sem uma correlação específica, à excepção dos que têm como objecto Carlos Ribeiro.

Volume 21 (2014), Revista

Tenho dificuldade em sumariar de forma crítica este volume, por conter um texto que me irrita, versão de um outro publicado de origem noutra língua. Eventualmente oportuno para desmascarar uma leitura demencial de um artefacto típico da Pré-História de Portugal, mas com uma construção evidenciando insuficiências de leituras, quando não «inspirações» com origens não explicitamente referidas. E outro, assinado por mim, Marco Andrade e André Pereira, que analisa outra situação, muito particular, sobre leituras regionais do mesmo fenómeno. Mas este volume 21 acrescenta à bibliografia arqueológica portuguesa textos muito oportunos, como os dedicados a Moita da Ladra, ao campaniforme, a Chões de Alpompe, Outurela e... Abel Viana...

Volume 22 (2015), Revista

Pude consultar o índice do volume 22 e fiquei alerta para os textos de João Luís Cardoso «Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal»; de João Luís Cardoso, Ana Catarina Sousa e Maria da Conceição André, «O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico»; de Cláudia Costa e Francisco Rosa Correia, «A componente animal no Calcolítico Pleno da Estremadura portuguesa: o conjunto de fauna do Alto de Santo Antão (Óbidos)» e ainda de Ana Margarida Arruda e João Luís Cardoso, «A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra)», este último exclusivamente pelo meu recente, ainda que limitado, regresso a Setúbal...

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia que persiste é assim a de uma construção monumental, que arranca experimentalmente, vai crescendo e regista, por vezes, a desordem que se reflecte na produção actual da Arqueologia portuguesa. Na verdade, os EAO, na sua tipologia, são coisas diferentes de volume para volume: uns são livros autênticos (7), outros Revistas tradicionais (13), outros Actas de Colóquios (1), enriquecidas ou não com estudos adicionais, formando-se assim volumes híbridos (2). O que não é forçosamente mau, reflectindo as características actuais da Arqueologia

portuguesa, a nível de publicações sempre muito irregular. Preencher um volume dos EAO com textos homogéneos não é tarefa fácil, o que explica também a densidade das contribuições produzidas pelo próprio editor, cuja omnipresença impressiona e deve ser registada com apreço.

Lisboa, Outono de 2016

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica* 9-10: 89-225.

CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa.

CARDOSO, J. L. (2007) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa (com CD-Rom de figuras).

GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais, 1ª edição.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Cascais, 2.ª edição revista e aumentada com dois novos textos.

GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14C para o Castro da Rotura, no contexto de 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português* IV-24: 233-266.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / WAPS – Workgroup on Ancient Peasant Societies; vsg@campus.ul.pt

OPHIUSSA

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (*peer review*). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, seleccionará os revisores e acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações contactar: uniarq@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. Volume 1 (2017) is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will select the peer-reviewers and follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, where one can consult the entire edition.

For more information contact: uniarq@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

<i>VICTOR S. GONÇALVES</i> - Ophiussa regressa, em digital e, logo de seguida, em papel	5
<i>MARCO ANTÓNIO ANDRADE</i> - O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final / Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo	17
<i>ANA CATARINA SOUSA</i> - <i>JORGE LOPES</i> - O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa	51
<i>PEDRO ALBUQUERQUE</i> - O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação	69
<i>ANA MARGARIDA ARRUDA</i> - <i>ELISA DE SOUSA</i> - <i>JOÃO PIMENTA</i> - <i>RUI SOARES</i> - <i>HENRIQUE MENDES</i> - Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo	79
<i>ELISA DE SOUSA</i> - Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no Ocidente Atlântico	91
<i>CARLOS PEREIRA</i> - Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana	105
<i>JACINTA BUGALHÃO</i> - O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa	123
<i>RUI BOAVENTURA</i> - <i>VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT</i>	131
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS - Estudos Arqueológicos de Oeiras, 22 volumes e a contar... (<i>VICTOR S. GONÇALVES</i>)	144

